

Amaury Vasconcelos

José Ozil
Natal RN
18-05-2002

ANTOLOGIA DOS ORADORES PARAIBANOS

Copyright © 2001 by
Amaury Vasconcelos

Projeto Gráfico
Pontes da Silva

Capa
Nivaldo Araújo

Digitação Eletrônica
Marconi Porto

2001
O novo milênio

A UNIÃO
Superintendência de Imprensa e Editora
Br 101 - KM 03 - Distrito Industrial
João Pessoa - Paraíba - Brasil



Amaury Vasconcelos

SUMÁRIO

Oferecimento	9
Razões da Publicação	11
Apresentação	13
Prefácio	19
Pedro Américo de Figueiredo e Melo	23
Câmara dos Deputados - Sessão de 18/07/1892	29
Discurso Acadêmico - Em presença do Imperador Pedro II em 26/09/1870	37
João Coelho Gonçalves Lisboa	45
Política e Seca - Sessão de 13/07/1908 - Senado	49
As Secas do Nordeste - Sessão de 10/08/1908 - Senado	65
Epitácio da Silva Pessoa	71
Guerra Civil e Estado de Sítio no Rio Grande do Sul - Senado	77
Defesa do Café e Obras do Nordeste - Discurso do Sr. Presidente da República no Teatro Municipal em S. Paulo	91
João Pereira de Castro Pinto	97
As Secas no Nordeste - Sessão de 26/06/1909 - Senado	101
Saudação Fúnebre - Álvaro Machado - Sessão de 7/05/1912 - Senado	109
Cônego João de Deus Mindêllo da Cruz	113
Oração Fúnebre nas Exéquias do Presidente João Pessoa Cavalcante de Albuquerque	117
Discurso pronunciado em Natal - RGN - Distribuição de prêmios aos alunos do Colégio Diocesano Santo Antônio	125
Félix de Sousa Araújo	133
Oração do Sertanejo	141
Carta à juventude do mundo	143
Octácilio de Albuquerque	149
Em defesa do Nordeste / As Secas - Dualidades de Solução - Senado	153
Homenagem a Castro Pinto (Improviso)	159

Alcides Vieira Carneiro	165
Discurso pronunciado na recepção aos restos mortais de Epitácio Pessoa na inauguração de sua Cripta no Tribunal de Justiça da Paraíba	173
Torturação Sertaneja sob o Flagelo das Secas - Discursos parlamentar	179
José Américo de Almeida	189
Oração da Capital	195
Areia, a Terra Natal	203
Saudações à Nossa Senhora de Fátima na Praça Pública 1953	209
Argemiro de Figueiredo	213
Ao pé de sua estátua em Campina Grande	219
Campina Grande Centenária - Senado	225
Ernani Ayres Sátyro	233
Oração Fúnebre (No túmulo de Alcides Carneiro)	241
Discurso de Recepção ao Acadêmico Humberto Nóbrega na APL	243
Universidade Regional - Obra de Integração - Discurso de Paraninfo	247
Raimundo Yasbeck Asfora	253
Discurso de sepultamento de João Pedro Teixeira	261
Oração da Esperança - Parlamentar	265
Bibliografia	273
Posfácio	279

OFERECIMENTO

A Antônio Bemvindo de Vasconcelos e Amara Araújo de Vasconcelos, de cujo e por cujo amor, tudo foi existência ao autor.

A Beth Vasconcelos esposa e companheira, reta que me fez paralela, no encontro finito einestariano, de nossos venturosos e comuns dias, álares e tristes de soma e multiplicação de afetos e relevância de pesares; nautas em borrascas procelosas redivivas, sempre surtas a portos seguros, compensantes de nossas existências em complementações mútuas.

A certeza da progênie, em árvore de existência nas filhas Rejane e Patrícia Maria, na repetição dos rebrotos; Manuela, Marcele, Marcell, desta, Elizabeth e Amaury Neto, daquela, palmilhadores por nós em futuro.

A Paraíba, mãe imortal de ninho tão genial de condores do verbo, hoje assistida na cultura, nas letras e nas artes, pelo Governador José Targino Maranhão, Administração em Austeridade e Progresso.

A Mário Silveira, trabalho silencioso, humilde, modesto a serviço de seu governante, fidelidade e operosidade.

A Carlos Mangueira, Chico Pereira, Francisco Sales e demais confrades do Conselho de Cultura, a homenagem pelo indormido de suas ações na defesa de nossas letras e cultura.

A Ariano Suassuna, gênio consagrado da literatura nacional e internacional, cuja paraibanidade foi avocada para este prefácio na "A Compadecida" de sua bondade e honra deste autor.

A Rui Cezar Leitão, Nelson Coelho e Pontes da Silva, a gratidão pelo interesse e dedicação a esta publicação.

A Leônia Leão, olhos atentos em revisão carinhosa.

A Tia Quinina Cavalcanti, que me ensinou a resignação, a humildade, a conformação em santidade silenciosa e contemplativa.

Aos meus tios paternos Pedro Hermilo de Vasconcelos e Leoniza Chianca de Vasconcelos, Ladislau Ramos de Vasconcelos e Lili Lauritzen de Vasconcelos, e tios maternos José Paulo da Silveira e Zita Albuquerque Silveira, Antônio Davino da Cruz e Nenen Silveira da Cruz, no orgulho da herança familiar.

Homenagem aos amigos da classe política, na abnegação caritativa da dep. Estefânia Marója e no humano prestativo e progressista do edil Santaritense Severino Marója.

Reconhecimento à determinação, vontade e decisão, ajuda real de Evaldo Gonçalves, Roberto Mousinho, Paulo José de Melo Barreto.

Homenagem as irmãs-filhas: Sally, Maria das Graças e Dilvan Wanderley, Maria de Fátima e Ruy da Justa Feijão.

Aos amigos que, ainda hoje vencem as distâncias em amizade sincera e perene, Diogenes Setti Sobreira, Ozéas Cardoso, Manoel Mendes, Enélio Petrovitch, Marcelo Fernandes e Adhemar Dantas, Pedro Soares Vieira.

Sandra e Carlos, digitação com atenção e eficiência.

Campina Grande, agosto de 2001.

RAZÕES DA PUBLICAÇÃO

É elogiável a iniciativa do escritor Amaury Vasconcelos em registrar para a história e para a cultura da Paraíba, em trabalho de bom nível, exemplos de alguns dos mais importantes oradores paraibanos, nos diversos campos interativos da sua sociedade. Acredito que esta obra literária destina-se, certamente, à comunidade intelectual, em plano vestibular, e aos cultores, em geral, dos dotes oratórios destes extraordinários mágicos da palavra.

O dom da palavra, tanto em prosa erudita quanto na interação com as massas, possui algo de mágico, pois, além de prender a atenção de quem a escuta, remete aquele instante para a consciência de cada um e de todos, inculcando a mensagem transmitida como corolário filosófico e ideológico que se transforma em imagem inspiradora de confiança recíproca.

Os grandes oradores da Paraíba não são somente aqueles que construíram frases belas e lapidares, são também os excelentes mestres e religiosos que conseguiram, chamar a atenção dos que lhes ouviram ontem e dos que os lêem hoje. A juventude dos nossos dias poderá, lendo o livro ANTOLOGIA DOS ORADORES PARAIBANOS, dimensionar o valor dos seus maiores e, mirando-se nesta herança cultural, aprenderem que, pela mística da palavra oral, poderão vencer desafios e derrotar inimigos poderosos.

Político por formação, com aprendizado nos exemplos partidos de meu pai, sinto-me privilegiado por ter convivido, na vida pública, com oradores extraordinários que transitaram na política da Paraíba até recentemente. E assim, por ter ouvido memoráveis discursos de José Américo de Almeida, de Alcides Vieira Carneiro, de Argemiro de Figueiredo, de Raimundo Asfora e de Ernani Satyro, personagens deste trabalho, oradores vibrantes e eruditos — desses a palavra candente incendeia qualquer ambiente — sinto-me na obrigação e no dever de promover uma obra desta dimensão e remetê-la aos meus conterrâneos, recomendando a sua leitura.

O autor foi muito feliz na escolha das peças oratórias na composição deste livro, pois todas elas têm, no seu tempo e espaço, afinidades

telúricas com a Paraíba e os paraibanos, fonte permanente e pragmática de todos os idealistas que povoam a história desta terra de homens-talentosos.

Governador José Targino Maranhão

João Pessoa, agosto/2001

APRESENTAÇÃO

Dispus-me a empreender obra de tal fôlego e pesquisa tão intensa, porque em andanças minhas pelo Brasil afora, falando muito, se bem que não bem, me interrogavam por que a oratória tabajara tanto impressiona. E perguntavam-me se tudo se confirmava, em notáveis oradores, por fatores mesológicos, antropológicos ou atávicos?

Não seria somente o bairrismo paraibano, que me fazia confirmar, e, apreçoar o privilégio de possuirmos efetivamente, os maiores tribunos conterrâneos com fama nacional e ou internacional, desde o Império. Nisto reside, tal afoiteza. Pago a curiosidade ao Brasil, disso tenho certeza e, vejo que assim, também pensa a Nação. Decidi-me por aquilo que se gerava em mim, há mais de trinta e cinco anos, ou seja, a idéia de organizar, divulgar, uma Antologia dos Oradores Paraibanos falecidos.

Por minha incitação, desde a infância à arte de retórica e eloquência, ouvindo meu pai, Antônio Bemvindo de Vasconcelos, Osmar de Aquino, Antônio Bôtto de Menezes, José Correia Lima, Pedro Moreno Gondim, Alfredo Pessoa de Lima, João Santa Cruz, Renato Bastos, João Bernardo e Ivaldo Falcone, nos jús de Guarabira, onde, menino, ia fazer o sorteio dos jurados em Areia e João Pessoa, ou nas passeatas cívicas do pré, durante e pós grande guerra, onde começava a iniciar-me e aplaudir, Félix Araújo, Baldomiro Souto, Geraldo Baracuhy, Joacil de Britto Pereira, Jansen Filho, Josmar Toscano, Joaquim Ferreira e outros.

Não me separei jamais do estudo e leitura sobre a retórica mundial, daí por que conheci o que disse Sófocles pela boca de Ulisses na tragédia Filocteto: “Vejo que na vida dos homens é a palavra, e não a ação, que conduz tudo”, ou o dizer de Maurice Garçon, em Ensaio Sobre a Eloquência Judiciária: “Vivemos num tempo em que a palavra adquire dia a dia maior importância. De fato todo poder pertence, ao menos em princípio, à maioria que importa persuadir e que se atinge melhor por meio do discurso do que pela palavra escrita. Mesmo assim nada se faz para ensinar arte oratória” .

Dediquei-me sempre ao estudo, leitura e hábito de ouvir e aplaudir os artistas da palavra, que advieram desde a Sicília e Grécia, passando por Cristo e seus apóstolos (como o fez João Batista), seguidos pelos clérigos consagrados nos púlpitos da idade média, redivivos nos artífices da retórica de agitadores,

onde o pensamento nos Enciclopedistas preparariam, a Revolução Francesa, para os grandes tribunos do povo, Danton, Mirabeau, Marat, Desmoulin, Robespierre, todos que, embalados na Marselhaise de Roger de Lysle, foram capazes de enfrentar barricadas, e afinal derrubar os muros e tomar, vitoriosos, a Bastilha. Eram os idealistas, que ofertavam ao mundo, liberdade para o homem, tornando-o livre para o pensamento e para a ação. Era o sol nascente da Democracia.

E, não podemos esquecer o esplendor nesse período da Arte Sacra, nas prédicas de Bossuet, “A Águia de Maux ou Metz” e Lamartine. Logrei, felizmente, conhecer e admirar os grandes oradores, a citar: Victor Hugo, Lincoln, Roosevelt, Churchill, Mussolini, Hitler, Margareth Thatcher, Mitterrand, Gandhi, Gorbatchev, Sadat, Ronald Reagan, Fidel Castro, Mandela entre outros.

Chegamos, afinal, ao resumo dos oradores brasileiros, a saber: no Brasil Colônia, Império e República, apresentando a Oratória Sacra dominante, em Pe. José de Anchieta, Pe. Antônio Vieira (que fez sermão no púlpito dourado na Igreja de São Francisco, na Capital encantando paraibanos reinós) e Antônio Sá, Montalverne. Ainda no período Monarquia e República, destacaram-se Zacarias de Góis, José de Alencar, José Bonifácio de Andrade e Silva, José do Patrocínio, Joaquim Nabuco, Olavo Bilac. Vindos da Revolução de 30 e depois na redemocratização, tais como: Oswaldo Aranha, Getúlio Vargas, Batista Lussardo, João Neves da Fontoura, Nereu Ramos, Tancredo Neves, Flores da Cunha, estes mais tarde do PTB ou do PSD, Juscelino Kubistchek, Jânio Quadro, e os tribunos da UDN, Carlos Lacerda, Maurício de Lacerda, Aliomar Baleiro, Afonso Arinos de Melo Franco, Prado Kelly, Alceu de Amoroso Lima e Assis Chateaubriand, entre muitos outros.

Desde minha juventude, comecei a ler os grandes discursos da humanidade, e entre nós (vendo e ouvindo embevecido), aqui na nossa João Pessoa, Campina Grande, Areia e outras cidades do interior, nas campanhas políticas, a partir da década de quarenta, oradores dos quais encerro neste trabalho desde a República Velha, o relicário de nossa eloquência. E tudo se continuou em mim, neste entusiasmo e emulação, quando, desde os quinze anos em entusiasmo por minha madrastra — a política, sempre freqüentei comícios quer aqueles de meu partido o PSD, do PL, UDN ou do PTB ou outras siglas de então.

Fiz estágio nos Grêmios Literários, como Pereira da Silva, Augusto dos Anjos, participando de júris em julgamento de personagens históricos, apresentando discursivamente, trabalhos de literatura, onde aperfeiçoávamos a dicção, a mímica, a imitação de voz. Que mocidade a daquela época! Todos os

sábados e domingos à tarde, destinávamo-nos a esta atividade sã e valiosa, sacrificando o cinema, ou a inocente paquera da Praça João Pessoa e da Lagoa. Que digam os coevos, o que significava enfrentar nas comemorações cívicas do Liceu Paraibano, sua tribuna, diante de colegas que apupavam, agrediam e viajavam, os oradores emergentes.

Em busca de aprimoramento, nesta época já freqüentava a Academia Paraibana de Letras, nas posses e conferências, ouvindo contrito Álvaro de Carvalho, Horácio de Almeida, Matias Freire, Manoel Otaviano, Coriolano de Medeiros e outros. Isso para não falar do ouro e não prata de casa.

Remonto a meu conhecimento dos remotos tempos da oratória de Maciel Pinheiro, Aristides Lobo, Solon de Lucena, João Suassuna, Generino Maciel, Genésio Gambarra, Assis Chateaubriand, João da Mata Correia Lima, José Pereira Lira, Antônio Galdino Guedes, Pedro Moreno Gondim, Luiz de Oliveira Lima, Abelardo Jurema, José Joffily Bezerra, Samuel Duarte, lembrando também a oratória sacra do Padre Inácio de Almeida, D. Adauto Aurélio de Miranda Henrique, Monsenhor Walfrêdo Leal, D. Carlos Coelho, Monsenhor Pedro Anísio, Matias Freire, Pe. Manoel Otaviano, Pe. Francisco de Assis (de Patos), morto há bem pouco tempo. E veja-se para falar somente do passado e do presente, apenas do conterrâneos.

Eram um encanto, um arrebatamento, um êxtase para minha juventude, os comícios da Lagoa e daí adveio a óbvia homenagem a tais tribunos paraibanos, que se ouviram no Brasil inteiro, e glorificados foram, por suas orações religiosas ou políticas, nas naves das Igrejas, no recinto dos parlamentos, a céu aberto, aplaudidos, no regorgito de massas por vezes ínfrenes, ou estáticas, embevecidas e extasiadas.

Sofremos primeiro pela escolha dos doze primeiros componentes desta Galeria. Houve dificuldades na escolha do predicator místico, de vez que o escolhido teria que ser o Pe. Inácio de Almeida, cujos sermões na Candelária no Rio de Janeiro, todos os domingos levava fiéis para ouvi-lo, e como veremos o Cônego João de Deus Mindêllo da Cruz foi o único que nos deu material para sua inclusão o qual não desdoura com sua presença nosso trabalho. Lembro ainda a beleza repetida de seus sermões na Procissão do Encontro na Semana Santa em João Pessoa, diante do então Cinema Plaza.

Tudo residuiu no fértil de tantos oradores religiosos, por sermos tão pródigos neles. É que, os sermões e prédicas perderam-se na vastidão das naves de nossas hoje catedrais, ao acanhado de nossas pequenas igrejas ou capelas, sem a existências das fitas magnéticas e nos improvisos, mormente aos domingos

toridade eclesiástica, com quem mantinha a mais cordial e respeitosa amizade, e a quem ouvia muitas vezes, sobre assuntos importantes a graves”.

Na minha opinião, o Cônego Mindêllo poderia e deveria pronunciar o elogio fúnebre do Presidente, assassinado em condições tão dolorosas. Mas quanto às pretensas convicções religiosas do ilustre morto, era melhor que não tivesse tocado no assunto. Ele não deveria ter tangenciado nem desmentido a verdade, porque, a meu ver, suas tergiversações marcaram todo o resto de seu discurso com a suspeita de insinceridade. Principalmente porque ele conhecia aqueles fatos a que me referi; numa alusão velada à polêmica anterior, teve que apelar para uma frase de péssimo gosto, frase que se conclui com um lugar comum ainda pior:

“Erros, ele os teve. E quem não tem, Srs.? Errare Humanum est”.

São momentos como estes que me levam a detestar a oratória como normalmente ela é entendida, na Paraíba ou no resto do mundo. E para que se veja tais sentimentos não são de hoje, lembro algumas palavras minhas que foram publicadas em 1971 pela Imprensa Universitária da Paraíba, na plaquete intitulada João Suassuna — O SERTANEJO, O ESTADISTA, O AMIGO. Na plaquete colaboraram Humberto Nóbrega, Alcides Carneiro e Fernando Nóbrega. E, nas *Palavras de Agradecimento* que escrevi para encerrá-la, dizia eu, a propósito do segundo:

“Alcides Carneiro é mais conhecido, na Paraíba, como o maior orador do Estado. Eu não sou grande apreciador dos chamados talentos oratórios, pelo menos dentro dos padrões em que comumente se entende isso. Assim, confesso que o que ele escreveu sobre Suassuna não teria, para mim, a importância que teve, se Alcides Carneiro, fazendo discurso, não fosse, de fato o escritor que é. Guardadas as proporções, é coisa semelhante ao que acontecia àquela *prosa imperial da Língua Portuguesa* que são os sermões do Padre Antônio Vieira. De fato, sucede-lhe, às vezes, como no caso de Antônio Vieira, a gente ler um trecho seu e sentir, nele, a presença da oralidade inerente ao discurso. Mas sente-se sempre, em tais casos, a presença de tudo o mais se exige de um orador para ser escritor; a sobriedade, a força, o pensamento ajustado à palavra, que nestes casos não é procurada como um fim em si mesmo, mas como um meio de expressão, beleza e *verdade*”.

Foi a falta de tais características, foi sobretudo a ausência daquele *tom* que nos toca pela sinceridade e pela verdade, que eu senti em grande parte dos oradores reunidos na ANTOLOGIA de Amaury Vasconcelos. Que o cônego

Mindêllo e outros parecidos com ele me perdoem por escrever aqui o que penso, e não o que normalmente se espera do prefaciador de um livro como este. Que me perdoe o próprio Amaury Vasconcelos por ter deixado soar aqui, ao invés das notas convencionais que se usam em tais momentos, a rude sinceridade sertaneja que bebi, menino, nas águas do Rio Piranhas e que o polimento civil da Cidade nunca conseguiu destruir.

Ariano Suassuna.



Pedro Américo de Figueiredo e Melo

Nasceu o pintor, na cidade de Areia, na então Rua do Sertão (hoje Rua Pedro Américo) local de seu Museu, no dia 29 de Abril de 1843 e, faleceu no dia 07 de Outubro de 1905 em Florença na Itália; filho de Daniel Eduardo de Figueiredo e Feliciano Cirne. Gênio revelado desde a infância, foi pintor universal, filósofo, botânico, romancista, poeta, físico, antropólogo, astrônomo, químico, professor emérito de Desenho, Pintura, Estética, Filosofia das Artes e orador, como veremos.

Ao lado do pincel, febrilmente, com a mesma genialidade, sua pena produziu: *DE LA LIBERTÉ, DE LA METHODE ET DE L'ESPRIT DE SYSTEME DANS L'ETUDE DE LA NATURE*, que foi sua tese de doutorado na Universidade de Bruxelas, obra recentemente traduzida e publicada pela Gráfica Universitária (UFPB) com a denominação de *AS CIÊNCIAS E OS SISTEMAS*, com classificação antes da obra de Augusto Comte, e, na mesma temática e assunto, *DE L'ENSEIGNEMENT LIBRE DES CIÊNCIAS NATURELLE*.

Seu trabalho *COMPÊNDIO DE BOTÂNICA SUPERIOR*, com classificatório desde a infância na Missão Brunet, extraviou-se, infelizmente. Sendo suas ainda, no estro de cientista, as obras: *MEMÓRIAS SOBRE A CONJUNÇÃO DA SPYROGIRA QUININA*, *TEORIA DA POLARIEDADE DO SEXO*, *OS SAMBAQUIS NA COSTA DO LITORAL BRASILEIRO*, *HIPÓTESE RELATIVA AO FENÔMENO CHAMADO ZODIACAL*. Produziu ainda *EXPLICAÇÃO HISTÓRICA AO GRITO DO IPIRANGA* e a *QUESTÃO CRISTIE*.

Teve a coragem de contestar com suas idéias filosóficas — espiritualistas e valendo-se de seus conhecimentos de História Antiga, a VIDA DE JESUS de Ernest Renan, com REFUTAÇÕES À VIDA DE JESUS, recebendo do Papa Inocêncio IV, a Comenda do Santo Sepulcro, obra roubada numa pensão modesta onde vivia em Paris.

Sobre essa comenda, que glorificou o trabalho acima mencionado, no Catálogo das Obras, do Grande Mestre Brasileiro, editado em 1915 por diversos autores, é apreciado do seguinte modo: “Destas vitórias do glorioso brasileiro, e principalmente da segunda em 13 de janeiro de 1869, resultou o desbarato completo dos positivistas, como confessou o seu próprio chefe, Dr. Jules Mathieu, em carta dirigida a Pedro Américo; noticiando a imprensa o caso do modo a encher de legítimo orgulho o jovem espiritualista e a sua querida Pátria onde o ilustre crítico Dr. Silvio Romero, se bem discordando das doutrinas expendidas, colocou o nome do autor entre o dos principais filósofos brasileiros.

Em Paris, na Sorbonne, onde recebeu a carta de Bacharel em Ciências Sociais, apelidaram-no o Filósofo, por sua grande aplicação, seriedade de estudos e profundidade de idéias e de opiniões, ao passo que na Academia das Belas-Artes, na mesma cidade, em que lhe foram conferidos dois prêmios de primeira classe no estudo da figura humana, manejava com tal perícia o lápis e o pincel, que todos o supunham exclusivamente dedicado a pintura.

Foi romancista (a nosso ver) o primeiro paraibano, a dedicar-se a esse gênero da ficção, disputando essa primazia com seu irmão Aurélio de Figueiredo em O MISSIONÁRIO.

Em pleno Realismo, sem filiar-se a esse gênero literário, publicou os seguintes romances: O HOLOCAUSTO, autobiográfico, seguindo-se, também, em muito de sua vida os enredos de O FORAGIDO, NA CIDADE ETERNA, e finalmente na novela, “Amor de Esposo”, todos merecendo crítica, pelo estilo denso, pesado, períodos longos, diálogos cansativos com personagens irreais, provocando na crítica, por outro lado, algo apreciativo, sobretudo pelo caráter filosófico de suas apreciações.

Em seu favor diz o Dr. Cândido Teixeira sobre o romancista: “A respeito desse livro (Holocausto) pode-se repetir a frase de Madame de Sévigné: “Que não só se deixa de ler, mas tem o raro merecimento de se fazer ler todo, sem cansaço e com prazer crescente”. Não é preciso adivinhar, descobrir através do distinto homem de letras o exímio artista”. Foi ainda como literato, poeta, não se publicando, verdadeiramente um vate bissexto.

Escreveu DISCURSO SOBRE O PLÁGIO NA LITERATURA E NA ARTE, prelecionan-

do, ainda, nessa temática sobre a Estética e História das Artes e Arqueologia, ESTUDO FILOSÓFICO SOBRE AS BELAS ARTES NA ANTIGÜIDADE.

Donato Mello Júnior, em PEDRO AMÉRICO DE FIGUEIREDO E MELO cita-o no DISCURSO SOBRE O PLÁGIO NA LITERATURA E NA ARTE nos considerandos de refutação a esse, pelo qual sempre foi criticado em toda sua obra, artística, pictórica e intelectual, transcrevendo-o: “Defendeu uma tese cuja repercussão à época em que foi elaborada, no Brasil e no exterior, não conhecemos. Traduzida a conferência, publicou-a em seu livro ALGUNS DISCURSOS, em Florença, em 1888. Segundo ele: “...se por plágio se entende a imitação inconsciente, ou as coincidências acidentais do pensamento, ou a identidade original do assunto, ou finalmente as casuais reminiscências, que inevitavelmente se encarnam nos grandes produtos da inteligência, qual é o autor, por mais ilustre que seja, que não incorreu no involuntário delito de plagiário?” no campo da ciência vemos serem alinhados os nomes de Copérnico, Galileu e Newton, e em seguida, ao passar para o âmbito da História da Arte, afirma que “...encontramos logo os maiores mestres a se plagiarem reciprocamente para atingirem a perfeição que buscavam”. Refere, então, exemplos relativos a Orcagna, Bruneleschi, Bramante, Rafael, Perugino, Ribera e Poussin. A rigor, de acordo com seu ponto de vista, Luois David imitava os romanos e os Carracci a todos os mestres da pintura”.

O mesmo autor ainda afirma, no dizer do Pintor Universal: “ ... Ora, o estilo era o homem dizia Buffon; e o homem capaz de imprimir em um sujeito já explorado o cunho de sua própria individualidade dando novo e formoso semblante a uma concepção cronologicamente anterior não é, por certo, equiparável ao plagiário, cujo traço característico é ausência constante de grandes qualidades individuais dominadoras”.

Como destacado orador, publicou ALGUNS DISCURSOS em 1888, DISCURSOS PARLAMENTARES, destacando seu genro J. Cardoso de Oliveira, entre outras coisas, que o batalhista: “Na Câmara deu provas de um talento oratório invulgar, “Capaz de pronunciar” (segundo um cálculo publicado no Jornal do Comércio, do Rio de Janeiro) 170 palavras por minuto”. E o mesmo biógrafo, ainda conceitua: “A palavra de Pedro Américo era sempre fácil e rápida, principalmente quando os apartes o incitavam; circunstância essa que tornava evidente a espontaneidade da oração, palavras ouvidas com curiosidade, mescladas de admiração e cobertas de aplausos, ficaram arquivadas nos anais do Congresso como pétalas preciosas em opulento, mas, esquecido herbário”.

Mostrou seu talento tribunício, quando de sua tese em Bruxelas, onde foi

aplaudido por mais de 1.200 pessoas, depois de um exame público que durou seis horas. Na oratória exalçou sempre sua erudição de humanista e grande conhecedor da cultura greco-romana.

Pedro Américo como parlamentar, votou a favor da extinção das Ordens e Dignidades concedidas no Império, ao Imperador, malgrado ele próprio as tivesse.

Dos projetos que apresentou e sustentou brilhantemente, cita-se: “Criação de Três Universidades”; “Fundação de uma Galeria Nacional de Belas Artes - Independente da Escola”; “O Estabelecimento de um Teatro Normal”; “Abolição das Loterias e outros jogos funestos ou desumanos”; “A Repressão dos Costumes Dissolutos”; “A Lei sobre Propriedade Artística e Literária e os Direitos Autorais”.

Só tiveram êxitos, entretanto, e considerados em Lei, aqueles que mais de perto interessavam à política, tais como: o Projeto do Auxílio Pecuniário ao Estado da Paraíba; e as Emendas que apresentou, ou apoiou, mormente a que reduziu o Período Presidencial para quatro anos e a que concedeu Pensão Vitalícia a D. Pedro de Alcântara.

Em sessão solene perante o Imperador D. Pedro II, no Teatro Pedro de Alcântara, confirmou sua eloquência, em comemorativo aos 80 anos de Vitor Hugo, onde narra como o conhecera: “Eu tive a felicidade de conhecer pessoalmente o poeta filósofo, quando exulava a espera da liberação de sua cara pátria; ... agradei-lhe e com a mão trêmula, tocando meu copo o copo dele, o brinde que fazíamos à liberdade”.

Álvaro Cotrim, em Pedro Américo e a Caricatura, narra fato jocoso inserido por Luiz Guimarães Júnior, seu colega do Pedro II, e um dos seus maiores biógrafos: “Pedro Américo desenhou com tal primor de felicidade uma nota de dez ou vinte mil réis do Branco do Brasil, que todos nós ficamos assombrados e tive uma idéia de feitiçaria ou de bruxos. Dizíamos então uns aos outros com certa ingenuidade e pasmo adoráveis: como poderia ser rico Pedro Américo se quisesse! Basta pintar quarenta ou cinquenta notas por dia!

É Patrono da cadeira N.º 24 da Academia Paraibana de Letras, tendo como titular fundador, seu melhor biógrafo paraibano, o polígrafo Horácio de Almeida, sucedendo-o José Joffily Bezerra até o atual ocupante, Evaldo Gonçalves de Queiroz.

Os textos aqui escolhidos de seus discursos, bem demonstram sua condição de orador nacional, e, internacionalmente afamado; creio agora, até bastante desconhecidos de seus conterrâneos. Vejam que revelo esse aspecto também genial desse cidadão do mundo.

Seu Centenário foi comemorado em todo o Estado e quando na Capital foram abrir seu túmulo para que trasladados fossem os seus restos mortais, vejam o que de inusitado aconteceu, e tudo relatado na Ata de Exumação, pela comissão organizadora do evento: “O túmulo estava quase meio d’água e nele foram encontrados, além do caixão de chumbo, um crucifixo de metal que se despregara certamente do ataúde, várias alças também de metal e uma garrafa lacrada contendo jornais e documentos a qual não chegou a ser aberta pelos presentes, porque seguirá para Areia, confiada à comissão, juntamente com os restos mortais do artista paraibano. Retirado do túmulo o caixão de chumbo, procedeu-se à abertura do mesmo pelo lado da tampa, na presença de todos, a fim de verificar-se o estado em que se achavam os restos mortais do exumado. Dentro, estava cheio de pó de serra e carvão e, afastados esses elementos até descobrir-se o cadáver, foi notado, com surpresa de todos, que ainda não estava de todo decomposto, apesar de sepultado há 37 anos. A comissão teve ensejo de constatar que o ilustre paraibano fora sepultado em trajes de rigor, pois as suas vestes ainda estavam em perfeito estado de conservação. Diante disso, resolveu a comissão cobrir novamente o cadáver com o pó de serra e mandar soldar o envoltório de chumbo a fim de ser transportado para a cidade de Areia no estado em que foi retirado do túmulo”.

Na inauguração do monumento, o advogado José Correia Lima, em parte de seu discurso, conclui: “Quando o Século XIX com toda sua luminosidade e esplendores fechou sua derradeira pálpebra, já a morte espreitava à distância o mestre inimitável de nossa pintura. Em 1905 Pedro Américo encontrava-se na cidade italiana de Florença quando a vida lhe fugiu. Transportado seu corpo para o Brasil foi o mesmo sepultado como o de um indivíduo comum. Esqueceram-se os homens daquele tempo de que no cérebro de tão ilustre brasileiro, brilhara a centelha mágica das visões profundas e geniais.

Sobre este acontecimento histórico, a comissão do Centenário publicou diversos discursos em todas as solenidades, a saber: PEDRO AMÉRICO E O CENTENÁRIO INTELECTUAL DE AREIA. PEDRO AMÉRICO do Dr. João Gonçalves de Medeiros; PEDRO AMÉRICO — Horácio de Almeida, pela APL; PEDRO AMÉRICO O LITERATO DE HORTENSIO RIBEIRO; Pedro Américo o Areiense de Elpídio de Almeida; PEDRO AMÉRICO — O PENSADOR, de Manoel Tavares Cavalcante no IHGP; PEDRO AMÉRICO — NO PANTEON DA GLÓRIA do Padre Francisco Lima, no Teatro Minerva; EPISÓDIOS DRAMÁTICOS de autoria do Professor Antônio Bannino de Vasconcelos, que em seguida damos uma pequena amostra: GLÓRIA AO

GÊNIO: “— A História — (adianta-se e coloca-se ao lado da Paraíba) — Eu sou a História que realiza a imortalidade do herói, do gênio e do santo. Sou eu que registro e perpetuo, através dos tempos e das gerações, dos seus feitos maravilhosos, as suas façanhas brilhantes, as suas criações geniais. (para Areia) Velha cidade da serra, eu te saúdo na memória imperecível de Pedro Américo; eu te saúdo, respeitável baluarte da civilização paraibana. Em letras de precioso relêvo tenho gravado teus feitos memoráveis”.

Do último autor foi a letra do Hino do Centenário, com música de Camilo Ribeiro.

Na honra de prefaciар, o álbum comemorativo de seus 150 anos de nascimento, intitulada PEDRO AMÉRICO, PINTOR UNIVERSAL afirmei: “Não necessitamos mais demonstrar a grandeza nacional e internacional desse emérito brasileiro, tão esquecido. Minhas últimas palavras serão as do historiador Horácio de Almeida, tributo que presto a um estudioso incansável como meu prefaciado, e o último baluarte, o maior de todos, na defesa a sua reverência de existência gloriosa. “Ele era pobre; diziam-no rico; era desprendido, diziam-no interesseiro; era modesto; diziam-no ambicioso; era amigo sincero; diziam-no desleal; era original diziam-no plagiário, era um talento pujante, diziam-no medíocre”.

Os textos aqui escolhidos de seus discursos, bem demonstram sua condição de orador nacional, e, internacionalmente afamado; creio-o agora, até bastante desconhecidos de seus conterrâneos. Vejam que revelamos esse aspecto, também genial desse areiense, cidadão do mundo, por tudo que fez pelo berço de seu nascimento, pela glória de sua pátria, por sua participação como cidadão do mundo.

**CÂMARA DOS DEPUTADOS — SESSÃO
DE 18 DE JULHO DE 1892**

**UNIVERSIDADES: SUA IMPORTÂNCIA HISTÓRICA
— NECESSIDADE DA CRIAÇÃO DE UMA GALERIA
NACIONAL — DEVERES DO ESTADO — ESCOLAS E GALERIAS**

O SR. PEDRO AMÉRICO — Srs. Deputados, bem que não seja sempre necessário e regular prender vossa ilustrada atenção a assuntos que ainda não foram postos em discussão, contudo, tratando-se de objetos destinados pelo seu aspecto impessoal e abstrato ao desdém geral, peço-vos permissão para antecipar algumas reflexões a respeito de dois projetos que há dias tive a honra de oferecer á vossa consideração.

Começarei por tratar da criação de três universidades, idéia que há de continuar a parecer prematura e extemporânea, apesar da sua significação positiva e real e da sua exequibilidade; até que a mente do político e dos homens competentes se compenetre da oportunidade da sua realização, e a proclamem digna de entrar para o domínio do que é tão útil e positivo com a mais elementar cultura do espirito.

O quanto essas instituições têm sido fecundas em resultados, o quanto elas têm merecido a atenção do legislador, não o provam somente a intuição e o raciocínio, prova-o a história da Europa e em geral dos países cultos, onde desde tempos remotos, desde o primeiro bruxulear do espirito moderno, figuram as grandes escolas de cultura superior, literária, filosófica ou científica, como outros tantos luzeiros e outros tantos baluartes contra as incessantes invasões da ignorância e da barbaria.

Na Europa elas foram mais do que isso quando, por exemplo, se elevavam contra o espirito francês na parte da França durante tantos séculos avassalada á dominação inglesa, ou quando procuravam fundar a liberdade intelectual em Pisa, em Paris, em Oxford e em Bolonha; ou ainda nos tempos modernos, lançando raios de luz sobre todos os ramos do saber humano, e fornecendo a todas as colônias da civilização universal novos problemas e novas soluções; como se a alma humana não conhecesse limites além daqueles que lhes são traçados pela precariedade do organismo a que se acha ligada.

VOZES — Muito bem.

O SR. PEDRO AMÉRICO — Os primeiros e maiores centros dessa expansão

deveres, nem missão alguma diversa do policiamento material do solo e da arrecadação dos impostos. (Muito bem.)

E tributaria a homenagem a esse Epaminondas da palavra, o qual no pendor da minha carreira, na idade das fortes convicções, em que estou, tivesse a necessária eloquência para varrer do meu cérebro as loucas fantasias pelas quais tenho sido guiado ou transviado desde a minha infância.

Finalmente, não podendo abrir o coração dos homens positivos para transvasar-lhes meus sentimentos e meu entusiasmo abandono por hoje estes assuntos, lembrando ao Sr. Presidente e á Câmara a conveniência de tratarmos de outros, que igualmente não seriam bem acolhidos pelo público, não totalmente composto de seres corruptos e corações ossificados: quero falar dos meus protestos relativos á abolição das loterias, as ocorridas de touros, e principalmente da criação do Teatro Nacional. (Muito bem, muito bem. O orador é cumprimentado e abraçado pelos Srs. Deputados.)

**CÂMARA DOS DEPUTADOS — SESSÃO
DE 18 DE JULHO DE 1892**

**UNIVERSIDADES: SUA IMPORTÂNCIA HISTÓRICA
— NECESSIDADE DA CRIAÇÃO DE UMA GALERIA
NACIONAL — DEVERES DO ESTADO — ESCOLAS E GALERIAS**

O SR. PEDRO AMÉRICO — Srs. Deputados, bem que não seja sempre necessário e regular prender vossa ilustrada atenção a assuntos que ainda não foram postos em discussão, contudo, tratando-se de objetos destinados pelo seu aspecto impessoal e abstrato ao desdém geral, peço-vos permissão para antecipar algumas reflexões a respeito de dois projetos que há dias tive a honra de oferecer á vossa consideração.

Começarei por tratar da criação de três universidades, idéia que há de continuar a parecer prematura e extemporânea, apesar da sua significação positiva e real e da sua exequibilidade; até que a mente do político e dos homens competentes se compenetre da oportunidade da sua realização, e a proclamem digna de entrar para o domínio do que é tão útil e positivo com a mais elementar cultura do espirito.

O quanto essas instituições têm sido fecundas em resultados, o quanto elas têm merecido a atenção do legislador, não o provam somente a intuição e o raciocínio, prova-o a história da Europa e em geral dos países cultos, onde desde tempos remotos, desde o primeiro bruxulear do espirito moderno, figuram as grandes escolas de cultura superior, literária, filosófica ou científica, como outros tantos luzeiros e outros tantos baluartes contra as incessantes invasões da ignorância e da barbaria.

Na Europa elas foram mais do que isso quando, por exemplo, se elevavam contra o espirito francês na parte da França durante tantos séculos avassalada á dominação inglesa, ou quando procuravam fundar a liberdade intelectual em Pisa, em Paris, em Oxford e em Bolonha; ou ainda nos tempos modernos, lançando raios de luz sobre todos os ramos do saber humano, e fornecendo a todas as colônias da civilização universal novos problemas e novas soluções; como se a alma humana não conhecesse limites além daqueles que lhes são traçados pela precariedade do organismo a que se acha ligada.

VOZES — Muito bem.

O SR. PEDRO AMÉRICO — Os primeiros e maiores centros dessa expansão

intelectual foram Paris, Berlim, Pisa, Bolonha e outros lugares, nos quais ainda conservam a sua primitiva séde, e á sombra de tradicionais imunidades vão desenvolvendo e aperfeiçoando os seus próprios programas, hoje radicalmente ampliados e libertados das opressivas tutelas.

Quanto á distribuição geográfica das universidades que propus, preferi colocar uma em S. Paulo, porque aquela cidade e aquele Estado desde muito gozam de uma justa fama de região culta e rica; outra na Capital Federal, onde a multiplicidade dos estabelecimentos de instrução superior facilitaria a agremiação de todos eles, modificados e ampliados, em torno de um centro comum, do qual partisse a unidade do método; outro, em Pernambuco, na Bahia, ou no Pará, finalmente, por motivos semelhante ou idênticos, e pela necessidade de se criar e entreter um desses centros de cultura intelectual no Norte do Brasil; acrescento que as finanças deste último Estado não poderiam ser comprometidas nem abaladas pela existência de uma instituição dessa ordem.

E já que é permitido e mesmo louvável trazer antes o exemplo dos fatos do que simples opiniões individuais para ilustrar um assunto de tanta magnitude, lembrarei a liberalidade com que em França, na Escócia, na Alemanha, não somente o Estado e os parlamentos, mas as pequenas cidades como Tubingue, Grenoble, Rennes, Caen, e até simples companhias de navegação a vapor, como a Messagéries Maritimes, concorrem com ingentes somas para a manutenção desses benfazejos estabelecimentos.

Não vos enfadarei com a leitura dos dados estatísticos, das cifras dos orçamentos desses diversos países, dos quais um, como a França, no tempo do império, tinha 71 faculdades; outro, como a Alemanha, conta atualmente com 22 universidades; outra, como a Inglaterra, possui por assim dizer cidades inteiras de estudantes e professores, e escolas superiores tão bem dotadas pelos particulares, e sobretudo pelos sucessivos governos, que atualmente não carecem, para se sustentarem e progredirem, do menor favor do Estado.

O SR. ÍNDIO DO BRASIL — Isso é que são povos e isso é que são instituições.

O SR. PEDRO AMÉRICO — Bastar-me-à recordar ao Congresso, que em 1887 as despesas com as universidades se elevam em França a 100 milhões de francos; e que tal é naquela grande nação o fervor com que se procura desenvolver a instrução superior, a alta cultura da ciência, que o Estado chega a pagar aos moços para que freqüentem os estabelecimento especiais, de onde saem as legiões de professores e de sábios que juntos aos 20.000 estudantes

das faculdades, constituem o glorioso exército da paz e da concórdia, ao qual está reservado o império do futuro.

VOZES — Muito bem.

O SR. PEDRO AMÉRICO — Sei, Sr. Presidente, que há aí um grupo de homens ilustrados e sistemáticos, para os quais essa agremiação de escolas não passam de uma concentração nociva, de uma centralização contrária ao interesse geral; porém discordo completamente dessa maneira de considerar o que eu apelido, ao contrário, de verdadeiros focos de irradiação, de dispersão de idéias, de luzes e de espírito de liberdade.

UM SR. DEPUTADO — Carecemos de cousas imediatas, e não para o futuro.

O SR. PEDRO AMÉRICO — Pois, senhores, não é acertado plantar hoje para colher mais tarde? Que diríamos dos nossos antípodas, si eles se queixassem do sol, porque só amanhã derramará sobre aquela face do globo a luz que hoje nos ilumina e nos guia?

Reatando o fio do meu discurso, terminarei acerca deste assunto citando Oxford, Cambridge, Bolonha, cujas universidades enviavam às cidades vizinhas verdadeiras coortes de juriconsultos, de letrados, de médicos, para espalharem a ciência e incutirem no ânimo das populações o amor e o respeito à sabedoria e à pátria.

E pois, Srs. Colegas, si a minha idéia não triunfar hoje, que as paixões políticas avassalam os ânimos e não permitem a produção dos grandes fenômenos de alcance mais particularmente intelectual e moral, tenho como certo que, maduramente examinada e discutida, acabará por ser tomada na consideração que merece.

Ah, si eu pudesse ver um desses focos de vida e de ciência instituído no pequeno, mas nobilíssimo Estado que tenho a honra de representar, ou, por outra, se a sua população, a sua riqueza e todas as mais circunstâncias locais ou gerais me permitissem erigir uma dessas escolas na minha terra natal, por certo me consideraria feliz de me ter desterrado das minhas plácidas ocupações, de me ter deslocado em todos os sentidos, para ver, finalmente, coroados alguns dos meus sacrifícios de patriota, e alguns dos meus anhelos de paraibano.

O SR. CARVALHAL — Muito bem.

O SR. PEDRO AMÉRICO — A respeito da criação de uma Galeria Nacional de Belas Artes, Senhores, fôra escusado procurar demonstrar aqui o quanto importaria, não somente para a arte, que não tem uma função determinada no sistema da nossa civilização, mas ainda para a formação do gosto público, para

o desenvolvimento intelectual da mocidade, e até para afervorar o patriotismo, a fundação desse estabelecimento, onde o cidadão iria contemplar a imagem do antepassado, o fato histórico que ilustrou a pátria, a impressão que a grandiosa natureza sul-americana produziu na alma do artista, e enfim tudo quanto merece a atenção de um povo que desde os tempos coloniais nunca deixou de desprezar o que é indígena e nacional, para endeusar e adorar tudo quanto traz a marca de importação.

O SR. MORAIS BARROS — Mas o Governo não pode sustentar luxos de galeria.

O SR. PEDRO AMÉRICO — Como luxo de galeria? Pois uma galeria histórica é uma instituição meramente de luxo? Se ela o é, então também o são as escolas de belas letras, as bibliotecas, os museus de história natural, e finalmente todas as instituições materialmente improdutivas. As galerias de pintura são, ao contrário, tão positivamente úteis, de tal significação nas ordens das idéias...

O SR. ANFRISIO FIALHO — Muito bem.

O SR. PEDRO AMÉRICO... que não há país culto em que elas faltem.

O SR. MORAIS BARROS — Não temos dinheiro.

O SR. PEDRO AMÉRICO — Não o temos para o que é elevado e nobre; temo-lo em abundância, todas as vezes que, em lugar de 20 ou 30 contos para um objeto honesto e útil, se exige milhões para o que é extravagante e problemático. Se o Estado não tem meios para sustentar uma instituição modesta, que seria a um tempo um insigne exemplo no meio da corrupção geral e um incentivo para as vocações especiais se desenvolverem e produzirem, seja conseqüente, lógico e concludente, já abrindo mão de tudo quanto é ensino artístico, já declarando que se acha dispensado da alta missão moral que lhe atribuímos.

VOZES — Muito bem.

O SR. PEDRO AMÉRICO — Sim, senhores, eu quisera não ver mais abertas à curiosidade da juventude nem as bibliotecas, nem os museus, nem as academias, nem as escolas especiais, para que o moço incauto não perdesse em vão a alegria dos verdes anos, iludido a respeito de objetos de que tão pouco caso fazem os primeiros homens de seu país; para que não houvessem mais enganos nem miragens acerca do valor do talento, alcance do belo, e do triste futuro que aguarda os moços predestinados.

Senhores, nós que imitamos a França em tudo quanto é acidental e negativo naquele país; que acolhemos no seio da nossa pátria e no íntimo dos nossos

costumes os seus defeitos e as suas fraquezas; que aferimos pelas produções da sua decadência literária o valor dos nossos escritores, o talento dos nossos artistas, e até o valor e a feição dos fatos da vida comum, por que não havemos de a imitar no que aquela ilustre nação tem de grande, característico e essencial? Por que não a seguimos na sua cultura, no seu amor as belas artes, no seu incessante caminhar?

A França, como a Suíça, como a Itália, como a Alemanha, e como já começa a fazer a América do Norte, não têm somente galerias e museus históricos nas suas grandes cidades. Como Paris ou Lyon, Marselha ou Bordeaux, ela os tem no Havre, em Orleans, em Saint Germain, em Cette e até em Blois. Pois é possível que os seus estadistas, os seus governos e os seus parlamentos, os quais não cessam de promover a expansão da alta cultura do espírito, estejam cegos ou iludidos acerca dos resultados práticos de semelhantes instituições?

Mas, não é somente sob a luz dos interesses da inteligência e do amor pátrio, que um museu nacional de pintura e escultura deve ser encontrado; há aí coisa mais positiva a considerar, e vem a ser a colocação das produções dos nossos compatriotas de talentos.

O SR. ANFRISIO FIALHO — Perfeitamente.

O SR. PEDRO AMÉRICO — Porque, Sr. Presidente, o Estado não tem o direito de estender ilusões fatais no cérebro da juventude. A Itália compreendeu desde os tempos medievais esta verdade.

O SR. O DEPUTADO — E, entretanto os italianos vem para cá morrendo á fome.

O SR. PEDRO AMÉRICO — Não admira, quando se pensa na pequena superfície daquela estreita península e na sua grande população; quando se reflete que o italiano é um povo empreendedor, um povo de imaginação, que busca a felicidade onde a crê encontrar, e emigra por não caber no encantado coturno; um povo que desde o começo dos tempos modernos enche de pasmo o ocidente pelos seus empreendimentos, não somente nas belas artes, mas em todo os ramos de conhecimentos humanos.

E quando a Itália era apenas aquilo que se apelidava de uma expressão geográfica, quem é que afirmava a sua unidade como grande nação, a originalidade do seu gênio, e profetizava o seu reaparecimento na cena política do mundo? Era a ciência bolonhesa, era a poesia miliciana, era principalmente a arte florentina ou antes, era a convicção e a esperança de que tudo isso gerava na alma da Europa e no coração do povo dominado, o qual, no meio das suas

dissensões, dos seus infortúnio e de seus desastres, entretinha em trabalhos públicos, colossais legiões de artistas, e ainda achava tempo e dinheiro para mandar tirar vistas do oriente ou retratos dos homens mais celebres da época.

É por isso que os nossos ilustres compatriotas em Paris: Barão do Rio Branco, Eduardo Prado, e outros, quando desejavam conhecer a fisionomia de algum dos mais notáveis governadores do Brasil ou conquistadores da Índia portuguesa, não se dirigiam aos estabelecimentos públicos em Portugal, na África, em Gôa, ou no Brasil, onde não existia o que buscavam, mas a mim em Florença, em cujas galerias eu o ia encontrar, às vezes em excelentes telas que me surpreendiam por circunstâncias casuais do mais alto valor histórico.

Bem sei que a existência de uma galeria de pintura não resolve questões meramente materiais e positivas; bem sei que não se vai matar a fome nem descontar uma letras de câmbio na contemplação de um quadro histórico; porém, também reconheço que não é na padaria ou no banco de crédito que a alma vai achar o necessário conforto no meio das decepções que lhe proporciona a própria vida positiva.

Demais, não há cidadão sem tradições, como não há direito de cidade sem apego aos tesouros do espirito e respeito ao patrimônio comum, legado inalienável dos antepassados às gerações sucessivas.

O SR. FRANCISCO GLICÉRIO —Apoiado.

O SR. Pedro Américo — Se propus a separação da Galeria de Pintura e Escultura, tinha por fim as razões do exemplo, das conveniência da arte e da economia do Estado.

Em todas as partes onde existem galerias públicas, são elas distintas e independentes das coleções privadas das escolas. Demais os diretores da nossa Escola de Belas Artes, em relatórios publicados pelo Ministério da Instrução Pública, se tem queixado pequeno do número, e da impropriedade das salas da antiga Academia para conter as coleções que lhes foram confiadas, e que argumentaram consideravelmente fiadas, depois do advento da República, acontecimento que ocasionou a remessa para ali de muitas obras de arte esparsas por outros edifícios.

Estando, porém, o Parlamento preocupado com a idéia de economias, creio fazer-lhe um grande serviço propondo para sede da nova instituição o antigo edifício do Museu Nacional, cuja adaptação ao seu novo destino se poderia fazer perfeitamente com a verba já votada para fim semelhante, no pressuposto de continuar a servir de abrigo às coleções científicas. Esse alvitre evitaria se fosse tomado em consideração, as grandes despesas resultan-

tes da ereção de um novo edifício destinado a um tempo á Escola e á Galeria, isto é, a duas instituições diversas, que não devem ser confundidas nem agremiadas na prática.

Fundada sem grandes sacrifícios pecuniários para a nação, consagrada ao abrigo e á conservação das primícias do gênio brasileiro, sem exclusivismo diante das produções estrangeiras de méritos que o Estado pudesse adquirir, aberta as exposições públicas anuais e a todas as escolas, a todas ás aptidões e especialidades estéticas, essa galeria na Capital Federal haveria de servir de incentivo para outras criações congêneres nos Estados.

O SR. ANFRISIO FIALHO — Apoiado.

O SR. PEDRO AMÉRICO — E OS RESULTADOS PRÁTICOS, COMO NA ITÁLIA, NÃO SE FAZIAM ESPERAR MUITO.

O SR. MORAES BARROS — O que é que as galerias italianas produziram?

O SR. PEDRO AMÉRICO — Além da grande glória para a Itália, uma renda bastante expressiva para a própria conservação desses tesouros, á manutenção da vigilância de que carecem, e á dispendiosa e contínua restauração dos estupendos palácios em que estão instalados, e que não são certamente o último titulo de glória para o gênio italiano. (muito bem).

No dia em que eu me convencesse da completa improficuidade da minha incorreta palavra.

VOZES — Pelo contrário, muito elegante.

O SR. PEDRO AMÉRICO — que, me esforçando para demonstrar o direito do povo brasileiro à conquista do futuro, não fiz mais do que importunar o Congresso, o público e os meus colegas de arte; no dia em que eu próprio me convencesse que não passo de um cidadão inútil, de um promotor de objeto de luxo — como as corridas de animais exóticos e degenerados —, nesse dia eu teria uma indizível, satisfação em abandonar a cadeira onde me colocaram os meus coestadoanos, e, contente por ter feito o meu dever de patriota, volver para o lar domésticos e para lutas muitos mais proficuas, em que tenho granjeado o modesto pão quotidiano, e alguma glória para a minha pátria.

VOZES — Muito bem.

O SR. PEDRO AMÉRICO — Eu quisera que o políticos brasileiros viessem á tribuna para me persuadir de que ele não é contraditório nem inconseqüente, quando pela sua indiferenciada vai elevando um monumento negativo á própria imprevidência e á própria inércia; eu quisera que ele me demonstrasse que pode existir uma sociedade sem artistas, um sistema de governo sem

deveres, nem missão alguma diversa do policiamento material do solo e da arrecadação dos impostos. (Muito bem.)

E tributaria a homenagem a esse Epaminondas da palavra, o qual no pendor da minha carreira, na idade das fortes convicções, em que estou, tivesse a necessária eloquência para varrer do meu cérebro as loucas fantasias pelas quais tenho sido guiado ou transviado desde a minha infância.

Finalmente, não podendo abrir o coração dos homens positivos para transvasar-lhes meus sentimentos e meu entusiasmo abandono por hoje estes assuntos, lembrando ao Sr. Presidente e á Câmara a conveniência de tratarmos de outros, que igualmente não seriam bem acolhidos pelo público, não totalmente composto de seres corruptos e corações ossificados: quero falar dos meus protestos relativos á abolição das loterias, as ocorridas de touros, e principalmente da criação do Teatro Nacional. (Muito bem, muito bem. O orador é cumprimentado e abraçado pelos Srs. Deputados.)

DISCURSO ACADÊMICO — EM PRESENÇA DO IMPERADOR PEDRO II EM 26 DE SETEMBRO DE 1870

Senhor!

Meus Senhores! Por mais que alguns filósofos, seduzidos pelo amor da humanidade, tenham querido inculcar uma época em que o progresso da civilização por si só há de ser bastante para reduzir todos os homens a uma absoluta igualdade, o conhecimento da natureza humana e a experiência de largos séculos desmentem este sonho infantil. A diversidade das inteligências, das aptidões e dos caracteres traçou entre os homens um sulco profundo, que debalde tentarão anular os mais ousados socialistas. O ignorante, que vive estranho ao mundo de que faz parte; o fementido, que apunhala na alma do amigo os mais inefáveis sentimentos; o invejoso, que de indústria desconhece as grandes facetas do talento, da inspiração e do heroísmo, não podem ser equiparados ao sábio, que existe como um centro de alterações intelectuais no meio da criação, aos grandes caracteres, que ilustram as grandes virtudes; ao homem de gênio, de quem deriva tudo quanto há formoso e gigantesco na civilização; porque os primeiros constituem a parte retrógrada e dissolvente das nações, os outros formam o seu elemento motor. Uns inventaram a censura, o embuste e a calúnia para amesquinhar as proporções dos grandes inventos, desprestigiarem o mérito, e darem em terra com os ânimos ainda não tisonados à tocha da infâmia; outros, verdadeiros estandartes do progresso, permitiram que, á sombra das maravilhas sabidas de suas mãos, se fosse formando a crítica judiciosa e sensata, para apontar as qualidades, lastimar os defeitos, e cumprir destarte a sua dupla missão de orientar o gênio transviado e acostumar o espírito público aos juízos difíceis e melindrosos da estética.

São destes últimos os verdadeiros artistas, isto é, os homens a quem a Academia manifesta todos os anos a sua estima, concedendo-lhes os seus prêmios.

Tal é, senhores, a natureza e excelência do pacto que hoje celebramos; e por isso vemos reunidos neste recinto tudo quanto há de mais nobre e ilustre no nosso heróico império: autoridades venerandas, professores abalizados, académicos briosos e distintos, cidadãos de todas as classes, probos e honrados, todos, todos porque querem ver e reconhecer os mimosos filhos das musas; todos querem gozar o espetáculo grandioso do triunfo do gênio coroado pelas augustas mãos de seu mais ilustre protetor.

Se, porém, este ato já era de sua natureza grande e solene, tornou-se soleníssimo depois que muitos e muitos brilhantes sucessos colocaram o Brasil em uma época essencialmente orgânica, em que cada fato social deve achar sua razão nas necessidades do país, e corresponder a um ideal conforme às aspirações da época. Temperados á chama da verdade, fortificados nas lutas incessantes do progresso, exaltando de prazer ao vermos fulgirem os lucros da glória na frente de tantos gênios nacionais, que se vão ilustrando no cultivo da música, da arquitetura, da estatuária e da pintura, já não podemos considerar os fenômenos artísticos, realizados por brasileiros como um élo desprendido da cadeia dos fatos que nos ilustram, uma páginas solta desse livro imorredouro em que se vão arquivando uma após uma todas as glórias nacionais.

E quando, Srs. Artistas, não são augustas as vossas funções, quando assim vos vêdes ligados aos destinos da sociedade brasileira! Como não deveis exultar de entusiasmo quando refletirdes que foram os vossos antecessores na arte de sacrificar o belo, os esteios mais fortes do progresso, os percursores mais ilustres da civilização, profetas mais infalíveis de todas as ligações que durante o vasto curso dos séculos elevaram seus templos no coração e na consciência da humanidade! Chamai a História Universal, não como é geralmente ensinada nas nossas escolas, onde se deixa á sombra todos fatos que respeitam o descobrimento da verdade, mas trazendo consigo toda o intuição do passado, e mandai-a desdobrar diante de vós a grandiosa profecia da realidade; evocai a alma do mundo antigo, e contemplai-a em toda a sua nudez!

Vinde, povos sonhadores da Índia, dessa terra de misteriosas tradições, vinde dizer-me o que vos resta da Vossa antiga grandeza! O silogismo, que pretendeis terdes inventado? Impossível, que esse escreveu-o Deus entre os vocábulos do pensamento do primeiro homem; os princípios da Vossa filosofia teológica, que erguendo os sacerdotes de Ariúna continuaram efetivamente toda a Ciência! a Vossa constituição política e social, que encerrava virtualmente todas as combinações possíveis para resolverem em todas as hipóteses' imagináveis o problema do futuro!

Enganai-vos, que por cima de tudo isto passaram vitoriosos os soldados de Alexandre, depois passaram todos os grandes povos e o arruinam completamente. A Vossa ciência da natureza, em que os fenômenos sociais se explicavam pelos movimentos planetários e até pelos acidentes meteorológicos, desapareceram, como os vossos sonhos em política e em teogenia. Restam-vos somente para Vossa glória os gigantescos monumentos da es-cultura, que, com as prodigiosas fantasias de Wiasa e de Valmichi, salva-

ram-vos do esquecimento da posteridade, ou mesmo do desprezo dos vossos implacáveis conquistadores.

Vinde, terra amarga dos Egípcios, pátria da melancolia e da superstição! Onde estão os vossos antigos esplendores, e que resta de tanta magnificência? Os faraós foram vencidos pelos Persas decadentes, e suas múmias caíram em poeira debaixo dos pés opressores dos estrangeiros do Ocidente; vossa estóica moral foi condenada por uma outra moral, e o caminho do sol, máximo esforço de vossa fantástica ciência, encheu-se de urzes e tojos, desde que a escola de Alexandria começou a cultivar a geometria e a ciência dos números: restam porém os edifícios de Philé, de Elefantina e de Karnac, para irem restaurando pouco a pouco essa estátua gigantesca que, baseada nas pirâmides, enchia de pasmo e assombro a humanidade, com sua linguagem a um tempo estranha e veemente.

Vinde simpática e gloriosa Grécia, mãe formosa de heroísmo e da poesia! Que foi feito dos vossos deuses, que povoavam outrora os caminhos, as grutas, os rios, os lagos, os mares, o ar, o fogo, e que, reunidos em conselho, decidiram, do alto do Olimpo, da sorte do universo? Todos caíram ante a majestade do Deus de Sócrates e das tradições mosaicas. Onde está a vossa legislação, desde que apareceu a de Roma? Onde está a vossa filosofia? Desabou ao sopro da ciência vulgar dos Árabes, que mandaram á Europa o telescópio para refutá-la. Vossa formosa Minerva escondeu as faces enrubescidas de vergonha, quando viu no berço da criação moverem-se Copérnico e Galileu, isto é, Deus dos imortais fundadores do método das ciências experimentais, que cercaram por suas bases as escolas dedutivas, que pareciam gêmeas da eternidade. Restam porém os poemas e as estátuas, para, com elas as leis da arquitetura, civilizarem todos os povos que vos sucederam na cena do mundo.

Vinde, Roma opulenta e majestosa, leito primitivo de todas as virtudes cívicas, séde perene dos pontífices; que vos resta de vossas antigas pretensões de aniquilar as sociedades, reduzindo todos os povos do orbe á humilde condição de vassallos dos vossos vassallos? Apenas uma saudosa recordação no espirito dos homens ambiciosos e perdidos; que foi feito dessas trezentas mil entidades divinas, que guiaram as vossas legiões através dos continentes e dos mares, e que coligadas contra a Pérsia, Babilônia, Síria, Egito, Grécia, Cartago e todo o Ocidente, deram em terra com liberdade social, que haviam proclamado os povos helênicos? Todos desapareceram ante o Deus único da Bíblia, da concepção colossal do Cristianismo. Onde foi que se escondeu vossa antiga fortaleza, vossa lei e vossos grandes moralistas? Tudo, tudo se esvaeceu ao sopro

tempestuoso dos bárbaros; e quando vieram os povos modernos, apenas acharam um livro, o grande Digesto, para provar-lhe que Virgílio e Tácito foram contemporâneos de grandes juristas; ficaram sobretudo as gigantescas abobadas, os vastos anfiteatros, os circos, as pontes e os arcos de triunfo, que espalhados por toda a parte, atestam uma civilização extraordinária, uma prepotência política sem exemplo na história dos povos antecessores.

E vós também, sociedade que nasceste sob o reino da idade média, levantai-vos despida de vossos ridículos atavios, e vinde dizer-me o que resta de vossa lógica, de vossa dialética, ciência dedalica em que cada palavra era uma substância, cada frase um tema de profundas cogitações, e cada argumento um incompreensível exemplo de penetração? Nada! Arnald de Vileneuve, que vós não compreendestes, Abélardo, que vós perseguistes, e Rogério Bacon que vós quisestes sacrificar, já haviam cavado a vossa ruína antes que na Inglaterra, em França e na Itália aparecessem os três restauradores das ciências positivas. Resta-vos porém gótica, a mole gigantesca de ferro e grê para desculpar-vos os erros e os transvios, e simbolizar eternamente a fé católica em todo o ardor de sua pureza primitiva.

É ainda essa arquitetura, em que se achavam concentrados todas as vossas esperanças, todas as ambições da teologia, quem a derrubou? Foi o arquiteto Brunelleschi, que senhor da própria independência intelectual, opoz a razão, e de um surto venceu a antigüidade. Aí está a Sé de Florença, que repeliu a invasão ascética na Itália, constituindo-se a primeira estrofe desse maravilhoso cântico da inteligência, o alegre grandiosa sinfonia, concurso maravilhoso de todas as manifestações do espírito a que chamamos Renascença!

Ah, filha formosa da antigüidade exumada! Poema de inspirações infinitas! Quem foi que te trouxe ao mundo? Foram os paripatéticos, que supunham regenerar a sociedade fazendo-a ler Aristóteles nos livros de Avicennes e d'Averróes, nos quais nem ao menos uma paráfrase do pensamento do mestre se encontrava? Escolástica, dos doutores da anti razão, que gastaram três séculos de renhidas discussões e propósito de um paralogismo? Foi Carlos VIII e Luiz XII, que aplainando serra dos Alpes tentaram aniquilar o gênio italiano, aterrado pelo espetáculo das vitórias de uma civilização semi-bárbara? Foi Colombo, o duplicador da superfície da terra, cujos grandes descobrimentos prolongaram por mais de dois séculos a duração da idade média? Foi Gutemberg, que para iluminar as novas sociedades, recebeu delas a triste condição de multiplicar intemeratamente os místicos e os escolásticos, inimigos radicais de todo o progresso? Foi Machiavello, que escreveu um volume para ensinar aos

déspotas a fazerem de nações inteiras matéria bruta de suas experiências peculiares? Foi *Luthero*, enfim, que tentou fundar o reino do futuro, restaurando o império do passado? Não! Foi *Erasmus*, o delicioso chorista d'Utrecht, o pintor do crucifixo de Basileá, que, depois de retificar nos seus Adágios o bom senso da antigüidade, mandou ao Papa, no Elogio da Loucura, o primeiro ensaio triunfante da crítica moderna e livre; foi *Copernico*, o retratista de Thorn, que instruído nas eternas harmonias da estética, preferiu no estudo dos cosmos e sistema racional heliocêntrico, ao sistema visual de Ptolomeu; foi *Kepler*, a um tempo musico, desenhador e geometra, que da simples inspeção de uma figura plana, deduziu as quatro leis admiráveis que puseram nas mãos de *Newton* a chave do mundo plenário; foi *Galileu*, que do estudo da pintura passou ao da música, para depois, elevando-se á astronomia, merecer da posteridade o titulo de descobridor do firmamento; foram finalmente *Dante*, *Leonardo de Vinci*, *Petrarca*, *Miguel Ângelo* e *Rafael*, que, cultivando as arte da paz souberam realizar, sem violência nem perfídia, a grande revolução moral e intelectual de que saíram vitoriosos os princípios da civilização moderna.

Eis, senhores artistas, algumas dessas verdades que os historiadores costumam esquecer, não obstante o terem elas mudado radicalmente a face do mundo.

Iniciados na arte de eternizar a virtude, a ilustração e o heroísmo, destinados a serdes perante as gerações do provir os fieis interpretes das nossas glórias, penetrai-vos, pois, do venerando encargo de que vos achais incumbidos; dessa espécie de magistratura de que vos revestiu a civilização, e não vos esqueçais nunca que as sociedades futuras terão os olhos fitos nos primores saídos do vosso engenho, quando quiserem historiar a vossa época. Gloriosa falange de soldados do progresso, que vinde cada dia ajuntar mais uma pedra ao monumento da pátria, não desanimeis os verdes o abutre da inveja crocitar frenético em torno dos vossos troféus; erguei o escopro criador e desabai-o rápido sobre a matéria prima: o mostro entrincheirado nos sarçaes lodaçentos da preguiça, fugirá espavorido o rumor da inspiração, e desaparecerá consumido pela própria raiva, quando sentir aproximar-se o facho da verdade!

E vós, senhores, ilustrados promotores da prosperidade pátria, a quem deve a nação tantos elementos de vitalidade, dignai-vos de considerar sempre as artes liberais como o faziam outrora os legisladores gregos; pelas suas grandes faces, e á luz dos interesses da civilização. Mais felizes do que esses operários, que ora vedes cobrirem o peito com o galardão do trabalho, com o prêmio das virtudes pacíficas, que tão dignamente exercem, os Cultores da Ciência saú-

dam na criação de um grande foco de desenvolvimento intelectual a aurora de um dia esplendido. Se uma igual perspectiva se abrisse para os artistas, tenho a firme convicção de que seria altamente proficua, não somente as belas artes, senão a todos os ramos de desenvolvimento industrial.

A numerosa classe, que tem a honra de contar em seu seio talentos como Carlos Gomes, tão entusiasticamente vitoriado pela Itália; Mesquita, cujas composições sagradas cada vez mais o recomendam á admiração pública; Archangelo Fiorito, que durante cinco anos consecutivos de trabalhos incessantes não deixou de auxiliar o progresso da arte nacional; Victor Meirelles, o ilustrado autor da Primeira Missa, da Moema, e de alguns admiráveis esboços relativos á história Pátria; Agostinho da Mota, o gracioso pintor das nossas paisagens; Ferro Cardoso, que depois de reedificar grande parte da famosa Luvania, projetou ligar por uma artéria sumptuosa os grandes bairros de Bruxelas, tornando-se por semelhantes fatos, ele, brasileiro, o primeiro arquiteto da Bélgica; Chaves Pinheiro, cujas formosas produções, uma das quais é colossal, asseguram-lhe um lugar distinto na história da arte contemporânea; Porto Alegre, o ilustre decano dos artistas nacionais, cujo nome é uma das maiores glórias do Brasil; uma classe tão provida de homens eminentes, e em particular a Academia, que apesar de ver limitadas por muitas circunstâncias as conseqüências do seu ensino, tem formado os principais professores das nossas escolas especiais, imploram e merecem a vossa ilustrada proteção. Os artistas carecem de trabalho, principalmente de trabalhos de utilidade pública. Eis o ponto essencial, a questão de máxima importância, para quem quiser considerar o progresso das belas artes no Brasil debaixo do seu verdadeiro aspecto. Entre os muitos artistas célebres de que faz menção a história, raros foram aqueles que se ilustraram nas escolas oficiais. Incumbidos de grandes encargos, quase todos retiraram disto as regras do método, e o entusiasmo necessário para as grandes realizações. A satisfação desta primeira necessidade traria, pois, necessariamente, a solução do problema do ensino.

E já que toco em tão importante assunto, seja-me permitido anunciar-vos solenemente que a Academia de S. Lucas acaba de distinguir com um pioneiro prêmio o nosso compatriota João Zeferino da Costa, atual pensionista do Governo; porque este fato, confirmando de algum modo a excelência do ensino que oferece a Academia das Belas Artes do Rio de Janeiro, milita em favor da opinião que professo, que não é tanto nas condições atuais do método, como em circunstâncias exteriores a ele, que está encerrado o segredo do progresso e do verdadeiro desenvolvimento das belas artes.

E que vos falta senhores, que formais os grandes poderes do Estado, para vencerdes as *difficuldades* e os obstáculos de tão gloriosa tarefa? As riquezas, as honras, os interesses gerais, e por consequência o gosto, os costumes e as paixões patrióticas, tudo isto não está nas vossas poderosas mãos? Árbitros dos nossos destinos, os primores das artes não se criam sem a vossa vontade! Falai; o gênio impaciente vos escuta; o granito e o mármore das montanhas rolarão até alicerces dos nossos edifícios; e a pátria agradecida, que já saúda em vós os cultores da verdade e os promotores do bem, saudará igualmente os admiradores ferventes do belo!



João Coelho Gonçalves Lisboa

Nascido em Queimadas, propriedade rural, que dista poucos quilômetros da cidade privilegiada de Areia, no dia 27 de junho de 1859, falecido no dia 11 de julho de 1918, filho do Coronel Teodósio José Gonçalves Lisbôa e D. Josefa dos Santos Coelho Silva.

Trouxe a índole e a rebeldia de sua legendaria e histórica Areia, a vanguarda temível de todos os movimentos libertários da Paraíba, a sentinela indormida da Borborema, pronta sempre às reações e às lutas, como célula pensante de nosso Estado.

Viveu, também, os dias gloriosos da Faculdade de Direito do Recife no coleguismo de Tobias Barreto, Castro Alves, Falante da Câmara, Martins Júnior, Silvio Romero, Artur Orlando e Clóvis Bevilacqua, de onde nasceu o idealismo da abolição da escravatura, propiciando todas as lutas republicanas.

Coelho Lisboa, o areiense, apelidado de o “Verbo de Fogo do Senado”, abolicionista ou republicano, ficou famoso por ímpetos de retórica, mormente ao discursar em Areia, após voltar da “Cidade Luz”, disse: “PARIS PARA SER BELA COMO AREIA, PRECISARIA TER UMA GAMELEIRA”. Ou, então, quando ao saudar Margareth Stowe Beecher, na Capital Federal, na Esplanada do Castelo, a praça cívica naquele período, agradeceu à autora de “A Cabana do Pai Thomáz”, exclamando: “Vossa Excelência acaba de saudar

o povo, o povo agora saúda por mim Vossa Excelência”. Era o esplendor dos libertários comícios em defesa da raça negra.

Em *Homens do Brasil* de Liberato Bittencourt, Volume II, relata: “Foi deputado federal e depois senador federal por seu Estado. Homem de alta estrutura e robusta compleição, inteligente e culto, ardoroso e nobre, fala com desembaraço e escreve com correção”.

A respeito de Coelho Lisboa, falou Celso Mariz, em *Cidades e Homens*: “Coelho Lisboa, um homem brilhante e valente; foi abolicionista, republicano desde a Monarquia, soldado decidido de um governo de reação e de heroísmo como foi o de Floriano. Sua sinceridade, mas também sua ambição e seus nervos, davam-lhe, por vezes, exaltação desabrida. Talvez porque o conheço mal ou porque essa é a impressão verdadeira de seu temperamento. Não me concílio com seus ataques à pessoa e à política de Álvaro Machado. Mas, não são as falhas nem os defeitos e, sim, as virtudes de inteligência e de civismo que devem decidir como pessoas maiores no julgamento de Coelho Lisboa. Coelho Lisboa tinha grande virtude inalienável; era a da franqueza que o levava a agir sempre às claras, mesmo contrariando situações fortes. Desapontava-se com facilidade, e passava ao ataque em público. Sua sinceridade, mas também sua ambição e os nervos, lhe davam por vezes exaltação desabrida. Era sempre decidido, franco, impetuoso, nunca se importando de perder altos cargos, mandatos, ou possibilidades. Por isso, talvez, dava a impressão de insofrido e incontentável”.

Luiz da Silva Pinto, em sua conferência intitulada Coelho Lisboa, no IHGP em 13 de maio de 1935, dá-lhe, o seguinte perfil: “Despontando à vida numa cidade assim, já trazendo na alma o germe da independência congênita, teve, Coelho Lisboa, de abraçar, logo cedo a causa dos escravos, que começava a preocupar a Nação, e que Areia, apesar de ter sido esquecida pelos historiadores da abolição, representara no Nordeste, a voz que primeiro bradara pelos jornais e pelos comícios, em prol da libertação da escravatura, antecedendo-se, talvez, ao Ceará e dando alforria aos seus escravos antes mesmo que o 13 de maio de 1888 tivesse raiado no Brasil. Conferencista erudito, poliglota, dominando o grego, o latim e o alemão, orador vibrante, tribuno retumbante, jornalista corajoso, arrojado, impetuoso, poeta, culto e abnegado, desambicioso, padeceu injustiças na vida pública, vivendo mais pobre ao fim de vida tão afanosa, obrigou-se a buscar o magistério do ensino secundário no Colégio Pedro II, para a sobrevivência. E tudo nele, que viveu a consagração de dois mandatos de Deputados Federal e Senador, mormente figurando

ao lado de Joaquim Nabuco, José do Patrocínio, rivalizando em beleza masculina apolínia com o citado Nabuco”. E dizemos nós, com Eitácio Pessoa.

Descreve, ainda, o mesmo biógrafo, na idêntica obra, o seguinte episódio: “Em Porto Alegre, o caravaneiro do Norte, quando falava da sacada de um hotel, a massa enorme que se aglomerava para ouvi-lo, constatava-se um daqueles episódios da psicologia das multidões, de que nos falava, maravilhosamente, Scipio e Le Bon: Um grupo exaltados tentou vaiar e apedrejar o erudito tribuno, cujo verbo convincente e ardoroso, atraía a alma gaúcha à verdade de sua pregação cívica. O orador, ao ser agredido, não se alterara. Ereto, firme, superior, apelou para que não danificassem o prédio do hotel e sacou de sua arma para defender-se. Minutos após, a massa mesma, tangia a malta agressora e vibrava às expressões eloquentes do Danton brasileiro.”

Legou as seguintes obras: Sublime Dea. (poesias) Problemas Urgentes — Oligarquias, — Secas do Norte — Clericalismo (Discursos Parlamentares).

Em conferência Castro Pinto, diz: “(...)podia citar ainda Coelho Lisboa, um dos mais brilhantes e denodados soldados da República. Não conheci alma tão aberta aos ideais democráticos como a dele, nem coragem mais pronta e segura do que a que ele sempre revelou, quando se batia pela República, ao lado de Quintino Bocaiúva ou Silva Jardim. A palavra de Coelho Lisboa impressionou tanto a Aristides Lobo, que estando presente no teatro, certa noite, ouvindo-o, o futuro Ministro da Justiça do Primeiro Governo Republicano, em correspondência publicada no DIÁRIO POPULAR, de São Paulo, a 12 de agosto de 1886, assim resumiu o episódio: “Disse que depois de falar os oradores ao povo, falava o povo aos oradores. Que era em nome desse povo que se levantava ao influxo de uma idéia luminosa; em nome desse ramo da raça latina, ainda não degenerado, como se apregoava geralmente, pelo contrário, retemperado pelo ar puro das florestas americanas, capaz de grandes cometimentos! Em nome do povo brasileiro, enfim, ele que falava.”

Em VULTOS DA PARAÍBA Oscar de Castro diz: “Coelho Lisboa, forte de corpo e de espírito, foi o homem que primou pela elegância impecável de trajes e atitudes. Na idade avançada, tinha a cabeleira branca, pendendo aos ombros e o olhar profundo de quem vivia pensando. Os bigodes, quase a cobrir os lábios, conferiam-lhe expressão de impressionante beleza. Foi bom jornalista, propagandista republicano, ao lado de Albino Meira, Júlio de Castilhos, Lopes Trovão e tantos outros. A luta republicana, transformou-o em cigano, a percorrer das cochilas do Rio Grande, aos sertões do Nordeste. A pregação que se estendeu a todas as partes, foi também de todas as horas e de todos os minutos. Teve sorte de assistir

às vitórias das causas pelas quais batalhou. Foi eleito Deputado Federal em duas legislaturas, tendo, no Senado extraordinária atuação. Sincero e puro democrata, combateu a escravidão e foi o Precursor das Obras Contra as Secas do Nordeste com o projeto que apresentou sobre o assunto, em 1908”.

Finalmente os textos por nós escolhidos os discursos parlamentares sobre a defesa do Nordeste, perante o fenômeno das secas, vêm justificar, a escolha desse grande orador paraibano e brasileiro, esplêndido e imortal político, franco, sincero e honesto, até chegando ao ponto da agressividade.

Em ponto final, a ode do imortal Jansen Filho no Poema Vultos Memoráveis da Cidade de Areia:

Quando dos negros aflitos,
Caía a vida no jogo,
Coelho Lisboa surgia,
Com seu discurso de fogo,
Olhos imensos no espaço,
Apontando com seu braço
A estrada de um mundo novo!
Atacando os perversos!
Defendendo os oprimidos
E dando razão ao povo!

POLÍTICA E SECA — SESSÃO DE 13 DE JULHO DE 1908

O SR. COELHO LISBOA — Sr. Presidente, venho submeter á alta consideração do Senado um projeto de lei sistematizando os serviços contra os efeitos da Seca nos Estados do Norte.

Problema o mais urgente de quantos se apresentam á resolução da geração moderna, as secas do Norte encontram, Sr. Presidente, um paralelo no flagelo que, durante anos e anos, vitimou a capital do País e diversas cidades do litoral e do centro do Império, hoje Republica Brasileira — a febre amarela.

Contra este flagelo levantou-se no Brasil o espírito eminentemente competente do ilustre patricio Dr. Osvaldo Cruz, que, com uma convicção inabalável, o enfrentou, caracterizando, por sua escolha por parte do Governo uma época na política brasileira, em que o governo se preocupou com a máxima da política inglesa - *the right man in the right place* — e foi busca-lo no silêncio do seu gabinete, e deu-lhe poderes suficientes para jugular tão grande calamidade...

O SR. ALFREDO ELLIS — Nacional.

O SR. COELHO LISBOA — ... Nacional, como bem diz o ilustrado representante de S. Paulo, resistindo a todas as criticas que os interesses chocados traziam á discussão diariamente, e que vinham se rebentar contra a resolução firme do Governo, de aniquilar o maior inimigo do nosso progresso, transformando o nosso ânimo, virilizando-o para as lutas, de modo a nos apresentar ao mundo inteiro como um país que conseguira sanear-se com os seus próprios recursos, coroando-se esta vitória com a conquista que aquele eminente homem de ciência obteve na Alemanha, no prêmio que veio sagrá-lo grande cientista mundial.

O SR. ALFREDO ELLIS — Benemérito.

O SR. COELHO E CAMPOS — Apoiado.

O SR. COELHO LISBOA — O problema da seca no Norte está Sr. Presidente, nas mesmas condições.

Enquanto o descrédito do Brasil era apregoado na Europa pelos inimigos, de forma que, em se falando do Brasil, falava-se do país de febre amarela. E ainda me lembro, quando visitei a República Argentina, da frase de um jovem argentino que, lhe sendo eu apresentando como brasileiro, me perguntou:

— Usted es del Brazil? E usted non se murió de febre amarilla?!

Sabendo-me brasileiro, admirava-se de que não tivesse eu morrido de fe-

bre amarela! Tal era o descrédito do nosso País, perante os estrangeiro, e... sobretudo, perante aquela República vizinha.

Esse problema, dizemos todos nós com prazer indizível e com orgulho, está resolvido com os recursos da ciência brasileira.

A seca do Norte, vitimando o espírito do nortista altivo e nobre por natureza...

O SR. ALFREDO ELLIS — Apoiado.

O SR. COELHO LISBOA — ... que só pode ser batido pelos elementos, vem desacreditar perante o mundo estrangeiro, uma das regiões mais férteis e belas do grande território brasileiro.

Problema secular tem ele sido estudado continuamente, a princípio, sob a forma empírica da revolta do homem contra os elementos da natureza; vem de anos e anos esse flagelo, desde as mais remotas memórias históricas. Em 1690 já era conhecido vitimando as tribus que habitavam aquelas paragens, a respeito das quais Thomaz Pompeu, em sua memória sobre o clima e a seca do Ceará, disse: “Os primeiros missionários que escreveram sobre a região, que se estende desde Pernambuco, ou antes, desde o S. Francisco até o Rio Parnaíba, falam de um sertão, ou território, seco, sujeito a repetidas secas; entretanto, não deixava por isso de ser bastante habitado por numerosas tribos indígenas, não só por todo o litoral, como pelo interior. Ora, vivendo esses selvagens só de caça, pois apenas alguns, pelo litoral e serras, faziam pequenas plantações de legumes, se as secas fossem tão freqüentes ou gerais, não era provável o desenvolvimento de uma numerosa população, todavia, as informações oficiais dos capitães-mores e Junta de Fazenda são freqüentes em acusar essa região como seca.

A população européia ou a colonização civilizada começou no Ceará, pelos fins do século XVII, e somente os princípios do século XVIII é que há tradição.

A primeira grande seca, de que resta vaga tradição em memórias fora da Província (Ceará) foi a de 1711, que se estendeu ao Norte até o Maranhão, pois que em 19 de abril desse ano a Câmara de São Luiz representou ao governador sobre a fome e penúria que sofria o povo, nesse ano, por falta de chuva. Quase nada se encontra nos arquivos do Ceará desse tempo, porque, infelizmente, tudo foi destruído.

Estuda o Senador Tomaz Pompeu a seca de 1710 a 1711, a 1722 a 1723, a de 1736 a 1737, a 1748 a 1749, a de 1777 a 1778, a de 1784, 1790, 1793, 1808 a 1809, 1810, 1816 a 1817, 1824 a 1825, 1844 a 1845, depois 1827, 1830, 1833 e 1837.

No decurso, pois, de 1711 a 1844, em pouco mais de 130 anos contam-se 10 secas mais ou menos intensas, termo médio periodal - 13 anos, sendo o mais extenso período o que a informação da Junta de Fazenda, falando da seca de 1782, alude a outras menores e repetidas, em anos anteriores.”

Como vê, Sr. Presidente, este flagelo tem trazido grande despesa ao erário público; com se vê, da seca de 1845, em que se gastou no Ceará a quantia de 305.404,145, que, o cambio de 54 dinheiros por mil réis, ao tempo, aumenta consideravelmente.

Vê-se que as despesas que fez o Governo em 1877 com a seca do Norte são avaliadas em mais de 20.000.000\$. Por uns.

O SR. PIRES FERREIRA — Pode dobrar a parada; gastaram-se mais de 40.000:000\$.

UM SR. SENADOR — Mais de 60.000:000\$000.

O SR. COELHO LISBOA — por outros mais de 50.000:000\$000! Não há cálculo justo do que se gastou. Aceito os apartes de SS. EEX. Que vêm auxiliar o meu argumento.

Todos esses auxílios aos estados para debelar os efeitos da seca, si trouxeram algumas estradas, alguns calçamentos de ruas, ou alguns melhoramentos como embelezamentos, construções de cadeias, casas de Câmaras Municipais, etc., não podiam resolver absolutamente o problema, por quanto não o enfrentaram em tempo e com resoluções oportuna; o espírito brasileiro se achava, por assim dizer, aniquilado pelas continuas calamidades e não procurava estudar os assuntos diversos que se prendiam ao problema, rebelava-se contra a manifestação do fenômeno, estudando as correntes e direção dos ventos, de forma a investigar, a procurar o balde meios de corrigir a natureza.

A posição geográfica do Brasil, apresentando a les-nordeste um obstáculo solido ás correntes oceânicas que se bifurcam para noroeste e sudoeste; o choque dos alyseos nessa zona tórrida com a distancia de 15º para o norte e sul do equador, mais ou menos, de pontos da Bahia até o Cabo de Orange, esses continuos dos dois ventos principais, que, provocados pelo giro da terra, em turbilhões indiscritíveis, trazem os vapores de águas, colhidos no oceano para o continente, mas os vão levando para os Andes, por não encontrarem nessas paragens pontos úmidos para a sua condensação, nestas condições, Sr. Presidente, não será o homem que virá, no século presente, resolver um problema de tal natureza, lutando contra os elementos.

O espírito yankee dos norte-americanos, procurou a resolução do problema nos recursos da engenharia...

O SR. ALFREDO ELLIS — Visto como tinha uma zona mais ou menos semelhante á nossa.

O SR. COELHO LISBOA —porque, como disse o honrado Senador, tinham no seu país uma zona flagelada pelas mesmas calamidades.

Eu não vou tomar o tempo ao Senado, embora saiba que não há numero para as votações, e que a minha permanência na tribuna poderá, demorando o expediente, conseguir o número desejado, uma vez que a ordem do dia consta somente de votações, descrevendo a esta ilustre Casa a emergência da resolução desse problema, ou ainda mais, o modo porque deve ser ele resolvido, de acordo com as conquistas do mundo científico e econômico.

O nortista, Sr. Presidente, não pede esmola. A altivez do filho do Norte é conhecida no Sul. Bravo soldado na guerra, laborioso operário na paz, o nortista luta contra a natureza, há séculos, e guarda o seu lar, o seu roçado ou a sua fazenda com amor que só o nortista mesmo pode compreender.

Expulso do seu lar, abandonando as suas roças, as suas fazendas, ou as suas terras, perseguido pela calamidade das secas, vem ao Sul, contempla a grandeza deste mundo de progresso e desenvolvimento, mas a sua única preocupação é voltar para o seu Norte, para o encanto da sua terra querida, que ama, como árabe nômade ama o seu corcel.

O nortista lembra á República, como lembrou ao Império, que a resolução deste problema, que se impõe neste momento, reclama a atenção desses governos, como a resolução do mais urgente problema econômico.

O SR. ALFREDO ELLIS — Não é um problema regional; é um problema nacional.

O SR. COELHO LISBOA — Não é um problema regional; é um problema nacional, como bem diz o honrado senador por S. Paulo.

Para citar de passagem a autoridade dos que estudaram a seca, satisfazendo o amor próprio de nortista, que ama a sua terra, lembro Rebouças, quando estuda o problema de agricultura nacional, nos seus Estudos Econômicos e, abrindo de propósito, no ponto em que ele fala a respeito de minha terra, leio: “A Província da Paraíba do Norte foi uma das que melhor responderam ao inquérito a que se mandou proceder sobre o estado da lavoura do Brasil, por aviso do Ministro da Fazenda, de 18 de Outubro de 1873.

Foi relator da comissão da Capital o Dr. José da Costa Machado Júnior, um dos paraibanos mais distintos, pelo seu talento e patriotismo”.

O Dr. Costa Machado representou a Paraíba na Câmara dos Srs. Deputados. Seu relatório é uma exposição conscienciosa, um verdadeiro estudo do

abatimento a que a desídia administrativa, deixou cair a lavoura em uma das províncias do Império mais ricamente dotadas pelo Criador.

Cumprimos o triste dever de reproduzir alguns trechos deste documento, para que todos saibam, como jaziam desprezados os interesses mais vitais deste país!

A Comissão da Comarca de Areia disse: “A razão de ser o Município situado em um terreno montanhoso, torna demasiadamente caro o transporte, e o baixo preço que, pela qualidade, tem o açúcar no mercado de Mamanguape, da capital e de Goiana, para os quais é remetido, desanima em extremo o agricultor que, por essas duas causas, em vez de produzir o açúcar, prefere fazer a rapadura e destilar aguardente (!!!), gêneros que são consumidos nas próprias fábricas, ou nas feiras do município. Às vezes acontece que, absorvendo o frete de uma carga de açúcar todo o preço dela, se acham os agricultores na contingência de transformar em aguardente (!!!), o açúcar que tinham produzido, e que, sem aquela circunstância, teria ido ao mercado.

Possa quanto antes o caminho de ferro Conde d’Eu dar transporte barato...”

O SR. ALFREDO ELLES — É o que não existe por estradas de ferro.

O SR. COELHO LISBOA — O problema dos fretes vem se tornando difícilimo. Ou somos explorados por companhias estrangeiras, ou por empresas brasileiras arrendadas a companhias estrangeiras,... e um mercado seguro aos infelizes lavradores da cidade da Areia!

Rebouças estuda outras comarcas e diz: “O Rio Paraíba do Norte é uma espécie de Nilo; tem enchentes periódicas que irrigam o solo e o enriquecem de humus, de modo a produzir cana de açúcar 30 anos, sem necessidade de replantio!

O algodão produz extraordinariamente nos planaltos da província: durante a crise motivada pela guerra da emancipação dos escravos, nos Estados Unidos, os naturais da Paraíba do Norte, os pequenos lavradores — livres — fizeram prodígios de atividade. No ano de 1865, a Paraíba do Norte só foi superada na produção do algodão pela província de Pernambuco.

Na Serra da Borborema e nos seus diferentes contrafortes, o café produz, como na Serra de Maranguape, no Ceará: há de brevemente ser vendido no Havre e em Marselha como legítimo café de Moka.

A Paraíba do Norte possui um magnífico porto para o comércio transatlântico internacional no Cabedelo, e as mais belas condições topográficas para a construção de vias férreas.

É, pois, muito de esperar a reforma agrícola, que ora propagamos, e que a

fundação de fazendas centrais de café e de algodão, de engenhos centrais de açúcar, sejam destinadas a recompensar os laboriosos e sóbrios lavradores paraibanos dos sacrifícios que há séculos fazem improdutivamente!”.

Quando se abriu ao mundo a grande feira internacional de S. Luiz, nos Estados Unidos do Norte, em que os produtos brasileiros chamaram a atenção do mundo econômico para esse novo País desconhecido, que, de repente, procurava conquistar lugar vantajoso entre as primeiras potências do mundo, o Norte, Sr. Presidente, contribuiu nessa exposição grandemente, para os créditos do Brasil, ali se representando com um valiosíssimo contingente.

Quando partiram para aquela Exposição Universal, comemorativa da compra da Luiziana, os representantes brasileiros, o ilustre homem de Estado que se achava á frente do Ministério da Viação e que hoje, voltando a esta alta Casa, aqui representa digna e vantajosamente o seu Estado, o honrado Senador Lauro Müller, recomendou a cada um deles que estudasse nos Estados Unidos o problema da seca, ao Dr. Lauro Müller cabe a honra de ter tornado permanente os serviços contra os efeitos das secas no Norte do País.

Diversos dos representantes brasileiros fizeram estudos a respeito, entre eles o laborioso e competente deputado José Carlos de Carvalho e o Dr. Antônio Olinto.

O Dr. Antônio Olinto, que já havia ocupado o alto posto de Ministro da Viação e conhecia a fundo o problema, tendo se impressionado bem quanto ao modo por que os norte-americanos o resolveram no país, quis ainda visitar a Argélia e o Egito, e nesse sentido telegrafou ao Governo, o qual, deferindo-lhe o pedido, deu-lhe meios para continuar os seus estudos naquelas duas regiões assoladas por calamidades idênticas.

Do relatório apresentado pelo Sr. Antônio Olinto tirei eu a principal inspiração para o meu projeto; e, dirigindo-me a S. Ex. dele colhi ensinamentos para o formular; eu o entrego ao Senado que emendará como bem entender em sua sabedoria.

Lerei, entretanto, algumas páginas deste relatório, para terminar o meu discurso com o apoio da sua competente autoridade.

“Pela organização administradora dos Estados Unidos, a Secretaria ou antes o Departamento do Interior tem a seu cargo, entre outros serviços as terras públicas e a sua valorização, as florestas e fontes minerais do domínio nacional, as escolas agrícolas e de artes mecânicas nos Estados e territórios.

Pelo decreto legislativo de 3 de março de 1879, foi criada a United States Geological Survey, cujas atribuições têm sido alargadas, de tempos a tempos,

por atos legislativos e executivos, que se ocupam da classificação das terras públicas e do exame da sua estrutura geológica, dos recursos minerais e dos produtos das terras de domínio nacional e da fiscalização das florestas nelas existentes; e, bem assim do preparo de mapas topográficos e geológicos, da medida dos rios e regatos e da determinação dos suprimentos de água nos Estados Unidos, investigação das águas subterrâneas e dos poços artesianos; ocupando-se da valorização dos terrenos áridos, por meio de operação de engenharia necessária e para irrigá-los e torná-los aproveitáveis a fim de serem vendidos como as demais terras públicas.

Para os misteres administrativos, a Geological Survey se acha organizada em “ramos” e “divisões”. Os seus ramos são os seguintes: administração pública, geologia, topografia e hidrografia.

O ramo hidrográfico foi definitivamente criado, com atribuições peculiares, no ano de 1894.

De 1879, em que foi organizada a Geological Survey até 1888, não se cuidou de estabelecer nessa repartição ramos especiais para o estudo das águas superficiais ou subterrâneas; porém conjuntamente com a investigação de outros problemas, foram colhidos sobre elas numerosas informações que se acham publicadas nos relatórios anuais do diretor daquele serviço.

Em 2 de outubro de 1888 foi votada uma verba especial de 100 (cem mil dólares) e posta á disposição do diretor da Geological Survey, a fim de proceder a estudos na parte da região árida dos Estados Unidos onde se pudesse estabelecer a agricultura, por meio de irrigação, orçando e construindo os açudes, que armazenassem as águas pluviais ou dos rios, bem como os poços que pudessem extrair do sub-solo a água que faltava na superfície.

No ano seguinte esta verba foi acrescida de mais \$250.000 (duzentos e cinquenta mil dólares) para continuar o trabalho que tinha por fim redimir pela irrigação, os terrenos áridos, tidos como imprestáveis e, portanto, desaproveitados.

Foram desde logo, iniciados os trabalhos de campos, que prosseguiram ativamente, tendo começado a construção de alguns pequenos açudes e sendo preparados outros.

Nos anos subsequentes essa verba não voltou a figurar no orçamento pela oposição que encontrou o prosseguimento desse serviço, reputado moroso e cuja necessidade não era freqüente.

Não obstante isso, uma grande cópia de dados foram recolhidos e entregues á publicidade, não só relativamente ás águas superficiais como aos cursos subterrâneos, nos lugares onde escasseavam as vias e regatos.

A 18 de agosto de 1894, foi novamente votada a organização de um serviço especial de hidrografia com o objetivo de estudar os suprimentos de água existentes e possíveis nos Estados Unidos. A esse serviço foi consignada a verba de \$100.000 (cem mil dólares) que, logo depois foi elevada a \$200.000 e continua a figurar nos subseqüentes orçamentos votados para a Geological Survey.

Foi assim organizado permanentemente o ramo de hidrografia, tendo por fim o estudo das águas da superfície e do sub-solo, a medida da vazão dos cursos da água (rios, regatos e fontes) os sistemas de irrigação mais convenientemente adaptados a certas zonas, o lugar próprio para os poços que viessem suprir com as águas subterrâneas a falta delas na superfície.

A opinião ia se convencendo da necessidade urgente desse serviço, do qual resultaria a valorização e utilização de grandes zonas tidas como desaproveitáveis para a agricultura.

O assunto saiu depressa ao campo das discussões científicas e passou para o programa dos partidos, nas suas campanhas eleitorais.

Para isso concorreria a vulgarização das investigações geológicas sistematicamente feitas e trazidas já a público em numerosas monografias resumidas ou anexadas aos relatórios anuais da Geological Survey.

Em diversos Estados da União multiplicavam-se as aplicações das águas subterrâneas, não só para o abastecimento de fazendas de criação e de oficinas, como para o abastecimentos público de cidades e de aldeias e também para irrigação dos terrenos secos.

Nos Estados do Oeste, essas aplicações cresciam diariamente; e do Sul, o desenvolvimento das plantações de arroz determinou que se lançasse mão dos lençóis subterrâneos para as numerosas irrigações que essa cultura exige.

Na grande estiagem dos anos de 1897 e 1898, que assolou o Sul, e nomeadamente a Louisiana, teriam desaparecido as plantações de arroz e a criação do gado, se não, fossem os poços que iam sugar as águas do subsolo para trazê-las á superfície, onde as chuvas falharam e os cursos permanentes da água minguaram consideravelmente.

“Isso abriu os olhos dos interessados; e a partir dessa época, não só os particulares como os governos preferem tirar desses recursos naturais todos os proveitos possíveis. Os poços artesianos e os tubulares são de tal forma comuns nos Estados da União Americana, que rara é a localidade onde não se os vêem.”

S. Ex. traz no seu relatório a carta de uma região — Garden — City, no

Kansas — , que representa um mapa-celeste no qual os pontos negros que indicam as estrelas são substituídos pelos pontos negros que representam os poços artesianos ou moinho de ventos. Contam-se por milhares com a mesma dificuldade, com que se contam as estrelas e nele vêem-se verdadeiras constelações.

“Os poços artesianos e os tubulares são de tal forma comuns em todos os Estados Unidos do Norte que rara é a localidade, onde não se os vêem. Quando o nível hidrostático dos poços não é suficiente, para trazer as águas á superfície são elas extraídas, por meio de bombas impulsionadas ou por motores á vapor, ou por máquinas elétricas, por meio do ar comprimido ou finalmente por moinhos de ventos.”

Quem percorre as zonas do Sul e do Oeste, principalmente, vê a cada passo os moinhos de vento assinalando a presença dos poços. Às vezes, são verdadeiras florestas de moinhos que indicam localidades percebidas desde longe; outras vezes planícies no meio de arrozais e de outras culturas; ou finalmente, são as asas do moinho dominando extensos prados, onde o gado vive e se desenvolve, cercado de verdes pastagens e de frescuras. Atravessando as planícies quase infindas do Arizona, do New-México e do Texas, que constituíam outrora o árido “deserto americano” e onde vicejam hoje pomares, algodoeiros, arrozais, pastos e grandes culturas de cereais, que a vista alcança sem limites em todas as direções do horizonte, tem-se a impressão de que o moinho de vento é a baliza plantada pela civilização e pelo esforço humano, como um marco para assinalar a sua conquista na luta contra as dificuldades que a natureza, as vezes lhes oferece.

Para acudir ao desenvolvimento que iam tomando o estudo e as investigações sobre a natureza dos terrenos, em procura das águas subterrâneas, julgou-se conveniente destacar do ramo da hidrografia da Geological Survey uma divisão especial para a hidrogeologia ou hidrologia, propriamente dita.

As vistas de todos, que encaravam os destinos da União Americana, e estavam de tal forma voltadas para esse assunto, que, na plataforma dos partidos que disputaram a eleição presidencial de 1900, foi incluído um trecho, no qual se chamava a atenção dos eleitores para o aspecto nacional que oferecia a questão da irrigação. E Mr. Teodoro Roosevelt, quando sucedeu a Mr. M. Kinley na presidência da República, estendeu-se em sua primeira mensagem sobre a conveniência de um melhor tratamento e conservação das florestas e da necessidade da irrigação das terras áridas, no interesse de tornar-se mais vasto e completo o desenvolvimento do país.

Essa atitude do Presidente da República despertou mais intensamente a atenção do Poder Legislativo sobre o assunto; e daí nasceram dois novos serviços anexados à Geological Survey: um criado pela Lei de 17 de junho de 1902, conhecido pelo nome de Reclamation Law, e outro, o de hidrografia, que passou a ser uma divisão do ramo hidrográfico desde janeiro de 1903.

A divisão hidrológica ocupa-se do estudo das águas subterrâneas ou das que se acham abaixo da terra, da mesma forma que a hidrografia estuda as que estão na superfície.

Essa divisão trata, em suma, da investigação das condições geológicas que regem os suprimentos da água, e acha-se dividida em duas sessões: — a de Leste do Rio Mississippi e os abrange os Estados que ficam ao Oeste, são por ele banhados; e a Segunda abrange os Estados restantes ou que são denominados Reclamation State and Territories e o Texas.

É nesses Estados que também existe o serviço especial, dependente da Geological Survey, o qual se intitula Reclamation Service. Criada pela Lei de 17 de junho de 1902, essa repartição ocupa-se especialmente do estudo e da construção dos trabalhos de irrigação, para a valorização das terras públicas, no Arizona, Califórnia, Colorado, Idaho Dakota, Oklahoma, Oregon, South Dakota, Utah, Washington e o Wyoming.

O chefe de serviço hidrográfico é também o chefe do Reclamation Service; e nem poderia ser de outro modo, atentas as ligações que têm os trabalhos a cargos deste dois ramos”.

Mais adiante estudando as regiões dos Estados de Arizona diz, o Dr. Antônio Olinto: “como bem ponderava Mr. Alexandre Brodie, governador do Arizona, tem-se visto ali irrigações limitadas transformarem em belos parques aos desertos naturais, assim como ilimitadas derrubadas, para o comércio de madeira ou formação de pastos, transformarem em parques naturais os desertos.

Igual conceito externava o Presidente da República Mr. Theodoro Roosevelt, em um longo telegrama transmitido de Oyster Bay, a 15 de setembro de 1903, ao Congresso de Irrigação, reunido em Ogden, no Estado de Utah: “Nós podemos confiadamente esperar o mais amplo desenvolvimento possível de terras áridas e sua colonização por homens e mulheres trabalhadores e industriais, que trocarão os produtos colhidos da agricultura irrigada, pelos produtos das fábricas e usinas dos outros pontos dos Estados Unidos. Cada aldeia florescente onde hoje é o deserto, tomará mais tarde lugar entre os mais fortes pilares da nossa riqueza comum.

O desenvolvimento da irrigação do Oeste árido não pode, porém, prosse-

guir sozinho. A floresta é a companheira e a base da irrigação. Sem a floresta, a irrigação falha. O desenvolvimento permanente da irrigação e a destruição das florestas não podem coexistir.

Como é geralmente difícil e melindrosa a construção dos trabalhos hidráulicos que se seguem às investigações hidrográficas e hidrológicas, são dadas às comissões de estudos do Reclamation Service instruções especiais para uma cuidadosa investigação dos dados e segurança dos planos, pois que os projetos mal feitos podem acarretar grandes prejuízos e pôr em risco a vida e a propriedade das populações, que eles intentam servir.

Um dos artigos da Reclamation Law estatue que — a direção e as operações dos trabalhos de irrigação passarão para os proprietários das terras ali irrigadas, a fim de serem mantidas á expensas deles, mediante uma organização e de acordo com regras e disposições aceitas pelo Secretário do Interior.

Formou-se assim em Phoenix, capital do Arizona, uma associação denominada The Salt River Valley User's Association. E, depois disso, foram empreendidos pelo Governo Federal os serviços para a construção do açude do Salt River, na embocadura do Tonto Creek, a 112 kilometros acima de Phenix. Esse reservatório está sendo construído em uma garganta; e, uma vez terminado o açude, a represa das águas cobrirá uma área de 14.000 acres ou 5.600 hectares. A altura da muralha deve ser de 75,00mts e a profundidade das águas represadas vai atingir no açude a 58 mts.; a muralha terá a espessura de 50mts.00 no fundo e de 5mts0 na parte mais alta. Quando for terminado o açude, o volume das águas armazenadas será de 1.300.000 acres-pé, isto é, suficiente para cobrir 1.300,000 acres de terra com altura de 1 pé de água, ou 520.000 hectares de terreno com 0,305 de espessura de água. Será pois, um dos maiores, se não o maior açude do mundo. Na exposição de St. Louis, via-se no Governament Building uma reprodução, em massa, dessa obra gigantesca, representando o açude, com a sua muralha e os canais de irrigação que dele se derivariam, para fertilizar uma grande área de terreno, onde as águas corriam apenas pela ação da gravidade ou devido á diferença de nível dos diversos pontos da superfície. O custo dessa obra está orçada em cerca de 3.000.000 de dólares ou cerca de 10.000:000\$ de nossa moeda.

O Dr. Antônio Olinto dá em seu relatório notícias diversas dos Estados de Nebraska, Nevada, Novo-México, North Dakota, Oregon, South Dakota, Utah, Washington, Wyonninge, Texas, onde nota que “Em 1895, havia no Texas somente 800 hectares de terrenos plantados de arroz, ao passo que, em 1903 a

área cultivada desse cereal era de 100.000 hectares, e, 1902, só ao longo do Southern Pacific Railroad, dentro de um raio de 160 kilometros de Huston, a produção foi de 2.700.000 hectares.

A grande exploração no petróleo no Texas é de muito recente data, de cerca de 10 anos apenas. A perfuração de poços para a procura das águas subterrâneas veio revelar a existência de jazidas petrolíferas desde 1889; mas, até 1896, a produção não passava de 7.200 litros anualmente. Em 1896, foi descoberto o importante campo petrolífero de Corsicana; em 1900, o de Powel; em 1901, o de Beaumont; em 1902, os grandes campos de Sarataga e de Sour Lake e, finalmente, em 1903, o de Batson.

O Estado do Texas, o mais meridional e o mais extenso dos Estados União da América, tem 265.780 milhas quadradas de superfície. Quando ele se separou do México, em 1836, e constituiu-se em República independente, não tinha, mais de 30.000 habitantes. Em 1870, apesar de haver tomado parte em duas guerras, sua população já era de perto de 820.000 habitantes, e atualmente se eleva a 3.300.000. sua riqueza, devido á exploração dos recursos naturais do solo, tem crescido na mesma proporção; possuem 18.000 kilômetros de linhas férreas em exploração, produziu perto de 18.000.000 de barris de petróleo em 1903, ou mais de dois bilhões de litros, isto é 17,87% da produção total de petróleo bruto dos Estados Unidos da América; são extensas as culturas do algodão, do fumo, dos cereais e das frutas, crescente de ano para outro. A criação do gado ali não tem competência em nenhum outro Estado da União Americana, pois que o Texas possui mais de 7.000.000 de cabeças de gado, no valor de \$75.000.000. A cultura do arroz tem-se desenvolvido também extraordinariamente, devido ao sistema de irrigação hoje empregado nessa lavoura.

S. Ex. visitou “No Sul do Texas uma grande fazenda de criação, que ali se denomina Ranch. Ela em (Nueces Country) sobre a St. Louis, Brownsville and México Railroad. Esse Ranch, que é conhecido hoje pela denominação de King’s Ranch, nome de seu fundador; que lhe tinha dado primitivamente o nome de Santa Gertudes Ranch, é o maior Ranch do Texas; tem ele 1.000.000 de acres, isto é, 400.000 hectares de terrenos, o que significa que a terra não tinha valor aí quando foi organizado o Ranch; efetivamente, o solo tem aspecto de uma extensa planície, árida e estéril, onde nada prospera por falta absoluta de irrigação; e tão agreste era esse terreno, que, segundo narração do proprietário atual do Ranch, foram mortos ali cerca de 10.000 cascáveis no período de dois anos. Devido, porém, aos poços artesianos que foram perfurados nesses

últimos 10 anos, as condições do Ranch se transformaram radicalmente: ali se encontra numerosíssima criação de gado de todas as qualidades, que prospera e se desenvolve no meio de verdes pastagens abastecidas de abundantes aguadas, que os moinhos de vento fazem jorrar na superfície. Ali se vêem igualmente extensas plantações de algodão, de milho e de outras forragens que se perdem nos confins do horizonte até onde a vista alcançar. Hoje estão perfurados em King's Ranch mais de 60 poços, quase todos jorrantes, os Condados de Nueces e de Cameron, por onde se estendem as terras da fazenda. Esses poços têm 0m, 15m e 0m, 20m, 00 de diâmetro e têm camadas aquosas na profundidade de 120 mts00, a 380mts, 00, fornecendo no seu conjunto 162.000 litros de água por minuto, sendo que alguns há que só por si, fornecem 1.500 litros por minutos.

Os terrenos se acham de tal forma valorizados, que nas proximidades de Kingsville, onde se está edificando uma cidade, compra-se o acre de terreno hoje por \$30,00 e mais quando, ali mesmo, há pouco tempo, ele não valia mais de \$0,25.

Além de dois poços que se vêem nas proximidades de Kingsville, um de 180mts00, de profundidade, jorrando 500 litros de água por minuto, e outro com 200mts00, de fundo e uma vazão de 1.150 litros por minutos, perfurava-se na ocasião da viagem de S. Ex., um outro que já tinha 150mts00, de profundidade; e tal era a certeza de se encontrar a água, que, ao lado dele, já faziam o reservatório que devia receber suas águas e os canais destinados a leva-las ao terreno."

Sr. Presidente, Maine, New Hampshire, Vermont, Massachusetts, Rhode Island, Connecticut, New York, Georgia, Florida, Alabama, Mississippi, Tennessee, Kentucky, Missouri, Minnesota e Michigan foram percorridos por S. Ex. que em todos colheu dados para a resolução do nosso problema. Eu leria com prazer todo o relatório que daqui passa a estudar na Algéria e vertente do Sahara, o problema da açudagem.

Tendo sido avisado por V. Ex. de que há numero no recinto para votações e não querendo, apesar de se tratar do problema mais importante da época, cansar a atenção do Senado, uma vez que espero que o meu projeto encontre, como me parece que encontrará, pelas assinaturas que já o honram, acolhimento favorável. Vou terminar, apelando para o Governo Federal, que se cobrirá de glórias querendo conseguir fazer esquecer completamente as desgraças que ora afligem a nossa pátria, nos sertões da Paraíba do Norte, Ceará, Rio Grande do Norte, Piauí e Pernambuco, transformando essas levas e levas de

peregrinos da desgraça que morrem pelos campos do vasto sertão do Norte, em pegureiros do progresso que contribuam para o engrandecimento geral do Brasil. (muito bem: O orador é cumprimentos.)

É lido e, estando apoiado pelo numero de assinaturas, vai a imprimir para entrar na ordem dos trabalhos o seguinte.

PROJETO O CONGRESSO NACIONAL RESOLVE:

Art. 1º Fica o governo autorizado a desenvolver e sistematizar os serviços contra os efeitos da seca nos Estados de Pernambuco, Paraíba do Norte, Ceará e Piauí, mandando proceder a estudos topográficos e geológicos em toda a zona compreendida entre o primeiro e o último destes Estados para locar e construir açudes, perfurar poços, fazer barragens submersas e bem assim experimentar as culturas que mais convenham a cada zona e intentar pesquisas para a conservação dos cereais e forragens ali colhidos.

Art. 2º A multiplicar os observatórios meteorológicos no interior daqueles e de outros Estados e concentrar os estudos das observações feitas em uma repartição especial para a dedução das leis que regem os fenômenos observados e sua previsão.

Art. 3º Todos os serviços técnicos devem se achar subordinados a uma direção geral, que lhes dê unidade para melhor garantia de sua eficácia e economia.

Art. 4º Planejadas as obras, o Governo determinará a sua construção, quando elas tenham de atender a interesse coletivo ou auxiliará ao particular para sua construção, se só a ele aproveitar.

Art. 5º Esse auxílio para as obras particulares deve em geral ser de ordem técnica e se for pecuniário, nunca deverá exceder de um terço do orçamento feito, mediante condições estipuladas no regulamento desta lei.

Art. 6º O Governo abrirá anualmente os créditos necessários para atender a esse serviço, até o máximo de mil contos de réis para cada um dos Estados compreendidos na zona árida a que se refere o Art. 1º desta lei.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrario.

Sala das Sessões, 13 de julho de 1908. — Coelho Lisboa — Francisco Sá — Bezerril Frontenele. — Pires Ferreira. — R. Arthur — J. Malta. — Braz

Abrantes. — Oliveira Figueiredo. — Martinho Garcez. — A. Índio do Brasil.
— Oliveira Valladão. — Siqueira Lima. — Lourenço Batista — Alfredo Ellis.
— A Azevedo. Augusto de Vasconcelos. — Felipe Schmidt.”

AS SECAS DO NORDESTE

SESSÃO DE 10 DE AGOSTO DE 1908

O SR. COELHO LISBOA — Sr. Presidente, se é dissonante a minha voz no Congresso da República, contraposta á alegria geral que anima o espírito do povo brasileiro na véspera do grande dia em que o Brasil abre a sua Exposição á admiração do mundo, ostentando os produtos dos três reinos da sua natureza, como as mais belas provas da pujança com que entra no concerto em meio essa harmonia belíssima, que nos prepara a alvorada do progresso, ostentando as grandezas da nossa grande pátria perante o estrangeiro, não é por política de opposição que venho à tribuna, que trago, para aqui um assunto tristíssimo, como eco dos sofrimentos indescritíveis das vítimas da seca do Norte do Brasil, vítimas que se estorcem em convulsões agonizantes, estendendo a mão ao Governo, não a pedir uma esmola, mas a pedir trabalho, que as resgate da morte pela fome e pela sede.

Não é por política oposicionista que se torna dissonante a minha voz, o Senado o sabe, o Congresso o sabe, em meio os aplausos gerais que cobrem o Governo pela orientação que tem dado á sua administração, procurando atrair ao nosso meio fecundo as vistas do mundo exterior.

O SR. SEVERINO VIEIRA — V. Ex. assim demonstra que os aplausos não são gerais. Naturalmente as vozes das vítimas que sofrem no Norte interrompem estes aplausos.

O SR. COELHO LISBOA — Eu me torno eco dessas vozes no seio do Congresso. Faço a distinção entre a minha posição de brasileiro, na tribuna do Congresso, chamando a atenção do Governo para estas cenas desoladoras, que aniquilam o espírito do povo nos sertões dos Estados nortistas, a minha posição de políticos, não de oposicionista, que aproveite uma ocasião para deprimir o espírito do Governo, mas pelo contrário, de político imparcial, por que as mágoas que me trazem a política do meu Estado, intra muros, não me levam até á opposição sistemática ao Governo Federal, cujo procedimento, eu, aprovo nesta Exposição, cobrindo com os meus aplausos, quando acerta, como presentemente, abrindo a grande feira dos nossos produtos á admiração do mundo.

O SR. SEVERINO VIEIRA — Se V. Ex. faz este conceito do Governo, não pode admitir que lhe deixe em abandono as vítimas da seca do Norte.

O SR. COELHO LISBOA — É justamente por fazer este juízo do Governo e

porque reconheço no Governo suas boas intenções, e quando as tem, o desejo de acertar, que eu venho desta tribuna, mais uma vez, lembrando ao governo que se próxima o dia da abertura da Exposição Geral á admiração do mundo externo, demonstrando que não nos é permitido deixar que a alegria geral, o concerto de contentamentos com que recebemos os visitantes á exposição, seja perturbada, seja empanado mesmo, pelos gemidos dos famintos que caem feridos pela morte nos sertões do Norte. É como político brasileiro que venho chamar, no meio do concerto geral da Exposição, as vistas do Governo, para este ponto doloroso da situação econômica e vital do País.

O SR. SEVERINO VIEIRA — Na Exposição há de haver alguma falha. Quer que eu diga a V. Ex.? Não se apresentará na Exposição, nenhum espécimen das nossas oligarquias. Eis aí, não é completa.

O SR. COELHO LISBOA — O aparte do honrado Senador não me desviará do intuito que me trouxe á tribuna.

Desde os primeiros tempos acadêmicos, em que procurei cultivar a oratória, me preocupei sempre, com o modo por que deve o orador dominar a tribuna.

Os apartes não me desviam jamais do rumo que me tenho traçado.

Não a política, mas o sentimento do patriotismo, a comiseração dos meus patrícios do Norte me traz hoje a esta tribuna. Filho do Norte, sei que agonizam de fome e morrem pelos campos dos nossos sertões milhares de sertanejos vítimas da miséria.

Telegramas publicados ultimamente nos jornais anunciam que a calamidade se firma e que a miséria se propaga; que a morte paira, com risos infernais, sobre toda aquela negregada região assolada pela seca.

Eis o que diz o Jornal do Brasil de anteontem:

“O Sr. Ministro do Interior remeteu ao seu colega da Viação um officio do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, transmitindo cópia do officio do intendente municipal de Acari, naquele Estado, expondo a situação aflitiva daquele e de outros municípios assolados pela seca”.

O officio daquele intendente, entre outras informações, diz o seguinte: “Somente em fevereiro caíram cinco chuvas finas e parciais, que não fizeram sequer recursos para os gados que os criadores viram-se forçados a retirá-los para Potengy e Trairy. Os campos estão inteiramente desnudados, sem vegetação de espécie alguma. A população pobre tem-se mantido até agora com os recursos oriundos da pequena safra de algodão e borracha de maniçoba, pres-tes a findar e com as “vazantes” plantadas nas areias do Rio Acari. Há poucos dias, porém, uma chuva perdida, caída nas cabeceiras do rio, fez este correr,

destruindo e levando todas as “vazantes”, de modo a criar novas calamidades. Já se declarou a fome no povo pobre, que está se alimentando de comidas bravias, como xiquexique, raiz de maniçoba e umbuzeiro, o que importará morte certa, pela insuficiência e nocividade desta alimentação. Entre outras medidas para debelar a crise, lembro a construção do açude da Gargalheira, cuja utilidade é reconhecida por todos os engenheiros. Termina apelando para os poderes públicos do País.”

O SR. SEVERINO VIEIRA — V. Ex. que é governista, como acabou de declarar, não nos saberá informar que providências tem tomado o Governo para atenuar esses males?

O SR. COELHO LISBOA — Talvez V. Ex. encontre no Senado quem, mais habilitado do que eu, possa responder. Estou justamente reclamando do Governo Federal medidas neste sentido.

O SR. SEVERINO VIEIRA — V. Ex. não é bem governista; não está muito enfronhado nos segredos do Governo.

O SR. COELHO LISBOA — Há governistas e governistas: há governistas que têm sobre os ombros responsabilidades políticas que mais se aproximam do governo, porque dele precisam para aumentar o seu prestígio nos Estados que representam, que tem mesmo responsabilidades de comando em uma ou outra Casa do Congresso.

Há porém governistas franco-atiradores, políticos imparciais que são por sentimentos de convicção, que aplaudem o Governo quando o Governo acerta sem segunda intenção, porque nada lhe pedem, porque nada dele esperam.

Eu pertenço a esta classe.

“O País” hoje, Sr. Presidente, insere em uma de suas colunas o seguinte telegrama: “Natal, 9 — São desoladoras as notícias do sertão. A seca continua a flagelar diversos municípios, tudo destruindo. A população sem recursos, que não pode emigrar, vai morrendo á fome.”

Sr. Presidente, a viagem do nosso Ministro da Guerra e do General Comandante do 4º Distrito Militar á Alemanha, assinala, neste momento, uma manifestação de virilidade social para o jovem Brasil.

O Kaiser, o Imperador da Alemanha, desviou no horizonte, entre as potências que lhe podiam chamar a atenção, o gigante da América do Sul, e o distinguuiu com um convite, que bem assinala, neste momento da história, a orientação belicosa que ainda permanece nos elementos componentes do velho mundo europeu.

Se é verdade que a Feira de S. Luiz, em que o Brasil representou um dos

mais belos papéis, despertou na velha Europa a atenção dos grandes fabricantes do mundo econômico para os recursos inesgotáveis da pátria brasileira, não é menos verdade que após a Feira da Lusitânia, e apesar da nossa Embaixada de Ouro, com que se procura fazer a propaganda do Brasil, chamando para ele a atenção do velho mundo, um acontecimento único (e graças sejam rendidas ao nosso Ministro da Marinha, o Sr. Almirante Alexandrino de Alencar) despertou em todo o Universo a verdadeira idéia do valor do Brasil, o demonstrando país forte e poderoso! Foi a encomenda dos nossos grandes couraçados.

Em torno, Sr. Presidente, dessas grandes máquinas de guerra que se ostentam nos estaleiros de Inglaterra, se tem feito a verdadeira propaganda, revelando do nosso País, como Nação que tem existência própria, que faz juz a ser respeitado.

Essa tendência belicosa que está na natureza da humanidade, que através da história dos povos tem marcado as etapas do movimento evolucionista da civilização, ainda é o elemento preponderante no velho mundo.

Anima a todos os nossos patricios na abertura da Exposição, dessa exposição que vem demonstrar ao estrangeiro que não temos somente dinheiro para comprar couraçados, mas também recursos reais para movimentar o progresso do nosso grande País, é desolado, repito, que venho lembrar ao Governo que em meio toda esta festa há o côro dissonante das vítimas dos Estados nortistas que na aridez dos sertões do Norte morrem de fome e de sede.

O SR. SEVERINO VIEIRA — Eis uma lembrança que o Governo não reconhecerá como procedente de amigo.

O SR. ALFREDO ELLIS — Cada um cumpre o seu dever.

O SR. COELHO LISBOA — Não me importa o modo por que o Governo receba as minhas palavras, sem pretensões; importo-me somente com o cumprimento do meu dever, eu me importo somente com a correção do meu procedimento.

Espero que as palavras que estou dirigindo ao Governo da República não caiam no tapete do Senado; a política interna é desoladora! Espero e confio que S. Ex. O Sr. Presidente da República, quando abrir a Exposição dos nossos produtos, se lembrará de que não pode consentir que o martirologio dessa odisséia da miséria venha empanar o horizonte do Brasil. Tenho confiança e espero que, assim como se moveu o espírito do Governo para as demais calamidades que nos têm ferido; assim como se moveu o espírito do mundo inteiro para minorar as desgraças causadas a Múrcia com as inundações que a flagelaram; assim como as erupções do Vesúvio, há três anos, abalaram o espírito do mun-

do em prol das vítimas que produziram; assim como os terremotos da Califórnia nos atraíram a atenção para o enorme número de vítimas que ali se fizeram, assim, os gemidos dos nortistas, nesse período contínuo de secas, despertarão o espírito do Governo Federal a enfrentar com seriedade e resolução o problema mais urgente que se impõe hoje á solução da nova geração.

Assim, pois, Sr. Presidente, enquanto não se discute o meu projeto, que procura sistematizar o serviço contra os efeitos da seca, eu peço, eu suplico ao Governo da República que, aproveitando-se da verba que tem no orçamento, socorra com trabalho as vítimas da seca do Norte, (Muito bem; muito bem. O orador é cumprimentado).



EPITÁCIO DA SILVA PESSOA

E escreve sua filha Laurita Pessoa Raja Gabaglia: “Epitácio da Silva Pessoa nasceu, a 23 de maio de 1865 na Casa dos Barros, na Fazenda Marcos de Castro em Umbuzeiro, pequena localidade paraibana, situada a 559 metros de altura, na serra do Cariri. Era filho do Coronel José da Silva Pessoa, senhor de engenho e de sua segunda mulher, Henriqueta de Lucena, irmã do Barão de Lucena. Faleceu em Petrópolis em 14 de fevereiro de 1942 vítima do Mal de Parkson”.

Os seus restos mortais e os de sua esposa foram em 23 de maio de 1965, trasladados e guardados numa cripta, ao lado direito da área de entrada do Palácio da Justiça da Paraíba.

Sendo em 1874, já órfão de pai, admitido no Ginásio Pernambucano, como pensionista da Província. Ali fazia o curso de humanidades com tal aproveitamento e distinção que, sendo em 1878 suprimida pelo Congresso Legislativo a verba destinada à educação de vinte órfãos naquele ginásio, o governo paraibano resolveu que fosse ele o único dos vinte a continuar gratuitamente seus estudos.

Matriculou-se na Academia de Direito do Recife em 1882, quatro anos depois, bacharelou-se em ciências Jurídicas e Sociais, com distinção em todas as cadeiras, durante o curso.

Foi ainda imberbe, Promotor Público, depois Secretário de Estado, Deputado Federal à Assembléia Constituinte, Ministro da Justiça, com 33 anos apenas, onde elaborou o projeto do Código Civil e do Código de Ensino.

Continuando em sua ascensão, foi um dos raros brasileiros a participar dos três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. Membro do Supremo Tribunal Federal, Redator do Código de Direito Internacional Público, aprovado pela União Panamericana de Washington, vindo a ser Procurador Geral da República, voltando em seguida à vida parlamentar onde ingressaria no Senado da República.

Ali em sua febril atividade parlamentar, foi relator da comissão para efetuar o Projeto do Código Comercial e do Código Civil ao lado de Clóvis Beviláqua.

Exerceu emergente missão diplomática, presidindo a Comissão do Brasil à Conferencia de Versalhes, substituindo Ruy Barbosa, e, de imediato presente, esteve brilhando também na Liga das Nações, tornando-se notável na defesa dos pequenos países, inadmitindo existir diferenças entre os tais.

O ponto alto de sua consagração, é ter sido eleito Presidente da República, o que aconteceu sem sua participação em campanha, e, note-se, quando no exterior, em Paris, na participação destinguida junto à Liga das Nações, vencendo na convenção de 25 de fevereiro de 1919 sua indicação, contra seu opositor Ruy Barbosa, com 139 votos contra 42. Em seguida vence por 249.324, versus 118.303, a Águia de Haia, isto numeralmente em dobro, o mais importante, sem sua presença no Brasil, em ambas as eleições.

Após o término de sua administração, denotadamente de benefício para o Nordeste, até onde pôde. Ainda foi Juiz da Corte Internacional de Haia.

Epitácio Pessoa era de tipo apolíneo rival em beleza com Coelho Lisboa ou o seu coevo Joaquim Nabuco. Era baixo, mas eloqüente, elegante e belo, sendo o discursante tonitroante com mímica perfeita, tom de voz forte e convincente, criador de imagens arrebatadoras.

Na Esplanada do Castelo, no entrevero de seu governo civilista, anti-militar, ameaçado de morte se fosse àquele “meeting”, corajoso, firme e resolutivo, gritou a plenos pulmões, a princípio de propósito: “Eu tenho medo (ouviram-se vaías e apupos e dominando com olhar firme em estrugentes palavras continuou): Que o povo pense que eu tenho medo”. Foi a consagração. Na coletânea presente, não poderia faltar, seu discurso parlamentar sobre a seca, obra prima de nossa oratória nacional, pronunciado em São Paulo.

“O jovem representante do Estado da Paraíba pronunciou ontem na Câmara dos Deputados um notabilíssimo discurso sobre os negócios do Rio Gran-

de do Sul. Testemunhas do grande sucesso oratório, exprimindo-se com a maior imparcialidade, pois que não se acham ao lado de S. Ex., são acordes em declarar-nos que raríssimas vezes a tribuna parlamentar tem sido tão engrandecida entre nós. Prestando justa homenagem ao notável orador brasileiro, cuja mocidade é ainda um título de maior realce à lucidez de brilhantíssimo espírito, publicamos, hoje, na íntegra a grande peça oratória que, certamente, os esforços com que procuramos corresponder ao acolhimento que nos tem sido feito”. — Isto dito pelo Jornal do Brasil de 23 junho de 1893, citação esta de Liberato Bittecourt vol. II, pgs. 84/85. E acresce: “Homem de regular estatura e constituição, na inteligência máxima, na erudição jurídica profunda, na capacidade de trabalho inimitável, esse ilustre brasileiro de grande popularidade e saber, apresenta-se aos olhos do observador imparcial e competente como um dos maiores cidadãos da grande Pátria brasileira, porventura um dos maiores paraibanos em contínua e proveitosíssima atividade intelectual e política”.

“Sem embargo de que manifestações desse tipo representariam em prol do aprimoramento de nossa integração, social e supra-regionalmente considerada, pela correção dos desníveis econômicos entre o Norte e o Sul do Brasil, o que Eptácio Pessoa nunca deixou de ser, foi o orador parlamentar que, falando sempre de improviso, galvanizava multidões nas sessões da Câmara dos Deputados e do Senado”, assim expressa o historiador José Octávio em sua introdução da obra *PERFIS PARLAMENTARES — Eptácio Pessoa*, Vol. 7, às páginas 58/59.

Eptácio Pessoa é Cadeira N.º 31 da Academia Paraibana de Letras, daí o Cônego Francisco Lima, imortal fundador do patronato, dizer em seu discurso de posse o seguinte: “Eptácio Pessoa não foi um escritor como podia ter sido, diz Ernani Satyro prefaciando um dos volumes de suas Obras Completas, porque nele o orador traía o escritor. A voz privilegiada, a fluência, a elegância tribuniária, dominavam-lhe a pena. É possível. Mas, por isto mesmo, Eptácio Pessoa foi um orador que resistiu galhardamente à prova do discurso escrito. E considero, meu patrono um Cidadão do Mundo, um Cidadão do Brasil em Consciência Nacional.”

E observa mais: “Eptácio Pessoa acusado de carrasco da lei, denunciado pela irresponsabilidade das ruas e por aqueles cujos interesses foram contrariados, na defesa dos interesses da Nação. Denunciado como delapidador das rendas públicas, como réu das mais vergonhosas advocacias administrativas como truculento e vingativo, agente de suas próprias paixões no massacre, daquele que os contrariavam. Eptácio Pessoa acoimado de oportunista, de aproveitador maquiavélico de situações de uso frutuário do sacrifício alheio, de

megalômano inveterado que procurava eclipsar, verdadeiros valores para só o dele projetar-se na ribalta política.” (Revista da APL nº 7, pg.129).

Para o ex-ocupante Geraldo Magela Cantalice, em seu discurso de posse, apodou-o “De um Paladino da Justiça” e prossegue “Ele sempre viu nela sua estrela guia, a meta mais excelsa e coruscante de seu ideal.” E fala do orador Epitácio: “Há, porém, uma realização epitaciana que não posso silenciar, a guerra contra as secas por ele deflagrada e que, de certa altura contou com a incompreensão e até com a repressão de alguns compatriotas do Sul. E, foi então, que se ergueu a voz flamenjante de Epitácio Pessoa, mais eloqüente do que um Demóstenes ou um Cícero.”

É assim, Deus sempre marca o gênio, dá-lhe tudo, mas exige, igualmente, tudo. E, disso dá-nos notícia mais detalhadamente a inteligente imortal, Ângela Bezerra de Castro, ao substituir o quicá último petrarquiano, o acadêmico poeta Geraldo Magela Cantalice: “Esse homem que foi grande como parlamentar, sumo como estadista, imenso como juiz, advogado e cultor do direito, extraordinário na sentença, no parecer, na defesa e no libelo, este homem a quem se aplica com propriedade toda a semântica da magnitude foi “obrigado a explicar da tribuna do parlamento a origem de todos os seus haveres, num desafio marcante à difamação mais torpe. Epitácio Pessoa, levado a expor à luz meridiana, no recinto do Congresso Nacional, diante do silêncio administrativo do Brasil e do mundo a mais soberba fé de ofício de um homem público.”

“No garboso e bonito Epitácio, antípoda de Ruy, como o descreveu Pedro Calmon — a ação pública era pertinaz e assoberbante, homem de pensamento, mas acima de tudo, homem de ação, e suas atitudes às vezes bravias, predominante a pinta de sangue sertanejo que escorria nas artérias, eram de molde a apaixonar as multidões pelo que continham de fecundas na percussão do bem coletivo e, bem pouco pela forma extrínseca, heráldica, majestática, peregrina que fosse, na qual se expressasse o procedimento ultra sensato de preclaro cidadão da pátria e do mundo. Um favorito do destino, premiado, ao revés de tanta boa vontade esvaída na impotencialidade de realizar, com o Dom de imprimir exaço e forma ao seu idealismo vibrátil e construtivo, colocando pedra e empurrando, com o programa das secas, o Nordeste para caminhos impercorridos de civilização. (José Américo de Almeida em, A PARAÍBA E SEUS PROBLEMAS).

Toda sua obra literária está compilada em 22 volumes intitulada de Obras Completas, publicadas pelo Instituto Nacional do Livro, a partir de 1956, com

mensagens especiais, vetos, discursos, notas e despachos em Tomos II — Edição do IML — Rio - 1956, em particular: Codificação do Direito Internacional, Primeiros Tempos, Laudos Arbitrais, Tempos Florentes, Miscelânea, Defesas Diversas e muitas outras, especialmente Pela Verdade, em dois volumes, e seus celebres discursos parlamentares. A Paraíba (parece) não teve filho maior.

GUERRA CIVIL E ESTADO DE SÍTIO NO RIO GRANDE DO SUL Sessão de 23 de Maio de 1893

O SR. EPITÁCIO PESSOA — (Grande movimentação de atenção; profundo silêncio.) — Sr. Presidente, a impressão que acaba de deixar no meu espírito o brilhantíssimo discurso proferido pelo Ilustre Representante da Bahia; a importância excepcional deste debate; a gravidade extraordinária deste assunto, que preocupa o espírito de todos os brasileiros, que alarma o sentimento nacional, que punge o coração a todos aqueles que ainda conservam inde- ne o seu civismo nesta hora angustiosa de desilusões para a República, me afastariam, talvez, desta tribuna se, antes de tudo, não julgasse um dever de patriotismo concorrer com o meu esforço, franco, sincero e decidido em prol da pacificação do Rio Grande do Sul, se por outro lado não entendesse que o meu silêncio neste momento seria o repúdio do meu passado nesta Câmara, onde os grandes erros do Sr. Vice-Presidente da República me têm encontra- do sempre na primeira fila de combate, como um adversário leal, severo e intransigente. (Apoiados.)

Sr. Presidente, quando a liberdade tomba amordaçada pelo guante de ferro do despotismo; quando a lei é expelida do regime normal da sociedade às san- cadilhas da tirania; quando o sangue brasileiro jorra em borbotões em uma luta ominosa, de desespero e de insânia, e há um governo de brasileiros que se regozija com o horror desta carnagem — a mais rudimentar compreensão dos meus deveres de deputado me aponta esta tribuna como um posto de honra e de combate, em que se deve pugnar pela vitória da civilização e do direito, jamais pelo sacrifício da liberdade e da lei. (Muito bem.)

Senhores, vindo responder ao ilustre Deputado pelo Rio Grande do Sul, me relevará S. Ex^a que não o acompanhe em todos os detalhes da brilhante oração que ontem proferiu nesta Câmara.

S. Ex^a defendeu uma causa pessoal, defendeu a sua própria causa, e eu receio que, no calor da discussão, na apreciação dos fatos, me escape al- gum conceito que possa melindrar a susceptibilidade do meu distinto amigo, do meu antigo chefe nas bancadas da Oposição, quando juntos pensávamos que era necessário restabelecer o inteiro domínio da lei em todos os Esta- dos da República.

O SR. CASSIANO DO NASCIMENTO — E ainda hoje penso assim.

O SR. EPITÁCIO PESSOA — Deixando, porém, de parte os fatos a que o nobre deputado se refere, me permitirá S. Ex^a dizer que, se contra o Governo do Sr. Júlio de Castilhos levanta-se apenas uma tempestade de ódios e de despeitos, estes ódios e estes despeitos são toda a nação brasileira (apoiado), que não pode ver, sem o mais profundo pesar, a pertinácia com que S. Ex^a sacrifica a sua conservação no poder centenas e centenas de vidas preciosas, milhares e milhares de contos, extorquidos ao trabalho e à miséria do povo (apoiado); me permitirá S. Ex^a dizer que, se a opinião desfavorável formada contra o Governador do Rio Grande do Sul é fabricada adrede, como disse na imprensa desta capital, onde aliás se tem publicado sem contestação testemunhos os mais insuspeitos, como o do ilustre representante do Estado de S. Paulo, o Sr. General Mursa, esta opinião é a da maioria da imprensa de quase todos os Estados, e seria também a do Rio Grande do Sul, se lá a intolerância feroz não chegasse até a arrebentar vitrinas, onde se expõem retratos de federalistas, não chegasse ao ponto de empastelar os jornais oposicionistas ou forçá-los a suspender a sua publicação. Permitir-me-á o nobre Deputado dizer que se adeptos do Sr. General Tavares têm comunicado para esta Capital vitórias fantásticas de suas forças, os partidários do Sr. Júlio de Castilhos têm levado este expediente ao exagero, ao extremo, ao inconcebível, já anunciando vitórias que não se confirmam, como a de Jararaca, onde a força castilhista foi, pelo contrário, completamente destruída, e como a de Pirai, onde se viu o Ministro da Guerra à frente de 3.000 homens, batendo aquele General, quando S. Ex^a não pôs ainda à prova a sua bravura em nenhum combate da revolução; já mandando dizer para os Estados que em tal ponto 29 castilhistas derrotaram 400 e tantos federalistas (risadas), que em tal outro ponto 60 partidários do Sr. Júlio de Castilhos conseguiram infligir a mais completa derrota a 1.500 partidários do Sr. Tavares. (Risadas.)

O SR. ZAMA — Temos o tempo de Carlos Magno. (hilaridade.)

O SR. EPITÁCIO PESSOA — Aos fatos aqui relatados pelo ilustre representante do Rio Grande do Sul eu poderia opor uma lista interminável de crimes os mais hediondos, e para isto me bastaria reler à Câmara dos dignos Deputados as publicações feitas na imprensa desta Capital; mas julgo que elas nada adiantam à questão (apoiado) e tenho pressa de demonstrar a improcedência dos argumentos com que o meu distinto colega procurou provar a inconstitucionalidade do projeto.

O SR. CASSIANO DO NASCIMENTO — Reservei-me o direito de completar as minhas observações.

O SR. EPITÁCIO PESSOA — Mas é claro que só tomarei em consideração os argumentos que V. Ex^a empregou.

Sr. Presidente, antes de ocupar-me propriamente do projeto que V. Ex^a pôs parece não anima o espírito de S. Ex^{as}, que, entretanto, têm por essa solução igual, senão maior responsabilidade do que nós perante o País. (Apoiados.)

Duas grandes questões desafiam antes de tudo a consideração da Câmara, primeiro, a competência do Poder Legislativo para intervir nos negócios do Rio Grande do Sul; segundo, a constitucionalidade das medidas propostas pela bancada oposicionista.

O Congresso Nacional, em face da Constituição, é competente para intervir nos negócios do Rio Grande do Sul?

Respondo categoricamente pela afirmativa. Fundo a minha opinião primeiramente no art. 6º, § 2º, da Constituição; em segundo lugar, no art. 34, n.º 21 e, por último, no art. 2º, das Disposições Transitórias.

O art. 6º, § 2º, dá ao Governo Federal a competência de intervir nos negócios peculiares aos Estados para manter a forma republicana federativa, e a viabilidade do projeto encarado sob este aspecto já foi brilhantemente demonstrada pelo distinto representante do Ceará, quando teve ocasião de apresentá-lo à consideração da Casa.

O art. 34, n.º 21, reserva como atribuição privativa do Congresso o direito de declarar o estado de sítio, na emergência de invasão estrangeira, ou de grave comoção intestina em qualquer ponto do território nacional, e ninguém contestará que o Rio Grande passa há meses por uma gravíssima comoção intestina, que, no dizer dos amigos do Governo, ameaça de perto a vida das instituições.

Finalmente, o art. 2º das Disposições Transitórias declara que o Estado que até ao fim de 1892 não tivesse decretado sua Constituição seria submetido, por ato do Congresso, ao regime da Constituição um dos outros Estados, até que reformasse esse regime pela forma previamente estabelecida. Sobre o assunto surge uma nova questão.

O Estado do Rio Grande acha-se constitucionalmente organizado? Responderei que não.

É preciso que a Câmara tenha em vista que, quando o art. 2º das Disposições Transitórias exige que o Estado, até ao fim de 1892, decreta a sua Constituição, não requer simplesmente a promulgação de uma lei constitucional, mas que esta lei tenha imediata aplicação, produza os seus naturais efeitos, discriminando os serviços federais e estaduais.

Ao legislador constituinte seria indiferente que o Estado, dentro de um certo prazo, decretasse a sua Constituição, se a esta decretação não se seguis-

se a imediata organização de todos os serviços, como primeira condição para a efetividade da autonomia local; fazia-se mister que no fim de 1892 estivesse perfeitamente organizado o regime federativo, e para isto era indispensável que dentro daquele prazo os Estados se constituíssem definitivamente.

Se o art. 2º das Disposições Transitórias se contentasse com a simples decretação de uma Carta Constitucional, ao Estado seria lícito adiar indefinidamente a organização dos seus serviços, e então teríamos por tempo indefinido o Governo da União a intervir no regime dos Estados; teríamos a balbúrdia, a confusão, um regime que não seria o estabelecido na lei fundamental da República, que não seria o regime federativo, mas uma organização extravagante, informe, inominável. (Apoiado.)

O art. 2º das Disposições Transitórias exige, portanto, que os Estados se organizem definitivamente até o fim de 1892, e tanto é assim que o mesmo artigo sujeita ao regime da Constituição de um outro Estado aquele que exceder o prazo até que o reforme pelos meios regulares; de onde se vê que se trata de uma verdadeira organização política e não simplesmente da decretação de uma carta, porque ao Congresso não podia passar despercebida a anomalia de ficarem os Estados em real desorganização durante um ou dois anos, que tal é o prazo mínimo para a reforma de qualquer Constituição.

Entenda ainda a Câmara que o art. 4º refere-se expressamente ao período de organização dos serviços estaduais. Ora, um período supõe sempre uma limitação de prazo e esta limitação não existe em outro artigo da Constituição que não seja o art. 2º das Disposições Transitórias, nas palavras — fim do ano de 1892.

De maneira que, para conciliar as disposições destes dois artigos, é preciso convir que no art. 2º, trata também da organização dos serviços, e não simplesmente da decretação de uma lei constitucional.

E a Câmara dos Deputados assim o tem entendido.

O ano passado, quando se discutia o projeto que consignava um auxílio pecuniário aos Estados de Goiás, Paraíba e Piauí, sugeriu-se a idéia de adiar a medida para a sessão atual e creio que um membro da Comissão de Orçamento, se não me engano, o Sr. Leopoldo de Bulhões, fez ver que na presente sessão já não seria constitucional esse auxílio, porque o período de organização dos Estados terminava em dezembro último. E o projeto foi logo discutido e votado.

Ainda mais, o orçamento vigente não consigna verba alguma para serviços de natureza estadual, o que quer dizer que o Congresso entendeu que,

decorrido o ano de 1892, os Estados deviam estar de posse de todos os seus serviços, sem mais dependência alguma da União. (Apoiado.)

Pela interpretação racional da Constituição e em vista das deliberações anteriores do Congresso, pode-se, pois, chegar a esta conclusão: o art. 2º das Disposições Transitórias exige não simplesmente a decretação de uma Carta Constitucional, mas a completa, a inteira e definitiva organização dos serviços estaduais.

Isto posto, pergunto: o Estado do Rio Grande do Sul acha-se constitucionalmente organizado? Não há quem o afirme.

Se não está organizado, incidiu, ipso facto, no art. 2º das Disposições Transitórias e abriu ao Congresso Nacional irrecusável competência para intervir nos negócios do Estado, nos termos indicados pelo nosso pacto fundamental. (Apoiado.)

Mas, Sr. Presidente, admito que não se deva interpretar o art. 2º pelo modo por que acabo de fazer, a sua interpretação deva ser rigorosamente literal; pois bem, ainda neste caso não falece competência ao Congresso para intervir naquele Estado, porque o Rio Grande do Sul não tem uma Constituição.

A Constituição ali decretada em 1891 já foi julgada insubsistente: Primeiro, pela revolução popular de 12 de novembro, que a anulou.

Segundo, pelo próprio Sr. Júlio de Castilhos, que, muito embora tivesse fundado em suas disposições a nomeação do Sr. Victorino Monteiro, contudo não fez ratificar esta nomeação pelas intendências municipais, como determinava a aludida Constituição. (Muito bem.)

Terceiro, ainda pelo Sr. Júlio de Castilhos, vindo ocupar sua cadeira na Câmara dos Deputados, pela própria Câmara, aceitando-o em seu seio, porque se o movimento que o elevou ao poder houvesse restabelecido a Constituição do Estado, S. Exª teria sido apanhado pela Lei de Incompatibilidade de 8 de janeiro do ano passado. (Muito bem.)

Quarto, pela votação de ontem sobre o parecer da Comissão de Justiça, dando ingresso nesta Câmara ao Sr. Victorino Monteiro, parecer que terminou por declarar que S. Exª não tinha sido investido constitucionalmente do cargo de Vice-Governador do Rio Grande do Sul. (Apoiado.)

O SR. BRAZÍLIO DOS SANTOS — E declarou mais, que a Constituição — tinha cessado de existir desde a revolução.

O SR. EPITÁCIO PESSOA — Provada a competência do Congresso, resta demonstrar a constitucionalidade das medidas propostas pela Oposição.

Vejamos o projeto:

“O art. 1º do projeto apresentado pelo ilustre deputado, Sr. Justiniano de Serpa, declara o estado de sítio no Rio Grande do Sul.”

É uma prerrogativa do Congresso Nacional, que certamente não pode ser posta em dúvida.

Torna-se preciso, Sr. Presidente, desfazer um equívoco em que laborou o meu ilustre colega. A declaração do estado de sítio, proposta no projeto do Sr. Justiniano de Serpa, não se destina a suspender a autonomia do Estado do Rio Grande do Sul, porque nós, os da Oposição, começamos por negar esta autonomia, começamos por afirmar que o Estado do Rio Grande não se acha ainda definitivamente organizado.

A declaração do estado de sítio, neste caso, tem por fim assegurar a eficácia e segurança da intervenção do Congresso, intervenção que encontra sua força, sua justificação e sua legitimidade no art. 6º, § 2º da Constituição, ou no art. 2º das Disposições Transitórias.

E já que me referi a este ponto, devo desfazer um outro equívoco, em que caiu o meu ilustre colega representante do Rio Grande do Sul.

Pelo art. 6º, § 3º, da Constituição, o Poder Executivo ou o Governo Federal pode intervir em negócios peculiares aos Estados, para restabelecer a ordem e a tranqüilidade, à requisição dos respectivos governadores.

Mas essa intervenção não se pode dar sem prévia declaração do estado de sítio, em face da expressa disposição do art. 48, § 15: “Compete privativamente ao Presidente da República da América do Sul, e o distinguiu com um convite, que bem assinala, neste momento da história, a orientação belicosa que ainda posse arbítrio teria justificação. O projeto de Constituição organizado pelo Governo Provisório não continha esta remissão; ela foi proposta pela Comissão dos 21 e aceita sem impugnação pelo Congresso Constituinte, como uma demonstração de respeito ao regime federativo que se fundava, como um corolário lógico do princípio da autonomia local. Se o Presidente da República fosse obrigado a intervir nos negócios peculiares aos Estados, sempre que os governadores requisitassem o seu auxílio, teríamos de ver o Poder Executivo a cada momento arrastado de atoagem após os caprichos dos governadores impopulares ou covardes, e o Governo da União torna-se-ia um mero instrumento nas mãos do Governo local; mas também se o Poder Executivo tivesse o direito de intervir sem a declaração do estado de sítio, que só é permitido no caso excepcional de grave comoção intestina, a autonomia dos Estados decretada pela Constituição desapareceria sob a ação absorvente e centralizadora da União. (Apoiado, muito bem.)

No art. 2º do projeto, a bancada oposicionista propõe a nomeação de uma autoridade investida de poderes especiais, nomeação feita pelo Poder Executivo, mas dependente da aprovação do Senado.

É também uma disposição que não contravem a nenhum preceito constitucional e, pelo contrário, na parte referente à aprovação do Senado, a que ontem particularmente se referiu o nobre Deputado pelo Rio Grande, se concebia perfeitamente com o processo adotado pela Constituição para as nomeações dos Ministros Diplomáticos e do Supremo Tribunal Federal.

E tanto não é inconstitucional que o Congresso, o ano passado, quando teve de organizar o Distrito Federal, cometeu ao Senado a aprovação da nomeação do Prefeito, sem que a isto o autorizasse disposição expressa da Constituição. (Apoiado.)

A Oposição estava no direito de exigir que a nomeação dessa autoridade corresse sob a responsabilidade exclusiva do Congresso, porque o Vice-Presidente da República, parte interessada na revolução do Rio Grande do Sul, não nos inspira confiança, não nos oferece garantias de imparcialidade neste assunto. (Apoiado, muito bem.) Mas, justamente para não irritar as susceptibilidades constitucionalistas dos representantes da Maioria, foi que nos limitamos a propor que essa nomeação ficasse dependente da aprovação do Senado.

O art. 3º contém simples disposições regulamentares.

O art. 4º dispõe que em caso algum a autoridade poderá desrespeitar certas garantias individuais. É também uma atribuição do Congresso, que, tendo o direito de declarar o estado de sítio, isto é, de suspender todas as garantias constitucionais, tem inquestionavelmente o direito de fazer tais restrições.

Finalmente, os arts. 5º e 6º providenciam sobre a suspensão do sítio e a convocação dos representantes do povo rio-grandense, e ainda nestas disposições o projeto não fere nenhum preceito da lei fundamental.

Mas, Sr. Presidente, se é inquestionável a competência do Poder Legislativo para intervir nos negócios do Rio Grande do Sul; se são rigorosamente constitucionais as medidas propostas pela bancada oposicionista, qual a razão por que os defensores do Governo se negam a aceitar este projeto?

Se é inconstitucional o projeto apresentado pelo ilustre Deputado pelo Ceará, por que os nobres Deputados não apresentam uma solução que se conteña nos limites da Constituição?

O SR. ZAMA — A isto não se responde.

O SR. EPITÁCIO PESSOA — Senhores, algumas folhas desta Capital publicaram, há poucos dias, que a Maioria governista, na última reunião, que teve

lugar no Ministério do Interior, resolveu rejeitar qualquer idéia de intervenção do Congresso nos negócios do Rio Grande do Sul, porque o Sr. Vice-Presidente da República assegurou-lhe que dentro em poucos dias estaria mais uma vez estrangulada a revolução. (Risos.)

A princípio duvidei da veracidade desta notícia; mas a falta de contestação às folhas que a publicaram; a insistência com que um jornal afeto ao governo, logo no dia seguinte, veio a afirmar a absoluta inconstitucionalidade de todos os alvitre apresentados; a insistência com que muitos dos Deputados governistas sustentam a ilegalidade da intervenção, sem contudo sugerirem uma medida constitucional; a indiferença com que ilustres colegas encaram o esforço da bancada oposicionista...

Vozes da Maioria — Não há indiferença.

O SR. EPITÁCIO PESSOA — ... em achar um termo à crise revolucionária do Rio Grande do Sul; as declarações ainda ontem feitas pelo ilustre representante deste Estado, de que não havia nenhuma solução constitucional para extinguir a guerra civil no Rio Grande e o Congresso devia cruzar os braços e esperar mais 15 dias, que a esse tempo estaria sufocada a revolução; a ausência de um projeto substitutivo ou de qualquer modificação apresentada no sentido de constitucionalizar o projeto da Oposição; tudo isto, Sr. Presidente, denuncia claramente o plano maduramente assentado de rejeitar este projeto, sem substituí-lo por outro; tudo isto leva-me a crer que a bancada governista se recusa a colaborar conosco na pacificação do Rio Grande do Sul (apoiados e não apoiados), tudo isto quer dizer que o Vice-Presidente da República está firmemente deliberado a prosseguir na sua obra de devastação e de extermínio. (muito bem; apoiado.)

Sr. Presidente, eu não me sentiria bem com minha consciência de brasileiro; eu decretaria sem dúvida as grandes responsabilidades que me impõe a qualidade de representante da Nação, se a primeira palavra que tivesse de proferir nesta Câmara após o interregno parlamentar que acaba de findar, tão cheio de ameaças para a vida da República, tão abundante de desgraças para o meu País, não fosse um brado de comiseração profunda para aqueles que talvez, a esta hora, caem varados pelas balas da tirania fratricida (muito bem, bravos), não fosse um protesto de indignação nobre, justa, altiva e patriótica, erguido, em nome do sentimento nacional, que se revolta, em nome da consciência pública, que protesta apavorada, em nome da liberdade, da civilização e da República, contra aquele que durante dezoito longos meses tem firmado o seu governo na miséria, nas lágrimas e no sangue do povo brasileiro. (Bravos e palmas no recinto e nas galerias.)

Senhores, eu não me julgaria digno de ocupar uma cadeira nesta Câmara; eu não me julgaria digno de aspirar jamais ao favor, à confiança e às simpatias populares, se, ouvindo o marulho dessa onda enorme de desespero que chega até mim, não viesse, neste momento de angústia suprema, para dizer ao Governo do meu País: Caim, tem piedade dos nossos irmãos (bravos e palmas no recinto e nas galerias), já que as leis da República não são embaraço à tua vingança!

A fuzilaria, o canhoneio, o crepitar dos incêndios, o estertor dos moribundos, os gemidos da desonra, podem ser um concerto harmonioso aos ouvidos da tirania, mas são também uma mancha indelével para a República, uma vergonha sem par para a nossa civilização, um vilipêndio ignóbil para a nossa vergonha sem par para a nossa civilização, um vilipêndio ignóbil para a nossa Pátria. (Bravos e palmas nas galerias.)

Sr. Presidente, a revolução do Rio Grande do Sul há de ser, no futuro, um testemunho eloquente de que a revolução de 23 de Novembro, que pudera ter sido um período luminoso aberto na vida republicana do País, tem, pelo contrário, encarnada na pessoa do Sr. Vice-Presidente da República, arvorado a deslealdade e a traição em norma de governo para um povo livre (apoiados, muito bem); mas ela será, ao mesmo tempo, uma prova irrecusável, viva e palpitante de que a dignidade brasileira ainda não se afogou de todo nos marouços de servilismo e de descrença que vão asoberbando tantos Estados da República (apoiado); mas ela será, ao mesmo tempo, uma demonstração irrecusável, viva e palpitante de que a liberdade ainda se agita rediviva naquele pedaço de terra americana, voltada às conquistas liberais da democracia que enobrece, jamais à ignomínia do despotismo que avilta. (Bravos! Bravos!)

O Sr. Vice-Presidente da República, que se havia elevado à culminância da suprema magistratura do País nos ombros possantes dos revolucionários do Sul, tinha, por este fato mesmo, contraído com eles uma larga dívida de reconhecimento, um laço estreito de solidariedade política, que S. Ex^a não poderia dignamente romper sem que o primeiro abandonasse o posto a que o haviam levado os impulsos vitoriosos da revolução. (Apoiado.)

S. Ex^a não tinha o direito de intervir no regime interno do Rio Grande do Sul para aí restabelecer o governo do Sr. Júlio de Castilhos, não só porque lhe vedava a Constituição Federal, como porque seria isto falsear os motivos propulsores da revolução de 23 de Novembro (apoiados); seria pôr-se S. Ex^a em contradição consigo mesmo, porquanto, quem mandara depor à mão armada e à custa de muita perfídia e de muito sangue a política do golpe de

estado em todas as divisões políticas da República, não tinha o direito de restabelecer esta mesma política no único Estado em que ela se esboroara ao embate irresistível da reação popular, sem apoio nem auxílio do Governo da União. (Apoiados, muito bem.)

Longe disto, porém, S. Ex^a, respondendo ao telegrama em que o Sr. Visconde de Pelotas comunicava a sua investidura no Governo do Estado, fazia votos para que o bravo militar pudesse fazer entrar o Estado, sem abalo algum, no regime da legalidade, da paz e segurança pública; S. Ex^a que, em 15 de Junho, dois dias antes da sua criminoso intervenção, respondia a igual comunicação do general Tavares, dizendo que o Governo continuava firme na sua política de não-intervenção no regime interno dos Estados, e que já havia ordenado ao general Vasques a mais completa neutralidade nas dissensões políticas partidárias; S. Ex^a que, em 25 de Junho, negava ao Sr. Barão de Santa Tecla já tivesse conhecimento oficial dos acontecimentos do Rio Grande, quando, entretanto, já tinha tido conhecimento oficial da intimação de Barros Cassal ao general Bernardo Vasques e da atitude da flotilha ali estacionada, e já havia telegrafado àquele general que não se sujeitasse à intimação, que impedisse com força de cavalaria o desembarque da guarnição de Marojá e não tivesse compaixão nem condescendência para com os miseráveis inimigos da Pátria; S. Ex^a, que procurava por estes manejos inqualificáveis surpreender a confiança do Governo constituído no Rio Grande ordenava, entretanto, ao general Vasques — porque não é crível que este militar procedesse por inspiração própria em assunto de tamanha gravidade, e espontaneamente faltasse à promessa de neutralidade que dera dias antes ao Visconde de Pelotas - que prestasse o apoio das armas federais aos que pretendiam apelar do governo o heróico vencedor de Aquidaban.

Como prova dessa política insidiosa, como atestado eloquente dessa intervenção desleal, aí está a ordem do general Vasques para que se recolhessem à Capital batalhões afeiçoados à política do Sr. Júlio de Castilhos; aí está a volta para o Rio Grande de oficiais que haviam sido dali afastados como infensos à política da revolução de Novembro; aí está o pronunciamento sem reserva das guarnições do Rio Grande, São Gabriel e Jaguarão; aí está o fornecimento de armas federais a populares da capital; aí está a ordem do dia do general Izidoro Fernandes, declarando-se Comandante-em-Chefe das forças revolucionárias, aí estão todos os fatos narrados pelo general Tavares na memorável ata da tomada de Bagé.

Mas não parou aqui a traição do Sr. Vice-Presidente da República. O

coronel Arthur Oscar seguira para Bagé à frente de forças federais; aí entrara em negociação de paz com o general Tavares, que resolvera depor as armas. O general Vasques aprovou a conduta do seu subordinado, mas dias depois telegrafava àquele coronel que suspendesse as negociações, as quais só podiam ter valor se fossem aprovadas pelo Governo do Estado; que se limitasse a libertar o 4º Regimento e a desimpedir a estrada de ferro e o telégrafo para que não se alegasse que Tavares só havia deposto as armas diante das forças federais; que fizesse constar ser esta unicamente a sua missão, porquanto assim recomendava o Marechal Floriano. (Oh! Oh!)

De tão monstruosa traição, de tão descomunal indignidade, estigma indelével de opróbrio e de vergonha para o poder constituído de um País civilizado, a História Brasileira não registra um só exemplo.

Felizmente o coronel Arthur Oscar, para honra do Exército brasileiro (apoiados), repeliu com altivez a objeção que dele se exigia. O que sucedeu depois toda Câmara o sabe.

Iniciou-se o regime de anarquia e de terror; a violência, a perseguição, o assassinato e o estupro levaram as lágrimas, a desolação, a dor e o desespero à família rio-grandense; centenas e centenas de brasileiros, prejudicados nos seus mais caros interesses, feridos nas suas mais santas afeições, foram pedir à terra estrangeira a segurança, a tranquilidade e o conforto que lhes recusava sua Pátria.

Mas era preciso reagir, Senhores, era necessário reconquistar o País.

Homens de coração e de coragem, nascidos na terra livre dos pampas, não podem curvar a cerviz humilhada à ação aviltante do despotismo; homens nascidos para a liberdade, não podiam descer ao nível de escravos, e até mesmo abaixo de escravos, porque estes, ao menos, tinham em sua terra um teto para se abrigarem. (Bravos.)

Resolveram a invasão e, calmos, decididos, fortes na consciência de seus direitos, marcharam para a reconquista da propriedade e da família, da liberdade e da Pátria.

Nada os deteve em sua marcha, nem o aleive ignóbil que se lhes cuspiu às faces, atribuindo-se-lhes intuítos restauracionistas, como se grande parte deles, muito antes que o Sr. Vice-Presidente da República se resolvesse a abandonar o Visconde de Ouro Preto, se não tivesse batido galhardamente pela causa da República (apoiados); como se esses sebastianistas não fossem os mesmos que primeiro entoaram o canto de morte da ditadura passada para desbravarem o caminho à ditadura atual. (Apoiados, muito bem.)

Uma Voz — Nessa ocasião não podiam prever que serviam de degraus à tirania.

O SR. EPITÁCIO PESSOA — Neste tempo, esses monarquistas consubstanciavam a mais vigorosa pureza dos sentimentos republicanos; hoje, que a ingratição e a deslealdade do Governo os arrastaram ao desespero e à revolta, devem ser esmagados como inimigos da Pátria e restauradores do regime decaído.

Mas nada os deteve em sua marcha; nem o exagero, adrede propalado para alarmar os melindres de nacionalidade, de que os invasores eram estrangeiros, em sua maioria, como se os orientes que, porventura, esposaram a causa de Tavares, fossem mais estrangeiros do que os orientais que, ao mando de Nico Coronel, reforçavam as hostes de Hipólito, em Santana do Livramento. (Apoiados.)

Nada os deteve em sua marcha; nem milhares de soldados arremessados contra eles, nem os dinheiros da Nação que o Governo Federal, sentinela esquecida do cumprimento dos seus deveres, tem criminosamente esbanjado nesta luta fratricida. (Muito bem.)

E hoje não se descreve, não se concebe sequer a situação do Rio Grande do Sul.

O Crime, em suas manifestações mais hediondas, tem devastado a família rio-grandense de um extremo a outro do Estado; o roubo à mão armada, os atentados mais cruéis, os assassinatos mais bárbaros têm levado o luto e as lágrimas a todos os lares.

Trucidam-se velhos e crianças, talam-se os campos, incendeiam-se as estâncias, estupram-se filhas aos olhos de seus próprios pais — suplício horrível, engendrado no coração de demônios, que não em almas brasileiras. (Muito bem, muito bem, palmas das galerias.)

A palavra de ordem é a devastação e a morte; milhares de brasileiros chocam-se contra milhares de brasileiros, e sobre tudo isto o fragor da luta, irmãos que lutam contra irmãos, que se agarram, que se ferem, que se dilaceram, que se matam! (Grande sensação.)

Pois é nesta situação tão desgraçada, quando a alma da Nação anseia desolada sob a pressão angustiosa de tantas calamidades, que a Maioria governista se recusa a colaborar conosco na pacificação do Rio Grande do Sul, que o Sr. Vice-Presidente da República vem declarar ao Congresso que é necessário cruzar os braços por mais alguns dias, porque ele espera esmagar em breve os nossos irmãos? Não, Senhores!

Se esta resolução é verdadeira, é necessário que a reconsidereis (apoia-

dos), porque — permiti-me a dureza da frase — não é digna de representantes da Nação, não é digna de corações brasileiros. (Apoiados, muito bem.)

Se não vos demovem as injustiças da lei, se não vos obriga o dever do patriotismo, sede dóceis ao menos aos sentimentos de humanidade tende compaixão de tantos infelizes, de tantos irmãos trucidados, de tantas noivas poluídas, de tantas filhas desgraçadas, vós que também sois irmãos, vós que sois pais. (Bravos! Muito bem, muito bem.)

E quem nos assegura que o governo vencerá a revolução do Rio Grande? Todos os dias não estão chegando a esta Capital telegramas que contestam as vitórias anunciadas pelos amigos do Governo? E se tiver de vencer, não é um dever de patriotismo empenharmo-nos em pôr termo a tantas desgraças, impedir que se derramem mais lágrimas, que se cometam mais crimes, que se consumem maiores atrocidades? (Apoiados.)

Senhores, quando a opinião nacional, na tribuna, na imprensa, nos comícios populares, exige a imediata suspensão dessa luta fratricida que ensangüenta o País; quando a família brasileira, na mais brilhante seleção da nossa sociedade, já abandonou os seus lares para suplicar a caridade pública, não em favor dos federalistas feridos, como se disse, mas em favor de todos os brasileiros encontrados no campo de batalha; quando o povo protesta horrorizado contra o vampiro governamental que não se sacia do sangue de irmão (bravos nas galerias, aplausos), a Câmara, a Assembléia dos Representantes do Povo, não tem o direito de colaborar com o Sr. Vice-Presidente da República na sua obra sinistra de extermínio e de morte. Urge que a Câmara tome uma deliberação. Se o projeto apresentado pela bancada oposicionista não é constitucional, aqueles que contestam essa constitucionalidade apresentem um outro que se contenha nos termos restritos da Constituição.

É necessário que a Câmara ponha termo à situação do Rio Grande do Sul. É necessário que a Câmara consiga a pacificação daquele Estado; é um dever imposto pela honra, pelo brio, pela dignidade patriótica. Se a protelação de uma hora na redenção dos cativos era, como se dizia outrora neste mesmo recinto, um século de sofrimento para a raça proscrita, a protelação de uma hora na pacificação do Rio Grande do Sul, Senhores, é um século de vergonha para a nossa Pátria! (Delirantes e prolongados aplausos nas galarias e no recinto. Das tribunas, as senhoras atiram flores sobre o orador, que é abraçado e felicitado pelos Srs. Deputados, por senhoras e cavalheiros que invadem o recinto, deixando a tribuna e as galerias.)

DEFESA DO CAFÉ E OBRAS DO NORDESTE DISCURSO DO SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA NO TEATRO MUNICIPAL EM S. PAULO

“Começa o Sr. Presidente da República por agradecer, muito sensibilizado, a dádiva generosa que a Sociedade Rural Brasileira acaba de fazer às duas casas de beneficência, mantidas por sua mulher e sua filha. Pode assegurar que elas saberão empregar, com inteligência e coração, esse óbolo precioso, em bem da saúde de tantas moças, enfraquecidas pelo trabalho, e em benefício de tantas crianças ameaçadas pela corrupção e pelo crime.

Deverá talvez ter escrito um discurso para responder com maior propriedade à eloqüentíssima oração que acabava de ouvir. Mas, o tempo mal lhe chegara para refletir e fixar algumas idéias. Nem de mais, aliás, carecia para o objetivo que tinha em vista, e era simplesmente manifestar o seu reconhecimento a S. Paulo, tanto mais quanto o lado técnico da questão fora esgotado pelo brilhante orador que o precedera.

Se tivesse o direito de aspirar a uma recompensa pelo concurso que prestou, que está prestando e continuará a prestar ao Estado de S. Paulo (palmas prolongadas, aplausos), na obra patriótica da valorização do café, tê-la-ia, larga e generosa, nas aclamações entusiásticas que tem recebido, desde que penetrou no território paulista; tê-la-ia, lisonjeira e imorredoura, na brilhantíssima oração do Dr. Veiga Miranda, e nos conceitos, aliás imerecidos, com que o cumulava a eloqüência magnânima do orador; tê-la-ia, ainda, auspiciosa e consoladora, no contentamento, na felicidade, na fortuna com que ele lhe acenara de poder amanhã, ao atravessar a vastidão imensa dos cafezais de S. Paulo, contemplar o espetáculo consolador de uma população inteira em franca prosperidade. E isso porque essas aclamações, eco da opinião pública do mais poderoso Estado da Federação, significam que o Governo Federal está interpretando e traduzindo com fidelidade as aspirações do sentimento nacional. (Muito bem; muito bem. Palmas.) E isso porque essa prosperidade é o primeiro fruto sazonado do grande empreendimento a que deu a sua solidariedade, e ao mesmo tempo, o augúrio feliz, o indício promissor de que levar por diante tal empreendimento não será somente amparar a riqueza de S. Paulo, mas também garantir a fortuna do Brasil. (palmas prolongadas.)

Faz bem o Estado de S. Paulo em se conservar fiel à sua cultura

inicial. Pode a inteligência de seus filhos, podem e devem a sua grande capacidade, dedicar-se aos outros gêneros de cultura a que tão admiravelmente se presta o seu solo bem fadado. Mas o principal elemento da sua riqueza, a coluna mestra sobre a qual se apoia, principalmente, o edifício da sua grandeza econômica é e continua a ser o café, e de tal sorte que todas as questões que em torno deste se agitam perdem o caráter de questões exclusivamente regionais, para se tornarem questões verdadeiramente brasileiras. (Palmas prolongadas.)

Nenhum dos nossos produtos — e eles são muitos — logrou ainda a posição que o café conquistou no mundo; nenhum deles se impôs aos mercados estrangeiros como produto de importação indispensável. Só o café.

Produzimos setenta e cinco por cento do café que se consome no mundo; e um país que possui setenta e cinco por cento de um produto indeteriorável, ou, pelo menos, de difícil e morosa deterioração, um país que produz setenta e cinco por cento de um artigo que se impõe nos mercados estrangeiros como gênero de primeira necessidade, esse país só se não quiser, ou não tiver coragem, deixará de ditar leis ao consumo e sobre ele lança as bases da sua prosperidade e da sua riqueza. (Muito bem; palmas prolongadas, aplausos.)

A questão da valorização do café não é, portanto, uma questão estadual, é uma questão brasileira. (Muito bem; muito bem.) Valorizar o café é valorizar nossa exportação, de que ele representa mais de cinquenta por cento; valorizar a nossa exportação é canalizar ouro para o País; canalizar ouro para o Brasil é fazer pender para o nosso lado a balança mercantil, é dar valor à nossa moeda, é elevar o nosso câmbio, é preparar o bem-estar e a prosperidade da Nação. (palmas prolongadas. Muito bem, muito bem.)

A um problema dessa ordem não poderia ser indiferente o Governo Federal. Tentando resolvê-lo, não atendeu o orador somente às conveniências particulares de alguns Estados, propugnou também os interesses superiores da Federação. Nada lhe deveis, portanto, como nada lhe deve o País. Está apenas cumprindo o seu dever de cidadão e de Chefe de Estado. Se algum mérito pode ter nesta matéria, é o de haver dado caráter nacional a uma questão que até agora tem sido erroneamente considerada como de natureza local.

Se algum mérito pode ainda vir a ter, será o de continuar a afirmar que a questão do café deve ser resolvida por aparelhos permanentes, e não por medidas de caráter transitório e passageiras. (Muito bem; muito bem.)

A valorização do café há de prosseguir. Pode a especulação recorrer aos artifícios e embustes que quiser; o Governo Federal dispõe dos recursos neces-

sários para levar adiante a sua obra, e há de fazê-lo, custe o que custar, certo de que os resultados definitivos se traduzirão em benefícios sem conta para o País. (Aplausos prolongados.)

Honra-o sobremodo a idéia de dar o seu nome aos prêmios que vão ser, daqui por diante, distribuídos nas escolas de S. Paulo, Santos e Piracicaba. Obscuro como é, tem-no recusado, sistematicamente, sempre que, para distinções análogas, a bondade dos seus concidadãos o tem previamente consultado. Desta vez, não foi ouvido; mas, se o tivesse sido, aceitaria, como aceita, agradecido, a desvanecedora lembrança. Ela criará laços de união mais estreitos entre o orador e S. Paulo, entre o orador e a mocidade; e se ao espírito de S. Paulo ela fará sempre presente o nome do filho do Norte, que, na capacidade produtora do grande estado do Sul, concentrou as maiores esperanças da fortuna nacional, à mocidade essa lembrança fará recordar cada dia o nome do compatriota que, em todas as vicissitudes de sua vida pública, sempre se esforçou por não ter outra preocupação que não fosse a do renome, da grandeza e da glória de sua Pátria. (Palmas prolongadas.)

Disse, em começo, que nenhuma recompensa mais valiosa poderia ambicionar do que as manifestações entusiásticas que o têm acolhido e a recepção verdadeiramente excepcional com que o está honrando o glorioso Estado de São Paulo. Mas vós — continua o orador — quisestes, desde logo, confundir-me com um testemunho inequívoco da vossa fidalguia e, pelo órgão autorizado de vosso digno intérprete, proferistes, há pouco, palavras que profundamente me comovem.

Nós abençoaremos — dissestes — a mão que empregar nas obras do Nordeste os lucros que das operações do café tenham advindo ao Estado de S. Paulo.

Palavras magníficas, que não traduzem somente a generosidade e o cavalheirismo da alma paulista, mas que encerram, também, a alegria e o conforto do vosso aplauso a um dos mais graves atos do meu governo. Formosas palavras que não significam somente a nobreza e o altruísmo dos vossos corações, mas que valem, também, por um gesto de solidariedade dirigido aos vossos irmãos da terra nortista, bandeirantes, como vós, bandeirantes destemidos que, pela sua tenacidade, abnegação e heroísmo, arrancaram um mundo novo às feras, à malária e ao estrangeiro, e o doaram inteiro à Pátria estremecida, cujo engrandecimento fortaleceram assim com o seu trabalho e o seu esforço, e cuja glória assim enalteceram com o seu sangue e a sua vida. (Palmas prolongadas.)

Coincidência notável: desde que entrou em terras de S. Paulo tem encontrado na boca de todos os oradores, sempre estreitamente ligadas, estas duas questões — a valorização do café a as secas do Nordeste. Isso quer que vós as unis, no vosso espírito, não como problemas regionais, mas como questões brasileiras. (Muito bem.) E tendes razão, porque o problema das secas do Nordeste, do mesmo modo que o do café, ainda deixando de lado o ponto de vista humanitário, para não encarar senão o seu aspecto econômico, constitui um problema nacional.

A experiência dos outros povos, da Ásia, da África e da América, têm demonstrado, com dados irretorquíveis e algarismo insofismáveis, que a irrigação das terras áridas aumenta a sua produtividade de cinqüenta a oitocentos por cento. Imaginai agora o que será a região do Nordeste no dia em que as suas terras admiráveis puderem contar seguramente com o elemento que nos anos normais lhes faz a surpreendente fertilidade; calculai a enorme economia que fará a Nação, deixando de concorrer periodicamente com milhares e milhares de contos em esmolas e paliativos de toda a ordem; somai as rendas que a União auferirá das taxas pagas por essas terras assim beneficiadas; refleti um momento nas forças econômicas que o País poupará, poupando a vida a tantos brasileiros, ceifados pela fome, pela seca e suas consequências, e dizei depois se trata de questão que interessa apenas ao Nordeste ou se, pelo contrário, não se trata de problema eminentemente nacional. (Palmas prolongadas.)

Contra a solução desse problema só protestam os que, no industrialismo da sua imprensa, estão habituados a sacrificar os mais elevados interesses nacionais ao sentimento pequenino, ao capricho mesquinho de fazer picuinhas ao Governo. Contra a solução desse problema só reclamam os que, destituídos inteiramente de espírito público, não têm nem procuram ter a menor noção da natureza desses trabalhos. Contra a solução desse problema só se rebelam os que nunca viram a seca na sua obra hedionda de devastação e de extermínio.

Ide os que combatem e malsinam o Governo Federal; penetrai naquela fornalha ardente; lançai as vistas sobre aqueles campos calcinados, onde as plantações desapareceram de todo, onde a vegetação feneceu e mirrou, e os bebedouros se ressequiram, sob a centelha comburante do sol impiedoso; ide e percorrei aqueles chapadões interminos, onde o silêncio apavorante das quebradas é apenas interrompido de longe em longe, pelo mugido desesperado do gado sequioso e faminto; ide, segui agora as estradas, e vede aqui as ossadas daqueles que não puderam fugir mais longe ao horroroso flagelo e tombaram,

inanidos e moribundos, para servirem de pasto, ainda com vida, à voracidade das feras e das aves de presa; ide e vêde mais longe os que acabam de cair, alucinados e arquejantes, e, olhos cravados na abóbada candente, numa última prece de compaixão e piedade, ou talvez numa derradeira imprecação de desespero e de insânia, aguardam, aniquilados e vencidos, o suplício dantesco dos que os precederam; ide e vêde, por fim, a fileira infinita dos que ainda podem arrastar-se andrajosos e esqueléticos, a face decomposta, o olhar desvairado, sem força mais para carregar os pequeninos, sem gota de leite para lhes calar o choro triste, enfraquecido e compungente, com o estômago torturado a contorcer-se na agonia de fome com a garganta em fogo a queimar-se no desespero da sede, com a alma despedaçada e o coração confrangido de luto, de desolação e de dor; ide e dizei-me, depois, se eu estou ou se eu não estou redimindo um crime da nação. (Sensação. Prolongada salva de palmas.)

O Brasil inteiro há de, por força, associar-se ao orador, e, quando não seja ao orador, a quem quer que o venha substituir na obra de reparação dessa injustiça revoltante.

Pede desculpas da exaltação de suas palavras; mas não pôde conter os impulsos de sua revolta, a revolta da sua alma, não de nortista, mas de brasileiro e de patriota, contra esse crime secular.

Pede desculpas; mas as palavras tocaram o mais íntimo do seu coração; e é de coração que as agradece, é de coração que afirma que elas hão de ecoar no seio daquelas populações desgraçadas, açoitadas, duramente, pela mais cruel das calamidades, como um brado de animação e de consolo, e é de coração que assegura que elas hão de brilhar como um raio de esperança na noite tenebrosa daquelas almas angustiadas, que, cheias de apreensões e de receios, acompanham ansiosas essa luta encarniçada entre o Governo que lhes quer dar a tranqüilidade e a vida e meia dúzia de brasileiros, sem patriotismo e sem entranhas, que insistem por lhes prolongar o sofrimento e o infortúnio; e é de coração que afirma que elas hão de cair como um orvalho bendito naquela terra combusta, que nós queremos encher de frescura e de verdores, que nós queremos povoar de esperanças e de risos, e que esses maus brasileiros, não querem ver orvalhadas senão pelas lágrimas das criancinhas famintas, nem povoadas senão pela agonia e pelo desespero das mães.

(Inserido nos Anais do Senado, a 24 de Agosto de 1921.)



João Pereira de Castro Pinto

Nasceu a 03 de novembro de 1863, em Mamanguape, na então Paraíba do Norte e faleceu no Rio de Janeiro, aos 11 de julho de 1944. Filho de José Pereira de Castro Pinto e de Maria Francisca Ricarda Cavalcanti de Albuquerque, descendia, portanto, do velho tronco português unido à linhagem brasileira dos Cavalcanti de Albuquerque.

Bacharelou-se em Direito, em 1886, tendo sido companheiro de Epitácio Pessoa. Advogado em Belém do Pará, foi Juiz Federal substituto. Foi monarquista, abolicionista, jornalista e professor. Exerceu a promotoria pública em Mamanguape, e Vitória, Pernambuco Fortaleza, Ceará e Belém do Pará. Elegeu-se Deputado Federal, em 1906, e, Senador da República, em 1908. Governou à Paraíba, de 1912 a 1916. Antes de concluído o quadriênio, depois de devotado à evolução marcante nas letras e nas artes paraibanas, e grandes realizações administrativas, renunciou, a seu mandato e recolheu-se a vida modesta e simples no Rio de Janeiro, depois de tantas consagrações.

Tanto no Parlamento como nas tribunas políticas, tornou-se conhecido como um dos maiores oradores de seu tempo, revelando em sua atuação como detentor de cultura enciclopédica, usando-a em sua oratória inigualável. Dizia preferir sempre o improvisado sem valer-se de qualquer anotação.

Mostraremos em seguida apreciações críticas de grandes intelectuais e estu-

diosos sobre o verbo, no inegável conceito de grande orador e de tribuno, daí por que seu nome, homenageia a Academia Paraibana de Letras, como patrono da cadeira N.º 33, igualmente, tendo sido fundador do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba, a mais vetusta e mais antiga instituição cultural de nosso Estado.

Foi jurista emérito, tendo sido filósofo na condição de grande humanista, educador, sociólogo e jurista, responsável na condição de participante do Código Penal, onde colaborou na fixação do sistema de penas.

Ninguém mais que ele, foi o paradigma da honestidade enquanto advogado militante, ou político digno, como confirma Liberato Bittencourt, em sua obra *Homens do Brasil* — volume II, página 178:

“Homens de estaturas tais, honram, não só o Estado pequenino da Paraíba, mas o Brasil vastíssimo e desgovernado. (Isto dito pelo autor em 1914)”.

“Castro Pinto foi, a seu modo, o primeiro a propugnar pela renovação dos costumes eleitorais, da liberdade de voto, da participação dos deserdados da sorte nas decisões políticas, enfim, na luta incessante contra as oligarquias.

Castro Pinto verificou que a República na qual acreditara — liberal, democrática e progressista em sua forma - tornara-se na prática (no funcionamento efetivo) viciada e oligárquica.

Numa antevisão no nascimento do sindicalismo brasileiro e dentro dos postulados ainda hoje atuais do solidarismo cristão, doutrinava uma vez mais. “Não sou socialista, prefiro a sociologia; não sou revolucionário, sustento a evolução.” (tudo isso dito em *Perfis Parlamentares* 17 - Castro Pinto, em *Introdução* por Pedro Paulo de Ulysséa).

Samuel Duarte quando se empossando na cadeira n.º 33 da APL assegura: “Castro Pinto foi um orador. Possuiu, como poucos, o magnetismo do verbo, o “Deus in nobis” do poeta mantuano”. “Era uma eloquência espontânea, brotando como nascente de água límpida. Havia ritmo e grandeza no desdobramento dos conceitos e das imagens numa harmonia de efeitos, que ganhavam em profundidade o que perdiam em concisão. “Os que o ouviram, no esplendor da maturidade intelectual, recordam o fenômeno. Guardo o testemunho de um ouvinte da categoria de Celso Mariz”.

Cita ainda o parlamentar, Samuel Duarte sobre nosso apreciado, o seguinte: “Castro Pinto foi, acima de tudo, um orador. Possuía em grau raramente atingido o fogo espontâneo da palavra (...). o milagre de improvisar e de, dar a improvisação, o calor, a presença, a seiva dos temas desenvolvidos, que eram nele uma manifestação natural, sem esforço como se o verbo andasse adiante de seu pensamento”.

Conta-se que, quando da chegada do grande João Mangabeira à Câmara dos Deputados, recém-eleito pela Bahia, chamou Deputado mineiro de Carlos Peixoto, então Presidente daquela Casa do Congresso Nacional, recomendando ao então iniciante: “Não deixe de comparecer à sessão de hoje, vai falar Castro Pinto, o maior orador da Câmara”.

Não poderíamos deixar de citar Alcindo Guanabara, jornalista famoso, então Deputado pelo Estado da Guanabara, que assim se expressou sobre Castro Pinto, após seu memorável discurso sobre a introdução do sursis em novo Código Penal. “A Câmara, com a oração de Castro Pinto, despertou do letargo em que jazia imersa desde José Bonifácio”.

Sua capacidade oratória, aliada à profunda e versátil formação intelectual, determinava seu método de atuação parlamentar. Não tinha por hábito preparar seus discursos, ou fazer anotações que os orientassem. Se algum assunto em debate o interessasse a ponto de despertar sua inteligência, pedia a palavra e, sem fugir à lógica da argumentação, dissertava amplamente sobre o mesmo, sempre acrescentando ao tema considerações de outra ordem que entendesse contextualmente relevantes.

Daí por que, embora seus textos já iriam dizer da consagração nacional de Castro Pinto nos textos escolhidos, não poderíamos deixar de citar o texto, onde expobra o grande paraibano, sua solidariedade pela infausta morte de seu colega de parlamento, o martir Pinheiro Machado:

“Eu não tenho absolutamente nenhuma solidariedade em qualquer dos fatos que têm perturbado o curso normal dos negócios republicanos para o futuro que almejavam aqueles que o propagavam antes de 15 de novembro”.

“Em vez dos males inerentes à forma de Governo, como está praticada ou, pelo menos, como se acha estabelecida, nós devemos levá-los à conta desse período, ainda na transição (muito bem). Dessa onda dissolutiva que desde 15 de novembro tem acompanhado a vigência do regime republicano que tinha de substituir o regime decaído. “ Não! Não é o regime, Sr. Presidente, o culpado pelo que vai-se dando. São os homens; são os costumes. Não se deve, pois, increpar o regime. Nós não precisamos reformar o regime em um país em que o maior fator de desordem, o maior mal, a maior causa, a mais evidente das perturbações, o fomento mais constante da anarquia é a instabilidade da lei. Essas revoluções, Sr. Presidente, decorrem para mim de dois móveis principais: o primeiro porque, a 15 de novembro de 1889, a República foi um Dom dos deuses. Nós não a fizemos; o exército no-la deu e, sendo uma República feita assim, a enraização dessa árvore dá lugar a abalos, tremores, os quais,

correm por conta desse ou daquele órgão da opinião pública, hão de se manifestar na sociedade em que o fato se deu(...). A grande crise é dos caracteres e, com a morte de João Pinheiro, a República, que tem os seus ideais consignados em sua Carta fundamental, na Constituição, sabe perfeitamente que seu melhaeiro de ouro, seu lastro principal, está nos homens e nos caracteres, e que, em João Pinheiro, nós perdemos, a República perdeu, neste momento, um dos maiores patrocínios, que era o de um homem de bem. (muito bem)”.

Forçoso é, ainda ouvir-se o oráculo de todos nós, o grande Celso Mariz que dele diz “em sua obra CIDADES E HOMENS: “Agora, chegou a vez de João Pereira de Castro Pinto, a nossa maior voz de eloquência, o dispersivo formidável que parecia uma fonte do verbo alado. Castro Pinto impunha-se cada dia, passando a ser visto definitivamente pelos paraibanos (acima das injunções da politicagem) uma figuração de exceção ao honrar o Estado pela inteligência e pela dignidade do viver. Castro Pinto foi um monstro de dispersão intelectual. Nada sistematizou, nada reuniu, que pudesse ficar como demonstração de sua inteligência e de sua cultura. Só o prólogo do livro de Elizeu César, escrito em 1894, alguns versos dessa época remota, algumas conferências esparçadas, algumas crônicas de A UNIÃO e da revista ERA NOVA são conhecidas aqui no Estado. Seus discursos, suas lições, suas palestras fantásticas, perderam-se no fundo dos anais e na poeira sonora de seus improvisos de tribuno. Podemos dizer que foi um pensador, espírito com capacidade de medição de conceitos próprios sobre os fenômenos da sociedade e do Direito”.

Como término, estamos com Celso Mariz. Sua obra coligida e divulgada, cinge-se apenas à publicação na Revista do IHGP, na Revista I, “A Paraíba nos Tempos Coloniais”, e “Discurso na Aposição do Retrato do Presidente João Pessoa na número VIII, e agora recebe homenagem da Câmara dos Deputados em 1982, em “Perfis Parlamentares — 17”, onde estão publicados seus discursos, intervenções e apartes; votos de pesar em sua atuação brilhante como Deputado Federal e Senador. A Paraíba prestou-lhe justa homenagem, dando seu nome ao Aeroporto agora internacional, localizado em Santa Rita. Induidoso que ninguém mais que esse paraibano, mereça o prêmio dessa escolha, nesse trabalho de ressurreição histórica de nossos grandes vultos da palavra discursiva.

AS SECAS NO NORDESTE — SESSÃO DE 26/06/1909

O SR. CASTRO PINTO — Sr. Presidente, aproveito o ensejo de não haver em debate matéria de importância para me ocupar de interesse muito imediato e urgente do Estado que represento nesta Casa. Quero referir-me às secas do Norte.

É um assunto muito batido. De vez em quando, o representante de um desses Estados perseguidos por essa calamidade ocupa-se mais para armar ao eleitorado, no que não fazem muito mal, porque de alguma forma é uma satisfação que damos aos nossos comitentes.

Venho bater na mesma tecla. Não só representante como filho e morador na Paraíba, não posso, absolutamente, durante as sessões legislativas, silenciar a respeito de um assunto que para mim, paraibano, e para todos os que moram na região assolada pelas secas é de suma importância.

Sei, Sr. Presidente, que o assunto tem a sua feição técnica. Mas, não posso falar sobre a matéria sem abordar a questão de técnicas; como, por exemplo, a química agrícola, a hidrologia, a hidráulica agrícola e outros assuntos relativos à questão e que devem ser debatidos especialmente pelos profissionais.

Há, porém, uma ordem de considerações que, por não serem técnicas, não deixam de ser pertinentes.

Antes de tudo, quase que me inibia de vir à tribuna falar deste assunto a consideração de que um dos obstáculos para que a população do Norte alcançasse esse desideratum é a desmoralização dos serviços, devido aos rebentaverbas, aos sinecuristas, aos engenheiros improvisados e ao desmazelo administrativo, que veio como herança mórbida dos costumes da Monarquia e que se agravou infelizmente na República.

Mas a culpa é menor dos que são estritamente responsáveis por esse negócio nos respectivos Estados, do que do Governo Federal.

Não quero, Sr. Presidente, com as minhas palavras, melindrar, mesmo de longe, que as administrações passadas e presentes, quer os Estados e políticos mais ou menos responsáveis por esse estado de coisas, que, antes de tudo, desmoraliza o Brasil.

Quando vemos a França cuidar de coisas análogas na Argélia e nas suas possessões longínquas, é lastimável que o Brasil, desde que se constituiu como nação independente, até hoje, não tenha resolvido um dos assuntos capitais de

política interna, que é a organização de serviços como este, para combater de modo definitivo os efeitos da seca, em uma zona que, preenchida esta condição, seria a mais próspera do Brasil.

É erro dizer que não há fertilidade na nossa terra. Basta considerar que, nas zonas cearenses, alguns dias de chuva são suficientes para salvar em safra os prejuízos ocasionados em anos anteriores, de prolongadas secas.

O SR. PIRES FERREIRA — O mesmo se dá no Piauí.

O SR. CASTRO PINTO — Quando falo no Ceará, considero-o um denominador comum, é um nome apelativo das terras assoladas pela seca.

Sr. Presidente, estas considerações me demoveriam de vir à tribuna, mesmo porque não quero passar por pedante, na minha qualidade de bacharel, por entender que a enciclopédia dos meus conhecimentos abstratos vá até a técnica desses assuntos. Mas, recebo cartas em que se pinta o estado lastimável das populações que moram sob aqueles signos de desgraças periódicas.

V. Exa, Sr. Presidente, me dispensará, e o Senado também, de recorrer à musa que me bafejou nos tempos acadêmicos, para fazer aqui a descrição sentimental dos horrores que passam os habitantes daquelas zonas; os lares abandonados, a situação econômica desorganizada, desorganizada também a instituição da família, que é a base da sociedade, o êxodo de cidade em cidade, de Estados a Estado, e esta contribuição anual, terrível, que nós, habitantes dessas terras, nos habituamos a pagar ao Acre, para onde mandamos 99% dos nossos patrícios válidos, em tributo da morte simplesmente para dar lugar às riquezas efêmeras das praças de Manaus e de Belém, tendo como único resultado mostrar ao estrangeiro, que onde chega o cearense — ainda é um nome apelativo — chega o instinto da soberania nacional, chega o instinto do amor ao território. Pois se Plácido de Castro, o rio-grandense heróico, estava à frente de legiões se compunham de cearenses, paraibanos, pernambucanos, rio-grandenses-do-norte, que, abandonando seus lares e suas terras, levaram a essa terra quase que estrangeira, porque estrangeiro é este pedaço de terra nas fronteiras do Oeste do Amazonas, a aspiração da Pátria comum.

Eu não podia absolutamente deixar de corresponder a estes apelos de meus patrícios, mesmo porque, falando na Comissão de Poderes sobre umas tantas causas de nulidade e hermenêuticas e ocupando-me desta tremenda questão das candidaturas, o eleitor absolutamente não está contente com a minha posição, porque há de pensar, como mandante do qual sou mandatário, que, antes de assuntos desta ordem, eu devia tratar do que mais de perto respeita ao estado lastimável em que vivem as populações dos sertões do Norte.

O SR. PIRES FERREIRA — V. Exa está falando perfeitamente bem; estou encantado.

O SR. CASTRO PINTO — É por isto, Sr. Presidente, que venho fazer um apelo que se pode resumir nestas três situações de alma, nestas três disposições de ânimo - pedir, queixar-me e reclamar.

Pedir os socorros que a Constituição nos garante, porque se uma seca não é uma calamidade pública, nas condições que nós conhecemos, era preciso estar tremendo sobre o solo da Calábria, para estar no caso de pedir os socorros garantidos pela Constituição.

Queixar-me, e eu peço aos meus ilustres e distintos companheiros, representantes das diversas bancadas aqui do Senado, a máxima tolerância para algumas das involuntárias rudezas da palavra improvisada, que eu seja obrigado a empregar neste momento.

A Paraíba, Sr. Presidente, é um Estado pequeno, é verdade, mas na Constituição existe esta frase: “igualdade dos Estados na Federação”, frase que é uma das pedras fundamentais no alicerce da instituição republicana.

E, a própria fórmula republicana mais acentua esta igualdade dos Estados aqui, nas representações com assento no Senado.

O SR. SEVERINO VIEIRA — Perfeitamente.

O SR. CASTRO PINTO — É uma feição de direito.

Usando da linguagem erudita do simpático, talentoso e ilustrado representante do Estado do Espírito Santo, quanto discute na nossa falada Comissão de Poderes os assuntos que lhe são afetos, direi que esta igualdade é uma presunção, júris et de jure.

É exato que Minas Gerais possui uma população numerosa, possui talentos, é, em suma, um Estado próspero, pois, além de tudo, possui muito mais tradições que a Paraíba e o Rio Grande do Norte. Mas, Sr. Presidente, apesar de todos esses predicados, que importam em favor daquele Estado, ninguém poderá dizer que ele valha mais que aquele que represento ou do que qualquer outro pequeno Estado.

É uma questão Júris et de Jure; e no dia em que os Estados pequenos se reunirem, valerão tanto neste regime como, por exemplo, os de São Paulo e Rio Grande do Sul.

Mas, Sr. Presidente, a Federação, em relação aos Estados pequenos, tem sido mais madrasta do que mãe.

O SR. SEVERINO VIEIRA — O defeito não é da Federação, é nosso. Que os Estados pequenos se congreguem e valerão tanto quanto os mais poderosos.

O SR. CASTRO — E, por que V. Exa., não prega essa tão simpática doutrina?

O SR. SEVERINO VIEIRA — Não é doutrina, é anseio, é aspiração que não é impossível, pois está perfeitamente dentro das normas da exequibilidade.

O SR. CASTRO PINTO — E, é esta a verdadeira doutrina constitucional, doutrina que poderia ser aqui aventada e defendida tanto por mim, representante de um Estado minúsculo, como por qualquer dos colegas que aqui representam Estados poderosos da Federação.

O SR. SEVERINO VIEIRA — É uma doutrina constitucional, não há dúvida; só lhe falta sectários.

O SR. CASTRO PINTO — E por que V. Exa., não a prega com carinho e com amor?

O SR. SEVERINO VIEIRA — Deixo tal empresa a V. Exa.

O SR. CASTRO PINTO — Não a prego eu, porque ainda não disponho dos requisitos indispensáveis aos apóstolos: assumido esse empreendimento, só terei ensejo para me tornar mártir.

O SR. SEVERINO VIEIRA — V. Exa. tem todos os requisitos indispensáveis aos apóstolos: talento, ilustração e facilidade de palavra.

O SR. CASTRO PINTO — V. Exa. sabe que esta igualdade, que é um dos bens da Constituição, tem uma feição muito especial, sendo vista por diversos prismas.

O Estado da Paraíba, por exemplo, tem lutado com uma infelicidade, a de não querer patronos estranhos às influências locais. Seus patronos têm sido obscuros e humildes mas esses têm sido tirados de entre os próprios políticos da localidade.

E sabe V. Exa, Sr. Presidente, sabem os meus ilustres colegas o que isto lhes tem valido?

Nestes últimos quatro anos, enquanto se esgotava uma verba de 1.000:000\$, destinada a socorros públicos, o meu Estado não era contemplado na partilha, sendo certo, no entanto, que na Paraíba se morria de fome!

Ao Estado da Paraíba chegaram, é verdade, 150.000\$, mas estes oriundos de uma verba antiga, votada ao tempo em que era Governo o Marechal Floriano Peixoto.

Estas considerações visam a aproveitar a circunstância de estar quase em execução a pasta da Agricultura, para que os Ministros, venham eles da Bahia, de Santa Catarina ou de São Paulo, compreendam antes de tudo que são Ministros da Federação e não tenham, na distribuição dos fatores cons-

tantes de verbas votadas pelo Congresso Federal, predileções, por mais justificadas que pareçam aos olhos de seus eleitores.

Essa é minha queixa, em nome do Estado da Paraíba, a terra sempre preterida, até em matéria de socorros públicos!

Passemos à reclamação, que eu já ia iniciando quando comecei o meu discurso, uma reclamação contra os abusos de ordem administrativa. Parece-me que a linha divisória mais nítida entre o regime parlamentarista e o regime presidencialista é que os ministros, meros secretários, não fazem política, não devem fazê-la no regime presidencialista.

O SR. SEVERINO VIEIRA — Não devem fazer, mas fazem.

O SR. CASTRO PINTO — Mas não devem fazer, pelo menos nas pastas técnicas.

O SR. SEVERINO VIEIRA — Pois, exatamente, os das pastas técnicas são os que mais fizeram política durante o Governo passado.

O SR. CASTRO PINTO — Não aproveito o aparte de S. Exa, porque não estou fazendo história. Mas o fato é que as pastas técnicas, a pasta da Indústria e Viação e a pasta da Agricultura não devem absolutamente intrometer-se na política, em bem da verdade, das instituições e do regime. Entretanto, a política dos Estados vem intervindo nos negócios afetos aos diversos Ministérios, designando incompetentes para comissões ou trabalhos que interessam o bem público, nomeando indivíduos sinecuristas, parentes e correligionários. Disso resultam, antes de tudo, a confusão e a instabilidade: engenheiros, embora competentes, mas já habituados a certos serviços, os que fiscalizam estradas de ferros, são subitamente transferidos para o serviço de providências contra a seca; e aqueles que já entendem desses serviços removidos para o de construção de portos, quando não são encarregados de algum trabalho geodésico, conforme a influência da política reinante nos Ministérios.

Daí, resulta a confusão e a instabilidade no pessoal e nos serviços. Basta dizer que o Ministro que inicia no seu Governo uma série de medidas não encontra na continuidade de seus sucessores garantia para o êxito dessa ordem de trabalhos públicos; outro Ministro vem com outras idéias, outros projetos, preocupado com o egoísmo natural dos Faraós, pois todos querem deixar a sua pirâmide e, para fazer coisa nova, prejudicam a execução do que estava iniciando.

A minha reclamação é contra a designação dos incompetentes, que desmoralizam serviços de interesse público, como esse de socorros; é contra isso

que protesto perante todos os que são responsáveis diretos ou indiretamente pelos erros e abusos a que já me tenho referido.

Apelo, portanto, para a honorabilidade da administração republicana, a fim de que se acabe nas pastas técnicas com o deplorável costume de fazer política.

O SR. SEVERINO VIEIRA — Política, não, politicagem, porque política é procurar o interesse público.

O SR. CASTRO PINTO — Politicagem, porque política é o que compete a todo e qualquer funcionário público, tendo em suas mãos uma partícula de autoridade.

Venho pedir que olhem para o destino do País. Não defendo somente a Paraíba. Defendo o País, sob o ponto de vista econômico e financeiro. Que não teria produzido aquele Estado sem os prejuízos constantes da seca? Quanto teremos perdido, quanto não tem diminuído a produção, porque o Governo do Brasil, desde o tempo da Monarquia, não tratou de organizar sistematicamente, paulatinamente, um serviço que fosse melhorando e nos colocasse, sob esse ponto de vista, ao menos ao lado da Argélia, uma das possessões francesas.

O SR. SEVERINO VIEIRA — V. Exa. está discutindo muito bem.

O SR. CASTRO PINTO — Mas será este o único prejuízo que redundará dessa omissão criminosa de nós todos, que temos uma responsabilidade, maior ou menor, na administração política do nosso país?

Não. Quero referir-me ao homem, considerado como elemento econômico, que é o principal, mas como elemento prático e elemento étnico.

Patriótico, porque as fileiras do Exército estão na maioria constituídas pelos filhos do Norte, esses mesmos para os quais peço o auxílio da Constituição, esses a que tem tocado especialmente a missão de defender o território nacional e a honra da sua bandeira.

São eles que estão morrendo de fome!

Quanto às considerações de ordem étnica, aqui no Sul pensa-se na salvação do País com a constituição de uma embaixada de ouro, que seja a vara de condão para a introdução de estrangeiros nas suas colônias, alegando-se que assim progrediram os Estados Unidos. Mas o elemento yankee foi assimilador e não assimilado. No Brasil o elemento estrangeiro vai sendo assimilador, o que não é muito propício aos destinos da nacionalidade.

É preciso que não deixemos morrer de fome esses homens que, por mais humildes, são essencialmente brasileiros. É preciso que tenhamos dentro de casa o elemento nacional, para assimilar, o estrangeiro que venha concorrer para o progresso desta terra.

O aparte de meu ilustre amigo, representante da Bahia, comunicando-me o entusiasmo de sua palavra, fez-me ir além do natural, na ocasião em que comecei a falar. Pedindo me revele o Senado essa falta involuntária, concluo a minha despresticiosa palestra, fazendo votos para que, daqui em diante, se inaugure uma verdadeira política republicana, para a solução de vários problemas, entre os quais o de acabar com esta calamidade periódica, que é a infelicidade da minha terra, que é a vergonha da República.

(Muito bem! Muito bem, muito bem. O orador é cumprimentado.)



SAUDAÇÃO FÚNEBRE — ÁLVARO MACHADO SESSÃO DE 7 DE MAIO DE 1912

O SR. CASTRO PINTO — Sr. Presidente, espero da benevolência de V. Exa. e dos meus ilustres colegas a atenção de alguns minutos, para me demorar um pouco nesta tribuna, tratando da personalidade do meu distinto chefe político, o ilustre General Álvaro Machado, falecido a 30 de janeiro último.

Cumpre-me, Sr. Presidente, pelos laços de íntima solidariedade política e amizade pessoal que sempre mantive com o ilustre morto, dizer mais algumas palavras além do tributo simples prestado à memória do estadista paraibano pelo nobre representante do Espírito Santo.

Nesta Casa todos nós o conhecemos como um dos mais trabalhadores. Nos seus discursos, nos seus pareceres, em todos os seus trabalhos dominava sempre o cunho prático, a orientação firme que sempre impunha às manifestações mais evidentes da sua inteligência e atividade.

Posso destacar, de momento, dos seus projetos de lei, aqueles em que mostrou seus conhecimentos de cientista, o seu estudo de estadista, primeiro, o que versou sobre o montepio; segundo o que se refere à contrastaria, projeto que ainda depende do voto da outra Casa do Parlamento e que, na humildade dos seus dispositivos, não deixa de ser uma providência necessária e urgente ao atual momento econômico do nosso País. (Apoiados.)

Em terceiro lugar, Sr. Presidente — E quero me referir somente a alguns projetos -, vem aquele que trata da reforma eleitoral, dependente ainda da aceitação desta Casa, o qual obedecendo a um critério prático, a uma orientação firme, como há pouco disse, visa a corrigir o que a Lei atual, porventura tenha de defeituoso ou de lacunoso. Com a apresentação desse projeto, o pranteado político paraibano de outra coisa não cogitava senão de tornar uma realidade a verdade das urnas.

Nas Comissões diversas de que ele fez parte, nós todos fomos testemunhas de que agia mais como um funcionário que estivesse sujeito a ponto, pois ninguém até então foi mais assíduo no cumprimento dos seus deveres do que o distinto paraibano, cuja morte nós pranteamos conjuntamente com a dos altos vultos do nosso País. (Apoiados.)

E já, Sr. Presidente, que tacitamente me foi permitido demorar um pouco nesta tribuna, não é de mais que eu lembre também as altas qualidades morais,

a excessiva moderação, a extraordinária urbanidade que forma o apanágio do Dr. Álvaro Lopes Machado. (Apoiados.)

Eram tais, Sr. Presidente, a moderação e a urbanidade do ilustre extinto, que, ao desaparecer da cena da vida, não deixou um só ressentimento, nem mesmo um daqueles oriundos dos possíveis atritos a que nos levam muitas vezes os debates parlamentares onde a poeira das paixões nos sufoca. (Apoiados.)

Os Anais do Senado, Sr. Presidente, jamais mencionarão um atrito qualquer, um ressentimento, por mínimos que sejam, originados pela palavra austera, meditada, gentil, moderada de Álvaro Machado.

Vozes — Muito bem!

O SR. CASTRO PINTO — Álvaro Machado, Sr. Presidente, foi, antes de tudo, um obreiro nacional, um amigo de seu País, razão por que bem andou V. Exa. incluindo-o no discurso que acaba de pronunciar, entre os beneméritos da Pátria.

Consintam, pois, V. Exa. e o Senado que, em homenagem a S. Exa. e em satisfação aos meus próprios sentimentos, me alongue um pouco nas palavras que estou proferindo.

O SR. JOÃO LUIZ ALVES — Estamos ouvindo V.Exa. com a máxima atenção.

O SR. CASTRO PINTO — Aos muitos predicados do estadista paraibano Sr. Presidente, devo acrescentar mais um. Quero referir-me à obra ingente de S. Exa., quer como político, quer como administrador do Estado da Paraíba.

A Paraíba deve a Álvaro Machado tudo quanto é na República, sendo certo que S. Exa. soube sempre separar a administração da política. É, talvez, por esse motivo que o Estado que tenho a honra de representar nesta Casa é um dos únicos, senão o único que não se aventurou em empréstimos externos.

E nem se diga que a ação de Álvaro Machado, no Estado da Paraíba, foi improfícua. Entre outros assuntos a que ele se entregou de corpo e alma, avultam os da instrução pública, cujo nível ele soube grandemente elevar, desde a sua base, o ensino primário, e os melhoramentos materiais. É verdade que a maior parte desses melhoramentos materiais foram realizados depois, mas ninguém negará que ele os iniciou.

Álvaro Machado agia sempre como cientista, como um matemático, procurando sempre prever, razão por que, repito, o meu Estado jamais enveredou pelo caminho tortuoso dos compromissos de ordem internacional em matéria financeira.

A Paraíba tem realizado seus progressos, seus melhoramentos, sempre calculados dentro dos estritos limites de seu orçamento.

Quando de uma vez, estando Álvaro Machado ausente, na Europa, em tratamento de sua saúde, muito abalada por seus trabalhos parlamentares e administrativos, se tratou de um empréstimo externo, ele escreveu aos seus amigos dizendo que era um princípio político do partido, de que era chefe, não realizar empréstimo, principalmente estrangeiro, em seu Estado.

E era esse hábito de previdência, ordem legal e moderação na gestão dos negócios públicos que constituía o característico de sua individualidade política.

Como político, é preciso que se saiba que, desde 15 de novembro de 1889, não houve um cidadão brasileiro que mais de perto pudesse assumir e exercer a tolerância do que meu ilustre chefe, o extinto general Álvaro Machado.

Quando em 1892 foi para a Paraíba, em nome do contragolpe de vitória de Floriano Peixoto e da Legalidade restaurada, encontrou o humilde orador (não apoiado) que neste momento cansa o ilustre auditório como chefe político do jornal da oposição — e a meu lado se senta um meu companheiro de então — e com o Governo de Álvaro Machado não só nós dois como todos os que militavam sob a direção de Venâncio Neiva e Epitácio Pessoa, todos fomos incorporados, sem distinções, no partido chefiado por Álvaro Machado, porque sob sua chefia não houve na Paraíba um só cidadão a quem fosse vedado colaborar na obra de administração e engrandecimento do Estado, embora na véspera estivesse nas fileiras do partido oposicionista; Álvaro Machado aproveitou o mérito de todos os paraibanos que queriam colaborar na política da Paraíba.

Ora, Sr. Presidente, dadas essas qualidades que, obscuro e humilde que fosse o meu pranteado amigo, constituiriam uma glórias mais brilhantes da política nacional, eu estava no meu direito dilatando-me mais do que devia na tribuna a fim de que nesse momento e motivo, se retifiquem quaisquer agressões injustas à memória de um dos estadistas que mais concorreram para a política de tolerância e serenidade neste País.

Peço a V. Exa. essa homenagem a um de nossos mais distintos e mais nobres colegas nesta Casa. (Muito bem! Muito bem!)

)

)



Cônego João de Deus Mindêllo da Cruz

Nasceu nosso escolhido em 08 de Março de 1885 na então Paraíba, nossa Capital, hoje João Pessoa. Faleceu em 21 de Julho de 1952, filho de Alfredo Espínola da Cruz e Anna Mindêllo da Cruz.

A oratória sacra, essa piorou muito. Não temos hoje mais um Castro Néri, um Manfredo Leite, um Álvaro Negromonte, um Enrique Magalhães, um Dom Plácido de Oliveira, monge beneditino. Ou um Dom Aquino Correia. Tudo mudou. O ritmo da vida - ó Michelet... — já não admite o discurso longo e cuidado. Temos pressa, muita pressa. Montalverne está longe com sua palavra famosa: — é tarde é muito tarde.

Alcançou na carreira eclesiástica os vigariatos de Bananeiras, Taperoá, Santa Rita e Livramento; Catedral em João Pessoa, capelão do Colégio Pio X, do Colégio Nossa Senhora das Neves, do Asilo Mentáldico e da Penitenciária da Capital.

Exerceu as seguintes dignidades eclesiásticas, Cônego Honorário do Cabido da Catedral, Cônego Efetivo do Cabido da Paraíba.

Como educador foi vice-diretor do Colégio Santo Antônio em Natal/RN, vice-diretor do Colégio Santa Luzia de Mossoró, vice-diretor e diretor do Colégio Pio X

Foi intensa sua atividade intelectual e cultural, sobretudo, reconhecido

como grande orador sacro, notabilizando-se pelo sermão; todos os anos na procissão do Encontro na quarta-feira antes da semana santa, isso em frente ao então Cinema Plaza, quando magnetizava a todos, (inclusive ao autor desta obra) quando menino, entre os anos 42/48, testemunhando, e sendo já um apaixonado da arte da palavra, comovia-se e via muitos outros emocionados e lacrimosos, diante de tão pia alocução, que retumbava perante multidão convicta e fervorosa.

Chamava sempre os fiéis, às Igrejas onde predicava, mesmo porque seus discursos eram dignos de aplausos e de admiração.

Não foi fácil escolhermos um representante da palavra religiosa, entre nós, onde desde a Paraíba Colonial assistíamos no Convento de Santo Antônio, na Igreja de São Francisco, daquele púlpito de ouro, a palavra de Antônio Vieira que à época na sua Bahia, encontrava somente em Antônio de Sá o seu êmulo.

Em nossa terra tivemos nessa modalidade discursiva oradores como: Padre Ibiapina, Padre Inácio Rolim (depois Leão Fernandes) Pedro Anísio, Antônio Afonso, Matias Freire e até o maior orador sacro conterrâneo, o Padre Inácio de Almeida e Albuquerque, esse de quem se dizia, seria maior orador do que o seu irmão José Américo de Almeida. Mesmo tendo possuído, até então, tais oradores, como por último Manoel Otaviano, Dom Carlos Coelho, e, ou Padre Francisco de Assis da Paróquia de Patos.

E, que pena! Nossa escolha recaindo no Padre Inácio de Almeida (por reconhecê-lo o maior de todos) contudo não podemos apresentá-lo nessa galeria, ele que levava à Igreja da Candelária no Rio de Janeiro, todos os domingos, quando seu vigário) fiéis que enchiam a nave, sobretudo para ouvi-lo. Ele mesmo que quase todos os anos, vinha a seu berço natal Areia, para fazer a jaculatória à Padroeira Nossa Senhora da Conceição, no dia 08 de Dezembro. Todo empenho foi pouco para encontrar dele um texto sequer. Tudo se perdeu no silêncio dos templos, sem a técnica da gravação na diapasão alta da palavra, ou no guardar das fitas magnéticas, para cassetes ou vídeos, imagem e som de hoje.

Foi membro ativo do IHGP, como historiador, registrado por Luiz Hugo Guimarães em sua obra História do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba como ingresso, ao lado de grandes vultos da cultura paraibana, in verbis: “Em relação às décadas anteriores, o movimento no quadro social do Instituto foi menor. Ingressaram como sócios efetivos Adhemar Victor de Menezes Vidal, Antenor de Batista Guedes, José Batista Melo, Josa Magalhães, Antônio de Ávila Lins, João Ribeiro da Veiga Pessoa Jr., Newton Nobre Lacerda, João de

Deus Mindelo Cruz, João da Costa Palmeira e Albuquerque, Raymundo Pimentel Gomes.”

E registra também em folhas 98 o seguinte tópico: “Flávio Marója, João de Deus Mindêlo da Cruz, Nicodemos Neves, Luiz Pinto, Durwal de Albuquerque e outros fizeram importantes pronunciamentos nesta década.”

E finaliza o autor na mesma obra, sobre o tribuno sacro o seguinte: “Em face das alterações no Estatuto, o mandato da diretoria passou a ser trienal, sendo eleitos os seguintes Diretores para o exercício de 1947/50: Presidente — Clóvis dos Santos Lima; Vice-Presidente — João Santos Coelho Filho; 1º Secretário - João Ribeiro da Veiga Pessoa Jr.; 2º Secretário — Antônio da Rocha Barreto; tesoureiro — Olivina Carneiro da Cunha; Orador — Cônego João de Deus Mindelo Cruz; Bibliotecário — Francisco de Assis Vidal Filho.”

Escreveu e publicou como poeta, Bodas de Prata, o Discurso sobre Ciência e Religião que vai aqui publicado, trabalho onde mostra ser o grande humanista e teólogo, bem assim a Saudação Fúnebre a João Pessoa, dando ênfase ao biográfico do grande conterrâneo.

Em tudo se vislumbra, o professor emérito e grande orador que a seu tempo mereceu de todos a admiração e o acatamento por tão grande obra, de sermões e de poeta místico que não pôde melhor se publicar.

Matias Freire, citado pelo cônego Eurivaldo Caldas Tavares, em plaqueta comemorativa do centenário denominada: “Cônego João de Deus — O Amigo, O Padre e o Poeta”, diz: “Estimo em João de Deus a simplicidade infantil a candura do coração, o espírito de sofrimento, os dons poéticos e oratórios, a paixão dominante de escrever livros inéditos. Nenhum sonhador desse século de publicidade e propaganda possui tantas obras escondidas.”

No mesmo trabalho, diz o acadêmico historiador e ilustre prelado; “Na intimidade, chegávamos a nos divertir mutuamente, quando eu comentava com ele as vibrações de seus sermões, os gestos largos, dedos agressivos voltados para o ar, e as cenas de emoções que não raro conduziam-nos até as lágrimas, em especiais, no auge da peroração, nos célebres Sermões do Encontro, quando também fazia chorar a multidão enternecida: “Meu povo, o que foi que te fiz? Ou em que te contristei? “Quem foi, Senhor que te pregou com tão duros pregos nesta cruz? Fui eu. Foram os meus pecados”, respondia batendo forte no peito. E no encontro comovente da Mater Dolorosa com o Divino Filho era de vê-lo apontando patético: “Segue, O Mãe, o teu caminho e junta as tuas, às dores do teu filho inocente. Segue o mãe o teu caminho.”

E diz mais: “Quem dirá que, num esqueleto só menos magro que o de

Américo Falcão, habita um poeta tão fecundo, com tamanha bagagem livresca, com 29 volumes de versos, com uma carga de 1.200 sonetos e inspirações para conduzir cem vezes mais? Naquela cabeça sem cabelos há florestas mais luxuriantes que as brasileiras; há poemas mais religiosos que os de Auta de Sousa; há ritmos mais espontâneos que os dos sabiás, das patativas e das columbas gemedoras de toda a arquidiocese da Paraíba.”

ORAÇÃO FÚNEBRE NAS EXÉQUIAS DO PRESIDENTE JOÃO PESSOA CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE

1 - O IMORTAL

Exmo. e Revmo. Sr. Deão do Cabido Metropolitano, representante do Exmo. Sr. Arcebispo.

Exmo. Sr. Presidente do Estado:

Exmas. Autoridades Eclesiásticas, Civis, Militares e Consulares.

A religião católica, sublime e grande epopéia do coração humano, apresenta-nos um símbolo para cada um de nossos sentimentos e uma imagem terníssima para os acidentes que se nos deparam à existência.

Junto ao altar de Deus, é que o homem vê abrir-se para ele a fonte perene das venturas deste mundo — a família. E quando a desgraça vai roubando às flores da vida o seu delicado perfume, e atira ao chão, mirradas pelo seu beijo ingrato, as mais formosas pétalas, é ainda ao pé do altar que encontra o consolo para as grandes mágoas e a esperança ao meio de seu infortunio.

Quantas vezes no seio das alegrias e prazeres, quando tudo nos sorri, quando respiramos um ar impregnado dos bafejos da ventura, não se nos aperta, de chofre, o coração tomado por um presentimento doloroso, e não sentimos a alma abater numa angustia pungente!

Á beira de um túmulo, cultuando o pó, não rebaixaríamos a dignidade de um ser moral á matéria?

Não compararíamos a vida ao nada? É uma verdade, Srs. mas, os restos dos mortos enceram de envolta com as recordações deste mundo as esperanças de outra vida!

É por isso que no meio das preces e das lágrimas que vimos derramar ao pé deste catafalco, a cruz, a árvore da vida, que Deus plantou no cimo do Gólgota, se ergue como um símbolo da fé e da religião.

Que motivo nos reúne, hoje, neste templo augusto, envolto em crepe, na presença deste catafalco?

Vimos derramar a lágrima da saudade irreprimível sobre o túmulo do grande Presidente João Pessoa, e endereçar a Deus uma prece sincera pelo eterno descanso de sua grande alma.

Por que quisestes senhores, que eu subisse á tribuna sagrada, para vos dizer o que já sabeis e conheceis?

Por que me ordenais que eu renove a dor infinda que se aninhou em nossos corações e confrange tão cruelmente a nossa alma de paraibanos?

Por ventura, não vos é conhecido o esposo digno e o pai de família exemplar?

Não lhe sabeis o desejo de evitar a perseguição a todo e qualquer inimigo, tendo apenas em vista a punição do crime conforme os ditames severos da verdadeira justiça?

Não lhe conheceis a retidão de suas intenções e o seu amor à verdade e ao bem geral que ele antepunha ao bem particular e partidário?

Não lhe ouvistes proclamar que acima do todo poder terreno pairava o poder divino, e com o seu civismo, voltado a este Poder, conduziria a Pátria querida ao ponto culminante da glória e grandeza para o qual Deus a fadou?

Tudo sabeis Srs. E esta razão bastará para que somente o silêncio acompanhasse as orações da Igreja pelo seu eterno descanso!

E eu desceria desta tribuna, consolado, para misturar minhas lágrimas às vossas lágrimas, minhas prece às vossas preces, minhas saudades às vossas saudades...

Ouso, porém, dizer-vos algo sobre a sua personalidade. Ouso interpretar os sentimentos dos meus concidadãos.

À Paraíba abre-se uma era nova com a chegada de João Pessoa. Rasgam-se novos horizontes no céu da Pátria.

O conhecimento claríssimo que teve de suas responsabilidades governativas, fê-lo enfrentar o magno e substancial problema de sua ação fecunda.

Timoneiro audaz e providente, tomou com mão firme o leme á nau do Estado e procurou norteá-la com a serenidade de sua consciência e a visão nítida das cousas, o que lhe era peculiar.

Do alto vislumbrou o futuro que se lhe antolhava envolto nas brumas das dificuldades que, por ventura, lhe viessem retardar a trajetória que se traçará.

Nada lhe escapou ao olhar prescrutador.

Todos os ramos da atividade pública, mereceram o trabalho de seu acurado estudo.

Os aplausos com que foi recebido não lhe ensoberbeceram a alma. Impávido, não recuou, quando lhe sopravam aos ouvidos os ventos contrários que lhe queriam fazer desviar a rota, nem o desânimo lhe fez tremer o braço, nem lhe arrancaram á mão o astrolábio com que descobriu a estrela que lhe guiava os passos seguros no perpassar de seu governo fecundo, digno e honeste.

A remodelação de nossa Capital, a praça que hoje tem o seu nome mereceram seu cuidado e carinho.

Tudo viu, examinou, estudou, cõnscio de seus deveres.

A magistratura tem um lugar de destaque entre os problemas de maior vulto.

Elevou a Justiça ao lugar que lhe competia, respeitando a Lei, que sabia cumprir e fazer cumprir, não desonrando jamais a toga que lhe cobria os ombros sobre os quais sentia o peso do governo.

Queria que a justiça observasse o Suum cuique tribuere.

As vias de comunicação lhe mereceram um cuidado especial. As estradas, que abriu e remodelou para o comércio interno e externo, são provas fri-sentes de seu amor ao progresso de sua terra.

A indústria, o comércio, a agricultura sentiram o influxo benéfico de sua atuação em favor de seu povo. Trouxe a emancipação econômica de nossa terra.

Os municípios sentem correr-lhes nas veias um ressurgimento de forças, experimentam uma nova vida, e compreendem que o organismo do Estado fora sacudido pelo braço forte de um homem forte que o acordava do letargo em que jazia.

O Palácio do Governo, ele bem o disse no dia em que o ingressou como Presidente do Estado, não era seu, era do povo. E era de ver e admirar como todos, sem distinção de classes e prerrogativas, tinham a estrada franca e o acesso até ao seu Presidente.

As audiências públicas dão-nos a prova de que queria e desejava estar em contato com o povo, o seu povo, a Paraíba.

Os pobres lhe queriam ouvir a palavra e lhe fazer os seus pedidos. Queriam vê-lo.

E a nenhum despediu sem uma palavra de conforto, de consolo, e jamais sem uma esmola para lhe matar a fome e mitigar a sede.

O seu bolso particular era o cofre dos pobres.

Andava só. Andava no meio de seus concidadãos.

Palmilhava as ruas da cidade, reverenciado e querido de todos.

Quantos não lhe subiram à morada somente para lhe olhar a fronte ativa e serena e lhe apertar a mão benfeitora!

Desceu á prisão a falar aos detentos. E estes o ouviram reverentemente. Queria regenerá-los.

Empregou-os nas obras públicas, dando-lhes por sentinela a força moral, que lhes incutiu no ânimo o esforço digno da reabilitação para o futuro.

Fez-se igual a todos por que todos lhes fossem iguais.

Confessou publicamente que queria governar com a consciência e assim o fez. Erros, ele os teve. E quem os não tem Srs?

Errare humanum est!

Suas intenções, porém eram retas. Se alguma dúvida ainda pairasse sobre os seus sentimentos religiosos, bastará, por que lhe resgatasse os erros, a aproximação á autoridade eclesiástica, com quem mantinha a mais cordial e respeitosa amizade, e a quem ouvia muitas vezes, sobre assuntos importantes e graves.

A generosidade de sua alma de cidadão probo e de sua consciência retilínea, está patenteada na licença que concedeu para que fosse ministrada na Escola Normal o ensino do catecismo, conhecendo, assim, que as futuras mestras deviam formar o seu espírito e alicerçar o seu caráter nos ensinamentos da doutrina do Divino Mestre.

A Este ele abriu as portas da escola, convicto de que sem a influência do catolicismo não pode haver progresso moral nem social.

Em tudo mostrou o seu amor á verdade, ao bem, á justiça.

Sim, Srs. A justiça eleva as nações. É o pecado que as torna desgraçadas. Os povos não vivem só de comércio, de indústria, de finanças de higiene e de política, de ciências e de literatura; ocorrem, se queremos verdadeiramente viver, como diz o Episcopado belga em sua última pastoral, elementos de ordem superior, a justiça, a caridade, a moderação no gozo dos bens materiais, a castidade, o espírito de sacrifícios; ocorre a virtude e até a santidade. Só a religião cristã, senhores, eleva os povos aos cumes da grandeza e da prosperidade.

Defunctus et adhuc loquitur.

Jaz cadáver e ainda fala.

Fala, Srs., na soma dos benefícios que nos deixou fala no exemplo que legou á Paraíba; exemplo de honestidade, de justiça, de honradez. Fala nos ensinamentos que deu aos governantes, incitando-os a levar a Pátria pelo caminho de dever, voltados para o Deus que a fez tão grande, tão invejada, tão admirada!

Fala nos ensinamentos que deu aos governantes, incitando-os a “boa”, que é a nossa terra!

Fala no sorriso que lhe enviou no seu derradeiro instante!

2 - BIOGRAFIA

Dr. João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, filho legítimo do coronel Cândido Clementino Cavalcanti de Albuquerque e D. Maria Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, nasceu no município de Umbuzeiro, aos 24 de Janeiro de 1878.

Muito moço ainda matriculou-se na Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, tendo servido cerca de cinco anos ao exército nacional.

Com o movimento militar de 1893, foi desligado da escola passando a servir na guarnição de Belém do Pará.

Dando baixa, colocou-se no comércio paraense, onde serviu algum tempo, vindo á Paraíba terminar o seu curso de preparatórios, quase todo feito na Escola Militar, matriculando-se em seguida na Faculdade de Direito do Recife.

Antes de sua formatura, em cujo decorrer revelou-se um dos poucos alunos distintos da Faculdade, foi nomeado amanuense da mesma escola, e dentro de pouco tempo mais, sub-bibliotecário e bibliotecário, exercendo tudo com inteligência e dedicação.

Casou-se com D. Maria Lúiza de Souza, filha do desembargador Segismundo Gonçalves, então governador de Pernambuco, de cujo consórcio deixou 4 filhos: Epitácio, Mariza, Jorio e Isa.

Bacharel em Direito, começou a advogar em Recife, até que se transferiu para o Rio em 1909, onde fixou residência, e aí foi advogado da Companhia de Estradas de Ferro Leopoldina, auxiliar-auditor da Marinha, e auditor geral, sendo por fim elevado pelos seus merecimentos ao alto posto de Ministro do Supremo Tribunal Militar, com as honras de General de Divisão.

Neste cargo, mostrou sempre a integridade de seu character, jamais se deixando levar por outros sentimentos senão os da justiça, baseando todas as suas decisões nos termos estritos das leis.

Chamado pelos seus conterrâneos a presidir aos destinos políticos de sua terra natal, aceitou o honroso encargo, e começou o seu governo a 22 de outubro de 1928.

Quando o seu braço forte, seu amor á terra que o viu nascer procuravam fazê-la grande, próspera e feliz, vem a desaparecer, aos 52 anos de idade ainda cheio de vida e energia para levar avante o programa que se traçará, em bem de seu povo.

Oh! o silêncio destes lábios, as lágrimas que correm sobre teus restos mortais, os suspiros magoados destes corações estão a me dizer que já não vives!

Onde a corôa de rosas que preparavas para me colocar á frente? A mão da morte transformou-a numa corôa de espinhos.

Onde o manto de púrpura que eu devia trazer sobre os ombros! Ei-lo! É o crepe da saudade?

O teu braço, que me apontava um risonho porvir, caiu inerte!

Os teus olhos, que procuravam entre outras glorias a minha gloria e grandeza, estão cerrados!

Tua voz, que me falava a linguagem do amor, que me dedicavas, emudeceu!

Teu coração de filho, que me amava, que palpitava nobremente, quando a idéia de me engrandecer dominava o teu cérebro, deixou de pulsar!

Eu assisti tua chegada ao meu seio!

Eu vi o pranto do teus irmãos, de teus compatriotas, de meu povo, cair sobre o esquife que guardava teu cadáver!

Eu assisti tua partida! Eu te acompanhei até onde estás, com a minha saudade, com a minha benção!

Teu corpo foi levado para longe, bem longe de mim. Compreendi o que fizeram os teus irmãos!

Não permitiram que tua mãe-pátria velasse teus restos mortais porque então meu próprio coração rebentaria de dor.

Descansa. Dorme, em paz, o sonho dos heróis, acompanhado das bênções de teus irmãos!

Querem consolar-me na minha tristeza! E eu exclamo como o profeta, chorando a ruína de sua pátria.

Oh, vós todos que passais, vinde ver se há dor, que se compare á minha dor! É o teu povo, são meus filhos, teus irmãos, que assim me falam! Eu lhe agradeço o carinho filial!

Paraíba! Eu sou o Brasil. Eu me ajoelho perante o túmulo de teu grande filho, que é também meu filho!

Eu venho partilhar de tua dor, de teu infortúnio!

Eu também imploro a Deus o eterno descanso para tua alma generosa e boa!

Consola-te, oh, Paraíba! Teu filho dorme o sono dos heróis no seio da história!

Cultuemos a tua memória! Non recedet memoria ejus!

E, Vós, Senhor! Deus de bondade, de Justiça e Misericórdia, ouvi a prece da Paraíba, ouvi a prece do Brasil.

Atendei, Senhor, às nossas preces, as súplicas de nossos corações em favor de vosso servo a quem chamaste deste vale de lágrimas! Concedei-lhe na verdadeira pátria a companhia de vossos eleitos!

DISCURSO PRONUNCIADO EM NATAL — RGN

DISTRIBUIÇÃO DE PRÊMIOS AOS ALUNOS DO COLÉGIO DIOCESANO SANTO ANTÔNIO

Quando se lança um olhar atento para o desenvolvimento progressivo dos conhecimentos humanos, e se assiste á formação definitiva das ciências, através das gerações e dos séculos, quando se contempla a esfinge da ignorância e do erro empalidecer e desaparecer, a pouco e pouco, diante do sol sempre ascendente de novas verdades, descobertas e adquiridas, impossível é, não prestar um nobre feudo de admiração às gloriosas conquistas obtidas pela inteligência humana, depois de uma luta titânica para sair do circulo de ferro que lhe impunha a rudeza de eras já idas.

Mas, quando se lança um olhar ainda mais atento e perscrutador para esse trabalho de emancipação literária e científica, e para os seus resultados alcançados, impossível é desconhecer que o Cristianismo está no fundo de todo esse progresso colossal.

A verdadeira ciência é coeva do Cristianismo; não haja negá-lo. Ambos se criaram no mesmo berço. Os alicerces do majestoso templo de onde saem os espíritos bem formados e em cujas naves retumba a voz autorizada da Ciência, estão assentes e firmados pelo trabalho incontestado da civilização cristã.

No incessante borborinho da existência animal, há fatos que merecem conter as vividas cintilações das pérolas e dos brilhantes; concepções grandiosas idealizadas pelos cézares do gênio, que assoberbam todas as idades.

A ciência humana abstrai-os, analisa-os e compreendia-os em cantos de epopéia. A estética é o ideal de Miguel Ângelo, Murilo e Rafael. A poesia é a imagem homérica de Dante, Byron, Goeth, Milton, Tasso, Camões e Fagundes Varela. O teatro é o gênio fantástico de Shakespeare e de Ésquilo. A literatura é o lago oceânico cindido por Víctor Hugo. A música é harmonia Wagneriana de Chopin, Strauss, Bethoven e Carlos Gomes. A astronomia é a esfera sideral conquistada por Copérnico, Laplace, Arago, Galileu e Flammarion. A filosofia é a escola investigadora de Liebnitz, Descartes, Aristóteles, Sócrates e Platão.

A teologia, é a verdade empírica de Thomaz de Aquino, Bossuet, Malebranche, Fenelon e Perronne.

A Ciência, enfim, é o polo magnético que atrai as genialidades dos séculos, para atirar-lhes as flores encomiásticas da posteridade.

Bebendo seus ensinamentos, haurindo os seus princípios, formando o seu todo na fonte cristalina de verdadeira ciência, o homem poderá externar o seu pensamento, propagar os seus ensinamentos, avassalar os tempos e as idades, apoiando as suas obras, que lhes grangearão as benções e admiração dos porvindouros, convicto da solidez de sua instrução, da segurança de seus princípios e da certeza de sua vitória, porque a crença em um ser supremo é único, que sabiamente governa o mundo, não lhe obscurece a razão iluminada pela Fé.

Os grandes homens, os grandes sábios, assim o dizem, assim o confirmam.

A Ciência atéia é que, eivada de preconceitos, inventora de princípios viciosos e contraditórios, seria uma intrusa se já não fora uma louca nos hospitais das dúvidas.

Nas suas mãos a astronomia; é um simples asteróide; a filosofia uma louca engrinalhada de idéias heterogêneas; a zoologia uma fera; a mineralogia uma pedra sem valor intrínseco; a matemática um jogo de dados; as belas artes uma textura de estética sem cotação; a medicina uma histérica no leito da descrença; a poesia uma carpideira comum; a música uma nota falsa.

Nos tempos que correm quando o homem procura subir pela instrução e pelo talento, e não encontra o amigo solícito que lhe aponta o verdadeiro caminho, atira-se confiadamente nos braços da instrução atéia e vai cair de certo no abismo do erro, na negação do nada.

Temos então a anarquia do espírito nas bacanais do pensamento libertino, pondo o ser incriado, a felicidade material acima da felicidade moral.

Assim não se procura a luz com uma vela, não se procura a verdade com a sombra. O erro é a noite no mundo da inteligência, é destino dos cegos de espírito.

Acima disso a pouca ciência fez os incrédulos; a muita nos aproxima de Deus, disse Bacon. E a ciência sem religião é navegação sem bússola.

Não podemos supor que a moralidade possa existir sem a religião, disse Washington.

E Galeno, senhores. É, como todos sabem, um dos grandes criadores da ciência médica; é quem na expressão de Cabanis, ressuscitou a medicina de Hipócrates. Pasteur o ilustre químico francês, no seu discurso de recepção na Academia Francesa proferiu as seguintes palavras, que no dizer do Dr. Ferreira de Sousa, resumem toda sua filosofia: “Feliz aquele que trás consigo um

Deus, um ideal de beleza que lhe obedece; ideal de arte, ideal de ciência, ideal de pátria, ideal das virtudes do Evangelho”.

Ouçamos Latino Coelho: “ No meio das tribulações, a que as pompas da vida servem apenas de decoração e teatro, só há duas grandezas e providentes consolações: - crer e saber. Por isso os dois maiores tesouro da humanidade têm sido e serão sempre: A Religião e a Ciência.

Não penseis que, são adversários incompatíveis, por que o fanatismo e a impropriedade, rompem às vezes por algum tempo, os laços com que intimamente se encadeiam a Fé e a Razão, o Dogma e a Ciência, Deus e o Universo, o Divino Autor e o livro imenso em que ele exemplifica nas formosas harmonias da natureza, os sinais indeléveis de sua criadora onipotência. Uma e outra se completam — a Fé e a Ciência... Não basta a fé para entender os enigmas do mundo fenomenal; não basta a Ciência para decifrar os enigmas do mundo invisível”.

Fala Victor Hugo, “Nunca por culpa minha, alguém se poderá enganar sobre o que digo e penso”.

Olhai para tantos que aqui se acham. Muitos deles beberam á mesma fonte onde nós outros bebemos. Hauriram os seus ensinamentos onde atualmente recebeis os vossos.

Abençoem a mão que os guiou por entre as dificuldades do ensino; os mestres que os animaram a subir a montanha do saber; os amigos que os consolaram nos momentos de desânimo.

É a escola, meus caros alunos e amigos o templo augusto de instrução; a colmeia bendita de favos do saber!

A escola, onde lutamos contra a ignorância em renhido combate, tendo as armas — os livros, gládios ornados de estrelas e as letras belas metralhas de luz.

Avante! Mocidade que se educa futuro da pátria! Sorriso de Amanhã primaveril! Avante! Honrai vossa família, vosso Estado, vosso povo! Sede a glória de vosso torrão Natal, berço de vossos pais, solo abençoado onde desabrolhou a flor de vossas esperanças — o Rio Grande do Norte. Rio - que o Potengy vos ensina no marulhar de suas águas, a história de um passado de glória e um futuro de bênção! Grande — sede na honra, na dignidade, no caráter! Norte — o roteiro de porvir brilhante. Honrai a Pátria! Procurai alumiar o céu da Ciência, como o Cruzeiro do Sul alumia a céu brasileiro.

Sede de grande na escola, maiores na família, gigante na pátria.

Tende sempre por divisa: Deus, Pátria, Religião e Família.

Cultivai a Ciência, sob as benções de Religião.

Quando se lança um olhar atento para o desenvolvimento progressivo dos conhecimentos humanos, e se assiste á formação definitiva das ciências, através das gerações e dos séculos, quando se contempla a esfinge da ignorância e do erro empalidecer e desaparecer, a pouco e pouco, diante do sol sempre ascendente de novas verdades, descobertas e adquiridas, impossível é, não prestar um nobre feudo de admiração às gloriosas conquistas obtidas pela inteligência humana, depois de uma luta titânica para sair do circulo de ferro que lhe impunha a rudeza de eras já idas.

Mas, quando se lança um olhar ainda mais atento e perscrutador para esse trabalho de emancipação literária e científica, e para os seus resultados alcançados, impossível é desconhecer que o Cristianismo está no fundo de todo esse progresso colossal.

A verdadeira ciência é coeva do Cristianismo; não haja negá-lo. Ambos se criaram no mesmo berço. Os alicerces do majestoso templo de onde saem os espíritos bem formados e em cujas naves retumba a voz autorizada da Ciência, estão assentes e firmados pelo trabalho incontestado da civilização cristã.

No incessante borbórinho da existência animal, há fatos que merecem conter as vividas cintilações das pérolas e dos brilhantes; concepções grandiosas idealizadas pelos cézares do gênio, que assoberbam todas as idades.

A ciência humana abstrai-os, analisa-os e compreendia-os em cantos de epopéia. A estética é o ideal de Miguel Ângelo, Murilo e Rafael. A poesia é a imagem homérica de Dante, Byron, Goeth, Milton, Tasso, Camões e Fagundes Varela. O teatro é o gênio fantástico de Shakespeare e de Ésquilo. A literatura é o lago oceânico cindido por Víctor Hugo. A música é harmonia Wagneriana de Chopin, Strauss, Bethoven e Carlos Gomes. A astronomia é a esfera sideral conquistada por Copérnico, Laplace, Arago, Galileu e Flammarion. A filosofia é a escola investigadora de Liebnitz, Descartes, Aristóteles, Sócrates e Platão.

A teologia, é a verdade empírica de Thomaz de Aquino, Bossuet, Malebranche, Fenelon e Perronne.

A Ciência, enfim, é o polo magnético que atrai as genialidades dos séculos, para atirar-lhes as flores encomiásticas da posteridade.

onde nós os representantes do Governo, trouxemos a calma e salvamos as desordens de rua, o não apedrejamento de sua residência; convidou-me para seu Secretário de Administração.

Prefaciando a Coletânea dos Autores Campinenses, seu maior amigo em vida, na morte e após ela, enquanto existiu, o historiador e maior campinense, Elpídio de Almeida, assim depõe: “Os últimos anos de sua existência, do ingresso na administração municipal ao trucidamento, foram os de maior produção de sua inteligência multifária. Mas quase todas essas criações literárias, constituídas na maior parte de discursos, perderam-se no ar. Pronunciava-os de improviso, como era do seu agrado. Não os captou, a nenhuma, fita gravadora nem ao lápis do estenógrafo. Raramente escrevia os seus discursos. Só o fazia em circunstâncias especiais, quando queria ficasse registrada nos anais da Câmara, com fidelidade, a sua palavra de acusação ou denúncia. E nessas ocasiões nem sempre era feliz. Precisava de auditório, do olhar do ouvinte para estimular-se, para eletrizar a imaginação. Confessou essa peculiaridade do seu talento, dois meses antes da morte, em discurso lido na Câmara. Revelou: “Volto à tribuna desta Casa do Povo com mais um discurso escrito. Fazendo-o, liberto-me, ainda uma vez, com evidente sacrifício, de uma exigência do meu temperamento, de uma faceta de minha formação intelectual, que ambos irresistivelmente me inclinam para a palavra de improviso, mais espontânea e fácil. Desejo registrar, na palavra escrita, mais um pronunciamento, que servirá de modesto subsídio aos futuros historiadores das administrações campinenses, recordando fatos, fixando atitudes, definindo responsabilidades. A palavra de improviso, muito mais ágil, muito mais elástica, muito mais fascinante, não é bastante, em certos momentos, para conter o pensamento que se pretende fixar, para o registro de certos fatos, e diagnóstico de males, a narrativa de certos acontecimentos, com que os oradores pretendem alcançar a memorização coletiva”.

Seu apresentador continua: “Nesse mesmo discurso, que foi um libelo documentado contra a administração municipal, depois de analisar a crise no trato da coisa pública, definiu: “Ter espírito público, segundo o concebo, é manter fidelidade. Fidelidade ao povo no estudo e na solução dos problemas, fidelidade ao povo na conduta pública e privada, nas palavras e nos atos, no prometer e no realizar, no dizer *SIM* ou no dizer *NÃO*, para que os que esperaram não desesperem, para os que confiaram não desconfiem, para que, nessa linha inconfundível de retidão e de justiça, quando o político se vir impotente para realizar o seu ideal ou o administrador impotente para executar a sua obra, reste, pelo menos, no final de tudo, a consagração do respeito popular”.

Como veremos muitos o imortalizaram falando sobre ele:

“O fato é que Félix Araújo, mesmo tendo vivido muito pouco, não passou. Viveu exuberantemente e marcou, profundamente, sua passagem neste mundo. Se a medida do viver é aferida pela capacidade de sofrimento e de fazer o Bem, Félix Araújo, indiscutivelmente, viveu muito, malgrado sua curtíssima trajetória. É difícil até resumir seus talentos de sua ação pela diversificação e dinâmica.” (Evaldo Gonçalves — Além da Tribuna)

Até da eternidade se continuou poeta panteista, vate pintor de sua Cabeceiras, deitada docemente, como uma naide, com o corpo exposto aos areiais, beijada volutuosamente pelo seu sôfrego Paraíba, observemos seu rimar psicografado: “Houve um rio em minha infância,/ parecia não ter fim.../ Eu nunca soube a distância/ que o separava de mim. Rio, caminho sonoro,/ como quis, viajei contigo,/ da Terra ao céu onde moro,/ igual ao meu sonho antigo!/ Belas imagens de infância,/ nuvens, rio, passarinho.../ Já não existe distância entre mim e o menininho! (Psicografado por Eurícles Formiga, no livro Luz da Madrugada, pgs. 99-100)

Seu companheiro, amigo correligionário, o autodedata Cristino Pimentel, perfila-o assim: “No homem predestinado, o Infinito mostra-se como uma lâmpada de alto filamento. E, daí a inveja de outros, que alumiados por uma luz de candeia, não se moem, não se sentem constrangidos em mutilar a lâmpada que os ofusca. Quebram-na, abatem-na de uma forma desumana, como fizeram com o líder do povo — o vereador Félix Araújo. Deus só inspira para o bem. Quando uma criatura nasce protegida pela beleza do céu, o que lhe acontece? Acontece aquilo a que assistimos na vida e na morte do lutador Félix Araújo. Na vida, trabalhando e estudando; aprendendo e ensinando; fazendo o bem, amando ao próximo e distinguindo a todos sem olhar cor, posição e classe. Ferido pela ingratidão de alguns e eliminando pela inveja dos maus. Na morte, amado, pranteado pelo povo, que constitui a expressão sincera do sentimento, manifestado nas ruas pelos que puderam olhar para o seu rosto frio, que o sol iluminava em cheio, acompanhando seu enterro; pelos que se achavam recolhidos a um leito qualquer nos lares abastados ou nos casebres sem conforto, onde a dor é pior porque não têm quem a amenize. Campina Grande perdeu, com o assassínio de Félix Araújo, a sua patativa. A sua maior bandeira de defesa no combate dos seus princípios e do seu povo. E, não foi só isto: perdeu um grande poeta, um exímio jornalista, um fecundo radialista, um imenso tribuno. (Cristino Pimentel — Pedços da História de Campina Grande).

Como um registro dessas homenagens dos poetas populares ao seu colega e amigo Félix Araújo, no seu mito, reproduzimos, a seguir, algumas estrofes do folheto intitulado “A Morte da Maior Inteligência Viva”, de autoria do vate cordelista, Manoel Pereira Sobrinho: Deus do justo e do injusto/ Do limpo, do médio e sujo/ Do caboclo, branco e preto/ Do soldado e do marujo/ Mandai-me a Virgem das Dores/ Pra escrever os clamores/ que deixou Félix Araújo/ Toda Paraíba sabe/ Que Félix era estimado/ Das crianças aos velhinhos/ Do pobre e do potentado/ Porque além de ser pobre/ Tinha o coração mais nobre/ Que já deu o nosso Estado. Vieram as aves do campo/ Os próprios bichos das matas/ A luz ficou embaçada/ Silenciaram as cascatas/ Para ouvirem os oradores/ As exclamações, as dores/ Das cidades às cataratas.”

Finalmente: “Quem teve a felicidade de ouvir Félix falando em mais de uma oportunidade, pode responder com convicção: Esse orador existiu; chamava-se Félix de Souza Araújo. Não se limitava à fulgurância das belas frases e imagens que constituía com invulgar facilidade. Fazia questão de ser entendido pelas multidões, daí, certamente, o prestígio que tão rapidamente alcançou como tribuno popular. Foi uma luz que se apagou e que até agora, no campo da oratória, não encontrou quem a substituísse. De 1950 para cá, tenho escutado todos os grandes oradores políticos que conseguiram chegar ao centenário nacional na Câmara e no Senado. Afirmo, todavia, sem bairrismo algum: Félix estava à altura do que possa ser considerado o maior de todos eles”. (Josué Silvestre - Lutas de Vida e de Morte, pg. 378).

A vida lhe foi breve, afirmamos nós deixando-lhe por herança ao pago de tanto sofrimento a imortalidade de sua heroicidade. As decepção e o abalo de sua saúde eram dores que se minoravam somente na esposa amada, Maria, e nos filhos, Félix e Tamar, netos promissores, todos sim, na sua perpetuidade.

Escreveu as obras TAMAR, DOR, FRATERNIDADE, CARTA À JUVENTUDE DO MUNDO, todas encerradas como obras completas denominada OBRA POÉTICA editada pela Comissão Cultural do Centenário em 1964.

Ocupa como patrono da Academia de Letras de Campina Grande, a cadeira N.º 13, ainda vaga, eleito e não empossado, o Dr. Juarez Farias, seu conterrâneo parente, contemporâneo e amigo. É denominação de praça, e nome da Casa Parlamentar Mirim, de onde saiu, sem termino de mandato, interrompido pela ceifa de sua vida.

ORAÇÃO DO SERTANEJO

Senhor Deus dos pequeninos, dos pobres, dos retirantes, aqui estou, meu Senhor! No terreiro do meu rancho, olhando o céu sem nuvens e sem pássaros, pisando o chão sem águas e sem pastos, aqui estou, Senhor Deus!

Tenho um pedido a fazer! Uma história para contar.

Debaixo deste sol quente, suado de trabalho, tentando tirar da terra o que a terra não quer dar, sinto frio, meu Senhor, frio só de recordar...

Estou com medo, Senhor!

Quando eu era pequenino (me lembro, me lembro bem...) meio-dia, à beira do rio, na limpeza do roçado minha avó que era velhinha, e mesmo assim trabalhava, com os olhos bons e fiéis, uma história me contava:

SETENTA E SETE, menino, que maldição do Destino.

Vinha, Senhor um rosário de histórias de espantar...

A vovozinha contava as tragédias da grande seca. Cidades que viraram cemitérios. Banquetes de retirantes disputando a carniça aos urubus. Caçoadas de crianças mortas. Dionísia dos Anjos, Viriato, Jesuíno Brilhante...

Terminava a vovozinha, de manso, quase a chorar:

— Meu filho, a coisa era preta. XIQUE-XIQUE ERA MANJAR!

Eu me lembro, Senhor! Era ao pingo do meio-dia... Suado, à beira do rio, cuidando do meu roçado, quando escutava essa história eu tiritava de frio... Não era frio, em verdade. Era medo, meu Senhor!

Depois, os anos passaram.

Até que um dia, um dia, (noite eu devia chamar. Credo em Cruz! Virgem MARIA! Adoeço ao recordar. Dá-me vontade de rir, de cantar e de chorar...).

Até que um dia chegou — o ano de trinta e dois.

Lembraí-vos Senhor. Os caminhos cheios de sombras esmolambadas. Crianças mortas guardadas em telhas de barro. Mulheres nuas, de olhos vivos como o sol, cantando modinhas para os meninos doentes. As noites de quarto, os agonizantes, dentro das furnas, nos corredores das igrejas, debaixo das oiticias. Choros quase sumidos, homens morrendo ao som de harmônios, de violas e de pragas. Eu me lembro, Senhor. Um dia, numa cidade, chegou uma mulher com dois filhos, bateu á porta de uma casa. Enquanto o pequenino mamava num vidro de leite, o maiorzinho lambia, chorando, o resto que se derramava pelo bucho do irmão...

Senhor Deus dos pequeninos, dos pobres, dos retirantes, aqui estou, meu Senhor!

Levanto os mãos para o céu, ergo os olhos para a verdade comum não conseguirão fazer porque eles foram grandes demais. Tão grandes que se imunizaram contra o poder destruidor dos que imunizam contra o poder destruidor dos que humilha, como paraibano, é a penúria intelectual, a triste decadência que revelam esses lamentáveis resíduos de nossa vida repressa medo, que dá frio...

Quando a noite clara e seca cobre a terra amargurada, vou à porta do meu rancho, ponho o ouvido pra amplidão. Quem me dera ouvir, ao longe, a cantiga do trovão! Mas o que escuto é, somente, o vento triste miando pelas serras do Sertão.

Sou explorado, Senhor, trabalho na MEIAÇÃO. Um ano a seca me furta. No outro me furta o patrão. Desde o nascer ao morrer, da manhãzinha ao sol posto, só dois direitos me dão. Primeiro, pagar imposto. Depois, dar tudo ao patrão...

Mas mesmo assim, Senhor Deus, MANDAI CHUVA PRA O SERTÃO!

No ano que se passou os pereiros floresceram... As doze pedras de sal, na noite de Santa Luzia, na cozinha derreteram... Foi grossa, escura, orgulhosa a barra do ano novo... tão grossa e escura que eu disse, sorrindo com minha velha: Que fartura para o Povo!

E por que a chuva não chega? Por que custa tanto o INVERNO que alimenta o meu sertão?

Estou com medo, meu Deus...

Senhor Deus dos pequeninos, dos pobres, dos retirantes!

De pé na frente do rancho, na hora do sol se pôr, com a mulher e seis filhos, aqui estou, meu Senhor!

Ergo os olhos para o céu,

Faço o meu pelo Sinal,

Ponho a mão no coração...

MEU DEUS, MEU PAI, MEU SENHOR

MANDAI CHUVAS PRÁ O SERTÃO!

CARTA À JUVENTUDE DO MUNDO

A Maria, ao filho que esperamos, a Charles Chaplin.

Esta página pertence à Humanidade.

Cada criança que vem ao Mundo nos diz:

— Deus ainda espera alguma coisa do homem...

Rabindranat Tagore

Lígia:

— A ti, ao Congresso e à juventude do mundo: Quero levar ao teu nobre coração minha mensagem de simpatia e de fraternidade, agora, que no Congresso Nacional de Estudantes, representas expressiva parcela da mocidade de nossa Pátria.

Estou certo do esplendor e da honestidade com que cumprirás as tarefas que te forem confiadas e, adivinho mesmo, a consagração que hás de receber de quantos te contemplarem na boa luta pelo futuro da juventude.

Se me fosse dado o direito de uma sugestão, a mim, estudante, ex-combatente, eu a faria a ti e ao Congresso com o pensamento voltado para as trágicas noites do passado, noites de guerra e de medo em que se engolfou a inteligência humana. Seria uma sugestão de alma já despedaçada pela desilusão dos sistemas políticos, quase todos, e dos “condutores do rebanho humano”, todos eles.

— E esta sugestão, Amiga, que te envio, e ao Congresso, com o máximo respeito às convicções políticas, filosóficas e religiosas de cada um, é que defendas, neste conclave da Juventude, com toda energia, a causa da Paz entre os Povos e da Fraternidade entre os Homens.

Atenta em redor de ti;

— Ainda não se desenterraram os mortos de sob os escombros, e pruridos guerreiros repontam com violência em todo o mundo; chefes de Estado, egoístas e onipotentes, firmam-se em pontos de vista imutáveis, duros e trágicos como dogmas; a nuvem da intolerância cresce nos horizontes e, mal se fecharam as covas humildes que em centenas de cemitérios espalhados pelo planeta receberam os mortos da última guerra, já os profissionais do massacre, preliando o gôzo inefável do sangue da juventude bebido em taças de ouro, preparam o desastre.

Não sei como chamam o que se prepara neste momento. Desconheço

ainda os slogans escolhidos para a propaganda. Não identificamos com precisão o lugar da trama. Mas o coração de todo ser humano, e ei-las que nos chegam nesta hora, em silêncio, desesperadas, mensagens do pânico e do medo universais, que nos dizem: Prepara-se o desastre.

Quando espocará, ninguém o sabe. Mas o que se sabe é muito claro e doloroso: os açougueiros, neste momento, afiam os brilhantes cutelos, que enterrarão amanhã no corpo dos nossos irmãos e dos nossos filhos, na alma das nossas mães e das nossas esposas, ao som dos hinos nacionais de todas as Pátrias, e sob a bênção das bandeiras sagradas de todas as nações.

AMIGA, o que acontece é muito claro e doloroso: a Juventude é que morre, SOMENTE A JUVENTUDE. Os velhos generais, as hienas famintas, os armamentistas e demais amealhadores de moedas sujas de sangue, os velhos Chefes de Estado, colecionadores de ossos humanos para os Panteões Nacionais, engendram desastres, deliram de gozo diante a confusão trágica, e morrem na cama.

Que valem aquele estudante da Universidade de Columbia, a filhinha do salsicheiro de Hamburgo, a moça que lava roupa na aldeia italiana, o jardineiro do rosal búlgaro, o operário de Coventry, a velha mãe caucasiana, o músico judeu ou o negro da Libéria, todos os homens de todos os lugares, de que valem o nosso luto e a nossa dor, se algumas condecorações brilham em peitos inflados de patriotismo e se haverá mais ossos disponíveis para os Panteões Nacionais?

Fui à guerra. Não tive a oportunidade de ser herói. No entanto, vi os nossos heróis generosos, desassombrados, morrendo sem uma queixa. Que valeram os nossos heróis? — um elogio em combate, o sangue sobre a terra, a fome para os filhos. Em verdade, aprendi muitas coisas. Aprendi que todos nós somos iguais como instrumento do ódio de meia dúzia, e do cumprimento do dever. Que nós, e o que nós convenciamos chamar o inimigo, somos igualmente sem escrúpulos no instante de matar para não morrer. Que nós, e o inimigo, somos seres humanos semelhantes, jovens que amamos a vida e que durante a guerra, a única coisa que desejávamos realmente era voltar para casa, para as mães, esposas e filhos que nos amavam. Tínhamos uma linguagem comum para todos, combatentes ou prisioneiros: — sacar do bolso uma fotografia querida... Nestes instantes, se nos perguntassem por que nos matávamos uns aos outros, ninguém saberia responder.

AMIGA, de todo o coração desejaria poder interrogar os nossos irmãos jovens de todo o mundo: Que sabia o pequeno seringueiro do Amazonas, perdi-

Bebendo seus ensinamentos, haurindo os seus princípios, formando o seu todo na fonte cristalina de verdadeira ciência, o homem poderá externar o seu pensamento, propagar os seus ensinamentos, avassalar os tempos e as idades, apoiando as suas obras, que lhes grangearão as benções e admiração dos porvindouros, convicto da solidez de sua instrução, da segurança de seus princípios e da certeza de sua vitória, porque a crença em um ser supremo é único, que sabiamente governa o mundo, não lhe obscurece a razão iluminada pela Fé.

Os grandes homens, os grandes sábios, assim o dizem, assim o confirmam.

A Ciência atéia é que, eivada de preconceitos, inventora de princípios viciosos e contraditórios, seria uma intrusa se já não fora uma louca nos hospitais das dúvidas.

Nas suas mãos a astronomia; é um simples asteróide; a filosofia uma louca engrinalhada de idéias heterogêneas; a zoologia uma fera; a mineralogia uma pedra sem valor intrínseco; a matemática um jogo de dados; as belas artes uma contextura de estética sem cotação; a medicina uma histérica no leito da descrença; a poesia uma carpipeira comum; a música uma nota falsa.

Nos tempos que correm quando o homem procura subir pela instrução e pelo talento, e não encontra o amigo solícito que lhe aponta o verdadeiro caminho, atira-se confiadamente nos braços da instrução atéia e vai cair de certo no abismo do erro, na negação do nada.

Temos então a anarquia do espírito nas bacanais do pensamento libertino, pondo o ser incriado, a felicidade material acima da felicidade moral.

Assim não se procura a luz com uma vela, não se procura a verdade com a sombra. O erro é a noite no mundo da inteligência, é destino dos cegos de espírito.

Acima disso a pouca ciência fez os incrédulos; a muita nos aproxima de Deus, disse Bacon. E a ciência sem religião é navegação sem bússola.

Não podemos supor que a moralidade possa existir sem a religião, disse Washington.

E Galeno, senhores. É, como todos sabem, um dos grandes criadores da ciência médica; é quem na expressão de Cabanis, ressuscitou a medicina de Hipócrates. Pasteur o ilustre químico francês, no seu discurso de recepção na Academia Francesa proferiu as seguintes palavras, que no dizer do Dr. Ferreira

de Sousa, resumem toda sua filosofia: “Feliz aquele que trás consigo um Deus, um ideal de beleza que lhe obedece; ideal de arte, ideal de ciência, ideal de pátria, ideal das virtudes do Evangelho”.

Ouçamos Latino Coelho: “No meio das tribulações, a que as pompas da vida servem apenas de decoração e teatro, só há duas grandezas e providentes consolações: - crer e saber. Por isso os dois maiores tesouro da humanidade têm sido e serão sempre: A Religião e a Ciência.

Não penseis que, são adversários incompatíveis, por que o fanatismo e a impropriedade, rompem ás vezes por algum tempo, os laços com que intimamente se encadeiam a Fé e a Razão, o Dogma e a Ciência, Deus e o Universo, o Divino Autor e o livro imenso em que ele exemplifica nas formosas harmonias da natureza, os sinais indeléveis de sua criadora onipotência. Uma e outra se completam - a Fé e a Ciência... Não basta a fé para entender os enigmas do mundo fenomenal; não basta a Ciência para decifrar os enigmas do mundo invisível”.

Fala Victor Hugo, “Nunca por culpa minha, alguém se poderá enganar sobre o que digo e penso”.

Olhai para tantos que aqui se acham. Muitos deles beberam á mesma fonte onde nós outros bebemos. Hauriram os seus ensinamentos onde atualmente recebeis os vossos.

Abençoem a mão que os guiou por entre as dificuldades do ensino; os mestres que os animaram a subir a montanha do saber; os amigos que os consolaram nos momentos de desânimo.

É a escola, meus caros alunos e amigos o templo augusto de instrução; a colmeia bendita de favos do saber!

A escola, onde lutamos contra a ignorância em renhido combate, tendo as armas - os livros, gládios ornados de estrelas e as letras belas metralhas de luz.

Avante! Mocidade que se educa futuro da pátria! Sorriso de Amanhã primaveril! Avante! Honrai vossa família, vosso Estado, vosso povo! Sede a glória de vosso torrão Natal, berço de vossos pais, solo abençoado onde desabrolhou a flor de vossas esperanças — o Rio Grande do Norte. Rio - que o Potengy vos ensina no marulhar de suas águas, a história de um passado de glória e um futuro de bênção! Grande - sede na honra, na dignidade, no caráter! Norte - o roteiro de porvir brilhante. Honrai a Pátria!

Procurai alumiar o céu da Ciência, como o Cruzeiro do Sul alumia a céu brasileiro.

Sede de grande na escola, maiores na família, gigante na pátria.

Tende sempre por divisa: Deus, Pátria, Religião e Família.

Cultivai a Ciência, sob as bençãos de Religião.



Félix de Sousa Araújo

*F*élix de Sousa Araújo, nasceu em Cabaceiras, micro região dos Cariris Velhos da Paraíba em 22 de dezembro de 1922. Faleceu tragicamente, posto que, assassinado na Rua Maciel Pinheiro em Campina Grande em 27 de julho de 1953, filho de Francisco Virgolino de Souza e de Nautília Pereira de Araújo.

Concluiu seu curso ginásial no Colégio Pio XI em Campina Grande, onde, certo dia, eu seu contemporâneo, e sendo nosso diretor, o Cônego Odilon Pedrosa, educador emérito, mestre de teologia e professor de português, que convocou todo o internato a sua sala, com uma prova na mão e disse: “Convoquei-os para testemunharem o primeiro dez, que vou dar a um aluno. Esse é o concluinte de 5º ano Ginásial; chama-se Félix de Sousa Araújo”. Que notável descrição, que me embeveceu quando ali no segundo ano ginásial.

Aplaudi, então, em Félix, o orador, o líder, o condutor de massa, o agitador da palavra, levando-nos às ruas da cidade, nós, ginásianos, de todos os colégios campinenses, fardados e em passeatas exigindo a entrada do Brasil na Guerra, e, conduzindo nas mãos, ferro velho doado e depositado em enorme monte, na então, Praça do Relógio, onde se implanta, hoje o monumento a João Rique, tudo em 41 e 42, despertando-nos como nos nossos cânticos “Amor Febril pelo Brasil”.

No ano de 43, ambos, Félix e eu, depois, no reencontro em João Pessoa,

onde passei a conviver com ele intimamente, no coleguismo do Liceu Paraibano, em suas sessões cívicas, na frequência dos mesmos Grêmios Literários, Centro Estudantil, onde ele se revelava no líder ímpar de nosso tempo, ao lado de Baldomiro Souto e Durval Carvalho. Cada navio torpedeado levava-nos adolescentes à praça, às passeatas frenéticas. Éramos amigos e depois, após sua morte é que soube ser ele, meu parente longe, mas da estirpe, “Araújo” da Ribeirinha do Paraíba.

Comunista, marxista convicto, tudo fazia para doutrinar-me, sendo que, mais uma vez arrebatava nossa mocidade às mesmas passeatas saindo da frente do Liceu até a Praça João Pessoa, antes por outras ruas, no mesmo brado de guerra, ele mesmo, como exemplo de seu patriotismo, ideal democrático, acabou partindo para o front como correspondente de guerra, sem fugir de seu heroísmo. Em oportuno, ouçamos Joel Silveira, sobre sua bravura: “No comboio, para o front, escreveu uma carta ao jornalista Joel Silveira, igual correspondente de guerra acompanhando a FEB., e merecendo do grande mestre do jornalista pátrio, uma página que é uma consagração — no Capítulo 8 do livro HISTÓRIAS DE PRACINHAS. Sob o título A CARTA DO PRACINHA FÉLIX, escrevendo: “O pracinha Félix sabe porque vai lutar. Ele define-se como mais um número, apenas um antifascista do mundo, uma multidão que está disposta a dar tudo contra o inimigo. Mas, esse é, sem dúvida, um belo auto-retrato. Na imensa legião dos combatentes do mundo, afirma: “Eu me distingo, apenas, por um número. Sou o soldado 6.362. Apenas isto. E estou contente e feliz em meu canto, em meu anonimato. Com este número, um fuzil e meu ideal, lutarei junto a outros milhões de jovens, anônimos e desconhecidos - nossos irmãos de todas as pátrias - pela destruição de todas as formas de sobrevivência física e moral do Homem. Assim diz o pracinha Félix Araújo, antigo estudante e hoje o soldado 6.362. Ao terminar de ler essa carta, lembro-me de uma frase de Malraux em “Esperança”, livro de vergonha e verdade: — “Barcelona estava grávida de todos os seus sonhos”... Agora, assim está o mundo inteiro. É a humanidade toda que está grávida de sonhos. Que nossa luta — nós, soldados, operários, intelectuais, estudantes, povo - apressemos a “delivrance”. E, venha, ele como ele uma estrela, um cometa, um Astro Novo, a um Mundo Melhor que todos desejamos”. (Cita Josué Silvestre — Lutas de Vida e de Morte)

Ouvíamos-nos, reciprocamente, nas passeatas políticas que criou e imortalizou, nos comícios e até em reuniões familiares onde terçávamos o verbo em brindes e saudações.

E, ao seu retorno, os encontros eram esporádicos até então, quando,

vindo eu de Areia a Campina, participávamos de comícios e passeatas (por ele criadas), incentivadas, levando também as mulheres para as ruas e praças, em delírios indescritíveis, onde sua voz em carros de som, meras amplificadoras, incitando a turba, ainda fazia pronunciamentos que elevava o entusiasmo partidário a verdadeiro histerismo, tudo pelas eleições de José Américo e, depois de Elpídio de Almeida, onde freqüentávamos a mesma tribuna; foi daí seu canto em hino: “Esta terra de bravos / não será terra de escravos/ nem reinado de opressão”. (Félix Araujo)

Era um Demolins, um Mirabeau, um Danton, um Robespierre ou Roger de Lisle, ao falar de voz firme, estrugente, em gesto agitado, líder magro, empaledecido, olhos firmes, contemplando ao longe, silenciava a turba ou ainda orquestrava ao fim de cada imagem retumbante, e magnífica ovação em gritos ou estrondosas palmas.

“Félix era de corpo franzino e irrequieto, usava óculos, o cabelo militar, negro e liso, bigode aparado; cútis morena clara, com uma estatura de 1.60m, andava apressado e tratava a todos por colega. Tinha na sua natureza, o ímpeto da defesa dos menos afortunados, talvez seja esta a característica mais marcante da sua personalidade. A poesia foi uma constante em sua vida, era nela que ele encontrava forças para enfrentar todos os obstáculos, inclusive o maior deles, a morte, a qual ele teimava em não aceitar nos seus últimos momentos. ... descuidando-se de si mesmo para cuidar da fraternidade humana, com bolso vazio para comprar livros,... mas, pregando a necessidade da justiça social...(Moacir Andrade- Mártir do Dever e da Coragem)

Ambos acadêmicos, fazíamos júris aplaudidos.

Em Patos, auxiliar da acusação, tendo Raimundo Asfora na defesa. A tese era a Defesa Putativa, ainda não incorporada a nosso Código Penal, essa inovação do Direito alemão. Na defesa, argumentava o Uirapurú de Bodocongó: “A vítima, inimiga declarada e rancorosa, violento, ingressou na sorveteria e bar, onde se encontrava seu jurado desafeto. E, fitou-o, detida e demoradamente. O réu julgando-se ameaçado, sacou de sua arma e desferiu os disparos mortais”. Félix Araújo pede um aparte, e diz significativamente: “Seu colega, conhecia o caso de trocar-se um reino por um amor, na Inglaterra. Não conhecia era que em Patos se trocasse uma vida por um olhar”.

Certa vez, quando eu morava em Areia, encontrávamo-nos (os três, eu, ele e Raimundo Asfora, o mais jovem), em frente a então Prefeitura, hoje, Câmara Municipal. Abrupto, chega Irineu da Silva, boçal, ignorante e ferrenho correligionário de Severino Cabral, e, sem pedir licença colocando o braço so-

bre nós, diz: “— Arineu (Assim pronunciava seu nome) está feliz abraçando o “trilho” da eloquência jovem, paraibana”. Asfora adianta-se e afirma: “— Muito bem Irineu. Neste “trilho” acabou de chegar a locomotiva da ignorância campinense”.

Distinguiu-se Félix como radialista, defendendo os ruralistas no programa a “Voz da Borborema”, onde repercutiu sua fama até onde iam as ondas erterzianas da emissora. Foi, aí, também o grande cronista onde a urbe, chorava, ria ou protestava.

Não esqueço. A Unesco, organizou concurso de oratória, para acadêmicos de Direito, sobre o tema: Declaração Universal dos Direitos do Homem, com finalíssima em Paris na Universidade de Sorbonne. Ganhei tal certame na Faculdade alagoana e ele na recifense. Mera coincidência, nosso encontro na capital pernambucana no Bar Sertã, quando, entre chopes, comemoramos nossas vitórias, enquanto repetimos, reciprocamente, de memória, os discursos pronunciados, integralmente.

Acidentalmente em Campina, numa audiência, fui comunicado do incidente mortal. Testemunhei sua entrada para a sala de cirurgia na Casa de Saúde Dr. Brasileiro, conduzido pelo enfermeiro Manuel Barbosa; encontrava-me ao lado de Dr. William Arruda; acenou-nos, num adeus que seria para nós, seus amigos, o último. Como já ia empaledecido pela hemorragia, vítima do disparo que o mataria.

Que ironia do destino; seu assassinato, trouxe-me a Campina, posto que, após o desenlace, recebi missão do Governador João Fernandes de Lima, para, acompanhando Dr. Osias Gomes, Secretário de Interior e Justiça, e o Dr. Rômulo Rangel, Chefe de Polícia, levar mensagem aos estudantes e ao povo, das garantias do Governo, postas em risco pela desenfreada massa que, enfurecida por justa razão, perdera seu maior líder.

Encontrei enlouquecida turba de estudantes agitados e incontrolados, na Praça da Bandeira, local onde pronunciei sentido discurso. Felizmente, fui ouvido. O comício foi encerrado. No outro dia, assisti pesaroso, (com a Paraíba inteira), o sepultamento de meu amigo e parente, que vi furtado de nosso convívio, ele, o maior líder de nossa geração, flor de juventude que feneceu tão cedo, em poucos vividos 31 anos, repetindo Demócrito de Souza Filho, em Recife ou Braúlio Cavalcante em Maceió, ambos mártires da violência e da exacerbação político-partidário, nos albores de seus verdes anos.

Aí, então, selou-se meu destino, ligado perenemente com minha Rainha da Borborema. Plínio Lemos ouviu aquela oração fúnebre radiofonicamente,

do no recesso de sua floresta, arrancando das árvores o pão de cada dia; daquele adolescente de Bonn, um alemão qualquer, que amava Beethoven e o seu piano, e disto fazia seu modo de viver, para que depois um se atirasse sobre o outro como animais enfurecidos, como bestas endemoniadas, cada qual procurando ser o primeiro a ferir, o primeiro a destruir com violência a harmonia da vida no seu curso eterno?

No entanto, alguém disse imperiosamente ao adolescente de Bonn: — TEU DEVER É MATAR. Na verdade, não lhe disseram porque devia fazer assim. Atrás deles, de qualquer um que sucumbir, ficará um silencioso cortejo de esperanças decepadas. Nada vale um Piano, pouco uma árvore, mas se me fosse dado o direito de falar aos jovens de todo o mundo eu lhes recordaria que há mais algumas coisas, há singelas crianças, há a VIDA — a vida santa —, mutilada no seu âmago pelo império intransigente dos dogmas caducos e selvagens, que torcem a vontade humana, esmagam a consciência e legalizam, os sos e condecorações, que é a GUERRA.

AMIGA, dura é a verdade. Dura é a verdade. Dura e incômoda. A sua luz queima como o ferro em brasa, e cega a sua claridade. Mas, como podemos trair os nossos semelhantes, os jovens de toda a terra, nós que começamos agora a pisar o planeta, que o estamos fazendo incipientemente: - como podemos calar se há forças ocultas, tremendas de astúcia e de malvadez, tramando, através das mentiras nacionais e internacionais, o assalto à espécie Humana?

Não! Maldito para sempre o que esconder a verdade, que não lhe pertence, é de todos. Mil vezes melhor sucumbir incendiado em suas chamas crepitantes e irresistíveis, e ter os olhos corroídos pela intensidade de sua luz, que caminhar sobre o pântano venenoso da mentira, movediço porque embebido de sangue, iluminado, como os cemitérios, pela enganosa luz dos fogos-fátuos.

AMIGA, a verdade que mata é a mesma que ressuscita.

Em verdade, ó jovens, que é realmente a guerra? Quem é que a faz? Por que a forjam, atijam e realizam?

Há uma evidência terrível: isolados nos seus gabinetes, trancados entre quatro paredes, os generais todo poderosos e os governos infalíveis, bonecas de um trágico teatro de marionetes, controlados pelos fios de ouro e de aço dos grandes interesses financeiros, eles, ALGUNS, é que FAZEM A GUERRA.

Acaso, em algum tempo, foi feito um plebiscito popular indagando dos POVOS se queriam a guerra? Perguntaram às MÃES se dariam de bom grado os seus rapazes para o matadouro? Inquiriram por ventura, às CRIANÇAS, se declinavam do direito muito humano de ter quem as conduza para a

escola e para a festa? Estão seguros que as ESPOSAS de todas as raças e países desejam receber em troca de um amado companheiro um pedaço de bronze, enfeitado de fitas?

No entanto, isolados, poderosos, intangíveis, alguns homens fazem a guerra. Primeiro preparam a opinião pública, explorando os mais arraigados sentimentos da singela alma do Povo; de noite, os fogos de artifícios desenham no céu, em pirotecnia sinistra, que a guerra é “inevitável”; de dia, as canções militares e a imprensa vendida repetem que ela é algo mais do que inevitável: é “sagrada”, “justa”, “necessária”, em “defesa da ordem”, da “liberdade”, da “soberania”, dos “nossos direitos afrontados”, da “honra das Pátrias”, das bandeiras e dos mastros.

Desejaria lembrar aos jovens do nosso tempo: os verdadeiros autores da tragédia, os que controlam os fios do teatrinho de marionetes, e as bonecas por eles manobradas, morrem tranqüilamente na velhice. Aos seus pés ruge o oceano de sangue humano que fizeram brotar de milhões de seres, de corações envenenados pela mentira e pelo engodo, e este sangue lhes causa apenas nojo e enfado.

E assim, depois que, como vimos, soltam no ar os fogos de artifícios e espalham pela terra a voz da imprensa vendida, — DO OUTRO LADO —, há sempre um outro lado e uma outra Pátria, os açougueiros repetem os velhos estribilhos consagrados: Acudi! A Pátria em perigo! Nossos lares ameaçados! Ferida a nossa honra! Ó, os sinistros vendilhões de escravos! Quando a festa principia, dão-se as mãos por cima das cabeças que tombam, olham-se, compreendem-se e engodam.

Quisera fugir, AMIGA, à evocação dos casos pessoais. Mas permite que te conte uma experiência vivida por mim na última guerra. Ví as crianças italianas rotas, famintas, abandonadas, em Nápoles, aprendendo com os velhos ladrões cosmopolitas a arte de furtar á luz do dia: em Roma, aliciando mulheres para os combatentes; em toda a parte, rotas, famintas, abandonadas. Sabia eu que na Itália havia escolas, livros, livros do tempo da guerra e da preparação do conflito. Que vi nos compêndios didáticos da infância italiana? Que aquela guerra era a guerra pelo mundo melhor, a guerra pela justa distribuição das riquezas, a guerra dos fracos contra os poderosos, a guerra pela paz... Que se dizia entre nós, que se dizia aos nossos jovens de todo o mundo? A história é recente. Não vale a pena recordar. Dir-se-ia, dramaticamente, que aqui forças ocultas haviam combinado antecipadamente os textos para a infância e a juventude.

Então, AMIGA, onde está a verdade? Nós e eles, cumprimos o “Nosso

Dever”, lutávamos igualmente pelas nossas Pátrias e pelo “Mundo Melhor”? que tamanha confusão é esta? Por que os homens se matavam se havia, para todos, o mesmo objetivo humanitário, generoso, sagrado? Mas é possível que a “verdade” se choque contra a “verdade”, AMIGA: — este episódio singelo tudo resume e explica.

A juventude de todo o mundo vem sendo iludida tragicamente. Ministram-lhe, em doses fatias, o ópio das exaltações nacionalistas das aventuras patrióticas, dos velhos ídolos fatídicos. A juventude de todo o planeta estará condenada à morte no espaço de cada geração, se não aceitar imediatamente a evidência de que todas as Pátrias merecem viver, de que todos os homens são iguais, de que o Humanidade é uma só, e o Mundo, um Mundo só.

Jovens do Mundo, - sol que desponta sobre um campo semeado de cadáveres, sol que surge por detrás de imensas montanhas de ossos e de escombros de lares -, nós, juventude destes tempos batizados pelo sangue de milhões, levantemos a cabeça com energia.

Digamos NÃO, às mentiras nacionais e internacionais! NÃO, às tiranias! NÃO, aos privilégios! NÃO, À GUERRA!

Queremos viver.

Queremos construir um sólido edifício para a morada da espécie humana, um edifício que se levante sobre os amplos alicerces da cultura, da cooperação, da justiça social, da liberdade e da confiança.

Todos temos a NOSSA PÁTRIA.

Amamo-la, como o doce lugar nativo; respeitamo-la como um conjunto de seres humanos irmãos na língua e na raça; ajudamo-la, com o nosso trabalho e o nosso amor, a enriquecer a patrimônio de seu espírito e a ampliar as suas riquezas materiais.

Mas, que o sagrado amor de NOSSA PÁTRIA, pelo egoísmo ou pela intolerância, não nos tire a razão, o bom senso e a dignidade, a ponto de negarmos o direito das PÁTRIAS DOS OUTROS, existirem e prosperarem; ao extremo de nos levar à depredação dos lares de Mães e de Filhos que são iguais àqueles que amamos.

Jovens do Mundo, que já sofremos a noite asfixiante da escravidão e da guerra, UNAMO-NOS PELA PAZ.

Agora, que novas bandeiras estão para ser desfraldadas no anseio de arrastar a juventude para a morte; agora, que novos apelos vão ser feitos, em todas as Pátrias, à “Pátria em Perigo” ou à “honra nacional”, UNAMO-NOS PELA PAZ.

É chegado o momento. Nem mais um instante de vacilação. Com energia e coragem, que a juventude do Mundo possa repetir o grito dos velhos trabalhadores traídos da Inglaterra: — “SE OS GOVERNOS DECLARAREM GUERRA, OS POVOS DECLARARÃO A PAZ”!

Há pela vastidão da terra, nesta hora, milhões de mulheres grávidas que esperam a vinda de seus filhos; em milhões de ventres pulsam, neste momento, singelos corações; e, silenciosas na sua saudade, outros milhões de mulheres estão ainda vestidas de luto.

Em nome deste luto, que é a dor dos erros do Passado; e em nome dos singelos corações que desabrocham, trazendo em seu seio a esperança do novo dia.

UNAMO-NOS PELA PAZ! ABAIXO GUERRA! “1947”



Octácilio de Albuquerque

Octácilio de Albuquerque nasceu no dia 21/02/1874 na cidade de Areia aquela que segundo seu conterrâneo José Américo, encontra-se “Mal equilibrada no dorso da serra fina como um gume”, e faleceu em 27/12/1954 no Rio de Janeiro. Filho de João Aureliano Camelo de Albuquerque e Mariana Borges de Albuquerque, descendente assim das tradicionais famílias Camelo Xavier e Borges da Fonseca, cobertas de glórias pelas bravuras cívicas da Confederação do Equador, Revolução Praeira e Sedição do Quebra Quilos.

A cidade natal foi glória de ideais revolucionários, inclusive no movimento da libertação dos escravos do qual participou nosso antológico.

Octácilio de Albuquerque, jovem, reuniu outros adolescentes de sua classe e com eles fundou um teatro para crianças; viam-se na ribalta pai e filho, onde o segundo figurava e escrevia peças que foram representadas com sucesso no Recreio Dramático, e depois no Rio em Niterói, citando-se entre elas: “Pai de Família”, “Educai Vossos Filhos”, “Guerra de Canudos” e “Fim do Mundo”. A propósito de sua condição de teatrólogo dele relata Luiz Pinto: “As peças escritas em Areia e outras no Rio foram levadas na capital da República e em Niterói com tal repercussão que um mestre como Sacramento Blacke as incluiu em seu famoso “Dicionário Biográfico”.

Alegamos nós, que foi ele artista também em peças beneficentes apresen-

tadas no Teatro Particular, hoje Teatro Minerva, para angariar fundos para libertar os escravos que acabou na libertação de todos, na antecipação da Lei Áurea em 08 de maio.

“Poeta, Orador. Formado em Medicina, atuou como jornalista no CORREIO DA MANHÃ, CORREIO DO POVO e o Jornal, do Rio. Como político, foi prefeito de sua cidade natal e deputado estadual e federal, antes de ser eleito Senador. Só deixou publicada uma peça de teatro, Fim do Mundo (1899) PINTO, Luiz. Octacílio de Albuquerque. Rio de Janeiro, 1966.

Como médico defendeu tese sobre o Impaludismo no Rio, livro com mais de duzentas páginas, aprovada com distinção, porquanto era sua tese revolucionária, embora apresentasse cientificamente, observações sobre as febres que grassavam na capital.

Horácio de Almeida em seu livro BREJO DE AREIA no capítulo TERRA DE NINGUÉM diz de nosso orador: “Volta em 1900 formado em Medicina, após um curso brilhante precedido de fama, que só aos seus méritos estava a dever, com as honras de orador de turma, da qual fazia parte Aluísio de Castro, e láurea de viagem à Europa. Mas desistiu da viagem pela ânsia de regressar ao seio da família, pois já era casado e não conhecia a filha que nascera, enquanto terminava o curso. Quando chegou a Areia encontrou a cidade em polvorosa pelas desordens oriundas das competições políticas.”

O político absorveu totalmente o intelectual, conquanto seu talento e estro para as letras e para a oratória, e, nessa, foi tribuno afamado e aplaudido nos auditórios, na praça pública e nos plenários legislativos.

Usou seu grande poder de lógica e no muito da objetividade de suas palavras, foi desde 1918, por mais de 45 anos, atento aos problemas do Nordeste com admirável conhecimento, fugindo das fantasias, preferindo as orientações práticas.

Dele, Octacílio de Albuquerque, o professor (conservo nas minhas retinas de adolescente e seu aluno), a sua elegância, em roupas de linho e brim bem engomadas, calças com vinco, colete e óculos (pícinês), a voz já enfraquecida. Era o mestre liceano de matemática, a glória política, exemplo de austeridade, vivendo todas as alturas, padecendo naquele ocaso com humildade de homem público empobrecido, mas digno e honrado. Fora o médico renomado que abandonara a medicina para dedicar-se à política, que agora tanto lhe amargurava em seu ostracismo, porém na sala de aula jamais referira seu esplendor de expoderoso militante partidário. Era a modéstia, a resignação, conduzindo-o a viver do minguado salário do Liceu Paraibano, isto em 1943 e 1944, hóspede da Pensão Pedro Américo, e do Paraíba Hotel.

O mito se nos chegava, na fama, na auréola por todas as glórias, tendo sido o orador fluente, o tribuno arrebatador, que estasiara da Câmara dos Deputados, ao Senado, recinto que lhe facilitara, predominando no ápice da ascensão partidária, o brilho de seu verbo, o destaque de sua palavra escorreita e bela, empostada e convincente. Sem dúvida impõe-se destacá-lo por ter sido detentor de palavras eletrizantes, dominadoras de turbas.

Em Cidades e Homens, no capítulo, Areia — Antes e Depois da Gameleira, diz Celso Mariz: “Areia pode ter declinado de movimentação intelectual e de atividade política. Aqui já não bradam os jornais ardentes da Abolição e do começo da República. São poucas as manifestações de vida literária e artística. Mas Areia não empobreceu de homens, de inteligência nem de braços, considerando-se a cidade com seus campos. Octácilo afasta-se do cenário, mais ainda é um astro vivo das vossas glórias na eloquência e no civismo.”

Samuel Duarte: “Posteriormente, acompanhei sua atuação na imprensa paraibana em conferências e na tribuna dos comícios. Recordo notável discurso que proferiu da sacada da velha estação da Great Western, creio que em 1928, saudando a caravana chefiada por Assis Brasil, quando da propaganda e fundação do partido Democrático. Ostracismo, longe de o abater, transformou-o num combatente corajoso, coerente com seus conceitos de democracia. Basta lembrar sua magnífica colaboração na campanha da Aliança Liberal, ao lado de João Pessoa”.

Ernani Satyro, em homenagem fúnebre na Câmara dos Deputados, aprecia: “V. Excia., Sr. Presidente, que o conheceu de perto, sabe que o dr. Octácilio de Albuquerque em todos esses cargos e em todos esses mandatos eletivos honrou, realçou e dignificou a Paraíba e serviu ao Brasil. De sua trajetória pública podemos dizer que a honradez pessoal marcou a vida do eminente conterrâneo. Ele, para mim, tinha, entre muitas uma qualidade excepcional: era um homem fundamentalmente bom. E, considero a bondade a suprema virtude da vida. Se eu resumisse ainda mais estas palavras de sentido com que reverencio a memória do Dr. Otácilio de Albuquerque, dizendo apenas e, tão-somente que ele morreu na mais sublime, na mais bela, na mais edificante, na mais extrema pobreza, teria feito ao saudoso e preclaro conterrâneo o maior e o melhor elogio. Aliás, Sr. Presidente, como costumam, (para orgulho nosso) morrer os grandes e os bons paraibanos”.

O então, Deputado Fernando Nóbrega na mesma sessão de homenagem pelo falecimento, diz: “Na realidade, o Dr. Octácilio de Albuquerque, em todos os lugares onde fez sentir sua ação, seja na Parlamento, seja na

imprensa, ou na administração pública, deixou luminosa trajetória. Seu nome foi sempre aplaudido por todos quantos acompanharam sua atuação na causa pública. Era o mesmo homem, de hábitos simples, elegante no vestir, moderado no falar, honesto nos pronunciamentos, ríspido e até grosseiro contra o embuste e a mentira”.

Resta-nos dizer, como foi grande e marcante, a Paraíba pelo seus grandes filhos no passado.

EM DEFESA DO NORDESTE / AS SECAS DUALIDADES DE SOLUÇÃO

O SR. OCTACÍLIO DE ALBUQUERQUE — Sr. Presidente, assuntos da mais alta importância têm sido ultimamente, trazidos a debate, e oradores, dos mais entusiastas e vibrantes, se fizeram ouvir nesta Casa sobre questões de indiscutível atualidade.

Para nós, Sr. Presidente, representantes do setentrião brasileiro, subsiste ainda, ocupando lugar primordial, o problema relativo ao flagelo que, em período de extensão variável, desalenta, naquelas paragens, esforços dos mais otimistas, abate energias as mais arrojadas, ceifa inúmeras existências, orfanando lares, calcinando campos e exsicando todas as fontes de vida, em sua obra impiedosa de destruição e de ruína.

É por isso que hoje dele me venho ocupar, convencido, como me acho, de que nenhuma iniciativa poderá ser tão útil à terra que representamos quando qualquer que tenha por objetivo dar combate às secas do Nordeste brasileiro.

O honrado Sr. Presidente da República, na introdução da mensagem com que se dirigiu aos membros do Parlamento brasileiro, no início da atual sessão legislativa, fez um balanço do seu patriótico e fecundo quadriênio administrativo, balanço onde se encontram atos do Governo, alguns dos quais por si sós seriam suficientes para cercar de auréola de benemerência o seu nome por todos os títulos dignos da estima e da admiração de todo o País.

No ativo desses valiosos serviços um que, se bem que meritório, não conseguiu alcançar de todo o fim almejado.

Diz sua Excelência, na referida mensagem: “Quero crer que ninguém negará ao meu Governo os seguintes serviços”...

Enumera os serviços em ordem alfabética, até a letra Q, onde diz: “A debelação, ou pelo menos, minoração dos feitos da seca do Norte pelo emprego de providências que, se não evitam a reprodução do flagelo, ao menos impedem que ele apareça com a mesma intensidade e efeitos de até bem pouco tempo”.

Sr. Presidente, sou o primeiro a reconhecer que o honrado Sr. Dr. Vencesláu Braz, cuja dedicação à causa pública não cesso de enaltecer, fazendo justiça aos seus elevados sentimentos, ao escrever estas palavras fê-lo na boa fé, convencidamente, tendo a certeza de que bem perto nos achamos do momento

em que teremos de alcançar a vitória decisiva sobre o flagelo secular do sertão brasileiro.

O honrado Sr. Presidente da República é filho do Sul. Mesmo que o não fosse poderia pensar como pensou, e ter firmado aquela convicção. No próprio teatro dos acontecimentos, nas regiões anexas aos centros devastados pela soalheira, nas cidades situadas nas zonas incólumes ao perigo, nortistas que nunca perlustraram as dezenas e dezenas de léguas do território martirizado não podem fazer uma idéia aproximada do quadro tristemente desolador que as nossas vistas apavoradas descobrem nas vastíssimas terras carbonizadas pelo sol inclemente, em cujas estradas pedregosas, através do deserto sem fim, se arrastam, no sobressalto da surpresa, a pé, centenares de homens, mulheres e crianças, na mais compungente promiscuidade, minadas pela doença, abatidas pela fadiga e pelo cansaço, combatidas pela sede e pela fome, que procuram iludir, devorando as raízes bravias dos arbustos selvagens ou ingerindo a medula dos xique-xiques e dos cardos eriçados de espinhos.

Em 1915, quando procurei justificar a construção de uma estrada de rodagem até a Cidade de Areia, para onde haviam ocorrido os sertanejos açoitados pela miséria, tive oportunidade de dizer desta tribuna que sob dois aspectos diferentes deveríamos encarnar esta questão demandando por isto soluções diferentes.

No primeiro caso, trata-se a seca em plena atividade, despovoando e destruindo. No segundo, temos a seca em perspectiva, sempre preste a irromper em um período maior ou menor, mas inevitável e fatal.

Naquele momento incidíamos na primeira hipótese. A miséria batia a todas as portas, o fenômeno se evidenciava em proporções pouco comuns.

Tive de insurgir-me contra aqueles que, desconhecendo a grandeza do mal, que nos roubavam todos os recursos, alvitavam medidas inteiramente desbaratadas.

O SR. SOLON DE LUCENA — Meros paliativos.

O SR. OCTACÍLIO DE ALBUQUERQUE — Meros paliativos, como diz o nobre colega, e sugeriam planos de tal magnitude e eficácia que, se chegassem a ser tomados como objetivo de deliberação, terminados os estudos e as conferências preliminares, não lograriam mais os efeitos desejados, porque as populações a que se propunham amparar teriam naturalmente desaparecido pela morte e pelo êxodo.

E, para fortalecer o meu protesto, para mostrar a imperiosa necessidade

de combate urgente aquela situação, que dia a dia mais se agravava, sintetizei em uma fórmula incisiva o meu modo de pensar, dizendo que, para remediar aquela desgraça, bateria dar ao retirante, atingido pela penúria, uma enxada para fazer algum trabalho e que em recompensa se lhe desse pequena remuneração pecuniária ou uma ração alimentar de qualquer espécie.

É que, naquele tempo, Sr. Presidente, não estava em causa o sertão, mas sim o sertanejo. Quaisquer que fossem as medidas tomadas, desde que elas viessem minorar as suas condições aflitivas e fossem rápidas e prontas, obteriam o fim colimado. (Apoiado).

Manda a Justiça, que se proclame que então, o honrado Sr. Presidente da República foi de inexcedível dedicação, foi de solicitude pouco comum em atender aos nossos reclamos no sentido de atenuar o sofrimento daquela pobre gente, abatida sob o peso de tão grande infortúnio. Entretanto, se naquele tempo alguma coisa se efetuou, muito resta ainda a fazer. E, para que não possa ficar, pela leitura do documento a que me referi, a persuasão de que a última palavra foi dada e com ela tomada a última providência salvadora, venho declarar à Câmara dos Deputados que o assunto não foi encarado com segurança, com uniformidade de vistas, com a amplitude e desenvolvimento correspondente aos estragos e aos males que o fenómeno climatérico periodicamente nos traz; com a sistematização e coordenação de esforço que uma questão de tão grande vulto e extraordinárias conseqüências está a exigir dos poderes públicos (Apoiado das bancadas nortistas).

Agora já não está em foco, como na primeira hipótese por mim formulada, o sertanejo, objetiva-se, o sertão. Há uma verdadeira inversão do problema. Os sertanejos, esses lá estão satisfeitos e contentes, sem ambições, em uma vida de grande e habitual sobriedade, felizes, na tranqüilidade desses dias, em que prosperam sua indústria pastoril e a cultura dos campos, cobertos de belos algodoais, uma e outra florescendo sob o influxo dos bons invernos destes três últimos anos. O sertão, porém, continua como dantes, sem vias de comunicação, sem estradas de ferro, sem o reflorestamento do seu solo, sem reservatórios d'água, no mesmo atraso e no mesmo abandono (Apoiado).

O SR. SOLON DE LUCENA — E sob a iminência do mesmo perigo.

O SR. ILDELFONSO ALBANO — O mal é cíclico.

O SR. OCTACÍLIO DE ALBUQUERQUE — Não nos iludamos: enquanto não tivermos a locomotiva e o automóvel, percorrendo toda a região sertaneja, e açudes aos milhares dispersos em toda a zona flagelada, não teremos dado solução ao problema do Nordeste (Apoiado). Precisamos de um esforço continuando e perseverante. Existem sugestões dignas de apreço; há estudos

que merecem meditação e acurado exame e dentre esses poderei citar o do saudoso paraibano Dr. Álvaro Machado, o do ilustre representante do Rio Grande do Norte, no Senado, Sr. Eloi de Sousa...

O SR. JOSÉ AUGUSTO — Sobre irrigação, distribuindo água.

O SR. OCTACÍLIO DE ALBUQUERQUE — O trabalho que mereceu, com maior justiça, os mais francos elogios de toda a imprensa do País, do ilustre representante do Ceará, Sr. Ildelfonso Albano.

O SR. JOSÉ AUGUSTO — Apoiado

O SR. ILDELTONSO ALBANO — Obrigado. É bondade de Vv. EEx.

O SR. OCTACÍLIO DE ALBUQUERQUE — Temos necessidade de estudar, compendiar tudo o que existe escrito a respeito, dando uma feição prática, aproveitando de todos esses trabalhos o que for útil e viável. Se quisermos encarar com seriedade a questão, devemos pugnar, antes de tudo, por um conjunto de medidas que se realizem simultaneamente, obedecendo a uma orientação pré-estabelecida...

O SR. JOSÉ AUGUSTO — Um plano sistemático.

O SR. OCTACÍLIO DE ALBUQUERQUE — A um plano sistemático, a uma orientação única nos seus processos de ação, e não atabalhoadamente, tumultuariamente, como tem acontecido até agora, todas as vezes que o flagelo cai impetuoso sobre aqueles sítios indefesos.

SR. AUGUSTO DE LIMA — Por que não se há de estudar também o Projeto Araripe: canalizar o Rio São Francisco?

SR. OCTACÍLIO DE ALBUQUERQUE — Disse que há nesse sentido planos, sugestões a estudar. Devemos aproveitar o que eles tem de útil, de prático, a fim de condensar tudo em um projeto de lei que venha prestar serviço relevante àquela região, deixando de lado fantasias, utopias que têm embaraçado, até agora, a ultimização do indispensável e inadiável empreendimento.

É nesse sentido, a fim de atingir ao “desideratum” a que se refere o meu ilustre e prezado amigo, Sr. Augusto de Lima, que submeto à consideração da Câmara o seguinte requerimento:

Requeiro que seja nomeada uma Comissão Especial de cinco membros, compostas de representantes dos Estados mais diretamente interessados na solução do problema das secas do Nordeste, a fim de proceder, ao menor prazo possível, à organização de um projeto de lei que metodize o que a respeito tem sido sugerido, com feição inteiramente prática e viável.

Sala das Sessões, 30 de julho de 1918. Octacílio de Albuquerque.

É Sr. Presidente, o que se me afigura mais acertado fazer.

Precisamos agir desde de já. É necessário que se saiba que a tarefa ainda está longe de ser concluída, para que, as minguadas parcelas orçamentárias que nos são dadas, nas horas amarguradas da nossa desventura, tantas vezes reproduzida, não possam servir de excursa ao resto da comunhão brasileira, com representação nesta e na outra Casa do Congresso, para negar mão forte à campanha humanitária e, ao mesmo tempo, patriótica, de arrancar do jugo de tão clamorosa desdita algumas unidades da nossa Federação. E mais do que isto, Sr. Presidente, para que nos transes da nossa aflição e desespero não se procure zombar o martírio e do sofrimento do povo nortista, com a panacéia das quermesses e das subscrições, com a terapêutica supinamente inóqua e fiteira dos bandos precatórios, com a exibição ridícula das conferências, das passeatas e dos chás dançantes. (apoiados)

É preciso agir desde já para que, na angústia de nossos dias aziágos, não esqueça o resto do País que o Norte, pelos seus filhos, pela sua inteligência e pelo seu trabalho, não tem concorrido para o desenvolvimento e riqueza do patrimônio nacional; e, sobretudo, para que, quando se debate no intricado de infinitas dificuldades, não surjam à tona somente em comentários quotidianos seus erros, seus prejuízos, suas paixões partidárias, tão comuns a todos nós (apoiados gerais).

E, para que fique eternamente como um labéu infamante esse pregão de descrédito, venho declarar à Câmara dos Deputados que sou filho da Paraíba, de um Estado do Brasil setentrional, que fomenta a expansão da sua instrução pública, criando grupos escolares, multiplicando suas escolas isoladas, tirando da sobra de seu orçamento mais de seiscentos contos de réis para a construção de uma Escola Normal; filho de um Estado do Brasil setentrional, onde gregos e troianos, situacionistas e seus adversários, vivem sem perseguições nem violências, à sombra das leis, sob o amparo da liberdade e da Justiça; de um Estado que não tira do erário público um vintém para pagamento de juro a quem quer que seja, porque não tem compromissos, porque não tem obrigações, porque atravessou as mais tremendas crises com os seus próprios recursos e, providente, não contraiu dívidas, nem internas, nem externas. Tenho concluído (Muito bem; muito bem. O orador é muito cumprimentado).

HOMENAGEM A CASTRO PINTO (IMPROVISO)

Exmo. Sr. Presidente do Estado. Meus senhores:

Por ocasião de minha chegada ao seio da família e dos amigos, em dias da semana finda, afirmei que pressentia, com a maior satisfação, que aquelas manifestações festivas do povo paraibanos não eram feitas a mim, que nada merecia, nem tão pouco visavam aos meus ilustres companheiros de representação, que mereciam tudo.

Não achava possível, nem era presumível, que tão ruidosas, comovidas e entusiásticas vibrações de contentamento objetivassem a cena onde nós, os mandatários do povo paraibano nos moviam como sombras num campo ilustrado deslumbrantemente, por um grande ideal, por uma palpitante aspiração coletiva; inacessível à subalternidade de interesses de classes, castas ou camari-lhas, estava a democracia para a qual, naquele momento, no santo fervor dos seus aplausos, convergiam as delirantes aclamações dos meus amigos, dos meus correligionários, dos meus patrícios.

É que, diluindo a sua influência no grande ambiente de reivindicações de liberdade, estava a soberania do regime que, entre nós, no caso particularismo da Paraíba, já não parece caminhar como um carro de bois desengonçado, sob o rombo ferrão de oligarcas, mais ou menos versados no silabário de Castro Nunes, estadistas venerandos do gamão e de sueca, hábeis manipuladores de condecorações a parentes, príncipes do jornalismo e da tribuna, das letras e das artes e, muitos principalmente, príncipes enfatuados dos postos eletivos, das Secretárias de Estado, dos cargos de justiça, das repartições públicas, federais, estaduais e municipais.

Mas... deixemos, Senhores, o terreno dessas abstrações políticas a que os puritanos da própria conservação e os estóicos dos dias de abastança cognominam de inconveniências, e alertemos as nossas reminiscências, entrando pelo passado.

Estamos na Paraíba. O movimento revolucionário que vem, como um tu-fão, varrendo, violentamente, velhos predomínios alicerçados na indiferença e na tolerância públicas, bate-nos à porta. Um arrepio generalizado de medo abala, sacode, disjunta as organizações afeitas à vida cômoda e feliz dos des-frutadores de posições rendosas.

Tão forte se opera na circunvizinhança a reação popular que, em nosso Estado, já se nos parecia impossível deter e dominar a avalanche que dos ser-

ros e penhascos de nossos sertões se precipitava veemente sobre faltas, descasos, abusos inveterados de mandonismo de gleba, mas também, sobre a paz, a tranqüilidade, a segurança tão necessárias ao renascimento de nossas fontes de prosperidade e de progresso.

Toda a nossa pequenina terra voltou-se então para um homem. A sociedade paraibana apelou súplice para o filho, de cuja sombra, de cujo prestígio conquistado pelas pre-excelências de seu valor intrínseco se vislumbravam as probabilidades únicas de salvação comum, sem as refregas loucas e sangrentas da luta fratricida.

E desde aquele momento, deslumbrando-nos com a sua coragem cívica, arregimentado-nos fascinadoramente para a reconquista pacífica das boas práticas democráticas na prêmiação ao mérito, ao trabalho, à competência, acode pressuroso ao chamado de sua pátria esse vulto inconfundível de Epitácio Pessoa, que desinteressado e magnânimo, sem um momento de vacilação, dando exemplo da própria bravura no expor o seu nome admirado pela fama dos mais nobres cometimentos à fúria desencadeada das paixões partidárias, rasga novos horizontes às mais reclamadas reivindicações.

A Paraíba reintegra-se na posse de si mesma. Uma confiança que é recebida como consolo e um conforto se estabelece entre todos, desde a capital aos mais remotos recantos do torrão natal. E entre ovações veementes, vivas, alvíssaras, risos, festas, os paraibanos recebem, como hausto de vida nova, o primeiro fruto daquela orientação patriótica: — o governo nascente que ia rumar em outros moldes os destinos da nossa coletividade.

Com o coração transbordante de afeto e ilusões, a alma aberta a todas as súplicas de liberdade e justiça, humilde e compassivo, no sentir as dores alheias como as suas próprias, soberano e inflexível no exprimir política e socialmente a sua inequívoca personalidade cívica, Castro Pinto, o ídolo da mocidade, a mais perfeita e completa materialização da preferência e das simpatias populares, resolutos e cordatos, severos e acessíveis, incorruptíveis e tolerantes, despreocupados de si, alarga, enfeita e ornamenta com os risos de sua bondade e as cintilações de seu espírito o caminho que havia sido o calvário escabroso e exaustivo de quase todas as aspirações.

No entanto, ao passo que Epitácio e Castro Pinto, irmanados pelos mesmos sentimentos, rumando as mesmas crenças, pairavam, sobranceiros e tranqüilos, acima de todas as conveniências pessoais e de todos os interesses egoísticos, para solucionar com firmeza e patriotismo os problemas capitais da Paraíba, em plano muito inferior, à sorrelfa, crepitava surdamente o ódio

mexeriqueiro dos nulos, rumorejava, como reforçado numa ânfora receptiva dos direitos de todos os venenos da alma humana, o som cavernoso dos rancores, da inveja, da ingratidão e da perfídia.

Dignos e superiores, esses dois gloriosos brasileiros, com ardor religioso de crentes, elevam o respeito aos seus princípios, o amor às suas convicções, indiferentes quase às retaliações e às competições individuais com que meia dúzia de vesânicos (e, contados a dedo, eles não eram muitos) procuravam derruir a obra iniciada.

Mas, a contumácia corrosiva da intriga e do despeito minava, insidiosamente, todos os esforços. Às aspirações de paz e de emancipação da parte culta e progressivista de nossa sociedade, opunham os feudatários de todas as nossas prerrogativas a ameaça da violência, das vinditas partidárias, da tocaia e do trabuco; aos conselhos de moderação e tolerância respondia a figura de proa dos sangue-azul avariados da nossa ridícula satrapia, com o insulto velado das correspondências jornalísticas, com a cobardia das combinações clandestinas, com os conciliábulos subterrâneos e as insurreições a portas fechadas, arquitetadas à sombra do poder e contra o poder que os amparava.

Não era mais lícito nem honesto esperar: a eleição, o voto, o povo que decidisse, ultimando a contenda.

O que foi essa memorável peleja, paraibanos, o quanto nela cresceu o vulto, já então cercado de admiração, de Castro Pinto, mais do que nós, proclamamos e proclamam os juízos insuspeitos de todos os homens de responsabilidade no regime, as referências mais calorosas de toda a imprensa brasileira.

Nenhuma voz, clamando garantias e segurança para o anseio natural de liberdade, deixou de ser ouvida; nenhum apelo aos poderes públicos, por mais humilde que fosse, deixou de ser atendido com carinho e presteza. Onde quer que surgisse um desalento, pela descrença diatésica que os artifícios da fraude haviam criado e pela nostalgia dos vencidos que as blandícias patriarcais dos jejuns quaresmais vinham sufocando em mais de 20 anos de vingança, subornos, castigos, humilhações; onde quer que surgisse um naufrago de suas próprias afoitezas eleitorais, aí estava o Dr. Castro Pinto com o conforto de suas decisões, com o apoio moral e material das mais enérgicas e seguras providências, subdividindo-se, multiplicando-se, em solicitudes, em cuidados, em desvelos para que o ludíbrio e a chacota não continuassem a ser, nas fáceis vitórias dos velhos tempos, o prêmio reservado, nos costumeiros regabofes governamentais, aos que ousavam acreditar nas leis, ter civismo e ter opinião.

Firmemente neutro, sua Excelência, em conferências, em documentos, em

artigos diários à imprensa, assegurava não ter amigos, nem parentes, nem considerações de qualquer ordem, para esperar impassível e sereno o resultado das urnas, a cujas determinações jurava obedecer quais quer que fossem as contingências políticas do momento.

Todos o aplaudiram. Os mesmos, que haviam contribuído com as maquinacões secretas para o convulsionamento partidário do Estado, sublimavam de contentários airosos a conduta reta do Governo.

Quando em repetidas notícias telegráficas para o Rio, no pensar dessas mesmas pudicas vestais, que fingem tapar agora os olhos para não verem as alheias faltas, mas, na realidade, do mundo se isolam, para mais à vontade analisarem as fraquezas e misérias, quando, no dizer dessas virtuosas “damas do paço”, que agora motejam envergonhadas da valsa, por terem feito escala pelo cançã e pelo maxixe, se anunciavam que apenas dispunhamos de 30, dos 39 municípios de que se compõe o Estado; quando, no sentir de tais beatos, nós éramos uns repudiados do favor público, e eles os fetiches de sebo das classes operárias e até das classes desocupadas, então, Senhores, essas senhoras vestais dos biombos dos sete pecados e não menos dignas damas da nobreza dos bailes do “Cordão Encarnado”, para toda parte, em homenagens e zumbaias, sinceras outrora como devem ser sinceras hoje, se desfaziam, apregoando a lisura de conduta do homem a quem hoje, segundo os preceitos da moral que adotam para reformar o mundo, cobrem de chufas, de motejos e de insultos na mais desbragada pornografia.

Tiveram o castigo merecido. Vencemos. Vencemos com hombridade, com cavalheirismo, com magnanimidade. Todo o país voltou as vistas para o nosso Estado; queria ver a figura imponente de seu primeiro magistrado.

Com quem ficou depois da peleja o Dr. Castro Pinto? Com o senador Epitácio? Com a representação triunfante? Com o partido vitorioso?

Senhores, o Sr. Dr. Castro Pinto ficou com quem devia ficar. Ficou com seu passado; ficou com seu compromisso, com a sua palavra tão solenemente empenhada de prestigiar, em todas as suas prerrogativas, o veredicto desse pleito libérrimo que assumiu em nossa história, as proporções de um grande plebiscito; ficou com as tradições de seu nome aureolado pela benquerença de seus concidadãos. Ficou com seus patrícios, com a sua terra, com a Paraíba, que há cerca de 6 meses, ininterruptamente, vem desferindo, por entre aclamações e palmas, os acordes do hino de uma verdadeira ressurreição com mesmo ardor, com a mesma fé patriótica com que tantos anos a quem, neste mesmo 14 de julho, uma geração de videntes, utopistas e heróis, inebriada pelas visões

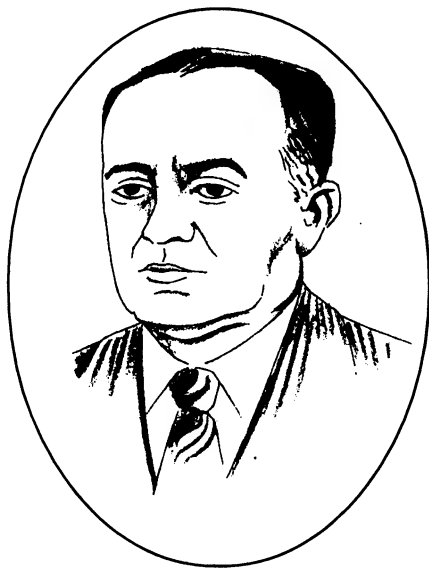
da liberdade, *entre sacrifícios e martírios*, pôde ascender das ruínas de um calabouço ao sol da redenção.

Ficou com a República que saudará, na pessoa do nosso emérito Governador, o impulsionador máximo de uma nova era que frutificará fazendo das instituições vigentes, não um privilégio de famílias, mas, o largo cenário onde desenvolvam, floresçam e prosperem a inteligência, a honestidade, o saber, a abnegação e o caráter.

Senhor Castro Pinto: A Paraíba está ao seu lado, íntegra, unida, coesa, forte pela consciência de sua estrondosa vitória. Mas, não é ainda tudo.

Serenado esse trovejar de impropérios com que alguns nobres decaídos, zabumbando apodos e verrinas, procuram tingir o povo ou mascarar-se de opinião, Vossa Excelência ouvirá então a voz do Brasil, sentirá a palavra afetuosa e agradecida de uma nação.

Tudo se transmutará. Porque, tão grande é a fama de seus méritos inconcussos, tão alta se colocou nesta memorabilíssima campanha, a evidência, prestígio no conceito do País e nos maiores centros, nos grandes empórios da civilização e da cultura de nossa nacionalidade, será sempre Vossa Excelência recebido e aclamado, entre aplausos, reverências considerações e respeito, simpatias, benções que assinalarão o seu Governo como a época de grandes e inolvidáveis benemerência.



Alcides Vieira Carneiro

Nasceu na cidade indômita de Princesa Isabel a 11/06/1906, e morreu em 23/09/1977, em Brasília sepultando-se no Rio de Janeiro, sendo filho do coronel Vicente Vieira Carneiro e Maria de Azevedo Vieira Carneiro, tendo no batismo como padrinho, llegendário Coronel José Pereira.

Corre que aos dez anos, fez seu primeiro discurso. O fato aconteceu na escola pública de Princesa, numa festinha de encerramento das aulas. O professor distribuía as menções honrosas; eis que se levantou um aluno magricela e, espevitadamente, sem papel na mão, deitou o verbo com desenvoltura. Todo mundo ficou embaçacado diante de semelhante fedelho. Esse menino vai dar para alguma coisa; Foi o vaticínio do Juiz de direito, secundado por todos quantos assistiam àquela espontânea manifestação de inteligência.

Estudou em J.Pessoa e Fortaleza, onde se formou em Direito. Viveu grande parte de sua vida no Rio de Janeiro, ocupando cargos importantes na esfera política e jurídica. Manteve laços estreitos com sua terra, onde participou da campanha da Aliança Liberal em 1930. Antes de transferir-se, para o Rio de Janeiro, foi nomeado pelo Presidente do Estado, após a morte de João Pessoa, Prefeito de Princesa, cargo a que não chegou a tomar posse, tendo em vista que o Município foi ocupado pelas Forças do Exército, por ordem do

Ministro da Guerra. Foi então designado Inspetor do Ensino Secundário, no Rio de Janeiro; Procurador da República, no Estado de Espírito Santo; Oficial de Gabinete do Ministro da Educação; Consultor Jurídico do Ministério da Educação e Advogado da Polícia Militar, no Rio de Janeiro. Em 1934, foi nomeado Curador de Massas Falidas, exercendo, ainda, as Curadorias de Menores e de Família e Procurador de Justiça, Presidente do IPASE, Deputado Federal, e Presidente da Câmara da Campanha Nacional das Escolas da Comunidade e Ministro do Supremo Tribunal Militar, até encantar-se”.

Como político de si mesmo diz: “Incursionei na política, onde os homens me ensinavam os caminhos do inferno e o estilo do diabo. Aprendi depressa, mas depressa enjoei. Não é, para senão para muito poucos, a arte humana de trabalhar pelos outros. De qualquer forma, para se vencer politicamente, é preciso enganar muito e mentir outro tanto. No começo há engulhos. Depois o estômago aceita. A natureza é sabia e os homens sabidos. Os pendores foram contrariados, e a maior das punições é contrariar os pendores”.

E existencialmente traduz ainda, dele para ele, do amago de sua alma, em seu intimismo: “Agora, pergunto, inquieto, a mim mesmo: vale a pena a glória? Prontamente, respondo, convicto: — Vale. Não importa o que disse Grieco: “Que a glória é flor que murcha ao sol mais brando”. Os Orientais, que sabem muito, afirmam que fica sempre um pouco de perfume na mão que segurou uma rosa. Mas vale a glória de um poeta morto do que a evidência de um político vivo. Não nos deprima a bela imagem triste de Balzac, de que a mesma “é o sol dos mortos”. Um dia a todos esquecerá. E, se amanhã será “o sol dos mortos”, bem pode ser hoje, o luar dos vivos”.

Mostremos o trovador, o poeta, coluna partida pelos vendavais políticos, e, quiçá, um acomodado, que vibrava pouco, e não produzia em entusiasmo com escritos, a prosa e o verso, malgrado seu genial estro: “Contra as rochas de tua alma/ com toda força investi,/ mas eram montões de cinza/ As grandes rochas que vi. Enquanto houver lua cheia,/ serenata e violão, haverá amor na terra,/ e festa no coração. A mentira devi sempre/ o sucesso nos amores,/ à verdade que venero,/ metade das minhas dores/ muito obrigado, à mentira,/ à verdade, meus louvores./ Dessa doença esquisita,/ que bons cuidados requer,/ só um caso não conheço,/ alegria por mulher.../ Mulher feia dá sossego;/ mulher bonita aflição;/ já notei que andar aflito/ me faz bem ao coração... “.

Ouvi-o, presidindo a solenidade como Chefe da Casa Civil de Ernani Satyro, paraninfando uma turma de Direito, no auditório do vetusto prédio da Faculdade de Direito, na Praça João Pessoa, repetindo a beleza de retórica em

imaginação primorosa: “Não pude ser médico, que era minha autêntica vocação. Uma vez bacharel, gostaria de ter sido advogado militante, a mais nobre atividade na carreira do Direito, aquele que tem como padrões indimensíveis Ruy Barbosa e Epitácio Pessoa. É a missão que exige resistência no presente e renúncia pelas preocupações do futuro, porque o advogado é o aventureiro ousado do incerto; à força de garantir os outros, ele se esquece de garantir a si próprio. É o procurador de Deus na terra, para os negócios do Direito, da Justiça e da Liberdade, por isso os seus caminhos são sempre ásperos, ásperos demais para quem representa o broquel dos inocentes, a santa conceição dos oprimidos. Minha intenção não é a de desanimar-vos, a vós que sereis advogados. Desanimar um jovem, é enterrar um vivo. E se não haverá ressurreição para aquele que o desânimo matou, não há perdão para quem matou enganos e desflorou ilusões”.

Retive na memória aquela noite memorável, onde me encantei com ele pela ultima vez, quando fixou-me a citação do Professor Laurindo Leão da Faculdade do Recife: “A mocidade é maior do que o Papa, porque ele faz Santos, a mocidade faz Deuses”.

Jansen Filho (o sabiá de Monteiro), dele disse em prosa: “Orador e poeta. Uma das mais expressivas figuras da oratória do Brasil. Discursando lembrava uma chuva de harmonia, caindo sobre as multidões, numa explosão de beleza que incendiava almas, abrindo aos olhos do mundo um leque mágico de cintilantes reverberações. Era a exibição do fascínio, do inconcebível, do magistral. Deixou com sua partida deste mundo, um vazio nos corações e a certeza de que sua presença na terra continuaria através da evocação de seus admiradores que jamais olvidarão o fulgor de sua palavra fluente — hino imortal de ternura e beleza dirigido aos encantos da Paraíba, sua terra natal”. E em lapidar soneto, exclama: “Mensageiro de Deus falando ao povo/ Num linguajar repleto de harmonia,/ Sempre esboçando um pensamento novo/ À luz de cada imagem que fazia! Ao lembrá-lo, nesta hora, me comovo!/ Quanta beleza! Quanta melodia!/ A Pátria anseia por ouvir de novo/O doce uirapurú da Academia!/ Seu verbo arrebatava as multidões/ Quando espalhava sobre os corações/ Seu canto puro, límpido, sutil... /Alcides foi, cheio de encanto e glória/ O mais rico presente de oratória/ Que Princesa Isabel deu ao Brasil”.

Cultuou a oratória como a arte que, mesmo engajada a serviços de uma causa social, evidencia características retóricas e poéticas. “Reconhecido nacionalmente como um dos maiores oradores brasileiros do século, a memória dos discursos continua viva na Paraíba, onde frases e citações de

Alcides Carneiro, parecem ter criado nova tradição oral, sendo referência obrigatória em discursos e conversas, assim diz Maria Helena Cruz, em Memorial - APL.

Era, verdadeiramente, o orador do improviso, e dele obtive confirmações, em discursos de momentos e de instantes. Alcides Vieira Carneiro, sem dúvida, foi e continua sendo o príncipe dos poetas oradores paraibanos, pelo invulgar de sua eloquência plácida, calma, em mímica quase divina, trocadilhos em jogos de palavras inimitáveis. Erudição pura, cultura invulgar, humanista, literato atualizado, fazia no verbo o citatório preciso e eloquente da literatura universal.

Sua oração era um jorro de luz, ou uma cascata cristalina magnetizando o público, era conceitual e magnífico, e aí se firmava, sem rompantes e arrebatamentos no altivo da voz, mas, ao contrário, em firmeza de reflexões que lembrava a maneira convincente do sermão divino do próprio Cristo. Nunca o ouvi num titubear. Ouvi-o de improviso, em Maceió, quando Presidente do IPASE, entregava, vinte casas, substituindo as que haviam sido soterradas, em inclemente chuvarada: “Acabo de chegar, debaixo das palmas, dádivas dos homens (começou a chover) agora debaixo das chuvas, dádivas de Deus. Aqui cheguei para vos entregar, essas casas, fruto do sacrifício a sacrificados . Mais uma vez por mim, Deus mostra dois de seus grandes poderes: o da exemplificação e o da reparação. O primeiro veio pela chuva, guerra dantesca de um dos elementos que passou por aqui, destruindo tudo. O segundo chegou pela minha vontade, vontade divina, representando o Presidente, General Eurico Dutra, amparando esses necessitados. Vim ver a Cidade Sorriso, no rictus da orfandade, onde bocas retorcidas pedem pão, corpos nus pedem cobertas, desabrigados pedem teto”;

De outra sorte, durante a campanha para deputados, prestávamos no Casino da Lagoa, (ao tempo acadêmico), homenagem ao deputado José Joffilly, que era também, candidato à reeleição. De momento assoma nosso Alcides Carneiro, e, no momento, saudava eu, José Joffilly. Distintamente colocado à mesa, prossegui meu discurso, dizendo: “Estava numa reta, passo a uma paralela. Já que essas encontram-se no finito pelo dizer de Einstein, ao traçar a reta Joffilly, ação, operosidade, patriotismo, e agora a reta Alcides, o verbo, a palavra, o idealismo, façó-as encontrarem-se no finito da consciência política paraibana”.

E, noutra vez, na capital João Pessoa, no bairro de Jaguaribe, vivia de um falso fenômeno, de uma santa que chorava; nisso e por isso, dizia nosso tribuno: “Acabo de chegar de uma casa modesta e simples, que Deus escolheu para

mostrar o sagrado dos milagres. Fui ver uma santa que chora, e, porque chora, os paraibanos estão chamando Nossa Senhora das Lágrimas. Joffilly, só si chora por três motivos: de saudade, de alegria ou de tristeza. De saudade a Santa não chora, porque de saudade só choram os vivos, e ela não mais vive; está na mansuetude divina, numa existência que conquistou passando pela terra. De alegria também não chora, porquanto de alegria chora-se pouco e, quem chora assim, só pode chorar de tristeza. E quem não chora de tristeza, meus jovens, num Brasil assim, de tantos desenganos, destruído em suas bases mais íntimas e mais sólidas?”

Conta-se que, quando ambos deputados (ele e Elpídio de Almeida), na residência deste, recebeu do mesmo a seguinte pergunta: — “Oh! Alcides, pensa o que serias com a estrela de Rui Carneiro”. Redarguiu, o princesense: “— Seria Papa, certamente.”

Foi membro da Academia Carioca de Letras, Delegado de nossa APL, junto à Federação das Academias Brasileiras de Letras do Brasil. Ingressou na Academia Paraibana de Letras, como fundador, na cadeira nº 34, cujo patrono é Pereira da Silva, isso em noite memorável e inesquecível, no dia 03 de Novembro de 1962, onde se terçaram em florins de palavras, ele e o imortal Horácio de Almeida, o Glorioso historiador, o maior estaduano em sua intelectualidade.

Seu recipientário entre outros conceitos, disse: “A Paraíba já ouviu em êxtase o verbo altissonante de seus filhos mais ilustres, como que derramado em cascatas de som. Tanto que, ainda hoje, recorda com emoção e orgulho as vibrações tangidas no espaço pelas vozes potentes de Eliseu César, Castro Pinto, e Eritácio Pessoa. Mas no colorido literário, na lírica da imaginação e na cintilação verbal, nenhum daqueles grandes oradores excedeu ao feiticeiro, que aqui temos, cuja palavra encanta como na arte dos bruxedos. Certa vez, num jantar oferecido por Antônio Galloti a Gilberto Amado, estavam presentes, entre outros: Edmundo da Luz Pinto, Santiago Dantas, Nestor Duarte, Madureira de Pinho, Assis Chateaubriand e Alcides Carneiro. De início, ficou estabelecido que todos falariam ao final do repasto; levantando um brinde de honra ao homenageado, falou Carneiro em primeiro lugar e, ao terminar sua oração, ergueu-se Santiago Dantas e propôs que ninguém mais usasse da palavra, porquanto Alcides havia atingido a perfeição. Quem assim se pronunciou foi esse monstro de inteligência e cultura, que se chama Santiago Dantas. Na sessão de encerramento do Congresso de Promotores, presidida pelo desembargador Manoel Carlos (então Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo), falou Alcides em nome da Paraíba e, ao terminar sua oração, ergueu-se a assistência

para, de pé, aplaudir o orador numa delirante aclamação. O Presidente, chorando, mal pôde articular essas palavras de emoção, ao abraçar Alcides Carneiro: - “Assim, só ouvi o Epitácio”.

Ainda narra, o fundador da APL, no mesmo discurso: “Ainda em São Paulo, num banquete de 800 talheres oferecido, em março de 1960, ao então líder da Maioria, deputado Abelardo Jurema, Alcides Carneiro foi escolhido para, em nome da Paraíba, agradecer a homenagem de São Paulo a seu filho ilustre. Foi um discurso entrecortado de aplausos do começo ao fim, durante 45 minutos. Ao terminar sua oração, a assistência se levantou para aclamá-lo de pé. O então Ministro da Fazenda, Sebastião Paes de Almeida, exclamou: — “Foi o maior orador que já ouvi em toda minha vida”. Abelardo Jurema, ao abraçar o orador, disse: — “Eu recebi o banquete e você as flores”.

E historia, ainda, o gênio de Areia: “De outra feita — e esse fato aconteceu recentemente - pronunciou Alcides Carneiro um discurso na Casa da Paraíba, lá no Rio de Janeiro, o qual provocou de Assis Chateaubriand essa mensagem de aplausos: — “Não tenho maior vocação para ouvir hinos. Mas, aquele que você proferiu no encerramento da primeira Semana Cultural, só dois entes animados poderiam dizê-lo: você é uma patativa paraibana. Pois acredite que encontrei o verbo humano, a corda do coração e a garganta de nosso passarinho, tudo junto, em sua fabulosa oração”.

E aduz ainda, com proficiência: “Infelizmente, como já frisou uma vez Ronald de Carvalho, não há no Brasil uma escola de oradores, nem se pratica por estas bandas do Atlântico a oratória como arte literária, embora perdurem os exemplos dos Nobrega, dos Anchieta, dos Vieira, dos MontAlverne, dos José Bonifácio, o moço, dos José do Patrocínio, dos Tobias Barreto, dos Silveiras Martins, dos Joaquim Nabuco, dos Rui Barbosa, dos Epitácio Pessoa. A essas vozes tão eloqüentes podemos acrescentar, com orgulho de paraibanos, a de Alcides Carneiro... Dessa partilha, os paraibanos não têm o direito de formular queixas. Porque Alcides Carneiro, embora consagrado nos meios intelectuais do País como orador da mais alta reputação, tanto na tribuna parlamentar como em conferência e brindes festivos, é aqui dentro, em sua própria Casa, que nunca deixou de estar presente e onde tem dado a maior porção de sua força mental. Desgraçadamente, essa obra imensa tem sido quase toda de improvisos, que o vento leva. Vem Alcides Carneiro, neste particular, procedendo como um dissipador de talento, um pródigo que está precisando de quem o submeta ao regime da curatela intelectual”.

Não poderíamos, suprimir o quanto diminuimos tão bela recepção, mas,

ao sucedê-lo na Casa de Coriolano de Medeiros, assim expressou seu sucessor, João Lira Filho: “As máximas, as sentenças de efeitos instantâneos, as frases faiscantes, as parêmiat retumbantes são em seus discursos como laços de seda em grinaldas floridas; se alguma Caixa de Pandoras fosse-lhe aberta, fácil seria converter a fonte dos males em dádivas distribuídas à consolação dos aflitos; dir-se-ia que semeava o bem por volúpia, fiel à sentença de muitos conhecida e a poucos familiar: “Quem não vive para servir, não serve para viver”. O sucesso de tribuna repete-se entre o orador fluente e o auditório sensível, conquanto possa viver no tema do discurso e nos efeitos psicológicos do clima”.

Em seu sepultamento disse seu grande amigo e companheiro Ernani Satyro: “Se é certo, como diz a Ciência, que os astros distantes, mesmo depois de apagados, ainda continuam a ser vistos por séculos e séculos, então, por muito tempo ainda, permanecerão as iluminações, as imagens, os pensamentos e as Sentenças que soltaste no mundo. Se é verdade também que todos os sons produzidos na terra se eternizam nos espaços siderais, ou muito além, no infinito, então é certo, igualmente, que lá nesses espaços vibrarão as harmonias de tuas palavras, a sinfonia de tuas orações, a musicalidade de tua voz, ao lado das vozes dos grandes oradores do mundo”.

Tem alguns livros publicados como: DISCURSOS ESCOLHIDOS (1971); AO LONGO DA VIDA (DISCURSOS, 1976) e DISCURSOS EM 14 TEMPOS (1976), além de seu discurso de posse na APL., na cadeira 34: Pereira da Silva (1964) e outros textos e poemas em antologias, jornais e revistas. (IFS).

DISCURSO PRONUNCIADO NA RECEPÇÃO AOS RESTOS MORTAIS DE EPITÁCIO PESSOA NA INAUGURAÇÃO DE SUA CRIPTA NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

Paraibanos, sentido!

Neste instante, volta ao seio materno o pródigo da glória entre um soluço e um silêncio: — o soluço do povo e o silêncio das grandes angústias.

Volta o lidador sem medo e sem mácula. Aquele que recebeu aqui a água santa do batismo, interrompe seu infinito abraço com a eternidade para reclamar a terra sagrada da sepultura.

Nem é preciso lhe desejar que a terra lhe seja leve, pois a terra em que se nasce, é sempre tão leve que a trazemos a vida inteira, sem que nos pese dentro do coração.

Um poeta disse: “Na terra natal a própria dor dói menos”. Mas, se é a terra que sofre, a dor dói muito mais.

Há uma saudade mais acerba do que aquela que sentimos dos ausentes que não podemos ver: é a saudade dos presentes que não podem ser vistos. Epitácio Pessoa está presente e sua pobre terra não pode vê-lo, nem ouvi-lo. Não pode ver seus grandes olhos verdes. Não pode ouvir sua límpida voz metálica, com sonoridade de pássaros cantores. A poderosa, a feiticeira voz que fazia tremer e fazia chorar. E é tão triste este instante que a própria imortalidade, se debruça sobre a Paraíba para consolá-la, pois se há um consolo para uma mãe que vê o filho morto, é ver esse seu filho imortalizado e, ouvir os hinos exaltadores, os hosanas da consagração, ao rebento amado, ao lidador audaz que do ventre lhe saiu na predestinação do mais fecundo dos partos.

Faz de conta que ele está vivo. Faz de conta que ele está aqui, radiante de luz, a trocar ternuras com seus irmãos, a trocar bênçãos com sua terra.

Imagino que, nesta hora, não é um túmulo o que ele busca. Nesta hora, ele transpõe entre palmas o arco do triunfo que a posteridade armou em sua honra. Nesta hora, o adro da Igreja de São Francisco, deste templo lendário - tesouro da fé e santuário da história -, transforma-se num Tabor, onde manam, como eram os varões antigos, como eram os filhos da raça antiga dos valentes.

Mas eu sei que é muito difícil este consolo, como difícil é fazer, em vez de uma oração cheia de entusiasmo, uma oração repassada de tristeza. Entretanto, só podia ser assim numa hora em que o véu da amargura envolve toda a

Paraíba, numa hora em que nesta terra só há um sentimento e uma alma - um sentimento que abate; uma alma que soluça; nesta hora em as patativas entristecem o canto, o vento do Cariri geme a litania da morte e o lamento de todos os corações rola nas vozes de todos os campanários. Só podia ser assim porque sou, pela graças de Deus, paraibano e, por isso mesmo, um sentimental. E o coração dos sentimentais é um imenso oceano sem praia onde as nossas próprias tristezas e amarguras se entrelaçam com as tristezas e as amarguras dos outros num clamor que não tem fim, num soluçar que não acaba nunca.

E esta hora é de tantas angústia, que só um coração paraibano, acostumado ao sofrimento, pode suportá-la. Mas a imaginação, que às vezes é mais forte que a realidade, mais dominadora do que tudo, a imaginação está a segredar-me que é verdade aquilo que outros já disseram: que isto não é uma volta - é uma ressurreição. Sim, é uma ressurreição. Saudoso de esvoaçar nos cimos das cordilheiras nativas, regressa o condor. A águia altívola, cansada dos mais altos remígios, poussa as asas triunfais nos píncaros da terra adorada.

E quero saudar-te, ó águia, na tua volta. Quero falar-te, Eritácio da Silva Pessoa, como se vivo estivesses, e vivo estás na realidade, porque o queremos.

Disse o Augusto poeta, aquele que está tão longe e tão perto, carregado da fantasia do seu engenho e carregado das tristezas do “Engenho Pau d’Arco” disse ele num arroubo de ternura: “Não, Jesus não morreu. Vive na Serra da Borborema, no ar da minha terra”. E nesta hora, num arroubo de ternura fraterna, dizemos também: Não! Eritácio não morreu. Vive onde vive Jesus. Sua voz ressoa nos gorjeios que vêm dos bosques, nos alísios que vêm do mar; ruge nos vendavais que açoitam os cariris; reboia nos contrafortes das serras, quando o raio troveja ao lucilar dos lívidos relâmpagos.

Sim, Eritácio Pessoa, quero falar-te, como se viço fosses. Falar-te em nome de toda a nossa Paraíba. Mas não é preciso que te levantes para ouvir - nós nos ajoelhamos para falar-te. A minha voz, neste instante, não é uma voz solitária, perdida na amplidão do monólogo dos vivos, em louvor de uma sombra, de uma sombra tão reluzente como a claridade das nossas auroras. E em torno dela assomam, nesta hora, mártires e heróis com 400 anos de história escrita com alma e com sangue: - alma de bravos, sangue de paraibanos. E posso ver descendo dos Guararapes as legiões de Negreiros. Piragibe ergue o tacape nos ares; Peregrino rufa os tambores do sacrifício; D. Vital, o bispo jovem e pálido que derrubou a monarquia, desfralda ao vento do passado o mais democrático dos estandartes da terra — a Santa Cruz de Cristo. E nas amêias do forte de Santa

Catarina, os fantasma das lendas heróicas alinham-se para prestar ao século de Eritácio Pessoa a continência dos séculos.

E visualizo, ainda, empunhando o lábaro estremecido da nossa terra, pintando de vermelho e tarjado de luto, a negar a morte, iluminado pelo sol da glória e pela auréola do martírio, o grande sacrificado de 30, teu sobrinho pelo sangue, teu irmão pelo berço, teu companheiro pela imortalidade — João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, eterno símbolo ensangüentado da liberdade do povo brasileiro.

Todos os que não existem, existem agora, mais do que nunca, pelos exemplos que na vida nos deram. Existem nesta hora em que os campos tabajaras, inundados de flores e de lágrimas, recebem os despejos do guerreiro valente.

Eritácio da Silva Pessoa, nós, os vivos, aqui estamos com um gemido no peito e uma grande consolação na alma para te receber em espírito e em exemplo; para receber aquele que foi a maior figura da história republicana do Brasil e que o Brasil arrebatou aos pagos da Paraíba, da nossa mil vezes abençoada Paraíba, onde, como na imagem do tribuno Eliseu César, “até as pedras das ruas são travesseiros de heróis”; da Paraíba que tanto amaste porque ela é pequena como teu corpo, grande como teu destino, imortal como tua glória; esta Paraíba que muito te ama porque muito sofreste e que te embalou e te impeliu às refulgências do triunfo como uma consolação ao pobre órfão, ao menino orfanado aos 8 anos de idade; criança que, em 40 dias, perdeu o pai e a mãe, ficando só neste mundo com seu gênio, sua bravura e sua solidão. E o menino que assim se viu perdido, achou na terra natal seu grande refúgio e, por isso mesmo, fez dessa terra sua grande devoção.

Hoje ele vem pagar à sua terra a última parte de sua dívida de gratidão, entregando o que dele resta às entranhas de onde saiu, como que para consolar a Paraíba, com a sentença de verso de Castro Alves: “Os tûmulo dos teus são-te regações”.

E ele trouxe em sua companhia aquela que foi na vida sua excelsa companheira — D. Mary Saião Pessoa, arcanjo de suas vitórias. Trouxe-a consigo ao coração da Paraíba, porque ele sabe que num coração de mãe há sempre lugar para mais um.

Eritácio Pessoa, aqui está o teu povo que não gosta de baixar os olhos para ver pigmeus, mas gosta de levantar os olhos maravilhosos para contemplar gigantes. E ele está aqui hoje a contemplar um gigante pelo civismo, pelo talento, pela probidade, pela energia sobre-humana; gigante como culto da Justiça, deusa por quem todos deviam ser fanáticos, porque pior do

que um mundo sem liberdade, só um mundo sem justiça. E o velho Aristóteles já dizia: “Maior que a beleza das estrelas da manhã, maior que a beleza das estrelas da tarde, só a beleza que ostentas, ó Justiça”. E foi a Justiça que te deu grandeza, vigor ao espírito e relevo ao caráter; e a inteligência - o brilho; e a Paraíba — a coragem; e a coragem - a audácia; e a política - as posições ; e a diplomacia — a universalidade. Os homens da tua grandeza não passam nunca. Estás atual hoje, Epitácio, como eras há 100 anos, quando nasceste, como eras em toda tua gloriosa vida pública. Com uma diferença: a de que as tuas qualidades teriam realce soberbo porque pertences à raça dos varões antigos, à estirpe que os deuses — por inveja — foram extinguindo. Ou por castigo, porque se presume que os deuses não podem invejar os homens.

Ah! Epitácio como serias bem-vindo, nesta hora, a este País, a uma geração que viu uma guerra e que verá outra; geração a quem prometem 1000 anos de paz e esses 1000 anos estão mingando como milagre às avessas; uma geração que viu a queda e a ascensão de tiranias sufocantes, uma geração que vem oscilando entre a mais elevada e exaltadora confiança e o amargo constrangimento das decepções; uma geração para a qual já são remotos os gemidos dos escravos, e ainda vê escravos que nem podem gemer; uma geração que ama, acima de tudo, a liberdade, a justiça social e a dignidade da pessoa humana e que anseia por homens de tua tempera, dotados da fé dos apóstolos e da energia dos guerreiros; homens que se condenem ao trabalho forçado pela felicidade dos seus semelhantes; homens que tenham a coragem de traçar rumos e marchar para frente com esses rumos, ajudando a humanidade e ajudando a Deus, porque Deus anda tão ocupado em guiar os que marcham que não lhe sobra tempo para assistir aos que se detêm.

Ah! Epitácio Pessoa como serias bem-vindo! Não seria a volta de um homem à humanidade; seria a ascensão da humanidade às culminâncias. E essa geração está representada pela mocidade da Paraíba, que não veio aqui para receber um candidato carregado de promessas, nem um desses falsos ídolos que a mistificação cria e a publicidade enfeita: nem tão pouco um desses apócrifos condutores de massas que fingem levar o povo para onde o povo quer, mas acabam levando o povo para onde eles querem e eles querem sempre aquilo que o povo não deseja. A mocidade está aqui para reverenciar a memória do maior de todos os paraibanos. A mocidade está aqui para ver as coisas mais raras do mundo nos dias que correm, um exemplo de homem. E a mocidade precisa de exemplos. Vede, pois, moços da Paraíba, o maior, o mais

alto, o mais nobre, o mais luminoso de todos os exemplos: o de um pobre órfão que, por seu talento e virtudes, chegou aos pináculos da glória. O de um filho desta terra pequenina, pobre e humilde que fez dessa humildade e dessa pobreza um pedestal e dele gritou como no verso do vate condoreiro. “Eu sou pequeno mas só fito os Andes”.

Aqui está, como exemplo, um paraibano que chegou à Presidência da República e que foi o único, em toda a história republicana, a receber o título de Cidadão Benemérito da Pátria; aqui está aquele que tinha o direito de dizer: Eu não devo tudo a ninguém, mas que fazia questão de declarar: “Eu devo tudo à Paraíba”. Aqui está o único brasileiro com o direito de repetir a jactância de Napoleão: “Eu dilatei os limites da glória!”

Aqui está, senhores, acima de tudo um jurista, um advogado, um magistrado, estrênuo defensor da lei, homem para quem o direito era o que devia ser para todos: o evangelho de uma religião espontânea que une e proteja todas as criaturas.

Aqui está, mocidade, aquele que sonhou o sonho generoso da redenção do Nordeste e teve o dissabor de ver esse sonho interrompido por outros que não tiveram olhos para ver a nossa tragédia secular, o martírio do nosso povo. “O que olhos não vêem coração não sente”. Eles não viram, pois não sentiram. Não viram nas estradas sem fim, sob um céu impassível e um sol assassino, a procissão dos espectros pedindo pão e água à terra esbraseada e esta a ofertar-lhes um dedo de poeira como sepultura. Não viram bocas sedentas mordendo as fontes secas. Não viram crianças famintas sugando a miragem de um seio. Não viram o direito de viver negado a milhões de brasileiros, não pela natureza que dá tudo, mas por desalmados que tudo negam. Nada viram nem sentiram porque os homens que governam o país não sabiam o que estavam governando, não conheciam os seus problemas, suas misérias e sua fome, sobretudo a fome, por que se algum deles um dia deixou de jantar há de ter sido para curar uma indisposição do almoço.

Aqui está, paraibanos, Eptácio Pessoa, o forte, o justo e inflexível, o autêntico, o paraibaníssimo Eptácio Pessoa. Carreguemo-lo nos ombros; carreguemo-lo no coração pelo muito que ele pecou por amor — seu amor desvairado à Paraíba. Carreguemo-lo na consciência pelo muito que ele pecou por orgulho — seu desmedido orgulho de ser paraibano. Carreguemos nos ombros o valente que viveu 77 anos com uma carta de valente que nenhum valente rasgou.

Eptácio Pessoa, aqui está o teu povo dócil e temível. Povo que traz na

alma o rugido dos leões e o balido dos cordeiros. Povo que expulsou invasores e derrubou tiranias. Teu irmão pelo berço, pela crença e pelo ideal - povo de João Pessoa, o povo de tua terra. Aqui está, Epitácio, a tua terra pequenina, fremente, meiga, bela, gentil. A doce feiticeira do Cabo Branco. Aqui está a Paraíba pequenina, fecunda, gloriosa, imortal, terra brava e mansa, ríspida e serena, tranqüila e arrogante, alucinada, doida varrida nas horas de luta, suave e mansa nas horas de paz. Ela te promete nesta hora, Epitácio, que guardará os teus restos amorosamente por toda a eternidade. E se, em noites silenciosas, ouvires toadas estranhas, não te inquietes. Quase disse não te assuste, mas não se pode falar em susto a quem não conheceu o medo. Não te inquietes, pobre órfão de Umbuzeiro, criança afagada por beijos de estranhos. Não te inquietes porque será, decerto o flabelar das palmeiras, junto com os suspiros do mar cantando em surdina para embalar-te, canção de acalanto na serenata do adeus. Ou será o vento dos Cariris que veio gemendo, sacudindo cascalhos, destranchando cipós, abanar o menino que ele viu nascer.

Epitácio da Silva Pessoa, termino o monólogo dos vivos em louvar da tua sombra. Termino a oração que proferi com o coração chorando e o teu povo ouviu em soluços. Mas não é preciso que respondas. Nós sabemos o que dirias se pudesses responder. Repetirias o que disseste na hora de tua morte: “Eu quero Deus. Eu quero Deus e a Paraíba”.

TORTURAÇÃO SERTANEJA SOB O FLAGELO DAS SECAS

DISCURSO PARLAMENTAR

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Nesta hora, ao ocupar a tribuna para falar do sofrimento, para exprimir a revolta dos meus irmãos paraibanos, dos meus irmãos nordestinos, não vejo partido, nem chefe, nem conveniência, nem compromissos; nesta hora, sou simplesmente representante de um povo que está morrendo de fome, de um povo que está em luta com um inimigo que ele não vê, a quem não pode combater a quem não pode sequer odiar.

Impossível imaginar-se mais terrível drama, mais atroz desespero. Mas a dura realidade é que os filhos da raça antiga dos valentes, aqueles que expulsaram invasores, que dilataram fronteiras, que desbravaram infernos, encham, hoje, no Nordeste as estradas sem fim, a carregar restos de corpos para um fim bem próximo.

Cadáveres sem conta pontilham já as estradas empoeiradas e mostram os dentes ao sol num derradeiro protesto; e não lhes dão sequer uma cova por piedade, pois os que morrem de fome e de sede pouco têm o que enterrar, mesmo porque o coveiro piedoso é menos apressado do que o corvo voraz.

São homens que assim se extinguem tão cedo, porque nem tarde se lembraram deles; são crianças que, mal começam a viver, começam a morrer; velhos que, ao fim de tudo, um destino feroz lhes nega o último consolo: o consolo de morrer de velho.

Sr. Presidente, não merece o nome de brasileiro, nem a qualidade de cristão, quem pensar que há nesse quadro sinistro exagero ou fantasia.

Podeis crer, Srs. Deputados, como se estivésseis ouvindo os gemidos dos moribundos e os gritos dos desesperados. Crede que desgraçadamente nesta hora se está extinguindo, na pior das mortes, o cerne da nacionalidade. (Muito bem).

Eis por que, Sr. Presidente, a idéia do Bravo Deputado Armando Falcão, representante do Ceará, o Estado mais atingido pelo flagelo, de se estabelecer o estado de emergência para todo o Nordeste, foi acolhida com tanto entusiasmo pelos representantes nordestinos, cada um disputando a graça de um sacrifício pela sua terra.

Mas nós não queremos que essa campanha sagrada, que já começou dentro

e fora do Parlamento, seja apenas uma campanha de nordestinos. Desejamos que ela empolgue os brasileiros, de todos os quadrantes, cuja solidariedade afetiva nós nesta hora, invocamos como irmãos que sempre fomos, acostumados a dividir meio a meio as alegrias e as tristezas com a concha do coração, que é a mais exata de todas as medidas.

O SR. FLORES DA CUNHA - Sabe V. Exa. que, de mim, humildemente, declaro ser integralmente solidário com a representação nordestina, e não há o que eu não faça em favor dos nossos irmãos flagelados.

O SR. ALCIDES CARNEIRO - Muito Obrigado.

O SR. DIOCLÉCIO DUARTE — Tem V. Ex.a. toda razão quando afirma ser essa campanha não apenas regional, mas de âmbito nacional. No momento, mais do que nos anos anteriores, o Nordeste representa a maior defesa do continente americano; sem o Nordeste não pode haver tranqüilidade, nem paz no hemisfério ocidental, muito menos no Brasil.

O SR. ALCIDES CARNEIRO — Não pode ser, como diz o nobre Deputado, apenas uma campanha regional, tampouco campanha e nisto devemos empenhar toda a nossa vontade - que se encerre quando caírem as primeiras chuvas, quando os primeiros pendões tremularem nos canaviais verdoengos. Não. Ela deve ser uma campanha que vise um vasto plano, plano permanente de obras com o objetivo de afastar de vez o eterno martírio que, constantemente, nos espreita, não se sabe nunca donde vem, nem quando acabará.

Nós, nordestinos, sabemos qual o nosso grande inimigo, qual a causa desse infortúnio que, vez por outra, nos atormenta: é a falta de continuidade na ação do Governo ao atacar esse problema, que não é apenas regional (Muito bem) porque afeta o País inteiro, atingindo em cheio a sua economia e retardando o seu progresso.

O SR. RUI SANTOS — Realmente, é isto que se dá: quando se clama contra as secas, o Ministro da Viação inicia a elaboração de um plano de emergência. Antes, porém, que o papelório chegue na Fazenda requisitando dinheiro, caem as primeiras chuvas, e então suspendem-se todas as providências, continuando o Nordeste inteiramente esquecido do Governo Federal. (Muito bem).

O SR. ALCIDES CARNEIRO — Mas não é só o Governo responsável por tudo isso, por sua omissão ou por seu descaso. Nós, nordestinos, também somos responsáveis, porque, se de um lado, costumamos guardar os agravos, por outro, esquecemos facilmente os sofrimentos.

Acresce que, com o nosso sentimentalismo exagerado, não sabemos rece-

ber em silêncio nenhuma dádiva, nenhum auxílio, venha de onde vier. Eis que uma estiagem se manifesta mais longa: os Governos estaduais reclamam, os Deputados gritam, o povo esperneia e os auxílios vão chegando. Mas tão logo cessa a estiagem e, então, começam a se desenrolar, interminavelmente, os novelos de louvores e agradecimentos.

O SR. RUI SANTOS — Por uma simples migalha recebida.

O SR. ALCIDES CARNEIRO — É o “salvador” para aqui, é o “benemérito” para ali, é o “benfeitor” para acolá. E os homens de Governo, que, em geral, não conhecem o Nordeste nem os seus problemas na sua extensão e na sua profundidade, recebem esse cântico de louvores e essa nuvem de incenso como quitação plena e geral: consideram a dificuldade definitiva e gloriosamente superada, cruzam os braços e vão cuidar de outras coisas..

O SR. DIOCLÉCIO DUARTE — É que, infelizmente, nós brasileiros, e particularmente nós, nordestinos, nos preocupamos muito mais com a discussões superficiais da política regional do que com a solução dos grandes problemas nacionais. Passamos a nossa vida a discutir na planície, enquanto os homens de maior responsabilidade esgotam o tempo em discussões estéreis, fora inteiramente da realidade nacional. Se os representantes do Nordeste não parassem de reclamar, conseguiriam a solução dos problemas, cujas discussões não são de hoje, mas vêm de cem anos, ou melhor, desde que José Bonifácio estabeleceu a Independência, em nossa Pátria.

O SR. ALCIDES CARNEIRO — Mas desta vez não vamos permitir que eles tratem de outra coisa, antes de resolver o nosso máximo problema. Sabemos que no Brasil não há solução natural para coisa alguma.

O SR. ARMANDO FONTES — Permita-me V. Ex.a. retificar, em parte, as palavras do nobre Deputado Dioclécio Duarte, ao dizer que os políticos brasileiros não se têm preocupado a fundo com o problema da seca do Nordeste. Lembraria a S. Ex.a. que na Constituinte de 46 o assunto foi muito discutido e bem cuidado, tanto assim que pusemos um dispositivo na Constituição determinando que 3% das rendas tributárias nacionais sejam destinadas ao combate à seca do Nordeste.

O SR. DIOCLÉCIO DUARTE — Mas não tem sido cumprido.

O SR. ARMANDO FONTES — Ah! bem, que não tem sido cumprido. A responsabilidade fica com os governantes, com os que têm o Poder Executivo, porque nós, o máximo que podemos fazer é a lei.

O SR. DIOCLÉCIO DUARTE — Respondo ao esclarecimento que pretendeu dar o nobre deputado Armando Fontes, ilustre representante de Sergipe. Não

basta fazer-se Constituição, não basta proferirem-se discursos. É necessário que se cumpra a Constituição, para que ela seja uma realidade.

O SR. RUI SANTOS — É este o nosso dever.

O SR. ARNALDO CERDEIRA — Pediria licença para um aparte.

O SR. ALCIDES CARNEIRO — Pois não.

O SR. ARNALDO CERDEIRA — Venho acompanhando com toda a atenção o quadro que V. Ex.a. descreve da seca e dos horrores por que passa o Nordeste. Devo confessar a V. Ex.a. que já havia sido despertada minha atenção pelo noticiário vasto da imprensa nacional. Associei-me em nome de São Paulo - e posso dizer mesmo em nome de todos os brasileiros do Sul - à dor, à desolação e ao martírio que afligem, neste instante, os nossos irmãos daquelas regiões. Devo, entretanto, confessar a V. Ex.a. que minha declaração seria desnecessária, pois os representantes do Sul jamais negaram seu voto, seu apoio e sua colaboração a toda obra, a toda lei, a todo gesto que significasse solidariedade humana, sobretudo aos nossos irmãos do Nordeste. Devo declarar a V. Ex.a. também, que não é hora de discutirmos a quem cabe a culpa, pois esta Casa sempre esteve a postos quando se tratava de estudar problemas relativos ao Nordeste e votou, consciente e sabiamente, as medidas para procurar aliviar os males que são quase que periódicos naquela região do País. Diz V. Ex.a., com muito acerto, que, passado o flagelo, esquecem-se do prosseguimento das medidas. O que devemos exigir do Governo é que tenha sempre presente que o dia de amanhã pode ser a repetição do dia de ontem e que o dia de amanhã pode ser a reprodução do dia de hoje; portanto, as leis não devem ser votadas para serem esquecidas ou não cumpridas. E, ainda nesta batalha, para que o Governo cumpra as leis do país, V. Ex.a. há de ter os Deputados do Sul, como os do Nordeste.

O SR. ALCIDES CARNEIRO — Agradeço a colaboração de V. Ex.a.

O SR. PARAÍLIO BORBA — O Paraná, que sempre se fez presente nos momentos de dor e de tristeza do Nordeste brasileiro, estará presente novamente, ao lado dos Deputados nordestinos, para apoiar as medidas tendentes a, pelo menos, mitigar o sofrimento desses brasileiros, bem dignos de melhor sorte.

O SR. ALCIDES CARNEIRO — Agradeço a solidariedade dos nobres Deputados. Mas devo dizer ao Deputado Arnaldo Cerdeira que nós, nordestinos, que sofremos os horrores da seca, temos o direito de discutir a quem cabe a culpa dos nossos tormentos.

O SR. ARNALDO CERDEIRA — V. Ex.a. me perdoe. Não quero tirar nem uma pequena parte da solidariedade que trouxe ao Nordeste na pessoa de

tão nobre e ilustre representante nesta Casa. Não foi intenção minha focalizar sob este ângulo o problema, pois acho que é dever, não só do Deputado do Nordeste, mas de todos os representantes do Brasil apurar responsabilidades de poder público. O que desejaria ficasse bem claro é que meu aparte objetivou apenas medidas práticas, rápidas e necessárias, contra a calamidade. E devemos, até — vou mais longe — indagar, investigar e apontar à opinião pública os responsáveis pela negligência — se negligência houve — para que se saiba quais os responsáveis pelo sofrimento dos nossos irmãos nordestinos.

O SR. ALCIDES CARNEIRO — Dizia, meus senhores, que não há, no nosso país, solução natural para coisa alguma. A teoria do “deixa como está para ver como fica” traz invariavelmente o selo da eternidade. As soluções para os difíceis problemas nós temos de forçá-las, nós temos de arrancá-las sob pressão. Temos disso vários exemplos e recentes. Diziam que não havia recursos para o Código de Vantagens dos Militares. Os militares nem sequer descruzaram os braços e os recursos apareceram. Disseram que não havia recursos para dar aumento ao funcionalismo; que tudo estava esgotado. O Ministro da Fazenda declarou que preferia sair. Mas a necessidade, que é boa e má conselheira, cochichou ao ouvido do funcionalismo: o funcionalismo foi empurrado para as ruas pelas necessidades e acabou conseguindo o abono e as gratificações adicionais. Os recursos apareceram, porque era justo que aparecesse. E o Ministro da Fazenda preferiu ficar.

O SR. DIACLÉCIO DUARTE — Quando há máquina para fabricar dinheiro, há sempre recursos. A inflação traz a desgraça para o povo, e o povo, inadequadamente, agradece àqueles que lhe fizeram o malefício.

O SR. ALCIDES CARNEIRO — É outro assunto. E sorte que o Deputado Baileiro não esteja presente, porque, se estivesse, pegava esse fio e ia longe... (Riso).

O SR. RUI SANTOS — E agradeceram a aliança.

O SR. DIACLÉCIO DUARTE — E a observação dos fatos.

O SR. ALCIDES CARNEIRO — O que quero dizer é que se tudo neste país só se consegue sob pressão, porque nós, nortistas, não fazemos pressão para resolver nossos problemas vitais? — Por que temos de ficar, eternamente, aguardando a benemerência de uma esmola, ganha com o nosso suor e cunhada com o nosso esforço?

NÃO SRS. DEPUTADOS — Deputados do Nordeste, Deputados do Brasil! Vamos aproveitar a hora que passa. Aproveitemo-la para redimir, de vez, nossa

gente, aquela gente sobre a qual pesa a mais terrível de todas as desgraças: “a desgraça de não ter o que comer na Terra de Canaã!”.

Aproveitemos esta hora para expulsar, definitivamente, a fome de nossos lares, a desolação de nossas terras generosas! Contamos, para isso, com todos os brasileiros — os brasileiros de sentimentos, os brasileiros de boa vontade.

Que venham todos para nos ajudar, para colaborar conosco! Que venha, em primeiro lugar, o Ministro da Fazenda, Sr. Horácio Láfer, homem que nasceu com a vocação insopitável de juntar dinheiro, que tem sempre um sorriso de alegria quando o dinheiro entra e um sorriso amargo quando o dinheiro sai! Que venha o Sr. Horácio Láfer, com o grande peso da responsabilidade que tem no drama do Nordeste, porque foi S. Ex.a., prendendo nossas verbas, que oficializou, no Nordeste, o calote, a agiotagem, o fiado: que estimulou a exportação e encareceu consequentemente, as obras! Mas, ainda é tempo de S. Ex.a. se redimir, de se reabilitar, ajudando os nordestinos. É conselho que lhe dou se algum dia pretende ir às terras do Nordeste e de voltar em paz.

O SR. MANOEL NOVAES — O Sr. Ministro Horácio Láfer, da última vez em que o interpelámos nesta Casa, foi por mim criticado atribuindo ao Ministério da Fazenda a responsabilidade pelo êxodo crescente daquelas populações rurais. O fato é conhecido. Ainda mais notável: na ocasião — eram 11 horas da noite, — S. Ex.a., impossibilitado de se defender da ocasião a mais grave, talvez, feita na oportunidade, foi defendido, neste plenário, por Deputados do Nordeste, que contestavam minha afirmação. Hoje, com satisfação, entro nesta Casa e ouço de um orador, de um deputado da envergadura de V. Ex.a., elemento dos mais cultos e respeitáveis da representação daquela Zona, essas palavras de condenação, palavras que, ainda ontem, a imprensa do Brasil inteiro divulgava através, da entrevista, da carta e do pedido de demissão do Coronel Severino Sombra, ao deixar a Comissão Executiva da CAN, para apontar ao país o Sr. Ministro da Fazenda como responsável pela maior desgraça jamais tombada sobre o Nordeste brasileiro. Estou inteiramente solidário com V. Ex.a., pois a Bahia, de certo tempo para cá afastada do Nordeste embora continue fazendo parte integrante do Polígono das Secas, para o qual concorre com uma área de 40%, sobre os rigores do clima e ainda é ignorada. Estou esperando que o senhor Ministro da Agricultura, incumbido de ir ao Nordeste verificar a tragédia vivida pelo povo daquela região, vá ao meu Estado. Se S. Ex.a., não for também à Bahia, voltarei à tribuna desta Casa para denunciar, mais uma vez, a atitude criminosa e atentatória aos nossos interesses assumidos por certos delegados do Governo no momento

em que o povo do Nordeste e do Polígono das Secas atravessa a maior provação de sua história. Pede-me V. Ex.a. a extensão do aparte.

O SR. ROBERTO MORENA — Nobre Deputado Alcides Carneiro, estou ouvindo o discurso de V. Ex.a. com atenção. V. Ex.a. chega à conclusão de que o Sr. Ministro Horácio Láfer está guardando dinheiro. A afirmação me preocupa muito, porque, em geral, se diz que não há dinheiro. Temos recebido várias reclamações de autarquias, de Ministérios etc..., de que não se paga o abono de emergência por falta de dinheiro. O Ministro, mesmo, declarou que não podia dar o abono por não haver recursos. Dessa maneira, só posso adiantar que nosso dinheiro esteja sendo guardado no Tesouro dos Estados Unidos, o único lugar, parece, apropriado para se depositar nosso lastro ouro. Esse dinheiro, penso, não está bem nos Estados Unidos, nas circunstâncias como está. Minha afirmação não tem caráter político, mas patriótico: se nosso dinheiro fosse empregado adequadamente, não chegaríamos à semelhante situação. Visitei o Nordeste e sou testemunha dos horrores por que passam suas populações, algo realmente doloroso para o povo brasileiro. A solução do problema não é esta de se enviar para o Nordeste navios carregados de mantimentos. Como medida de emergência, é ela muito justa, muito boa. Injusto é nos queixarmos de Deus, por não ter feito chover. A Ciência moderna permite a solução definitiva do problema. Não é hora de estarmos apelando para Deus e voltendo os olhos para o céu, mas de fazer com que o dinheiro do Brasil seja aplicado em favor dos nossos irmãos nordestinos, que, pelo seu trabalho, merecem toda a assistência.

O SR. ALCIDES CARNEIRO — Sr. Presidente responderei ao ilustre Deputado Manoel Novais.

Ninguém mais do que eu desejou, por simpatia, absolver o Ministro Horácio Láfer. Aconteceu, porém, que, no fim do ano passado, estive na Paraíba e, visitando a Comissão de Abastecimento do Nordeste, verifiquei que presta relevantes serviços ao Estado. A Assembléia Legislativa, por unanimidade, recomendou-me ao voltar que procurasse o Ministro Horácio Láfer e conseguisse de S. Ex.a. a revogação da ordem cerceadora dos recursos destinados àquela Comissão. Achava-me, inocentemente, preparado para tentar a façanha, quando deparei com o Ministro João Cleófas, que me disse: — “O Ministro da Fazenda acaba de negar o crédito de Cr\$ 20.000.000,00 por mim solicitado para adquirir sementes”.

O SR. ARNALDO CERDEIRA — permita V. Ex.a. preste eu um depoimento. V. Ex.a. deve compreender, desde agora, minha razão, quando dizia diante de quadro tão doloroso de sofrimento de nossos irmãos nordestinos, que talvez

fosse melhor não focalizarmos as responsabilidades de cada um nesta hora, cruciante, deixando para fazê-lo mais tarde. Já V. Ex.a. vê que a hora não é oportuna. Porque nos perdemos em divagações quando a culpa é do Governo, de um governo em que o Presidente da República tem influência decisiva sobre seus Ministros? Relato a V. Ex.a. que, há dois anos, quando no Nordeste se verificava fenômeno semelhante, passava eu minhas férias em determinado lugar de São Paulo e lá fui procurado pelo Sr. Roberto Alves, Secretário do Sr. Presidente da República, que me solicitava o meu apoio, o meu concurso, numa Quinta e na Sexta-feira Santa daquele ano, para que mandássemos de avião ao Nordeste e por navios que aportavam a Santos, alguns gêneros a fim de mitigar as necessidades cruciantes daqueles nossos irmãos. E os telefonemas passaram então por cima dos Ministérios, indo diretas ao Sr. Ricardo Jafet, então Presidente do Banco da Brasil, que se encontrava, como eu, naquela estação de veraneio. Não se consultou nenhum Ministro, não se deu nenhuma ordem aos Ministérios, não se perguntou quais as verbas existentes para assistir, naquela hora cruciante, com soluções do atual Governo, as necessidades do povo nordestino. Portanto, será melhor, Srs. Deputados, de agora em diante, falarmos do Governo como um todo homogêneo, que deve estar a postos, alerta, para zelar necessidades brasileiras, que não devem ser resolvidas por soluções de emergência, mas sobretudo, com honestidade, com fidelidade, com critério, cumprindo as leis que, segundo aqui se diz não estão sendo cumpridas.

O SR. ALCIDES CARNEIRO — Acolho com prazer a sugestão do nobre colega e encerro o debate sobre o Ministro Horácio Láfer pedindo aos Srs. Deputados que não mais me aparteiem, pois disponho apenas de oito minutos.

Tenho, agora, Sr. Presidente, a intenção de responder a uma frase que ouvi do Ministro Horácio Láfer, na última visita que lhe fizemos. A bancada do PSD da coligação foi incorporada ao Gabinete do Ministro da Fazenda levando à frente um homem que valia um exército, de jornais, de revistas, de rádios e de televisão: O Sr. Assis Chateaubriand. Íamos, nessa expedição poderosíssima, para conseguir — o que? — a quantia “fabulosa” de dois milhões de cruzeiros!

O Sr. Chateaubriand falou e o Ministro, antes de aquiescer, conversou muito, valorizou o mais que pôde o “donativo” e proferiu estas palavras: “Os nordestinos estão sempre gritando. A gente dá e eles continuam gritando”.

Disse isso num tom de que não gostei de modo algum, mas tive de agüentar calado, porque a má-criação de momentos poderia prejudicar aquela solução que iria beneficiar minha terra. Agora, porém, respondo: — “Ministro Láfer: os nordes-

tininos gritam porque precisam. E não param de gritar porque estão precisando sempre. Pois fique sabendo, Sr. Ministro da Fazenda: os Nordestinos continuarão gritando, gritando até que esses gritos ressoem mais alto aos seus ouvidos de que o tinir de moedas”. (Muito bem).

Que venham a nós todos os que nos pretendam auxiliar! O Sr. Ministro da Viação, que é homem de bem, técnico de excepcional valor, basta que tome como exemplo nesta emergência José Américo na seca de 1932.

O SR. MANOEL NOVAIS — Muito bem.

O SR. ALCIDES CARNEIRO — Que venha também ajudar-nos o Sr. Ministro Negrão de Lima, responsável pela segurança pública e pelo bem estar social. Se S. Ex.a anda, como parece, à procura de uma tarefa fecunda, à altura de sua capacidade e de sua inteligência, eis aí um trabalho capaz de encher uma vida e recomendar um Governo. Formar elites e renovar elites, neste País, ninguém o pode fazer sem se lembrar do povo nordestino. E o povo nordestino está hoje morrendo de fome! Não se pode formar, nem renovar elites, amanhã, com os defuntos de hoje!

Nesta hora, não deve haver lugar, nem tempo, nem lazer, para outras campanhas, que todas são úteis, mas podem esperar. Insistir nesta hora numa pregação qualquer, que prometa ou que intimide, pode entoar muito bem nos ouvidos daqueles que superlotam os restaurantes de luxo do Rio de Janeiro, mas soam como ironia mortal aos ouvidos daqueles que hoje estão comendo raiz de macambira nas caatingas do Nordeste. (Muito bem. Palmas).

Que venha em nosso auxílio o Senador Assis Chateaubriand, que não é Senador pelo Brasil, como muitos dizem para adulá-lo, mas simplesmente Senador pela Paraíba, a Paraíba que hoje reclama o seu prestígio, reclama o seu auxílio, reclama o seu trabalho, para atenuar-lhe as aflições, as necessidades, os sofrimentos de mãe pobre!

O gigante que fez sozinho a Campanha Nacional de Aviação, que fez a Campanha Nacional de Redenção da Criança, deve fazer, agora, a Campanha da Redenção Nordestina. É a única que não pode esperar. Ninguém morrerá se faltar um Botticelli ou um Renoir nas galerias do Museu de Arte de São Paulo, todavia muitos morrerão se faltar pão, se faltar serviços, mais um dia, na terra predileta do martírio! (Palmas).

Senhores Deputados: já é tempo dos nordestinos deixarem de pedir esmolas pelo amor de Deus! Então, o nosso amor não chega para os arrancar de tanto opróbrio e de tanta humilhação, para quebrar-lhes as cadeias forjadas em cem anos de submissão e conformismo? Se não chega, Senhores Deputados, então, somos nós, os seus representantes, que devemos ser condenados a morrer de fome — não eles! (Muito bem. Palmas prolongadas. O orador é vivamente cumprimentado).



José Américo de Almeida

*J*osé Américo de Almeida nascido no Engenho Olho D'água em Areia, originalmente Sertão de Bruxaxá, região encravada na encosta oriental da Borborema em 10 de Janeiro de 1887, falecido em 10 de Março 1980, em Tambaú, na Avenida Cabo Branco em João Pessoa, casa onde hoje é seu Museu e Memorial na Fundação Casa José Américo de Almeida. Filho de Inácio Augusto de Almeida e Josefa Leal de Almeida, ambos de tradicionais famílias areienses, destacadas pela dedicação às letras, às artes e à política.

Ali, também, repousam seus restos mortais e de sua amantíssima esposa D. Anna Alice de Azevedo Melo de Almeida, em belo e expressivo monumento imperecível à sua glória, onde, neste seu jazigo, inscreveu-se o seguinte epitáfio, retirado de um de seus discursos) na campanha de cinquenta no Parque Solon de Lucena. “Minha Paraíba amada: vi tantas coisa grandes e mesquinhas, vi o bem e o mal, vi ascensões e vi abismos. Agora, só quero ver-te a ti. Só quero o regaço maternal que será depois de tantas lutas, meu final e doce repouso”.

Assim diz Virgínius da Gama e Mello: “Como José Lins do Rego, José Américo também é menino de engenho, diferindo porém, de região: enquanto o primeiro é da várzea do Paraíba, onde se estabelecera um resíduo da aristocracia rural de Pernambuco, ele é da zona do Brejo, numa área mais pobre, vincu-

lada à produção de rapadura. “José Américo de Almeida, vislumbra o realce tribúncio, ligando-se ao fulgor verbal desses seus predecessores, perorando evolutivamente das praças aos cenáculos do Congresso, ao solene da imortalidade acadêmica, inscrevendo nas lutas polêmicas o delírio embevecido da massa, nos entrechoques político-partidários desde trinta, atravessando a era cinquentista. Teve a felicidade de ter longevidade proveitosa, para eternizar-se em suas produções literárias de orador e de escritor”.

Sua vida e carreira política e intelectual foi brilhante; matriculou-se na Faculdade de Direito do Recife, bacharelando-se em 1908. Foi Promotor da Comarca de Sousa, Consultor Jurídico do Estado, advogado militante. Em 1929 foi eleito Deputado Federal por grande maioria, tendo sido deputado. Foi Secretário-Geral, Secretário do Interior e Justiça e Secretário da Segurança Pública no governo de João Pessoa.

Vitoriosa a Revolução de 1930, ocupou o posto de Interventor no Estado, tendo sido aclamado também Chefe do Governo Provisório do Nordeste, até a posse de Getúlio Vargas, quando passou a exercer o cargo de Ministro da Viação e Obras Públicas, de 1930 a 1934. Deixando o Ministério foi nomeado Embaixador junto ao Vaticano, posto que não chegou a assumir por ter renunciado. Foi, então, eleito Senador da República. Tendo renunciado ao mandato três meses depois da posse, foi nomeado Ministro do Tribunal de Contas. Em 1937 foi candidato à Presidência da República, competindo com Armando de Sales Oliveira. O golpe de Estado impediu a eleição.

Em 1946 foi eleito Senador da República, sendo escolhido presidente da União Democrática Nacional (UDN). Candidato a Vice-presidente da República pelo voto indireto, não foi eleito por pequena margem em favor do seu competidor Nereu Ramos. Em 1950 foi eleito Governador da Paraíba. Foi fundador, Reitor da Universidade Federal da Paraíba, daí ter recebido então o título de “Doutor Honoris Causa”.

É muito difícil conter breve notícia de paraibano tão notável, nordestino tão grandioso e brasileiro tão maiúsculo. Tentaremos a síntese tão impossível. Sobre ele referiram Tristão de Athayde (Alceu de Amoroso Lima) inclusive, recebendo-o na Academia Brasileira de Letras, Oswaldo Aranha, Juracy Magalhães, José Lins do Rego, José Vieira, Josué de Castro, Juarez Batista, Lúcia Miguel Pereira, Virgínius da Gama e Melo, Luís Delgado, Humberto de Campos, Plínio Salgado, Oliveiros Litrento, Eduardo Campos, Ernani Satyro, Antônio Carlos Vilela, Getúlio Vargas, M. Cavalcanti Proença, João Ribeiro, Jackson de Figueiredo, Adonias Filho, Olívio Montenegro, David Nasser, Jean Orec-

chioni, Medeiros e Albuquerque, Wilson Martins, Nestor Victor, Gilberto Freyre, Graça Aranha, Coriolano de Medeiros, Guimarães Rosa, Horácio de Almeida, Juarez Távora, Homero Senna e, finalmente, Ariano Suassuna.

Obras do autor:

Reflexos de Uma Cabra (Memórias); A Paraíba e Seus Problemas, vigamestra, livro exemplar pela amplitude da pesquisa, pela correção metodológica, pela capacidade crítica, pela informação bibliográfica, pelo uso das fontes, estudando a terra, o clima, as secas, a história política administrativa, os dois problemas básicos, a distância e a água, o estudo antropológico, e o econômico. Ponto de partida básico, para o conhecimento e interpretação dos grandes temas do Nordeste; A Bagaceira, Romance Regional, que dividiu a ficção deste século em duas fases distintas, o antes e o depois, completando em seguida o ciclo de seus romances com Boqueirão e Coiteiros; O Ministério da Viação no Governo Provisório (relatório); O Ciclo Revolucionário no Ministério da Viação, segundo ele: “Embora redações técnicas que não lhe fugiram à pena de escritor”; As Secas do Nordeste, Exposição e Debates na Câmara Federal; Ocasos de Sangue, crônicas, onde narra emocionado com colorido lírico, três episódios trágicos inclusive o suicídio de Gétulio; ainda, crônica: Sem Rir, Sem Chorar, episódios de passagens políticas de sua vida em tom de história e perfis.

Como orador publica: Discursos de seu Tempo, A Palavra e o Tempo, Ninguém se Perde na Volta, O Ano do Nego, Eu e Eles, Antes Que Me Esqueça, obra que lhe valeu o prêmio Juca Pato pela (UBE).

Como poeta bissexto em 1975, lançou seu único livro de poesias: Quarto Minguate e que, segundo o crítico literário Hildeberto Barbosa Filho “sem possuir a força vulcânica e a vibração dramática da ficção americista”. Publicou ainda a conferência: Graça Aranha - o Doutrinador.

Ocupou, na Academia Paraibana de Letras, a Cadeira nº 35 destinada a Raul Machado. Seu maior coroamento literário foi ingressar na Academia Brasileira de Letras, na cadeira patronada por Tobias Barreto; recebeu-o Alceu de Amoroso Lima perorando: “Ao sussurro dos coqueiros que embalam, a noite o vosso sono, e o marulho das ondas que vêm beijar, na praia, os vossos pés, como símbolo de gratidão de vossos irmãos nordestinos que sempre amparassem em seu calvário, Deus habita vossa solidão. E, por isso, nesse epílogo de uma vida tão nobre e tão embebida de nosso povo e de nossa terra, vossa solidão é um mundo de almas que vos cercam e, vosso silêncio do Tambaú noturno, é a presença daquele que abençoa a mansa despedida de uma vida tão fecunda, tão bela, tão vivida.”.

Colaborador de “Era Nova”, revista que abrigou a geração de ouro da Paraíba, antes jovem acadêmico nos jornais de sua terra natal, ou na “A União”, onde começou a se tornar conhecido.

Não esqueço o que ouvi de improviso em Remígio, em cinquenta, em campanha quando ali ameaçado de morte, assim falou: “Disseram que eu aqui não viesse. Porque se viesse pagaria a minha ousadia com minha própria vida. Mal sabem, ou já esqueceram de que, na minha vida pública, nunca conheci o recuo nem a covardia. Matem-me, nesta minha terra-berço, no que me farão feliz, dando-me por túmulo esta terra bendita que também me viu nascer”.

Conta-se que num discurso talvez na Lagoa, ou em diversos outros pronunciamentos em cinquenta, perfilando os próceres do PSD, teria dito mais ou menos, isto na versão folclórica: “O PSD tem a figura hospitalar, empaledecida, de Bôtto de Menezes, Otacílio Queiroz, apelidado “Ponto e Vírgula”, tudo começa e não termina, Raimundo Onofre, tão falso que chora por um olho de vidro, mas em compensação tem a bondade de Severino Lucena, este coitado, é como um Cristo num quarto de prostituta, vê tudo e não pode dizer nada”.

No Senado, em entrevero parlamentar com o poderoso General Góis Monteiro, o agrediu; esse, verbalmente, partiu para o desforço pessoal, conhecendo-se, então, a coragem pessoal do Senador Tabajara (em toda sua vida de atribulações políticas, nunca colocou um revólver ao coldre) e irado, partindo mas, também, interceptado pelos colegas, gritou: “Soltem-no, não confio na minha coragem, mas sim na covardia dele”.

“José Américo de Almeida era orador dos períodos curtos e rápidos. Frases de efeito. Farpas terríveis para ferir, ou mesmo exterminar o adversário... Essa sua eloquência de combate que esgrimia como quem maneja um lança-chama. Orador conceitual, insuperável. Havia nele, porém, o outro lado, de uma oratória de conceitos profundos e sérios. Cheia de sabedoria, bem nutrida de idéias. Era o homem da frase insubstituível. Seus discursos eram mais para ler do que para se ouvir, obrigava a refletir, embora também arrebatassem. Era assim o orador arrebatador, que tinha lampejos no improviso, que ia do lírico, ao agressivo, que vimos naquele estado emocional, esplêndido levando a turba ao maior delírio. Eu me lembro bem. Ouvi pelo rádio. O enterro se transformou num estranho comício fúnebre. Vários oradores, discursos inflamados. O de José Américo, no final foi terrível. Fez o povo chorar aos urros. Ao concluir, porém, levantou a multidão para o combate. Convocou o povo para a luta e para a vitória como se tocasse um clarim de guerra: Na hora da luta ninguém chora ...briga! O povo parou de chorar, prorrompeu em aplausos e saiu em

passseata pelas ruas de Campina. Mudou-se, ali, o destino da campanha. José Américo tinha uma força verbal incomparável. Jogava a frase de efeito na hora precisa. Amava a cena, pintava o quadro. Depois soltava a frase de efeito como quem atira excitante sobre a multidão”. “A entonação era imponente, o falar sem teatralidade, a gesticulação comedida. Dava o tom e o relevo apropriados; ora erudito, ora triste, às vezes alegres; outras descritivo ou evocador; por vezes grandiloquente. Joacil de Britto Pereira em José Américo de Almeida, *A Saga de uma Vida*.”

Narraríamos ainda, o que contam do comício de Santa Luzia, onde dizia sem texto escrito: “Santa Luzia devo a Ti o milagre de minha visão. (Era apelidado de “O Cego” pelo grau de sua miopia). Vejo diante de mim, milhares de lenços brancos, um oceano de esperanças, onde, confio, aporte o barco de minha vitória”. Neste instante, provocativos os correligionários dos opositores com Seráfico Nóbrega, levantam três enormes bandeira amarelas, cor da UDN. O grande tribuno colérico grita a plenos pulmões: “Vejo agora um contraste. Contemplo três folhas amareladas, desgarradas da árvore da liberdade que o vento da derrota começa a levar para o monturo da destruição”.

Virgínius da Gama e Melo, (orelha) o orador José Américo de Almeida - Discurso do seu Tempo - III edição: “Há um sentido comovente neste livro - é a dedicação que ele reflete do orador José Américo de Almeida para com seu povo. Aqui está uma série de discursos, discursos do seu tempo, discursos de circunstâncias, em grande parte provenientes duma ação de governo. Um pedaço da história da Paraíba - o período de governo de José Américo, época em que a administração tinha magnífica expressão literária. Está aqui a escola, através da palavra do governador. São discursos quase sempre na Paraíba e sobre a Paraíba. Onde, então, o encantatório da arte de orador em José Américo? É ouvir ou ler seus discursos. Cada período, cada frase, é uma cacetada. A gente vai indo, vai indo, confiante, supondo conhecer o terreno, e, de súbito, com a instantaneidade do relâmpago, a pancada na cabeça. E, assim, vai indo até o fim, isto é, quando se conclui o grande momento”.

Antônio Carlos Vilaça dele diz: “Admirável é o discurso dito da Fome, pronunciado no Senado Federal, então no Palácio Monroe. “O mais tremendo dos gritos de guerra é o grito da fome” dizia ele.

O discursos chamado da Fome é um dos seus maiores pronunciamentos. O padre dominicano Joseph Lebreton estava no Brasil, em São Paulo, fazendo pesquisas sócio-econômicas, e impressionou-se muitíssimo com esse texto político. Foi visitar José Américo, na casa da Rua Getúlio das Neves, no Jardim Botânico. Lebreton vibrou com as realistas e precisas teses do Senador pela

Paraíba. Em sua Carta aos Chilenos, o grande Padre Lebret cita o Discurso da Fome.

Dele próprio fala da perda do intelectual para o político, dizendo: “Depois tornei-me político, mas a literatura fazia-me falta; quando fui Ministro de Estado, meus relatórios escritos pelo próprio punho também viraram livros”.

Ao entronizar-se na Casa de Machado de Assis: “O momento era este. Quite com tudo mais, entreguei-me às atividades do espírito, agora com um novo estímulo. Estou feliz. A verdadeira felicidade é o desejo satisfeito. Penetro nesta Casa como quem acha seu lugar. Aqui não se sente o conflito das gerações. E cada qual guarda sua independência, liberando-se a inteligência para variações mais fecundas”.

Deus que lhe soprou vida tão genial, tão fecunda, de tantas glórias, mas como me disse certa vez “também de tantas adversidades e de tantas dores, fê-lo bravo e intimorato, mas como lhe conta a biógrafa íntima, Maria de Lourdes Luna, temeu o instante último, e chegou a dizer o que para ela seria “seu único instante de temor: —“Eu estou com medo...”. “Aguardou a vontade da decisão divina, certamente com a presença e a proteção de sua padroeira e madrinha Nossa Senhora.

E, mais tarde, na presença da mesma amiga: “Ao ver-me emocionada, advertiu-me: — “Não chore, o que vai acontecer é natural”. Na madrugada que se finaria logo mais avisou-me: — “Lourdes, eu vou embora...” E como término real exclama:

“— Está tudo terminado...”

ORAÇÃO DA CAPITAL

Não me enganaram. Os que me chamaram para a luta e me conduziram a esta arena, sabiam, de antemão, que esta noite inaugural seria o primeiro ato de uma extraordinária vitória. É o mesmo povo, a mesma alma, a mesma vibração torrencial, o mesmo quadro de nossas velhas campanhas.

Encontro uma Paraíba ereta a lembrar suas atitudes históricas com uma dignidade e um destemor que não se esgotam.

Há ingratidões monstruosas que nos levam a descrer da própria humanidade, misto de esquecimento animal e de complexo que consideram humilhações do passado os benefícios recebidos. E há, em compensação, essas ondas de bondade, essas generosas expressões que nos reconciliam, prodigamente, com a natureza humana.

Eu podia ter o coração amargurado. Só aqui, só no meu berço estremecido, tentam rebaixar-me e destruir-me. Se me difamam, lá fora, vou ver e é a mesma origem. É veneno que corre das fontes onde nasci.

Não me queixo. Nem isso diminui o meu amor pela terra que criou essas paixões, porque até Deus criou anjos e demônios.

Assim posso ser profeta, apedrejado por mãos que enchi de flores. Amaldiçoado por tantos corações que cumulei da felicidade de que ainda estão vivendo.

Chego a agradecer a Deus esta minha carreira acidentada e desigual. Subo e desço, desço e subo para, nessas alternativas, conhecer melhor todos os lados da vida, o que ela tem de beleza e hediondez, de puro e repugnante.

Já estou pago. Festeja-me a mesma amizade, acolhe-me o mesmo sorriso, estreitam-me os mesmos braços. Diante deste espetáculo, já não me importam as figuras disformes ocultas atrás do palco.

Tocado por essa afetividade, venho parar no meu ninho.

Minha estrela nasceu aqui e me traz, de novo, para aqui. Sinto-me no vosso convívio, dentro do meu círculo, do meu mundo íntimo vendo que nada mudou e voltando como fui.

Não alterei a minha vida. Conservo os mesmos hábitos, os mesmos sentimentos, o mesmo espírito, em qualquer esfera. Primei em não ser diferente do que somos.

Entro na minha terra como quem entra em casa, no meu natural. O meu

maior tesouro é esta simplicidade que os artifícios da vida social e da política não conseguiram roubar-me.

Rejubila-se a alma repatriada. A memória pode falhar, mas no coração não há nada esquecido. Volto. Voltar é uma forma de renascer. Ninguém se perde na volta.

Aqui sinto meu todo reanimar-se. Encontro o primeiro ar que bafejou a minha vida; o primeiro sol que encontro na minha vida; o primeiro caminho, o caminho direito que foi o princípio e será o fim de minha vida.

Minha Paraíba amada; vi tantas coisas grandes e mesquinhas, vi o bem e o mal, vi ascensão e vi abismo. Agora, só quero ver-te a ti. Só quero o regaço maternal que será depois de tantas lutas, o meu final e doce repouso.

Posso dizer: procurei nas etapas percorridas ser digno de minha origem, preservar esta fibra paraibana, honrar meu torrão natal. O que isso me custou de energia, de duelos desiguais, como um homem sozinho atirado no turbilhão, sem ter por trás uma força política a protegê-lo - o que isso me tem custado só Deus que me ajudou poderá avaliar.

Já me julgava com direito de ir procurar longe da vida pública minha solidão contemplativa. Daria tudo, nesta altura, por um momento de paz. Já sofri muito. Conheço todos os espinhos. O poder nunca me deu nenhum júbilo: em vez da ostentação e do gozo, foi sempre um posto de penosas resistências.

E vejo que não posso descansar, enquanto Deus não me tirar a vida. Poderia esquecer a política, mas não esqueceria a Paraíba.

Houve um aceno a que desobedeci. E foram tantas as vozes a chamar-me, já num tom desesperado, num pedido de socorro, uma interjeição de alarme, que me dobrei, humildemente, á insistência desses apelos.

Ah! Eu não poderia evadir-me a essa convocação imperativa. É o dever que manda em mim e era do meu dever não faltar. Não me julguei desobrigado de nenhum sacrifício.

Tenho uma consciência nacional, mas a Paraíba além de ser um problema íntimo, é um padrão de vida pública que não pode ser sacrificado.

Se minha terra me intima, renuncio às seduções de outro plano conquistado. Fora daqui, ninguém quer compreender esse meu passo. São motivos do coração filial. Declaro cheio de orgulho: é porque a minha terra merece. É porque a minha terra é diferente, pequena e indomável, inerme e batalhadora. Esta gente que estou vendo tem a seiva do heroísmo e a energia do trabalho. Assim como sabe defender-se, sabe multiplicar na paz pelo esforço compensador o bem que lhe é proporcionado.

Aos que me estranhavam a decisão, considerando um desdouro, respondi, baixando a cabeça: é um ato de devoção.

Omitir-me seria a negação de minhas próprias raízes, do sangue paraibano que me corre nas veias. Se tivesse cruzado os braços sobre o peito, diante da calamidade que vinha se aproximando, não seria mais a minha imagem. Seria um homem de pedra, insensível e imóvel, um homem parado pela estatuária mais grosseira que tivesse apagado sua própria expressão. Nunca mais teria sossego: a consciência dolorosa não me perdoaria essa insensibilidade. Meu retiro seria a eterna vigília, seriam as insônias do remorso, porque me clamariam na alma todas as vozes desesperadas, todos os gritos abandonados, todas as preces não ouvidas para essa salvação. Eu que sempre tive os olhos fixados no vosso destino não iria adormecer no momento crucial.

Espero que se compreenda a significação da campanha que hoje se inicia. É a hora de escolher. A Paraíba tem que optar, não entre dois homens, mas entre dois caminhos.

Ao renunciar à direção política em 1935, prometi voltar se minha terra viesse a tomar uma direção errada. E aqui estou. Regresso à luta com o mesmo ânimo da mocidade desfeita.

Venho lutar pela restauração da moral política que ajudei a construir e está sendo banida. Pelos ideais de 1930 jogados para o lado.

Nesta campanha, terei de levantar, muitas vezes, os olhos aos céus, para invocar a mártir traído. Para pedir inspiração e incentivos à imortalidade de João Pessoa.

Este é o meu posto para que a Paraíba não torne a cair em mãos impuras.

Escolhi entre o bem e o mal. Então aí alçando o colo os remanescentes do personalismo, do obscurantismo, do mandonismo, do parasitismo, do favoritismo, apegados a uma figura do passado, que, traindo a própria idade, faz questão de ser do passado, pela crosta reacionária. É o reacionário que, dissolvendo os ideais de 1930 e reprimindo a nossa evolução política, se converteu no fascismo confesso, fazendo o elogio público dos ditadores totalitários fulminados pela guerra. E afinal, não satisfeito com essa mentalidade, entrou em conúbio com um renegado da política nacional, responsável por todas as perturbações do problema sucessório. Foi buscar um paraibano tão ausente que demonstra ignorar os próprios sentimentos deste povo. Cuida haver aqui quem se amedronte ou se venda, para improvisar, por esses processos, um corpo de funcionários públicos com o nome de partido. E encontrou uma têmpera que não se intimidou com a ofensiva desfechada, nem se deixou

seduzir pela ceva. Reuniu, apenas meia dúzia que não passa de uma fila, à porta do mercado.

Vamos procurar novos rumos para um Brasil tardo e desorientado. Podemos criar aqui uma área política que sirva de exemplo. Não nos faltam elementos para essa reforma salutar. Temos um povo dócil e inteligente apto a assimilar essa nova inspiração do seu sistema de vida. Temos uma nova geração de homens públicos que já se assinalou, entre outros títulos, por uma brilhante ação parlamentar. Temos um clero que se impõe pela pureza e fervor de sua fé e pela ação social. Temos uma magistratura modelar em sua cúpula e rica de valores novos. Temos economias equilibradas, destinada à expansão mais promissora, se for ajudada. Temos recursos latentes que poderão favorecer outras riquezas, inclusive a maior de todas que é o surto industrial. Temos todo esse material. Só nos falta a orientação tutelar de uma política sadia e de um governo empreendedor.

Será, assim, além da ação política, o compromisso de bem governar. Primeiro de cumprir a lei que é o exemplo da ordem para evitar a desordem. A lei é a liberdade assegurada e o equilíbrio de todas as relações.

E outros processos de governo, governando-se, ao sol, no campo, no meio da rua, onde o interesse público exigir, em vez de uma administração sedentária e acanhada, da estufa dos gabinetes.

Governar não é assinar papéis, mas sentir e compreender. É uma gestão mais ativa, mais minuciosa e mais humana, capaz de solucionar os problemas do Estado e as dificuldades de vida.

Outros horizontes, outras iniciativas e a imaginação reformadora. Um espírito novo. Quando os homens não sejam novos, métodos têm que rejuvenescer.

Cumprirei esse programa apegado às promessas feitas. Saberei dizer sim e dizer não, sem trazer ninguém enganado.

Não tenho nem poderia ter a ânsia de governar, mas tenho a ânsia de servir. Tenho o imenso desejo de completar minha obra.

Venho, por assim dizer, vivendo esses problemas que freqüentam minhas meditações e foram minhas fadigas. Escrevi livros e agi.

Pude trazer de fora uma vasta assistência. E agora quero viver aqui dentro, na intimidade da terra-máter, para ser só seu servidor. Quero servi-la de perto sentindo a palpitação dos seus desejos e adivinhando os seus pensamentos.

Como podeis acreditar nessas promessas? Pelo que já realizei. Pelo que já fiz sem prometer. Pelos documentos do meu trabalho construtivo.

Já que me obscurecem a obra, fico com o direito de apontá-la e proclamá-la. Ouso dizer que resolvi todos os grandes problemas de nossa economia e do nosso progresso, os problemas essenciais que abriram os grandes caminhos. Nunca aleguei esses títulos. Nunca fiz praça dessa dedicação. Nunca me gabei de ter cumprido o meu dever. Mas o Porto de Cabedelo estava por fazer havia mais de cem anos e fui eu que o fiz. Foi tudo de minha iniciativa: o financiamento, fazendo reverter a taxa-ouro à sua aplicação anterior; o projeto e a concessão feita ao Estado que administrou as obras confiadas a uma empresa particular.

Haverá Estado que possua uma rede rodoviária mais completa que a nossa? Fui eu que comecei construindo 792 km de estradas de rodagem onde havia apenas carroçáveis e onde nada havia, com 850 m de obras de arte.

Fui eu que prolonguei a estrada de ferro de Souza, posso dizer, a Patos, até onde deixei concluída toda terraplenagem com o material da linha permanente posto à margem, além de várias estações, inclusive a de Cajazeiras.

Fui eu o criador, com os grandes técnicos que soube utilizar, de nossa grande açudagem, com a capacidade total de 404.948,000m³. Iniciei a piscicultura e os serviços agrícolas na área da seca, que invertendo a história das retiradas, transformou essa região faminta em celeiro do litoral. Perfurei poços. E, acima de tudo, enfrentei a tragédia, enxotando a morte de campos de desolação, poupando milhares de vidas que ainda me abençoam o coração solidário, nas suas horas de agonia. Construí vinte e uma agências postais-telegráficas, forneci recursos para construção do hangar de João Pessoa e espalhei melhoramentos de menor monta por toda a parte.

Como, pois poderia a Paraíba repudiar-me? Pelo pecado do meu devotamento? Seria descrita contra mim a sentença da proscrição, em paga do que tenho feito.

Aqui poderão negar-me tudo, menos o coração de paraibano, solícito e serviçal, em todas as nossas vicissitudes.

Em 1937, quando me era oferecido um posto mais elevado e mais difícil, estavam todos comigo. E, agora, quando chega a nossa vez, há quem ache que um Argemiro de Figueiredo faria melhor.

Falo, finalmente, às classes desprotegidas merecedoras de maior solicitude.

João Pessoa é uma cidade de funcionários públicos. Viver com o que ganham e esse custo de vida que faz de cada dona de casa um gênio de economia e um milagre de equilíbrio.

Ao povo não preciso prometer. Fiz todas as minhas campanhas nacionais

voltado para a sua sorte. Não preciso trazer-lhe programas, trago o coração que ele conhece.

Há quem se gabe por aí de ter resolvido os seus problemas, sem saber, sequer, quais são eles. Ignoram as reivindicações populares e a própria existência do povo.

Não preciso perguntar quais são as vossas necessidades. Sei o que são e quanto doem. Basta que diga: dei o balanço dessas condições de vida e cheguei a uma conclusão. Isso não é viver. Viver assim é, apenas deixar de morrer.

Virei servir a minha terra e ao meu povo. Virei para o seu serviço público e, especialmente, para o serviço do povo.

Falo ao homem na rua que nunca deixou de ouvir-me, aqui e fora daqui, porque nunca lhe menti nem lhe faltei. Saio do meu sossego para lhe estender a mão e ajudá-lo a atravessar as suas crises.

Ninguém se iluda. Só o povo tem o segredo da vitória. Era número; agora é consciência. Uma consciência nova, certa dos seus direitos e aflita pelas suas necessidades.

Quando uma falsa U.D.N. me traiu, veio o adversário de ontem trazer-me a velha cordialidade.

Firmou-se, dessarte, o pacto da paz.

O P.S.D. já me dera os seus sufrágios para o Senado da República com uma espontaneidade generosa que me tocou para sempre. E já repelira várias propostas de acordo, porque todas continham a mesma base odiosa: a exclusão do meu nome, o isolamento dos meus amigos, proscrição.

O P.S.D. não concebia a política paraibana com esse vácuo. Resistiu a todas as seduições que lhe foram oferecidas para formar contra mim. Pretendia Argemiro de Figueiredo imolar os verdadeiros udenistas, vanguardeiros de 1945, que passaram a ser preteridos e maltratados por aqueles que de minha parte só tinham recebido prestígio e posição.

Nesta comunhão política, sinto o coração cerrado. Tenho o P.S.D. ao meu lado e me entristeço, vendo luto nos seus quadros: a ausência nestes umbrais do lutador, do homem de ferro da resistência á fórmula infame de minha eliminação: Odon Bezerra.

Vamos juntos que o futuro da Paraíba nos uniu. Vamos de braços dados, eu e Rui Carneiro com a sua alma inesgotável que já vos cumulou de tantos benefícios e ainda não sente o cansaço dessa missão benfazeja. Vamos todos, fraternalmente, por um caminho que não tememos, porque não nos surpreenderão em emboscadas.

E vamos sem vãos temores empreender uma campanha ativa e enérgica.

Pode-se esmagar um homem, mas não se esmaga um povo. Não se sufocam idéias. Não se apertam na garganta as ansiosas exortações de uma nova era.

Não provocamos, mas não nos atemorizamos. Neste clima espiritual em que vivemos não se conhece o frio do medo. Temos a força moral de nossa causa a desafiar hostilidades.

Trago no coração o sentimento da paz, sem temer a luta.

Se o oficialismo não se comportar dentro da lei, instituirá a anarquia e responderá pelas suas conseqüências.

Minha nobre e altiva terra de 1930, creio em tí, creio em teus sentimentos e em teus brios, creio em tua independência e na tua dignidade.

Sei que patrocinam nossa campanha todas as reservas morais de um povo que quer salvar-se.

Venho lutar. Tenho levado uma vida combativa e meus combates ainda não me cansaram.

Venho vencer. Se fosse vencido, se a Paraíba me pagasse todo bem que lhe consagro com a minha derrota, cairia de joelhos, beijando a terra estremecida, num derradeiro e doloroso beijo de amor e despedida, porque ela própria também estaria traída.

AREIA, A TERRA NATAL

Aqui abri os olhos para o mundo. Minha primeira visão foi este cenário: esta natureza, estes céus, esta moldura. Minha primeira sensação foi esta serra saudável que inventou um clima europeu em pleno verão tropical.

O espírito que se impregnou desses eflúvios agarra-se ao tempo que foge. A voz que ecoou por toda parte guardou seu acento agreste. Tudo se desfaz, menos os elos nativos que prendem o homem à terra. O homem que será sempre prisioneiro de sua origem.

Aqui sou mais humilde a afogar na garganta os gritos de triunfo. Reverso ao meu passado, num derrame de ternura, numa comoção ingênua, quase infantil, como o menino de engenho, criado à lei da natureza.

Minha adorada Areia: devo-te o colorido que me retocou a imaginação para comunicar vivacidade à minha arte; devo-te o lirismo destes ares tão suaves que me fizeram menos prosaico; devo-te a inspiração das grandes perspectivas que ensinam a olhar do alto; devo-te aos contrastes naturais, à contemplação dos surtos e abismos desta paisagem vertiginosa, a fonte de minha sensibilidade.

Minha terra natal é cheia de evocações. Experimento novas emoções e as emoções que despertam. Desfilam-me na memória e visitam-me o coração minhas figuras imperecíveis, as sombras familiares que emergem da morte, como um milagre de ressurreição, obra de minha saudade que se alvoroça e reaviva, nesta hora emocional. Tenho nos olhos panoramas adormecidos, ouço passos extintos e sinto os joelhos dobrarem.

O meu ninho é muito alto. Poderia estar cercado, como as montanhas inacessíveis, de mistérios hostis e garras agressivas. E o que encontro é esta revoada festiva, como se a minha linda, a minha doce terra se alçasse ainda mais até coroar-se de estrelas para me receber.

O clima serrano tem suas manhãs de cerração que ameaçavam prolongar-se, mergulhando-o, funestamente, no eterno obscurantismo. Mas reage a tradição gloriosa. Os lances da Revolução Praieira que erigiram seus maiores em heróis nacionais; o 13 de Maio que madrugou na história da emancipação dos escravos, como um signo de todas as liberdades; a formação eugênica de uma velha galeria da política, das letras e das artes. E salvaram-se as novas gerações com esta brilhante plêiade de homens representativos, pela inteligência e pelo trabalho, que estão retomando os foros de um belo renascimento.

Venho de outras terras paraibanas, do litoral, da Borborema, de além-serra e trago os olhos deslumbrados pelo espetáculo das multidões, no seu arrojo cívico; ressoa-me nos ouvidos o estrondo das aclamações e a doçura dos cânticos votivos. E encontro nestes contrafortes a mesma cena, a mesma exaltação cordial, os mesmos prenúncios da vitória.

Só não me esmagam estas ovações, por seu fervor e sua generosidade, meu berço dileto, porque nunca deixei de ser o teu maior amigo. Sabia quais eram os teus rumos históricos e abri estradas nessa direção para o intercâmbio secular; sabia qual era a tua vocação e dei-te a Escola de Agronomia, para que se aperfeiçoassem a tua inteligência e a tua técnica agrícola; conhecia a tua predestinação para outras formas do espírito e ainda estimei, auxiliando o Colégio de Santa Rita, teu nível cultural; conhecia também teus sofrimentos e consegui recursos para a assistência hospitalar que, se ainda não se instalou, não é por culpa minha.

Andei por longe, mas o coração nunca deixou de residir onde nasceu.

Se já me prostrasse a fadiga das minhas jornadas, respiraria, nestas alturas, refazendo as energias perdidas, para prosseguir com a mesma determinação. Mas, apenas ensaiei os primeiros passos de um movimento que, dia a dia, ganhará envergadura e intensidade, até saturar todos os espíritos das implacáveis verdades que a consciência me inspira. Sim, faço as minhas campanhas dizendo as minhas verdades, com o jato de sinceridade que o Brasil nunca deixou de ouvir, nas suas horas de perplexidade e confusão.

Falar claro e direto foi sempre o estilo de minhas atitudes.

Já o meu competidor aparenta uma serenidade que é o primeiro a postergar, porque, se, falando em público, finge essa superioridade, faz, por trás, o contrário. Dirige contra mim o anonimato mais infame, canalizando a torrente de misérias que tenta envolver uma reputação feita à prova de fogo, que, se não se desgastou numa vida de combates, não se macularia na alma que esse despeito impotente vem, furiosamente, focinhando.

É a intriga associada à mais torpe mentira. Só uma fonte pervertida poderia despejar essa pútrida enxurrada, carregada das impurezas originárias, como se estivesse sempre a refluir para se abastecer, a cada momento, dos detritos mais infectos.

E toda a campanha, anônima ou não, obedece a esse teor.

Inteiramente perdidos, porque o povo paraibano formou ao nosso lado, na sua parte sã e consciente, nas poderosas forças políticas que são nosso sustentáculo e nas multidões gigantescas que nos oferecem, na praça pública, a mais

bela cobertura, *totalmente* aniquilados, limitam-se a negar tudo. É essa a tática primária, cópia da mentalidade inferior que adota a cor das faces donde fugiu o sangue varonil como símbolo de uma causa. Negam a confluência humana, o espetáculo das ovações trepidantes que superlota os mais amplos cenários, á luz do sol tropical que é uma testemunha do céu; negam a documentação fotográfica dessas soberbas paradas, flagrantes imortais, panoramas de fidelidade histórica; negam-se, assim, a si mesmos, perante as suas consciências que estão mentindo e perante a opinião pública que passará a duvidar de suas próprias verdades, por se tornarem suspeitas de mentira.

E passam também a negar-me. As bocas louvaminheiras que teceram meus panegíricos e exaltaram meu nome como bandeira de suas ambições, vendendo-o em troca de votos e posições imerecidas, as bocas falsas e perjuras que, agora, se destorcem, negando-me tudo, até os títulos que me são sagrados, são mais cínicas negando do que louvando, fosse embora insincero esse louvor, porque estão se desmentindo. Eis o que proclamava, a meu respeito, seu guia espiritual, Argemiro de Figueiredo, em 1935, quando, depois de lhe ter dado os primeiros degraus de sua carreira, lhe dei, contrariando o pensamento dos meus amigos mais leais, o governo do Estado:

“Formastes, praticando um apostolado cívico sem mácula, vencendo pelo exemplo, os que não se deixavam atrair pela fé e conquistando pelas realizações os que não se rendiam à força da realidade, formastes pelo relevo de uma moral intangível contra as investidas dos inimigos pequeninos, com a coragem irresistível e paixão sublime dos que sacrificam a vida para defender o maior dos tesouros que é o patrimônio da dignidade política. Não queíeis ser político e fostes dos maiores políticos. Elevastes o nível moral desta arte complexa, fugindo aos cambalachos sórdidos, reagindo contra as injustiças, administrando pessoalmente, reivindicando ao patrimônio público o que haviam sonogado pelo processo das negociatas indecorosas e dedicando ao bem comum todo o contingente de esforço e inteligência com o carinho e a obstinação cívica dos grandes patriotas. E se, um dia, o que é bem humano, a ingratidão e o despeito tentarem envolver no esquecimento os serviços inolvidáveis que prestastes de utilidade comum não conseguirão fazer porque eles foram grandes demais. Tão grandes que se imunizaram contra o poder destruidor dos homens que não podem destruí-los, o que seria golpear-se nas suas próprias condições de vida”.

Agora, mandará ele ler, às avessas, essa página bajulatória.

E o que me confrange não é tanto essa ausência de escrúpulo em negar e

afirmar, não é a história invertida, nem a deformação dos fatos, num requinte de desdém do bom senso do homem da rua, conhecedor de tudo. O que mais me humilha, como paraibano, é a penúria intelectual, a triste decadência que revelam esses lamentáveis resíduos de nossa vida representativa, parasitas agarrados aos galhos da árvore da democracia que secou nas alturas em que a plantamos. Tudo chilro, inepto, contraproducente e, principalmente, abaixo, pela estupidez das contradições e impudor das falsidades.

Só não chego a desesperar, convicto da morte da inteligência em minha terra, do aniquilamento do espírito que sempre a ornamentou, porque está, a cada momento, a encantar-me, nos nossas avançadas, a floração mental que a Coligação Democrática congregou e selecionou, jovens oradores que poderão emparelhar-se com as vozes mais promissoras da eloquência brasileira e escritores de primeira ordem. Os valores com que vamos construir uma nova era de civismo e espiritualidade, repondo a Paraíba no seu antigo relevo. Com que vamos formar os quadros de uma vida pública mais digna e mais fecunda.

Alimenta o Sr. Argemiro de Figueiredo essas sarjetas e invoca imunidades para a campanha. Reclama um tom de não-me-toques que é o horror da revelação de suas responsabilidades perante uma democracia que explora e atraíçoa.

Assim procedeu, em 1937, esquecendo-se de que exercia um mandato constitucional para ser mantido no poder discricionário, donde saiu expulso por falta de idoneidade moral; assim agiu, ao ser avisado por uma testemunha que já citei da aproximação do golpe comunista, declarando que, se fosse vitorioso, estaria a seu lado, para depois trucidar os vencidos; assim fez, finalmente, quando, ao rebentar a intentona integralista, chamou o comandante da força federal para passar-lhe o governo.

É esse homem, paraibanos, que ainda aspira à autoridade suprema, de cuja dignidade e solidez dependem os interesses coletivos e a nossa própria vida.

O que ele teme não são as palavras. Nem terá razões de queixa contra mim, pois, pessoalmente, não o firo. O que o horroriza são os fatos. É o retrato; é a crônica. É o passado pecaminoso e o presente impenitente. Tem melindres de sensitiva. Mas como combater o mal sem apontá-lo? Como evitar a reincidência do mal sem lembrar suas devastações?

Se há uma nota mais aguda em meus discursos, não é a paixão da luta, mas a paixão da causa.

Politicamente o que representa ele? A negação democrática, o mandonismo anacrônico, a política profissional que está afundando o Brasil, os apetites

materiais, a parceria criminosa. E a administração? Transformou o Estado numa fazenda que serviu até de coito de cangaceiros e a sua fazenda numa repartição do Estado com o administrador e os vaqueiros pagos pelos cofres públicos. Em vez de reprimir o crime, criou redutos de impunidade.

O mundo moderno tomou outra feição econômica e social. Já não pode ser dos mandões, dos ambiciosos, dos aproveitadores, dos amorais da política. Esses ficarão atrás, surdos às transformações do seu tempo.

A luta está aberta e ninguém se iluda, porque para extirpar o mal terei de ser, cada vez mais, combativo. Minha missão é esta.

Já me interpelam sobre os planos de governo com uma insistência de quem pensa surpreender-me a carência desse lastro de idéias próprias.

De fato, ainda não formulei a plataforma, o que terá sua oportunidade, na solenidade da próxima Convenção que ratificará a minha escolha.

Mas, poderia responder, de pronto, que sou autor de dois programas da União Democrática Nacional, elaborados para o Brasil e, por conseguinte, abrangendo a Paraíba: o da campanha de 1945 e o de emergência que serviu de base para o acordo interpartidário. Poderia responder, igualmente, que sou autor do livro *A Paraíba e os seus Problemas*, um balanço de nossas realidades. Poderia responder ainda que meu programa é a minha obra que está aí a documentar uma ação administrativa de âmbito mais vasto. Poderia responder, finalmente, que tenho, desde já, sobre os ombros o mais tremendo dos programas: o de reparar as injustiças da derrubada facciosa, o de retirar o fisco da política, como fez João Pessoa, para que não seja a tosquia dos adversários e a ceva dos amigos; o de tirar a polícia das mãos do mandonismo truculento, como também fez João Pessoa, para que seja um instrumento da ordem e não de perseguição e anarquia, como está sendo; o de salvar as finanças públicas, comprometidas e esgotadas, às portas da bancarrota; o de dar assistência à produção e de aplicar medidas correlatas, para que o custo de vida a que atingimos não acabe de matar este povo de fome; o de desenvolver e proteger o ensino, em vez de demitir professores e fechar escolas, por motivos políticos; o de combater o pauperismo, não só dando a esmola, como dou do meu bolso, até ficar vazio, dinheiro que ninguém me deu, como escreveram certos escribas a serviço de ladrões públicos, não só a esmola, mas a proteção organizada a todos os necessitados. E, acima de tudo, sanear um organismo que está se decompondo pela abdicação de suas responsabilidades, à mercê do mais corrosivo e repugnante facciosismo.

Mostrarei que a democracia tem suas fórmulas, mas terá, sobretudo, de se

inspirar na própria vida, para amá-la e ampará-la. Terá que construir e, principalmente, beneficiar, para ser progressista e humana.

Vou trabalhar. Não quero que minha existência tenha horas perdidas. Nascido para lutar e trabalhar, cumprirei este fadário, longe dos ambientes decorativos que viciam e enervam.

Areienses: O inimigo jurou que eu seria derrotado em minha terra e essa vergonha não seria minha, mas dele próprio, se, acaso, fosse areiense.

Ouçõ aqui as mesmas alvoradas que estão despertando todos os quadrantes: são os clarins da vitória.

SAUDAÇÕES A NOSSA SENHORA DE FÁTIMA NA PRAÇA PÚBLICA — 1953

SÊDE benvinda, Nossa Senhora de Fátima excelsa portadora, nesta hora de penúria e desassossego dos povos, de uma exortação de fé que é o bálsamo, infalível dos espíritos.

Conheceis, ó Santa Peregrina, os caminhos do mundo. Vindes percorrendo um mundo que se esgota e apavora. Que tem fome e tem medo. A terra exausta já não dá o que comer. E, domina, por toda parte o terror da ruína total, do sacrifício das gerações que, antes de se curarem das últimas feridas, ainda cobertas de cicatrizes, pressentem a aproximação de outras catástrofes.

Invade os corações o pânico de outras guerras, de outras convulsões, de outras sangueiras. Escuta-se o tropel das arremetidas carnicieiras que deixaram uma herança de maus instintos para instrumento de novas devastações.

O futuro que era o aceno promissor, o convite de dias melhores, o alvo das esperanças mais esquivas passou a ser o pavor do desconhecido, o caos em que todas as ilusões poderão abismar-se.

Tudo marcha palmilhando um campo de vulcões adormecidos, entre sentimentos e sobressaltos.

Há, de um lado, o ar opressivo, horizontes toldados, perspectivas inquietadoras, sinais de destruição e de outro lado, a onda inativa, a renúncia, o abandono, a rendição, diante do caso perdido, do suicídio de um mundo sem coragem de salvar-se. E, como uma trágica volúpia, a sofreguidão de aproveitar os restos do festim. Apetites que devoram tudo, até as almas. Um utilitarismo insaciável a sugar as últimas gotas de sangue do organismo desfeito.

Mas, no meio da perdição, há virtudes vigilantes. Há um patrimônio espiritual a reagir contra a dissolução mortal.

Ficou o eterno. O que não se destrói por ser uma reserva da eternidade. Ficou o espírito inesgotável que poreja do céu, como um orvalho matinal a refrescar as almas.

Só um movimento de consciências militantes, a reação organizada contra o materialismo corrosivo que atrofia a sensibilidade humana, o império da civilização cristã poderão restaurar o benefício da paz e a alegria que desertou dos corações.

Convocai, Nossa Senhora de Fátima, todas as forças morais que emergem do sentimento religioso para que o homem possa ser melhor, e a sociedade se

putifique, e as nações se pacifiquem. Para que a humanidade não se afunde na vasa do vício e do pecado e não se derrame o sangue dos inocentes.

Ninguém é obrigado a crer. A fé é um tesouro de almas eleitas, uma flama que não se acende nos antros. Mas basta a visão do Alto. O sol é um só e ilumina o universo.

Estendei, Nossa Senhora de Fátima, a mão pacificadora e benfazeja. E ninguém vai desesperar.

Diante de Vossa convocação, as fontes de piedade jorrarão.

Correm todos ao vosso encontro. As vidas malogradas reanimam-se. As esperanças que renovam as almas porque se alimentam do futuro desabrocham à vossa passagem. Palpitam novas imagens nas transparências do infinito, como alvícaras à terra abandonada, pela Vossa vista.

Com a Vossa presença tudo se transfigura. Passam os traumatismos, as tormentas, os desenganos. Desceram-se os lábios para as preces e para as promessas ansiosas que esperam milagres.

O fluxo humano levanta seu grito para os céus, tão belo, tão vibrante, que escala as alturas para descer, como a chuva, que evaporando-se dos charcos, cai purificada.

Nem os doentes, nem os famintos perderam a voz. Todos cantam em vosso louvor. Se muitos não estão presentes, enxugai-lhes as lágrimas já tão copiosas que lavaram todas as culpas.

Comovei o egoísmo que esconde as mãos, e as necessidades serão menores. Tocai o coração dos ricos que ele se abrirá para os pobres. Só o benfeitor tem a semelhança de Deus: cria outra alma.

Tende piedade dos que podem e dos que não têm o que dar, que é uma humilhação maior. Ajudai a quem ajuda. Enchei de dádivas as mãos que espelham o bem para que sejam pródigas como as mãos que semeiam.

Agradecemos vossa aparição, ao ar livre, debaixo de um céu que é vosso.

Ouvistes, na vossa jornada, as notas da natureza. No vosso itinerário sem fronteiras sentistes a alma dos caminhos e a alma das ruas. E aqui chegais aureolada pelo mistério, coberta de flores e coberta de beijos.

Mergulhai na intimidade das multidões que, neste momento emocional, enchem vosso regaço das pérolas que se ocultam na profundidade de seus sentimentos mais puros.

As moças carregaram vosso andor, como quem carrega um pedaço do Céu.

Este dia é vosso. Esta semana será vossa. Esta cidade é toda vossa.

Nossa Senhora das Neves espera a Vossa companhia, como irmã, como

se fosse ela própria com outra invocação, exultando de ver que vossa festa é maior que sua festa.

Nossa Senhora das Neves vos acolhe, ó Peregrina, nesta hora vespertina de descanso, em que desceis leve como uma nuvem, bela como uma estrela que se tivesse debruçado sobre o povo, para matar ao vosso lado as saudades do Céu e pedir Vossa Bênção para a terra de seu altar e de suas novenas.

Dexai impregnada em sua velha Catedral a visão de vossos milagres, para que a salvação que ela promete no Céu comece logo na terra.

NO PALÁCIO DO GOVERNO

Assistimos maravilhados à vossa entrada triunfal, mensageira de além-mar, donde partiram as naus descobridoras. Parecia que Portugal descobria, outra vez, o Brasil. Antes, eram as minas plantadas na terra; agora, são os tesouros da fé plantados nos corações.

A aparição da aldeia lusitana é o símbolo de uma união que vai conquistando o mundo. É um culto universal que evoca o velho reino a avassalar mares e terras.

Entrastes aqui, Nossa Senhora de Fátima, por uma porta onde batem as dores e necessidades de um povo atingido pelas adversidades crônicas de uma civilização ainda mal equilibrada. E as conflagrações mundiais espalharam faíscas que foram transformando terras de Canaã em campos de desolação.

A missão de governar torna-se, assim tão complexa que se converte num apostolado de soluções humanas.

Descestes do vosso pedestal, vindo ver como são ilusórias as alturas do poder. Como esta aparência de grandeza é o supremo sacrifício e poderá ter o brilho dos incêndios que iluminam, na sua crepitação, a agonia das cousas.

Repercute nestas esferas o clamor de todas as crises. Há dois anos seguidos a natureza insensível conspira e sacrifica o esforço humano. Como que o céu se retrai. Como que o céu se alteia mais para deixar de respirar a impureza terrena.

No solo que se abrasou proliferaram as pragas. E, se chove, já estão mortas as searas. Cai a chuva, como torrentes de lágrimas, chovendo só para esconder o sol que é a pompa das alturas.

O homem luta com a terra, rega com seu suor a aridez improdutiva, o deserto mesquinho embebe o suor do trabalho.

Essa gente sabe sofrer, mas pede que não se prolongue o sofrimento. Vi-

estes em boa hora. Toda esperança estava ausente e agora que surgistes renasce a vibração das almas, como se aviva, às primeiras orvalhadas, o colorido dos vergéis.

Fazei com que o céu não se esqueça da terra e que a terra se cubra de flores e frutos, da alegria de viver e de fontes de vida.

Protegei as sementeiras que embelezam e enriquecem a paisagem rural.

E, alumiai os nossos caminhos para que volte a felicidade a percorrê-los. Todos precisam de lenitivo. Todos pedirão milagres.

Aqui o pobre é mais pobre, mas não se revolta, não blasfema, não desespera. Se tem fome, nutre o espírito das virtudes que encorajam e consolam; se tem sede, procura os mananciais da fé para neles se abeberar.

Tende piedade desse povo que, precisando de tudo, só estende as mãos para o céu, só pede a Deus.

E, dai-me para cumprir minha tarefa a inspiração do dever que é mandamento de Deus e mandamento da lei. Que é coragem moral e disciplina do espírito.

Deixai este Palácio ungido de vossa graça, para que, quando forem os ônus superiores às minhas forças, quando minhas mãos estiverem vazias, diante de necessidades que não cessam de clamar, me seja concedido o dom de suportar, estoicamente, a maior das penitências que é não poder tirar tudo do nada.



Argemiro de Figueiredo

Argemiro de Figueiredo nasceu na Fazenda Baixa Rica, no dia 09 de março de 1901, e faleceu em 14 de dezembro de 1982. Filho do Coronel Salvino Gonçalves de Souza Figueiredo e de sua segunda esposa dona Alzira Alves Viana.

Concluiu o curso de Direito na Faculdade do Recife, como aluno laureado em 1924, orador de sua turma o que foi muito comum, naquela Casa de Tobias Barreto, para glória de nossa oratória. A disputa pela laureação era imensa. Estudantes ricos e de famílias influentes em todo o Nordeste e outras partes do Brasil procuravam o galardão. Para um aluno relativamente pobre, só com muitos talentos, e esse talento Argemiro tinha tanto, que foi escolhido, pelos seus colegas, o orador da turma.

Argemiro de Figueiredo é cadeira nº 31 da Academia de Letras de Campina Grande, ocupada por Josué Silvestre, sendo que na revista nº 2 da ALCG às folhas 310, demos a ele o seguinte perfil: “Argemiro, grande líder político, orador popular de grandes recursos e carisma imenso. Administrador reconhecido como governador e interventor. Parlamentar, como deputado estadual, federal e senador. Advogado de postulação segura e precisa. Tribuno do júri e do parlamento, magnetizador de massa. Deixou publicados

em dois volumes, toda sua obra coligida: “Discursos Parlamentares e Outros Pronunciamento.”

“No coração da capital, concluiu o Parque Solon de Lucena, a belíssima Lagoa - um profundo bosque de bambus, circulado de palmeiras imperiais, tendo, ao centro, um sonoro mergulho azul, por sua fonte luminosa, pelos gritos das marrecas com medo do naufrágio celeste”. Construiu o Liceu Paraibano, o prédio da Secretaria de Finanças, urbanização da Av. Getúlio Vargas, construtor da barragem de Vaca Brava, trazendo para Campina Grande, sua redenção, ressurgimento de seu progresso e desenvolvimento. Voltado para a agricultura, introdutor do agave, e protetor do algodão. Foi modernamente, um dos maiores administradores de nosso Estado.

Ouçamos o que diz o historiador José Otávio, em Paraíba — Nomes do Século, vol. 13: “Orador magnífico, jurista respeitado, administrador eficiente, pioneiro em iniciativas desenvolvimentistas que marcaram sua passagem pelo Governo do Estado, Argemiro era também o chefe autoritário, inflexível, impermeável, que, na maioria das vezes, ouvia correligionários graduados apenas para reforçar os próprios pontos de vista. As decisões eram tomadas quase sempre isolada e solitariamente, cumprindo aos outros, apenas, obedecer. Um dos mais lúcidos discursos de Argemiro na Câmara dos Deputados, ocorreu a 3 de outubro de 1959, por ocasião do centenário de Clóvis Beviláqua. Reafirmando a condição de primeiro de turma e orador dos concluintes de 1924, na Faculdade de Direito do Recife, registrou, com exatidão, o trânsito do Direito brasileiro, do positivismo de Comte para o evolucionismo de Spencer e modismo evolucionista da Escola do Recife de Tobias Barreto a que se filiava Beviláqua. No PTB, enquanto os getulista não esqueciam o célebre discurso de julho de 1954, contra Vargas, em convenção udenista do Cine Capitólio — “É este golpismo, campinenses e paraibanos! É este golpismo que precisa ser abolido, precisa ser aniquilado. Não prego a revolução, mas se ela for necessária ou se tornar necessária, é preciso matar esse governo para que sobreviva a nação!, os neo-trabalhistas do janguismo consideravam-no, por conta da pendência com a SUDENE, adversários do planejamento e reformas de bases.”

Ninguém mais do que o amorável campinense padeceu na vida política com tantos “corsi e decorsi” tanto que ele próprio afirmava: “(...) A democracia aos que escalam o poder nos braços do povo e desce para o ostracismo. As que sobem as alturas e descem sublimados na consagração popular. Juscelino é dos últimos. O senador de hoje é maior do que o presidente de ontem. Ontem era também o prestígio de um cargo que o fazia grande hoje é a autoridade de líder autêntico que o faz maior”.

Lícito lembrar sua despedida do poder, sem coragem de fazê-lo da tribuna do Senado, solicitou do colega Rui Carneiro, que lesse a mensagem do adeus, dizendo entre outras frases as seguintes: “... E lhe confesso até que, neste papel, onde escrevo estas palavras, há um pouco da umidade de algumas lágrimas que escaparam covardemente dos meus olhos. Não alimento queixas contra os coestaduanos que me negaram a recondução ao Senado.”

Pela sua atuação política das maiores em relevância a um homem público em nossa galeria maior, diga-se uma coisa que lhe aconteceu, impar, incrível aos nossos dias, foi o único a nunca ter um emprego de qualquer ordem, a não ser sua aposentadoria parlamentar, e, antes dela, suas rendas se auferiram, como proprietário rural e pecuarista, ou dos honorários advocatícios.

Veremos, entretanto, depoimentos vividos antes e “post mortem”, todos eles enobrecendo a Paraíba, que lhe deu de modo justo, perpetuação no bronze, entre elas em estátua de corpo inteiro, como a erigida na Praça Clementino Procópio em Campina Grande.

Começemos por Assis Chateaubriand: “O Sr. Argemiro de Figueiredo é, neste século, a mais notável figura parlamentar, não só da Paraíba, como do Nordeste. (...) Atente-se, porém, no Sr. Argemiro de Figueiredo, não vi, na Inglaterra, na França, na Itália, quem tivesse mais dom de nos convencer com o verbo lúcido, claro, medido. Ele só diz o que é preciso dizer, exprimindo-se com facilidades excepcionais de argumentador. Os seus período curto, renani-ano, imbuído de uma força de impor a qualidade dos raciocínios, como poucas vezes tenho visto. É a impessoalidade de sua presença na Tribuna, que autoridade não confere ao Senador paraibano.”

Seu último biógrafo em seu trabalho, Paraíba — NOMES DO SÉCULO, VOL. 13, Nautgton Rocha França Araújo comenta: “Contudo, afirmou-se com sobriedade — a marca de seu estilo oratório — mais de expositor convincente que de retórica arrebatada. Tanto assim que, vitoriosa a Revolução, o interventor Antenor Navarro reuniu técnicos, profissionais liberais e empresários para a análise de Os Problemas e Necessidades da Paraíba. Saído, pela Imprensa Oficial, esse misto de livros e relatório desponta como substancial contribuição de, entre outros, João Maurício de Medeiros, Alpheu Domingues, Leonardo Arco-verde, Ademar Vidal, Diógenes Caldas e Argemiro de Figueiredo. Há políticos que crescem na adversidade e esse foi o caso de Argemiro. Enxovalhado pelas multidões sempre sensíveis ao sol que nasce, recolheu-se à Fazenda de Itararé, nas vizinhanças de Campina, tranqüilo e consciente do julgamento que a história não lhe recusaria. Intelectual eclético, escritor e orador privilegiado, nunca

esnobou esses dons. Escrevia e falava e todos o compreendiam. Ele trabalhava as palavras, como Miguel Ângelo, trabalhava o mármore. Não havia nele o exibicionismo intelectual, que expõe mais imbecilidade e boçalidade do que cultura. Nele, a erudição e o refinamento intelectual manifestavam-se sem os floreios do vedetismo. Conhecia as palavras do insulto, mas achava melhor e mais construtivo utilizar os vocábulos que enalteciam”.

Não fugindo a perfilar com a acuidade intelectual e psicológica que o caracterizou, diz o grande Celso Mariz: “...Era a voz espontânea e fulgurante e o homem temeroso, capaz de afrontar e dominar com o verbo e a ação, qualquer situação fácil ou difícil.”

“O intelectual de todas as horas, o fértil acadêmico, historiador indormido, ele também o grande tribuno “Argemiro era dialético, o orador para convencer e persuadir. O tribuno elegante que nunca se excedia. Até os seus protestos e suas réplicas eram em tom persuasivo. Só de raro em raro uma apóstrofe. Sempre a lógica dominando as tiradas de seu pensamento. As idéias arrumavam-se numa tal ordem que o auditório raciocinava com ele, se convencia de seus argumentos, concluía com ele e adería, enfim, às suas convicções. Era mais de convencer e persuadir do que de comover. Ninguém o superou na tribuna parlamentar e na forense. Argemiro era, porém, um orador mais para o estilo britânico e clássico das frases bem feitas, da palavra oportuna. Sua gesticulação não exagerava. Nós que o conhecemos, como eu e Mirando Freire, que fez política como ele, Clóvis Bezerra, Humberto Nóbrega, José Cavalcanti, e tantos que se foram, podemos atestar como era elegante sua postura na tribuna, sua voz cristalina, dicção bonita. Costumava conservar uma das mãos à cinta do lado esquerdo, com o paletó aberto e só gesticulava com a mão direita, às vezes o dedo erguido, mas aquele dedo jamais subia tanto que ultrapassasse a altura do nariz. Isso era natural nele, era elegante e polido, inclusive no rebate, nas respostas que dava ao adversário”. (Argemiro de Figueiredo — A ORATÓRIA DE SEU TEMPO — Joacil de Britto Pereira).

Eu mesmo gravei dele, de seu discurso de improvisado na saudação de posse ao Governador Osvaldo Trigueiro, essa frase lapidar: “As lágrimas que os inimigos, nos fizeram verter, não se transformarão em punhais contra aqueles que nos fizeram chorar.”

Ele próprio nosso ex-Governador Osvaldo Trigueiro, afirma: “Argemiro administrou a Paraíba, primeiro, como Governador, depois, como Interventor. Governador — eleito indiretamente pela Assembléia Constituinte - exerceu o mandato por dois anos e oito meses, ou seja, de 25 de janeiro de 1935 a 10 de novem-

bro de 1937, data da implantação do Estado Novo. Seu mandato não foi confirmado pelo novo regime, mas Vargas, sem descontinuidade, o nomeou Interventor Federal, cargo que ele exerceu até 29 de julho de 1940. Como administrador, Argemiro revelou-se dinâmico e empreendedor. E teve muita sorte porque, em seu período, não houve seca nem queda de arrecadação. Deixou realizações materiais numerosas e importantes. A obra marcante em sua administração, todavia, foi o serviço de água e esgoto de Campina Grande.”

Virgílio Távora em sua homenagem póstuma conclui: “... discreto, elegante, conciso, acolhedor, compreensivo, digno sobretudo da confiança e do respeito e sincero acolhimento tanto dos seus pares quanto dos que morjam no corpo administrativo desta Casa e que orador singular”.

Ernani Satyro, seu grande colega, companheiro, correligionário e amigo, confirma: “Qualquer paraibano de seu tempo pode falar sobre Argemiro de Figueiredo de pura memória. Quem duvidar, recorra ao arsenal de espírito que existe na minha terra... lá, tudo são lembranças. Alegres ou tristes, mas tudo está lembrado. Pode haver memória sem inteligência. Pura gravação. Mas, não há inteligência sem memória. Chego a avançar que existe uma memória da inteligência, a serviço dela. Diferente da outra, que é pura retentiva. São os abismos da natureza humana. Profundos e insondáveis. Argemiro era um que tinha memória da inteligência. Com que rapidez se lembrava de um artigo dos Códigos, de uma decisão da jurisprudência, quando estava armado o raciocínio de uma tese jurídica. Administrador, como recordava o menor detalhe técnico de um problema a resolver”.

Raimundo Asfôra agora nos nossos finais, e na sessão fúnebre na saudade do grande líder e inolvidável, filho da Borborema, perora: “O temperamento forte, mas não áspero, era contido por outra sensibilidade: a do chefe, amarrando, muitas vezes, sentimentos em conflito. Na réplica, primava pelo tom superior, em contraposição às farpas mais ríspidas, jamais descambiando para a licenciosidade do insulto. Resguardava-se em perfeita dignidade verbal. Dir-se-ia de uma psiquê complexa. Não digo que fosse tímida, mas foi um retraído, em relações sociais. Não freqüentava círculos de amizade. Não visitava ninguém. Comprazia-se em receber correligionários para conversas amenas, em rodas de uma animação educada. Estimava, contudo, o rumor das multidões. Sentia-se bem, ao defrontá-las, captando-lhes os aplausos para os desdobramentos de suas pregações. Nelas, não deixava de fustigar os “agentes de subversão”... nunca negou que fosse atento anticomunista. Daí, talvez, um sombreamento longínquo em sua perfeita visão de homem público. Mas, foi sem

dúvida alguma, um homem de altas virtudes e um patriota. Assisti ao velório. No Palácio Municipal, o salão nobre era um palco de lágrimas e desmaios. Para isolar-me daquela angústia, refugiei-me numa pequena sala, e pela madrugada, tocado por uma estranha saudade, confiei-lhe uma breve mensagem de adeus. A beira do túmulo, vozes convulsas instaram-me para que falasse. Li o que me chegara antes e balbucieei qualquer coisa, uma oração, talvez... E, quando a terra se abriu para embalar seu corpo, só me lembro que um grande sol de meio-dia ia subindo no céu de Campina Grande. (Palmas) - (Argemiro de Figueiredo - Grande Sol de Meio-Dia...).

AO PÉ DE SUA ESTÁTUA EM CAMPINA GRANDE

Campinenses, cumpro, nesta hora, o mais comovido dos deveres de toda a minha vida pública.

Erige-se, neste local, uma estátua, que é minha, é do meu corpo, é de minha pessoa. E dizem que ela é homenagem e gratidão de Campina por tudo que eu lhe teria feito. Estive resoluto em não comparecer a esta solenidade. Atemorizava-me a emoção. Receava que a palavra me faltasse. Temia que as lágrimas quisessem substituir-me a palavra, estrangulada na garganta. É uma confissão de fraqueza, que se deve perdoar, porque as confissões sinceras são atitudes de purificação que aproximam o homem da bênção de Deus. Esta homenagem seria, então, prestada a um fraco. A um tímido. A um homem público que receara defrontar-se com o povo. E eu, que nunca temera. Eu, que sempre soubera extrair das derrotas mais fulminantes o tônico revigorante de lutas mais fortes. Ainda desta vez, em plena velhice, não cedi à timidez. Escrevi, na frieza do gabinete, o meu agradecimento. Desertava, assim, apenas à surpresa dos imprevistos. Era o meio de suportar a carga dos meus sentimentos emocionais. E todo esse drama íntimo, vivido com intensidade que não sei escrever, emergindo desta homenagem. Uma estátua consagrando um homem vivo; um bronze cinzelado imortalizando um ser mortal.

Tribuna da Consciência

Não sei porquê fizestes isso. Compareço documentado, com tudo de minha vida, ao tribunal de minha consciência. Recruto todos os meus feitos, os meus atos, obras, serviços e palavras, e tudo é pouco para justificar que me ponhais aqui, à vista das gerações atuais e das gerações futuras, assim forte, intangível, todo feito neste metal, que irá resistir aos tempos e penetrar séculos afora. Relembro a minha infância, já sepultada em dias tão remotos. Aprendia a ler as primeiras letras. Era, então, Campina que tudo me começava a dar. Evoco a minha juventude, quando a alma se povoa de aspirações, de sonhos e de estímulos. Era também Campina que me dava tudo. Recordo os meus primeiros ensaios de vida pública. As minhas lutas em defesa dos hu-

mildes; a organização de resistência das classes menos favorecidas; o devotamento apaixonado pelos direitos e liberdades do homem; a fidelidade aos ideais da democracia; a audácia no combate às distorções do regime; a coragem na crítica aos abusos do poder. Mas esse espírito nascera aqui; formara-se aqui; era fruto da vossa coragem e dos vossos anseios de progresso. Era ainda Campina que tudo me dava.

O GOVERNADOR DO ESTADO

Revejo, com a natural vaidade dos que souberam ser dignos, os meus tempos de governo. Esta terra padecia sêde e se contorcia na febre das moléstias endêmicas. Progresso estagnado. A água barrenta que se bebia, longe de significar um elemento de vida, era mais veículo de um suicídio coletivo. A minha eleição para chefia do governo do Estado fazia brotar esperança nova em corações contrerrâneos. Jurei, então, ao despedir-me de todos vós, que haveria de erradicar os vossos sofrimentos. E o fiz. Campina foi dotada de água potável e saneamento. Era a cidade que deixava o leito de moribundo para subir, renascida e gloriosa, ao seu trono de Rainha. Mas, o feito espetacular, de salvação pública, o que exprimia? O heroísmo de um homem? A singularidade de um administrador? Nada disso. Eu fora apenas o instrumento de uma predestinação histórica. Levava para o Governo o imperativo de um mandato de honra. A vossa vontade; vossa resistência e o instinto de um povo forte, em luta pela sobrevivência. Pouco havia de mim. As circunstâncias colocaram em minhas mãos os elementos de vossa fé e o poder incontido dos vossos desígnios mais altos. Tudo significou, para mim, uma honra e uma glória. Mas, ainda aqui, neste episódio, era Campina que tudo me dava.

REPRESENTAÇÃO FEDERAL

Se olho mais perto de nós, encontro as minhas lutas na faixa da representação federal. O que verificamos, então, neste rosário de apreciações? Esqueceste, campinenses, que me conduzistes à Câmara Federal e por duas vezes ao Senado da República? Será que tendes o destino caprichoso de ocultar os vossos próprios méritos, e ajustar coroas de excelsas virtudes, à cabeça minguada dos que poucos fizeram por vossa grandeza? Quantas ve-

zes me estendestes a mão forte, para que eu pudesse subir, como já vos disse, cansado, os pés sangrando, quase vencido, ao dorso desta Borborema? Quantas vezes mudastes, por um milagre, o curso melancólico do meu destino político? Quantas vezes transformastes a derrota fulminante, que me perseguia, no esplendor de uma vitória sem precedentes? Quantas vezes substituístes, na minha história, a página do encerramento de minha vida pública, pelo registro suntuoso de glórias renascentes? Esquecestes? Fostes vós, Campina, terra estremecida, que tudo me destes.

SIGNIFICAÇÃO DA HOMENAGEM

E agora, renovo a pergunta: por que fizestes isso? Por que estruturastes, então, a minha imortalidade? O que é que eu passo a significar, neste bronze, como titular de glórias que não me pertencem? Glórias que são vossas! Bem sei o que devem representar estes monumentos. Eles sobem da terra para o alto. São vidas que não morrem. São feitos que não perecem. São exemplos que edificam. São apostolados que enobrecem. São heroísmos que educam. São marcos indelévels das ciências, das letras, das artes. E este, o que exprime, campinenses? O que ele poderia simbolizar, vós não lhe quisestes dar. Dentro deste bronze, sei bem não pusestes um coração. O meu coração. Sei aqui ele estivesse, eu bem mereceria que me tornásseis imortal. Este monumento seria, então, um símbolo de amor filial. O símbolo de um amor, divinamente louco, que nasceu amando Campina e morrerá tendo Campina na última visão dos seus olhos. Não penseis, campinenses, que a minha última derrota tenha modificado o amor que vos devoto. Em silêncio entendestes, num transbordamento de generosidade, que era pouco, muito pouco o que já havíeis feito por mim. Achastes que a renovação de um diploma de Senador não iria prevalecer por tempo indeterminado. E entendestes, então, que deveríeis dar-me um título que resistisse à ação do tempo e me assegurasse a imortalidade. Foi o que fizestes hoje, através do nosso honrado e insígne Prefeito Bacharel Evaldo Cruz, erigindo esta estátua, oriunda de Lei que aguarda a assinatura do valoroso ex-Prefeito Newton Rique, acatando a vontade unânime do Poder Legislativo Municipal, na proposição do bravo Vereador João Nogueira de Arruda. Muito obrigado; muito obrigado, terra generosa.

PASSADO E PRESENTE

Campina: Há mais de meio século acompanho os vossos passos. Não me cabe fazer a vossa história. Direi, porém, que nascestes com destino singular de não pertencer a ninguém, porque sempre fostes a terra de todos; a terra cosmopolita. Tecestes o vosso ninho de águia no dorso de uma serra altaneira. Era o marco de uma predestinação. Subiram até vós homens de todos os recantos do mundo; mas, só subiram os que tinham o pendor das águias. Lembro-me que vos chamaram, de começo, a CIDADE DOS MERCADORES. Era o tributo à inveja. O comércio tem função social nobre na economia dos povos. Mas, o conceito continha, o veneno dos pérfidos. Não viam que ao lado dos velhos RANCHOS, aonde chegavam e de onde partiam as filas intermináveis de animais, carregados de mercadorias, as escolas também funcionavam. Não compreendiam que a vossa tarefa inicial era a criação de riqueza, a riqueza imprescindível ao progresso de todos os núcleos humanos. E aí está hoje comprovado o acerto de vossas iniciativas. O comércio agigantou-se, como base de uma rede espetacular de intercâmbio, com os Municípios, com os Estados, e até com as mais longínquas nações estrangeiras. As modestas casas caiadas, que eu alcancei, pontilhando, aqui e ali, os antigos centros urbanos, morreram, uma a uma. Cederam o espaço aos majestosos edifícios que assinalaram o poder de uma nova e fecunda civilização. E a CIDADE DOS MERCADORES tem, agora os velhos RANCHOS remanesendo tão-só nos versos deliciosos dos poetas e na saudade enternecida dos que os conheciam. Não mais os TROPEIROS alegres. Não mais o ruído dos chicotes matutos que assinalavam a passagem dos comboios intermináveis. Tudo é diferente. A cidade mecanizou-se. O ruído é outro. São os mais modernos veículos que chegam e que saem. Um parque de trabalho febril, intenso, criador que ninguém sabe aonde vai chegar. As velhas escolas, iluminadas a querosene, transformaram-se em centros modernos de instrução. E a CIDADE DOS MERCADORES, vamos repetir, é hoje a cidade da cultura, a cidade-luz, com os seus ginásios, as suas Faculdades, doando à Pátria a inteligência e o saber das novas gerações que se emplumam.

RAINHA DA NOBREZA

Campina, encerro as minhas palavras. E quero encerrá-las com as mesmas expressões com que vos agradei a ajuda que me destes nas minhas vitórias eleitorais. São as mesmas palavras que me ocorrem na indignação do meu

poder mental. E outras não encontro nos escaninhos do meu coração. Em vossa homenagem e no mais comovido agradecimento, não beijo, genuflexo, os vossos pés, porque nunca fostes a Rainha do orgulho. Mas quero beijar as vossas mãos, porque sempre fostes a Rainha da Nobreza.

CAMPINA GRANDE CENTENÁRIA

Senhor Presidente, permita Vossa Excelência e consintam também os meus eminentes colegas que eu ocupe esta tribuna, mesmo em hora difícil da vida nacional, para dizer algumas palavras fora do ângulo costumeiro dos nossos trabalhos parlamentares.

Fala hoje em mim a voz do sentimento. A emoção de quem deseja prestar uma homenagem, de alma e coração, à cidade que o viu nascer.

A HOMENAGEM E A MINHA AUSÊNCIA

Campina Grande, Senhor Presidente, a nobre e vigorosa cidade nordestina, completou ontem o primeiro centenário de sua fundação. Um fato histórico como esse, bem marcada na vida do Estado da Paraíba, concentrou, em homenagens especiais e comemorações expressivas, que quase todos os filhos da grande terra e as mais honrosas representações de poderes federais, estaduais e municipais. Fui eu um dos poucos campinenses ausentes. Todos foram ver a terra-mãe, engalanada, transpondo a barreira do seu primeiro século. Todos foram rever o berço onde se embalaram nos dias primeiros da existência. E eu só, talvez eu só, tenha faltado. Somente eu não pude ir também depositar nas mãos generosas da terra querida as prendas do meu afeto e de minha gratidão. Mas, não me censurem nem me condenem. Ninguém apagará no meu peito a flama do amor sagrado, que sempre ardeu em preces e estímulo perenes. Um devotamento quase místico que me arrebatou o espírito, desde a infância, e me vincula à cidade santa, que Deus plantou no alto da Borborema. Criou-a para ser grande; grande como as alturas da serra em que ela se engasta. Não vi, como disse, Senhor Presidente, a minha Campina, na data maior de sua história. Prestei-lhe, porém, antecipadamente, as homenagens do meu afeto, naquela descrição silenciosa que sempre envolve as almas ternas que sofrem.

CAMPINA E A REVOLUÇÃO

Retornei de minha cidade precisamente há oito dias. Fui vê-la e senti-la quando se vestia de seda para as festas centenárias. Uma visita de amor e de saudade. Um contato de fé evangélica nos seus grandes destinos. Uma reafirmação do afeto que não morre. Um juramento de fidelidade eterna. Uma confissão de mágua que redime. E percebi, Senhor Presidente, que a minha terra também sofria. A Revolução triunfante, a revolução militar, a revolução política, haviam destruído, em voragem candente, a alegria maior da Rainha nordestina. Ela escolhera, em retumbante pronunciamento popular, o governo do seu centenário. Um jovem cheio de idealismo e de paixão. Um moço cujo devotamento à terra chegava, às vezes, às fronteiras de um delírio sublime. E a terra o queria, no alvorecer daquela data, como símbolo marcante de sua marcha para o futuro; dos seus anseios de renovação e de progresso; dos rumos ditados à sua mocidade esperançosa. Mas, a Revolução o depusera. A Revolução o punira sem culpa. Sem pecados. Punira-o, culpando-se a si mesma; condenando-se a si própria. Envolvera, na rede do expurgo que prometera fazer, quem tinha méritos e virtudes para expurgar também. Uma violência; um erro; o triunfo de um artifício doloso e difamatório que ludibriara as intenções mais puras de insígnias gerais das nossas gloriosas Forças Armadas.

TERRA SENTIDA

Senti, assim, Senhor Presidente, como já disse, que a minha terra, como eu, também sofria. Sofria o esmagamento do seu orgulho de Rainha; o atentado à sua vontade de Soberana; o golpe profundo nas suas liberdades democráticas. Perdera o governo que escolhera, em votação quase unânime do seu povo, para presidir as festas do seu centenário. Estava de alma enlutada. Vestia-se de seda e de rendas pomposas para receber as homenagens; mas, tinha a alma com a frieza dos túmulos; com o negror dos lutas; com a depressão dos humilhados. Compreendi, então, que ela fugira às festas, se pudesse. Mas, as cidades não fogem; as terras não se mudam. Eu, porém, pude fugir, Senhor Presidente. Fugi para falar daqui à minha terra e de minha terra. Fugi para não constranger a ninguém nem ser constrangido por ninguém. Fugi porque não sei dissimular o pesar mais profundo

na espontaneidade do riso franco. Mas, aqui estou como campinense autêntico. O campinense que já deu à sua terra tudo quanto lhe pôde dar. Os outros vão reverenciar a Rainha de Borborema, à sombra do seu domínio. Eu venho homenageá-la, daqui; aqui desta tribuna, a mais alta do povo, no pensamento de servi-la também. O pensamento de lhe dar uma honra maior. Homenageá-la perante a nação. Homenageá-la dizendo daqui o que lá não poderia dizer. Dizendo o que estou a dizer dos seus sentimentos, de sua mágoa, do seu pesar, de sua repulsa e dos seus protestos.

TERRA COSMOPOLITA

Campina Grande, Senhor Presidente, é uma cidade singular. Antes de analisá-la na visão de outros ângulos, desejo salientar a psicologia do seu povo. Terra cosmopolita. Ao lado dos nativos, há homens de todos os Municípios, de todos os Estados e todas as nações, trabalhando em comum, sem preconceitos racistas ou discriminações ideológicas. Até estrangeiros nacionalizados já lhe chefiaram o governo. Para nós, e, às vezes, mais camponeses, são os que lutam pelo progresso da terra; os que servem ao seu desenvolvimento; os que se devotam à tarefa do seu engrandecimento. O povo é bom, ordeiro, laborioso, criador de riquezas.

SÃO PAULO, CAMPINA E SEU COMÉRCIO

Quem a vê, na peleja diária, no comércio, na indústria, nas ruas, nas oficinas, nas numerosas escolas, nas Faculdades, nos estabelecimentos bancários, nas tarefas do campo, tem a impressão de que um poder mágico transportou, de São Paulo para Campina, o dinamismo e o arrojo das grandes iniciativas progressistas. Campina é uma miniatura de São Paulo. Se não acreditam, aqui está a prova: ela é hoje, depois do Recife, o maior empório comercial de toda a região do Nordeste. Seu domínio econômico e sua influência comercial têm uma irradiação que espanta. O comércio atacadista é a força maior do seu progresso. A respeito da proximidade das praças de João Pessoa e Recife, Campina tem vigorosas e incessantes ligações comerciais de compra e venda com os mercados do Rio de Janeiro e de São Paulo. Além de abranger todo o Estado da Paraíba, o comércio de nossa grande cidade, centro produtor, coletor e distribuidor de mercadorias, penetra os Estados

vizinhos do Rio Grande do Norte, Ceará e Pernambuco, atingindo até os Estados do Maranhão, Alagoas e Piauí. Mas não é só. Intenso é também o seu comércio com nações estrangeiras. Milhões de fardos de algodão e agave são, anualmente, exportados para a Alemanha Ocidental, Países Baixos, França, Japão, Estados Unidos, Bélgica e Itália.

PROGRESSO BANCÁRIO, INDÚSTRIA, SAÚDE.

Essa pujança do comércio camponeses tem o seu natural reflexo na vida financeira e bancária da cidade, onde atuam, vigorosamente, quinze estabelecimentos de crédito, incluindo cooperativas que funcionam como bancos. Em estatística realizada em 1962, a cidade já contava com duzentos e setenta e seis estabelecimentos atacadistas e oitocentos e quarenta e oito varejistas.

No ângulo industrial, já se realça a cidade como uma das mais fortes concentrações do Estado. No mesmo ano a que nos referimos, Campina já possuía trinta e seis importantes estabelecimentos industriais. Nos últimos tempos, verifica-se, neste setor, uma febre intensa de investimentos.

Para bem se aquilatar a importância comercial e industrial de Campina, basta afirmar que ela contribui com 43% da arrecadação de impostos e taxas do Estado. Grande também é a influência de Campina no setor hospitalar. Dotada de um dos mais modernos hospitais do Brasil, o “Hospital Alcides Carneiro”, construído pelo IPASE, a cidade recebe, afluência sempre maior, doentes ligados ao Instituto, de quase todos os Municípios paraibanos.

ÁGUA E ESGOTO

Não falta, também, àquela laboriosa população, um modelar serviço de abastecimento de água e saneamento. Em 1939, quando o progresso local estava comprometido nos seus impulsos e tudo parecia marchar para a morte, pela sede e pelas endemias reinantes, tive o feliz ensejo, como Governador do Estado, de realizar, através do Escritório Saturnino de Brito, o primeiro serviço de abastecimento de água e esgoto. Essa realização fora considerada, ao tempo, a mais perfeita da América do Sul. A execução da obra dinamizou o progresso camponeses. E a população, que era, então, de trinta e seis mil habitantes, duplicou em menos de dez anos. Na administração benemerita

de Juscelino Kubitschek, um novo serviço foi executado, face à insuficiência do primeiro, que não mais atendia às necessidades locais. Os economistas e sociólogos que estudam Campina apontam, como fator desse progresso espantoso, através dos tempos, a situação geográfica privilegiada da cidade, concentrando três regiões naturais: o agreste, o brejo e o sertão. E adicionam, como fatores outros, as ligações rodoviárias e ferroviárias, interligando aquele centro urbano a todos os Municípios e Estados. Assim pensa a brilhante economista Maria Francisca Thereza Cardoso, em sua notável monografia - “Campina Grande e sua Função como Capital Regional”, publicada pelo Conselho Nacional de Geografia. Diz ela: “ Assim como o desenvolvimento econômico de Campina está hoje, essencialmente, ligado ao caminhão, num passado próximo vinculava-se à estrada de ferro, e, em datas mais remotas, às tropas. Consequentemente, devido a esta grande dependência, face às rodovias e às ferrovias, pode-se até, ao se estudar a evolução de Campina Grande, dividi-la em três fases que, além de assinalarem as etapas do desenvolvimento urbano, coincidem, também, com a ampliação da atuação da cidade dentro da área que hoje lhe é subordinada. A primeira fase, compreendendo um período de tempo dilatado, estendeu-se desde o aldeamento que deu origem a Campina Grande até a chegada da estrada de ferro em 1907; a segunda, deste acontecimento até à abertura de modernas rodovias em 1930; e, finalmente, uma terceira fase, caracterizada pela predominância destas vias de comunicação sobre as demais”.

DUAS GRANDES FASES

Não discordamos, em essência, do acerto dessa apreciação que envolve Campina desde o seu estabelecimento como aldeamento de índios Arius, fundado por Teodósio de Oliveira Ledo, por volta de 1694, até os dias atuais. Longo período que a vida da cidade em todas as etapas do seu desenvolvimento, inclusive os anos de 1790, em que Campina conquistou os fóros de Vila, e 1864, em que ela passou à categoria de Cidade. Para mim, entretanto, numa apreciação de conjunto, em que sejam bem aferidos os fatores sociais, econômicos e políticos da grande cidade, duas grandes etapas assinalam o seu desenvolvimento. A primeira, nascendo dos dias mais remotos do aldeamento e seguindo os tempos em que o progresso da cidade, sempre crescente, estava sob a influência de fatores geográficos, naturais, e das comunicações rodoviárias e

ferroviárias. Esse período avança até o ano de 1939. O quinquênio anterior a este ano foi torturante e desolador. A cidade começava a declinar, a despovoar-se, açoitada pelas endemias, e passava a regredir à falta de água potável e saneamento. A Segunda etapa, partindo de 1939, quando as obras de abastecimento de água e esgoto deram, a Campina, as condições seguras de vida e progresso até os nossos dias.

ESPÍRITO CÍVICO

Já disse, Senhor Presidente, que vive na minha terra uma população cosmopolita, sem preconceitos racistas, laboriosa e ordeira. Em toda parte enxerga-se uma oficina de trabalho. Mas, se uma causa nacional agita a Pátria, ou um grande interesse desperta a vida da terra fecham-se as oficinas e aquela gente tranqüila e pacata, numa metamorfose que espanta, movimenta-se, agita-se, apaixona-se, e ganha as ruas e as praças em ardentes e numerosas manifestações de protesto ou de aplauso. Aí, então, ninguém a contém. Os contendores defrontam-se com bravura espetacular, menosprezando os perigos da peleja. Ninguém deserta. O povo tem o signo da fidelidade às causas que abraça. Há, nele, uma flama de consciência democrática que nunca cedeu à violência e ao abuso de poder. Algumas praças da cidade estão assinaladas pelo sangue, o sangue quente derramado em lutas apaixonantes, cruentas e históricas.

A VELHA CAMPINA GRANDE E OS COSTUMES POLÍTICOS

Cem anos completou a minha terra, Senhor Presidente, e eu a conheço há mais de meio século. A lealdade, a bravura, a tenacidade e a rebeldia sempre foram os seus traços marcantes nesse ângulo de minha análise. Ela foi assim em passado remoto. E assim o é nos dias em que estamos. Eu a vi nas lutas gloriosas do meu saudoso pai e de Afonso Campos, enfrentando a fúria do poder policial, numa oposição contínua de mais de duas décadas. E oposição sempre vitoriosa nos pleitos eleitorais. Mas, sempre esmagada nos processos fraudulentos de apuração, a cargo das próprias forças policiais governamentais. E ninguém cedia. A cada nova eleição que se anunciava, a mesma afluência, o mesmo comparecimento, a mesma vitória. Não intimidavam as ameaças, as violências policiais,

praticadas na cidade, como exemplar terrorismo, e no campo, onde os “cangaceiros” imprimiam menos intranquilidade do que a “visita” dos soldados do Governo. Recordo-me bem de cenas incríveis que definiam os costumes da época. Livros de atas eleitorais arrebatados ou rasgados em plena sessão, onde se votava. E os conflitos. Os tiroteios. A casa do meu pai sitiada e as balas sibilando no ar. A minha irmã mais velha escapando, milagrosamente, à morte, ao ser alvejada no momento dramático em que distribuía munição aos minguados defensores do nosso lar. Eleitores arrastados das sessões e espancados pela polícia. Contudo, e a despeito de tudo, ninguém cedia. A toda nova eleição, o mesmo comparecimento, a mesma afluência, a mesma vitória. Passada a crise dolorosa dos pleitos, havia o retorno ao trabalho. Mas, as fronteiras subsistiam delimitadas - oposição e governo. Duas bandas de música, dois cinemas, duas classes sociais, tudo rigorosamente distinguido pela divisão imposta em nome da honra pessoal e partidária. Até nos enlances matrimoniais causava estranheza quando a paixão amorosa conduzia um jovem a desposar uma moça de partido antagônico. Esses excessos do passado foram-se eliminando à marcha da civilização, e desapareceram com as conquistas democráticas da Revolução de 1930. Entretanto, subsiste na alma do povo o mais forte amor à democracia; o mesmo espírito de luta; a mesma rebeldia; a mesma fidelidade partidária.

FINALIZANDO

Aí estão, Senhor Presidente, alguns traços fotográficos, sem o colorido dos grandes artistas, da alma e do corpo de minha terra. Muitos a chamam a Capital da Região; outros lhe dão o nome oficial de Campina Grande. Nós, entretanto, gostamos de chamá-la a Rainha da Borborema. Um sinal de amor e de orgulho. De orgulho sem egoísmo irritante, porque a cidade é de todos os homens. A cidade tem os braços abertos a todos os homens. A cidade tem os braços abertos a todos que sobem a serra para vê-la e senti-la. Ela tem um coração fraterno que se irmana sem preconceitos, com os filhos de outras terras, nacionais e estrangeiras, que se arregimentam na luta pelo seu progresso. É a essa terra grande, poderosa, progressista, laboriosa e rebelde, que eu presto, comovido, as minhas homenagens. Não lhe falo em contacto direto na data histórica de seu primeiro centenário. Mas, lhe mando, daqui, muitas flores, saudades e rosas, umas exprimindo meu sentimento de ausente e outras significando a beleza de minha fé nos seus destinos imortais.



ERNANI AYRES SATYRO

Nasceu no dia 11 de setembro de 1911, em Patos, falecendo em Brasília no dia 08 de maio de 1986, filho do casal Miguel Satyro e Souza e D. Capitulina Ayres Satyro e Souza. Hoje repousa junto a sua sempre amada esposa, Antonieta Satyro em mausoléu, na casa onde viveu desde sua infância, local da Fundação com seu nome. Fez o curso primário em Patos, concluindo o secundário em João Pessoa, no Colégio Diocesano Pio X, formando-se em Direito no Recife em 07 de Dezembro de 1933, exercendo desde a rabulagem acadêmica ao lado de seu afamado pai, e depois por algum tempo a profissão de advogado em Patos e Campina Grande, trocando-a pela vida pública.

Enveredou na política, elegendo-se Deputado Estadual Constituinte de 1935; nomeado Chefe de Polícia; Prefeito nomeado de João Pessoa; Deputado Federal repetidamente, nos anos de 1945; 1950, 1954, 1958, 1962, 1966, 1978, 1982, quando renunciou o mandato para assumir o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, onde acabou aposentado.

Retorna à sua brilhante carreira política, elegendo-se indiretamente em 1970, Governador do Estado, exercendo seu mandato até 15 de Março de 1975, afastando-se definitivamente de sua vida política após cumprir sua oitava eleição para Deputado Federal.

No jornalismo, iniciou-se na redação do Diário de Pernambuco onde passou a publicar ensaios, ainda estudante, mas nunca dissociou-se de A UNIÃO, onde foi constante colaborador por toda sua vida, porém, firmando-se como intelectual, paralelo ao homem público, ao contrário dos outros, não permitindo que o político lhe atrapalhasse a pena prolífera e bem aparada em estilo forte, seguro e fluente, como testemunhei, escrevendo de próprio punho, nunca à máquina, na rapidez e segurança, o mesmo que na palavra escorreita e desenvolta de orador.

“Como Eritácio Pessoa, exerceu os três Poderes. Impossível não exaltar o administrador operoso, na edilidade ou na coisa do Estado. Impossível olvidar o Ministro do Superior Tribunal Militar, o jurista advindo do líder acadêmico da Casa de Tobias Barreto, preparando o advogado aguerrido na pena de caligrafia alta, cheia, que fluía lépida, rápida, expressando em tudo o que escrevia a bela construção léxica, a argumentação segura ou a exposição clara e precisa. Vendo-o na intimidade em estima recíproca (enquanto seu Chefe da Casa Civil), quando sua existência era princípio do ocaso, e eu princípio de tarde. Tomei-o por meu ídolo e senti-o intelectual indormido, que sempre dizia ter “alma de intelectual” e reclamava que o trepidante rútilo estelar de sua vida pública, prejudicara, se bem que, somente o escritor. Confessava a frase que o tornara tão conhecido: “Minha estrela não é brilhante mas é constante”. (Meu Prefácio em Obras Completas Discursos Acadêmicos vol. 5).

Ernani Satyro se comparado com Eritácio Pessoa, acresce, pois teve produção literária, (pelo menos) em destaque regional e nacional no exercício da ficção em romances, como aquel’outro, não faltando os lúcidos pareceres, e a redações de Lei.

É vasta sua obra literária; além de político atuante, Ernani Satyro era sensível às artes; amava a boa leitura, fazia poesia, escrevia romances e colaborava nos jornais da cidade, mantendo sempre uma coluna assinada no jornal A UNIÃO, intitulada SEMPRE AOS DOMINGOS, depois publicadas em livros.

(Flávio Sátyro — em prefácio de “Paraíba Nomes do Século” — página 19) aduz: “Já tive oportunidade de escrever que poucas pessoas terão, como Ernani Sátyro, encarnado tão bem o ofício de escritor. Advogado, deputado estadual, deputado federal em oito legislaturas, governador, Ministro do Superior Tribunal Militar, em todos os cargos e ofícios que exerceu, revelou-se, sobretudo, o escritor, a ponto de como governador da Paraíba, manter uma coluna semanal; sequer mesmo quando a velha A UNIÃO não circulava aos domingos, ele antecipava sua coluna, divulgando-a no Sábado”.

Obras de sua autoria: Quadro Negro e Mariana, romances e ainda dele um inédito “Dia de São José”; escreveu ensaios sobre Cervantes, Rousseau, Dickens, Machado de Assis, José Lins do Rego, Luiz Jardim, os quais foram publicados em suplementos literários e revistas especializadas no Rio de Janeiro. O poeta veio esporadicamente em “O Canto do Retardatário”, cuja classificação de Manoel Bandeira foi de “poeta bissexto”, “poeta contumaz”. Foi também, contista, divulgado por igual, em jornais e revistas, notadamente no CORREIO DAS ARTES DE A UNIÃO. Prefaciou as obras completas de Epitácio Pessoa, editadas pelo Instituto Nacional do Livro, e, em plaquetes O NOVO CONCEITO DA LEGÍTIMA DEFESA, ERNANI CONTESTA A OAB E NÃO CONCORDA CM EMENDAS AO NOVO CÓDIGO CIVIL, PRESENÇA NO DIREITO E NA LITERATURA.

A Câmara dos Deputados, entre outros, publicou CÓDIGO CIVIL — PROJETO DE LEI, COMO SE FOSSEM MEMÓRIAS, MAIS UM ANO DE ATIVIDADE PARLAMENTAR, FATOS E HOMENS DA VIDA PÚBLICA BRASILEIRA, DISCURSOS SOBRE: OS PRESIDENTES DA REVOLUÇÃO, O PERIGO DO COMUNISMO NO BRASIL E NO MUNDO, “MANOEL TAVARES CAVALCANTI; DE VOLTA AOS VELHOS CAMINHOS.

A Fundação Ernani Sátiro, está publicando suas Obras Completas, entre essas registramos os seguintes volumes: “; GRANDE É A VIDA, RETRATO A BICO DE PENA E TRADIÇÃO E RENOVAÇÃO.

Publicou ainda como Ministro do STN: DIREITO PENAL MILITAR E SEGURANÇA NACIONAL, sendo que como Governador público: I CENSO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DA PARAÍBA, OBRAS E REALIZAÇÕES DO GOVERNO ERNANI SATYRO, Administração: Trabalho Intregado”.

Pertenceu o antológico a inúmeras instituições culturais, marcando sua condição de grande orador à altura dessa galeria. Primeiro veio sua posse como fundador, na Academia Paraibana de Letras, na cadeira nº 32 destinada à égide de Carlos Dias Fernandes, tendo sido recebido por Ivan Bichara Sobreira, cujo carinho de saudá-lo, resume-se no seguinte modo: “Reverenciamos neste instante de fraterna alegria, não só o artista consagrado, o estudioso apaixonado dos problemas da terra comum, assim como o homem de espírito público, corajoso e verdadeiro, áspero mas autêntico, como tudo o que o Paraíba tem ofertado de melhor à nossa Pátria, sob o signo de sua vocação histórica. Dissestes, recentemente, reportando-vos à vida política, que vossa estrela, se não tem sido brilhante, tem sido constante. Retificamos vosso pronunciamento, deslocando-o para o domínio da inteligência e do amor à beleza. E não seremos nós quem assegurará o brilho imortal de Vossa presença, os seres que criastes, sob a inspiração dos céus paraibanos, estão aí

para alterar vossa declaração”. (Discurso de Recepção do Acadêmico Ivan Bichara).

Como seu sucessor na Casa de Oscar de Castro, diz Willys Leal: “De fato, Ernani Satyro sempre buscou ser mais do que um escritor. Queria ser “intelectual e político”, “um advogado e um escritor”, “um orador e um poeta”, como escreveu”. E adiante, acresce o neo imortal; a “Lei para Ernani Satyro estava acima de tudo, desde que fosse seu interprete ou seu executor. Ao povo, dizia, cabia obedecer ao líder, ao governo. Foi sem qualquer duvida a síntese do antipovo”. O empossando continua em definição do “amigo velho”, como se chamava a si próprio, afirmando o seguinte: “A interpretação tinha que ser sua, as opiniões dos outros eram só opiniões, nunca pontos de vista predominante, o correto. Gostaria, então, de cobrar dos presentes, trechos de poemas, fala de personagens literários ou data de fatos históricos. Falava, nessas oportunidades, como se estivesse fazendo o rascunho de um capítulo de novo livro”.

A propósito, sua grande amiga (dele e de Dona Antonieta), a minha Beth Vasconcelos, sempre companheira, certa vez também franca e sincera, passando-lhe a mão o recepcionante “drink escocês”, pergunta de chofre: “- Dr. Ernani, como me admira o sucesso de sua vida pública, com o tratamento que dá aos seus eleitores”. E ficou sem respostas...

Outro trabalho oratório foi revelado, perante o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, introduzindo-se na Cadeira de n.º 23, onde homenageou seu amigo Apolônio Carneiro da Cunha Nóbrega, que antes o apresentara como Sócio da mais vetusta das sociedades culturais da Paraíba há três décadas. Aí sendo, como historiador disse, no Discurso de Posse no IHGP: “Devoto da História - de nossas tradições, do passado de nossa gente, isso sempre fui. Fui e serei. Não propriamente um historiador, ou mesmo um historiógrafo, como já disse, saudando Humberto Nóbrega na ACADEMIA PARAIBANA DE LETRAS — Cultor da História, eterno aprendiz de sua interpretação, curioso de seus mistérios, que são, afinal, os próprios mistérios da vida, agravados pelas camadas do tempo e pelos silêncios da morte — cultor da História, não apenas no amontoado de datas; da História não sentenças definitivas, não intolerância, não infalibilidade, porém mais de compreensão, esforço do entendimento, equilíbrio entre a pesquisa e a opinião, coragem e cuidado, seleção ou generalização, avanço e recuo — cultor da História assim, nem muito arrogante nem humilde demais, quase natural, espontânea, viva, palpitante — cultor de uma História assim, isto sou. E este voto faço, sem receio de descumpri-lo. Com este novo título não passo a ser um historiador”.

Agora, no terceiro pronunciamento, é o acadêmico patoense, recebendo na cadeira de Augusto dos Anjos seu amigo (desde os tempos de ginásio) Humberto Nóbrega, o incansável intelectual, pesquisador, defensor de nossa documentação em memória, saúda-o nesses termos: “Esta oração é linguagem de ternura, do coração, da estima, e o notável é que cumpre a praxe formal dos empossamentos, examinando tanto Augusto quanto o imortal substituto, o jurista, o filósofo e intelectual José Flóscolo da Nobrega.”

Em igual solenidade, recebe a Jarbas Passarinho, na Academia Brasiliense de Letras. Fez estudo sério, abalizado e perfeito, debuxado o escritor espada e pena, romancista amazônico, digno de José Potiguar ou mestre antropólogo Arthur Reis. Belíssima a observação do contraste da obra romanceada de ambos os Acadêmicos. Se o autor de *O Quadro Negro* e Mariana fala da inclemência do sol e da terra ressequida, da moral sólida e conservadora nordestina, por vezes no *visu* do retirante, o outro fala no esparrame das águas, nos tentáculos imensos dos rios-mares, onde o homem é, também, um retirante, vítima de outros mandonismos e explorações. Bem perfilou Ernani em escorreito perfil o Homem, a Vida, a Obra, a Arte e a Inspiração de seu afilhado, tão preciso na ficção regional.

Ao examinar seu academismo em últimas linhas em bosquejo bio-bibliográfico modesto, mas sincero, refiro-me à sua presença, no trabalho de posse como fundador na cadeira n° 17 da Academia de Letras de Campina Grande, o qual é um tributo ao historiador, orador, poeta, gramático, Manuel Tavares Cavalcanti. O trabalho é primoroso, o perfilado influenciou-o na sua juventude e adolescência, quando estudante na Paraíba de então. Sente-se que foi, talvez, este estudioso da “Mestra da Vida” o seu incentivador por esses caminhos, reveladores e culturais. Recebendo-o na Casa de Mauro Luna assim, apresentei-o: “Confrade, espero, há de ouvir-me falar do jurista, advogado de aldeia e mais tarde de cidade maior, penalista já apaixonado, constitucionalista caldeado na experiência ou no estudo do Direito Político, e Social lendo, de Maquiavel e Campanella, de Thomas de Aquino, aos enciclopedistas Rousseau ou Montesquieu, conhecedor do Estado Moderno de Tocqueville, Conte, ou Spencer. Dominando a democracia social alemã, ao conservadorismo inglês, ao socialismo cristão de Maritain, conquista agora fracesa, repudiando Engells ou Karl Marx, alquimista de todas as idéias políticas do mundo, até a espécie que também vi no Socialismo Escandinavo ou Auto-gestão da Antiga Macedônia, hoje Ioguslândia. E reverencio o orador repetindo os tribunos, Alcides Carneiro, o altaneiro, José Américo, o arrebatador, ou seu admirado Castro Pinto, o mágico eloqüente do verbo”.

E, no momento do investimento, assim falou: vem agora a terceira investida. É na Academia de Letras de Campina Grande. Aceitei o convite para integrá-la, e, com o mesmo entusiasmo, a sugestão para que fizesse de Manoel Tavares Cavalcante o meu patrono. Foi Aluísio Campos, o artífice dessa maquinação ao lado de Amaury Vasconcelos, Elizabeth Marinheiro e outros, até onde chega meu conhecimento dos fatos. E, agora, uma palavra de especial agradecimento a Amaury Vasconcelos, fundador da Academia, pela lembrança de meu nome e pelo discurso que não conhece mais sei que estará cheio de afeto, da generosidade e do entusiasmo com que sempre me distinguiu e comoveu. Para ele e sua maravilhosa companheira Beth, que me acompanhou nesta solenidade como madrinha, meu abraço muito afetuoso”.

Lindo foi o esgrimir de palavras, entre Alcides Carneiro e Ernani Satyro, quando da posse deste no Supremo Tribunal Militar: “Não sou um noviço na matéria que vou versar. Sou um velho profissional das lides forenses, embora, nos últimos anos, tenha-me consagrado, quase por inteiro, à atividade parlamentar. Mesmo assim, muitas vezes freqüentei a tribuna do Superior Tribunal Eleitoral, do júri popular. Fui, até este momento um político; agora sou um magistrado. Não tenham medo de político, tenham medo, isto sim, de quem foi mal no seu ofício, qualquer que ele seja. Não se assustem com o homem que tantas vezes gritou na Tribuna da Câmara. O grito partia da sinceridade, por vezes da paixão, no inesperado do debate, mas a conduta sempre resultou da meditação e do pensamento. Mesmo gritando, nunca necessitei rever um discurso para retirar uma expressão injuriosa. Revi-os e muita vezes, para melhorar a substância e forma, que são como corpo e alma. Unas. Indissolúveis. Venho para esta Casa sem arrogância, mas também sem falsa humildade. Trago para aqui os mesmos propósitos que sempre me inspiraram em outras atividades: advogado, parlamentar, escritor. Sempre fiz o melhor que pude. Sem ser um torturado, preocupado com a perfeição do detalhe, sempre procurei acertar na construção, embora por vezes procurasse acertar na construção, embora por vezes me descuidasse no acabamento. Se pudesse auto definir-me, diria que sou um construtor razoável, embora um mau decorador”.

Respondeu o pintasilgo de Princesa Isabel: “Até hoje, V. Ex^a foi julgado pelos outros. Julgado com ódio, e parecendo corvo; julgado com amor, e parecendo um homem, não um santo, que já não vive, transfigura-se para que seu povo o veja no esplendor de todas as virtudes humanas, parecendo um cisne, como na imagem do Padre Vieira. Julgado com precipitação, com injustiça, mas sempre julgado. Os juízes desfavoráveis, iníquos, o abor-

reciam, amofinavam, transtornavam. É que, em geral, não têm misericórdia, porque não têm entranhas, os que julgam passionalmente, os homens públicos. Agora, V. Ex^a julgará os outros. Na hora em que estiver julgando, basta que pense no quanto sofreu e se revoltou, quando era julgado, embora se considerasse réu sem culpa”.

E tudo aconteceu para o inevitável fim. No traslado de seus restos mortais, alude em seu falar, o seu auxiliar Dr. Evaldo Gonçalves de Queiroz: “Até hoje, o “Amigo Velho” permaneceu em Brasília. Agora, volta, em definitivo, à sua terra, Patos, e aos seus amigos, os paraibanos. Certo que esse retorno está muito diferente, constrangedoramente diferente, do que todos nós, seus familiares e amigos, imaginávamos. Pensávamos numa volta igual a tantas outras, quando sua presença na Paraíba era marcada por muito diálogo, muito trabalho e, sobretudo, muita preocupação com o destino dos paraibanos, seus “amigos velhos”. Sem esquecer, claro, as conversações políticas, de que nunca se exonerava, especialmente quando pensava em alçar novos vôos, objetivo dessa sua programada viagem de maio de 1986”.

No mesmo instante, a dor filial de Bertholdo Satyro, assim se expressa: “Está cumprida enfim a tua vontade. Repousa, pai, na terra que amaste com fervor e por ela enfrentaste tantas lutas, quase morreste ainda na mocidade. Nossa tristeza está compensada. Agora entendo porque. Mesmo depois da morte, grande ainda é a vida.”

Ernani, pensou em morrer, daí seu testamento: “Todo cuidado e carinho com sua mãe, ela foi o maior dom de minha vida, não fiquem tristes. A morte é desfecho inevitável”. O Criador deu-lhe a melhor, diferente da escolha da parca, da mãe de sua personagem Mariana: “— Mamãe a morte dói muito? “— Não minha filha, a morte não dói, o que está doendo é esse resto de vida”.”

Começamos o fim bem findo, na saudade perene, na recordação inesquecível, na separação eterna. A estrela não se apagou Ernani, corruscou para outro infinito, este o da verdadeira imortalidade, Deus o guardou consigo. Por isso, quis minha felicidade, quando no avião indo para Brasília, na representação federal da OAB, soube de seu encantar-se, e pude à noite, na homenagem fúnebre do Congresso, dar-lhe o meu último adeus, em nome de nossa Academia Campinense, e inicialmente, de voz embargada e lágrima vertendo do poço do meu coração, falei com a alma, invocando gratidão: “Ernani Satyro escolheste a vastidão do Planalto, aqui em Brasília, para o vôo da viagem sem retorno. Aqui, onde não se sabe onde começa o céu e termina a terra. O horizonte tudo une. Soubestes morrer, onde, parece, se consegue mais fácil a vida eterna — subir ao céu”.

“Diz o saber latino: “Faci Quod posui, faciant melhora patentes”. E assim o fiz ou tentei fazer. Sinto que outros melhor o poderiam fazer, embora muito longe da palavra ungida na gratidão feito estima, na admiração feita exemplo buscada na imitação.

Neste final, digo-lhe que jamais esqueci o ensinamento que tanto me valeu e ainda vale: “Grande é a Vida”.

ORAÇÃO FÚNEBRE (NO TÚMULO DE ALCIDES CARNEIRO)

ALCIDES:

Poucas palavras, poucas e carinhosas, para repetir, no túmulo, de um poeta, o exórdio de outro poeta.

Aqui está a Paraíba. Aqui estão teus amigos, da Paraíba e do Brasil inteiro, para trazer-te as suas despedidas, suas lágrimas e suas flores.

Bastava isto. Mas ninguém pode calar diante do verbo. Já diziam as sagradas Escrituras que “no princípio era verbo”. E em ti, tudo é o verbo. Se é certo que o verbo é a encarnação de Deus, que o verbo é o próprio Deus, foi pelo verbo que mais te aproximaste de Deus, para melhor servir aos homens. Na poesia, na conversa, no julgamento, na nação, no discurso - oh, no discurso! - em tudo tu foste sempre o verbo.

Quando tu foste nomeado para o Superior Tribunal Militar, houve quem perguntasse: Um poeta feito juiz? Esqueciam que a Poética, na sua mais rica acepção, é a própria criatividade. É a imaginação, é a fantasia que, pelo milagre da arte, se transforma em realidade, o que vale dizer, em vida. E tu o provaste. No Tribunal tu foste um estudioso do Direito, um perquiridor dos fatos, um apaixonado indagador da verdade. Nas tuas mãos as folhas e as letras, os autos não eram páginas mortas de papel, nem expressões frias de depoimentos e laudos periciais. Não. Nas tuas mãos e debaixo de teus olhos, os processos eram como seres vivos e animados, cheios de palpitação humana. É que, ao julgar os destinos dos homens, tu convocavas o coração para ajudar a inteligência.

Poderíamos dizer que agora, num passo de ilusionismo, que tu não morreste. Que continuarás conosco, na lembrança de teus amigos, na recordação de teus admiradores, na veneração de teus familiares. Na admiração do Brasil. Mas, desgraçadamente, morreste. Morreste, apesar dessas lembranças que não morrerão, enquanto nós, os teus contemporâneos, formos vivos.

Se é certo, como diz a Ciência, que os astros distantes, mesmo depois de apagados, ainda continuam a ser vistos, por séculos e séculos, então, por muito tempo ainda, permanecerão as iluminações, as imagens, os pensamentos e as Sentenças que soltaste no mundo. Se é verdade também que todos os sons pro-

duzidos na terra se eternizam nos espaços siderais, ou muito além, no infinito, então é certo, igualmente, que lá nesses espaços vibrarão as harmonias de tuas palavras, a sinfonia de tuas orações, a musicalidade de tua voz, ao lado das vozes dos grandes oradores do mundo.

Com o teu instrumento — a palavra — tu não foste apenas o orador e o poeta. Foste o pintor das paisagens nordestinas, o escultor da natureza brasileira, o compositor e o músico de nossos mais belos mais profundos e mais humanos sentimentos. Foste tudo isto, sim, porque a palavra, em ti, era pincel, era cinzel e era instrumento musical. E a arte uma só.

Para um discurso com a dimensão de teus méritos, só um orador que tivesse a tua dimensão. E isto parece que não existe mais. Correrão muitas torrentes de palavras até que outro apareça. Não será visto nem ouvido por nós. Para um discurso digno da tua inspiração e da tua expressão, só se tu mesmo ressuscitasses. Mas nós sabemos que não ressuscitarás. Todo o teu ser repeliria o presente da vida fora do teu Tribunal, o nosso Tribunal, onde cheguei como teu amigo e de onde saí como teu irmão. Tu não podias viver fora daquela Casa, que era a tua oficina de fazer justiça, o teu templo de compreender os teus semelhantes, sem esquecer a segurança da comunidade humana, que te cabia proteger.

Este pálido perfil estaria incompleto se não falasse na tua bondade. Não a bondade dos fracos, dos ingênuos ou dos indiferentes. Isso não é bondade. Com energia, com bom humor, graça, até um leve toque de ironia. Bondade enérgica, corajosa, serena e justa, quando isso se impunha - essa é que era a tua bondade. Uma bondade que se avizinhava da santidade.

Essa bondade foi tão grande, tão autêntica, tão do agrado de Deus, que acredito que ontem, quando chegaste lá em cima, São Pedro te disse, repetindo o pena imortal de Manuel Bandeira: “Entra, Alcides, você não precisa pedir licença”. E até os anjos pararam de cantar para te ouvir.

E agora vai, Alcides. Leva para a terra o que é da terra. Nossos corações não suportam mais o prolongamento desta despedida. Só um coração grande como o teu, mesmo depois de morto, poderia dar força a este pobre coração vivo, para chorar a tua morte, sem morrer também.

Vai. As estrelas, sempre que puderem, virão cantar sobre o teu túmulo. E tu como teu irmão, o alexandrino da Via-láctea. Terás ouvido para ouvir e entender estrelas.

DISCURSO DE RECEPÇÃO AO ACADÊMICO HUMBERTO NÓBREGA NA APL

Ao receber-vos nesta Casa, Sr. Acadêmico Humberto Nóbrega, não quero esquecer, e sim lembrar a pequena briga que tivemos, quando éramos estudantes do Liceu Paraibano. Ela mostra os homens que já existiam nos adolescentes, fiéis às suas convicções, ardorosos, sinceros, leais.

O incidente, em si próprio, não tem outra significação que não seja a afirmação, depois confirmada, de nossas personalidades. Com quantos outros também brigamos! Quantas pazes já fizemos! Há poucos dias, no aniversário do Corpo de Bombeiro, eu dizia que a vida é toda ela uma crepitação de incêndios. Só podemos apagá-los com o amor, a compreensão, o perdão, a solidariedade.

O que há de comovente em vossa atividade é essa atitude de amor, compreensão, de perdão, de solidariedade. Todas as vossas prevenções desaparecem, sempre que trata da História da Paraíba. As vossas opiniões anteriores, a vossa posição partidária, as vossas inimizades, as vossas paixões — tudo isso se extingue, nada disso domina, sempre que vos postais diante da História. Ela é para vós qualquer coisa sagrada, diante da qual só deve existir o espírito de verdade. É uma espécie de estado de graça.

E desgraçado do historiador que não fizer assim. A História já é em si mesma uma traiçoeira. Ela foi vivida pelos homens, e pelos homens há de ser sempre escrita. Os fatos são os fatos — diria um espírito simplista. Mas o fato nem sempre é o fato — ousaríamos dizer nós. Ele é muitas vezes a interpretação, a versão, a distorção. Chega a ser até o anti-fato. A mentira e não a verdade. O símbolo. A credence. Até o nada. Aí é que entra o papel do pesquisador, do historiador, do selecionador, do descobridor. Não a do participante e do protagonista.

Já houve quem fizesse a distinção entre o historiógrafo e o historiador. Aceito essa distinção, desde que indique uma prevalência, e não uma exclusividade. O historiógrafo seria mais o arranca-toco, diríamos, em linguagem do povo o historiador seria mais o arrumador da lenha.

Até onde prevalece essa diferenciação, seríeis mais da primeira categoria, como o foram, entre nós, os Irineu Joffily, os Maximiano Lopes Machado, os João Lira Tavares. Entre os outros estariam os Celso Mariz, os Coriolano, os Tavares Cavalcanti. Mas nos cuidemos bem, para não cairmos na cilada — trata-se de preponderância e não de exclusão. Já Horácio de Almeida, com seu

heroísmo e a sua paciência, com o seu descortino de intérprete e o seu talento de escritor, tudo isso fundido na alma de um passional da verdade histórica, traz numa das mãos a lente de curioso e analista, e na outra o facho do destruidor e do restaurador. Todas essas posições são válidas. Sem guerreiros e aventureiros a História não existiria. Mas também não existiria sem os homens de bom senso. Sem o recurso da palavra, ela não se escreveria. E os seus cultores, do mesmo modo, se caracterizam pela paixão ou pelo ardor, pela serenidade, pela pressa ou pela meditação. Ora pelo brilho, ora pela humildade. Em qualquer caso, porém, e antes, e acima de tudo, uma coisa importa: é o devotamento. Ninguém faz História sem amor ao passado, sem amor a verdade. O que já disse da literatura, digo agora da História: para fazê-la, necessário é sangrar, como os santos e os heróis. Seja o sangue rubro das veias, ou o da paciência, o da curiosidade, o do trabalho.

O que há de comovente em Vossa atuação, Acadêmico Humberto Nóbrega, como historiador, historiógrafo, biógrafo, pesquisador ou estipulador, é a gratuidade de Vossa conduta. Gratuidade, não no sentido profissional da expressão. Não é disso que se cuida. Nem no sentido psicológico porque não existe ato gratuito. Tudo no mundo tem a sua motivação. Gratuidade, no sentido de que nem sempre tendes encontrado respostas ao vosso esforço, e recebeis isto com naturalidade e compreensão.

É que fazeis História por vocação, e diante das vocações a hostilidade ou a indiferença não constituem um estorvo, e sim um estímulo.

Trazei em vosso espírito todo o acervo de um repositório histórico. Mas esse acervo, em vossas mãos, e diante de vossos olhos, não é um arquivo morto nem um depósito de papéis bolorentos convidando ao fogo ou provocando alegria, com a sua poeira e o seu mofo. O documento, diante de vós, tem vida e energia, tem força e fascinação. Ficais, ao encontrar um documento antigo, como uma criança que descobriu um brinquedo novo.

Não se pode fazer História sem capacidade de criação, ou de recriação, se quiserem. Ninguém é historiador sem imaginação que ilumina ou suprime, que confirma ou destrói, que apaga ou reescreve. O que porventura vos bem falte, com artista requintado da palavra, escrita ou falada, vos falte, como artista da história investigada, interpretada e honestamente recriada. Oliveira Lima também não foi um grande escritor. Pandiá Calógeras não foi, nem Rio Branco. Mas todos eles trouxeram luz ao conhecimento do que historiaram e dos episódios que narraram. nem todos nascem com a perfeição ou quase perfeição dos João Ribeiro, dos Nabuco e dos Machado de Assis, sim, porque, historiador ou estoria-

dor, intérprete da alma humana, abrangem ao mesmo tempo, a psicologia e o costume, sem o rigor das datas, e a natureza, sem o exagero da paisagem.

Para vós, Sr. Acadêmico Humberto Nóbrega, tudo é presente em nosso passado. Tudo é vida, até na morte. O convento, hoje palácio. A fortaleza de Santa Catarina, que teimais em transformar em atração turística, e conseguireis, com a força de vossa obstinação. As outras igrejas e os outros conventos. E os acontecimentos, e os homens, e as árvores, principalmente os tamarindos. Principalmente tamarindos de floração eterna, com aquele que floresceu os gênios de Augusto dos Anjos. Tudo isso, ao toque de vossa sensibilidade, é perfume novo, não é bafio do passado.

E por falar em Augusto dos Anjos, como descobristes ângulos novos, humanos, palpitações de vida e halos de comunicação, naquele matraquear de ossos e naquelas exalações de carne podre.

Descobristes que, na organização do poeta, não existiam somente as veias, condutoras do sangue venoso, e portanto de intoxicação e da morte. Existiam também as artérias, portadoras da restauração e da vida. Agripino Grieco, injusto com o Augusto da poesia científica, deslumbrou-se com o Augusto lírico e sentimental. Vós descobristes o Augusto humorista, o Augusto da Festa das Neves, dos jornais galantes, o confeccionador de anúncios em versos.

Já José Américo de Almeida nos falava, há algum tempo, do Augusto dos Anjos gente, pessoa, criatura, homem. Há poucos dias o escritor José Urquiza me observava: “Quem diria, que naqueles dois moços que passeavam pela Rua Direita, entre o Jardim Público e a Igreja da Misericórdia, estavam duas glórias futuras. Quem diria?”.

Vós revelastes, Acadêmico Humberto Nobrega que o poeta da putrefação, das cismas e das sombras sobre a ponte, a ponte que era sempre um convite à imprudência, vós descobristes que ele um dia também soubera sorrir. Um sorriso triste e encabulado - basta ler os versos e os anúncios. Mas afinal um sorriso, e vós os surpreendestes, em flagrantes expressivos. Estais, pois, com a vossa contribuição inscrito entre os Orris Soares, os Álvaro de Carvalho, os Antônio Torres, Antônio Houaiss, os Francisco de Assis Barbosa os Horácio de Almeida, os De Castro e Silva, os Ademar Vidal, os José Flóscolo da Nóbrega. Não cabe fazer aqui um juízo de valor. Todos sois valerosos. Cabe assinalar uma presença. E a vossa está registrada, em traços novos e imprevistos.

Grande Augusto. Como rondastes à beira do ridículo. Como dançastes sobre o ridículo, que é o pior dos abismos. Como foste ousado com a tua poesia

científica, esse mar perigoso, em que naufragou Martins Júnior. Quem te salvou foi o gênio. Te salvaste porque o gênio não tem regra. Sua exceção é que passa a ser regra. A regra é ele. Ele é a lei.

Acadêmico Humberto Nóbrega: Nós precisávamos de vós nesta Casa. Trazeis para ela o vosso entusiasmo pelo passado, a Vossa paixão pela biografia, o vosso amor pela nossa terra. Substituireis, com outro tom, com outras inclinações, o sábio, o homem sensível, tão esquisito, ao longe, tão doce, de perto que se chamou José Flóscolo da Nobrega.

A vossa eleição não foi um favor. Foi um direito, que conquistastes, com todos os serviços que tendes prestado à nossa História. Não falei do bom médico que sois, do amigo, que sempre vos revelastes, do homem de bem, que a Paraíba conhece. Falei do caçador de fatos históricos, do pescador de episódios, afogados no tempo, do vaquejador das tradições de nossa terra. Do garimpeiro que minera o subsolo do passado.

O vosso lugar era aqui. Um Instituto Histórico tenha paciência, mas há de ceder-nos uma parte de vosso tempo, da vossa inteligência e do vosso labor.

Sentai-vos , pois, na cadeira que é vossa, e que já honrastes por antecipação.

UNIVERSIDADE REGIONAL — OBRA DE INTEGRAÇÃO DISCURSO DE PARANINFO

Aqui me encontro como doutor e paraninfo. Doutor, talvez, de “faz de conta”, porque, entre os sonhos de minha vida, foi um que não consegui realizar.

Bacharelado em 1933, pela Faculdade de Direito do Recife, era meu propósito fazer concurso para a docência de uma de suas cadeiras, de preferência Direito Penal. Isso não me seria muito difícil, não só pelo gosto que sempre tive pela matéria, como pelas relações que consegui fazer, durante o meu curso. Tinha situação de prestígio na imprensa e colaboradores no “Diário de Pernambuco”, com artigos assinados, na mesma página dos grandes de então.

Na qualidade de presidente do Diretório Acadêmico, tinha assento nas reuniões do Conselho Administrativo da Faculdade, embora sem direito de voto. Meu retrato saiu, mais de uma vez, na primeira página dos jornais pernambucanos. Ao visitar o Governador Lima Cavalcante e convidá-lo para a colação de grau da turma, ele ofereceu-me uma promotoria pública, com a promessa, espontânea, de vir logo para Olinda.

Como se vê, todos os caminhos estavam abertos para a minha aspiração. Comprei livros, e muitos, no Brasil e no estrangeiro. O que fosse Direito Penal, ou Criminologia, eu mandaria buscar em qualquer parte, desde que escrito nas poucas línguas acessíveis ao meu conhecimento. Essa sempre foi uma de minhas limitações.

Ainda hoje muitos desses livros me olham com cara de maus amigos, desconfiados e traídos. Faltei ao compromisso que entre mim e eles se estabeleceu, nas manhãs sagradas em que os lia e relia com ares de professor.

Não cheguei a ser um aluno excepcional. Fui apenas um aluno razoável. O gosto pela ciência penal e todas as outras que com ela se relacionam, ao lado de uma fome e sede voraz pela literatura, tudo isso me fez um tanto desatento pela maioria das disciplinas do currículo. Mesmo assim, sempre estive atento ao Direito Civil e Constitucional. O resto, só o indispensável para “passar”.

Estas coisas são ditas por curiosidade, no mesmo momento em que, escolhido paraninfo e nomeado doutor honoris causa, o que cabe falar é de assuntos universitários. Discursos ou lição de Sapiência, mesmo sem muita Sapiência, creio ser este o recado que me compete.

Poderia arrepender-me do curso que fiz. Mas não me arrependo, por dois motivos. O primeiro é que não costumo arrepender-me, senão dos pecados, diante de Deus. Perante mim mesmo, não. Considero que aquilo que fiz, ou deixei de fazer, resultou do conjunto das circunstâncias existentes, dos meios de que dispunha para agir ou deixar de agir. Das condições individualíssimas. Dos humores. Do fígado. De uma dívida a pagar. De uma derrota ou de uma vitória. Da doença de uma pessoa querida. Da briga com uma pessoa também querida. Tudo isso condiciona o nosso comportamento.

Arrepender-me, pois, de que, e por quê?

É necessário, porém distinguir. Isso não significa que não reconheçamos a nossa falha ou o nosso excesso, para evitar futuras recaídas. Não direi para evitar futuros erros. A palavra erro tem conotações muito subjetivas. Muitas vezes a empregamos, á falta de outra que melhor nos dê o conceito das falhas e deficiências. Mas não quero empregá-la agora, no estado de espírito em que me encontro, falando principalmente para os moços. A humanidade já anda muito carregada do complexo de culpas.

Culpas dos pais, que não deram a devida atenção aos filhos. Culpa dos professores, que não souberam ensinar. Culpa dos moços, que perderam o respeito a pais e mestres. Culpa disso, daquilo, de não sei que mais.

Há em tudo isso muita conversa fiada. O excesso de psicologismo é tão prejudicial quanto o indiferentismo. O rigorismo é tão nocivo quanto o pieguismo. Guerra, pois, aos “ismos” de qualquer natureza. Na economia, na política, nas artes, na vida.

Parece que hoje é dia de implicar com as palavras. Há dias assim. Como existem aqueles em que implicamos com as pessoas.

Direi, pois, que também não gosto muito da palavra geração. Pelo menos não gosto, na acepção global e sentimental em que é quase sempre empregada. Que temos de comum com tantas pessoas que nasceram, viveram ou sofreram na mesma época que nós? Por que englobar-nos, a todos, na mesma geração?

Mesmo assim, direi que a nossa “geração” ficou conhecida, na Faculdade Direito do Recife, como uma daquelas que mais leram. Vejam bem, dos que mais leram, e não dos que mais estudaram. Líamos tudo, devorávamos tudo.

A Revolução de 30 nos aguçara a curiosidade por outras revoluções do mundo. Era uma verdadeira, febre de traduções, no Brasil inteiro, e grande parte dessa febre atingiu o Recife. Também os livros nacionais eram muitos. Raros eram os alunos que estudavam bem o Direito. Assuntos políticos, socio-

lógicos, literatura — tudo da então chamada cultura geral — era objeto de nossa voracidade.

O próprio Freud, que vinha dos fins do outro para os começos deste século, mas só era conhecido dos especialistas, estourava agora em traduções e obras de divulgação. O Capital, de Karl Marx, em versões novas, parecia um menino. Spengler, Berdiaeff, Waldo France, Gilberto Freire, com a explosão de Casa Grande e Senzala, Gilberto Amado, em novos ensaios e conferências — era tudo um redemoinho de livros, sugestões e desafios.

Mestres consagrados, como Aníbal Freire e Odilon Nestor, meio encabulados, chegavam a dizer que precisavam ler muito, para nos acompanhar. Exagero de certo. Havia outros que, embora grandes, ficaram apenas com a sua especialidade. Nada da louca aventura dos moços. Cadê mais tempo para isso?

O estudante que, ao escrever um artigo ou proferir um discurso, não fizesse pelo menos uma dúzia de citações, estava desmoralizado. Era uma verdadeira intoxicação livresca. Cada um que quisesse ser o primeiro a conhecer a última novidade. Mal tínhamos notícias de um livro, e já o citávamos, mesmo que só lhe conhecêssemos a capa. Ou a notícia.

Hoje, vejo que muito daquilo não passou de um fogo de palha. Mas houve brasas que ficaram e, ainda agora, sopradas, continuam a arder. O incêndio não foi em vão.

Relembro muitas das figuras da época. Não as menciono com medo das “omissões imperdoáveis”. Muitos confirmaram, na ciência, nas letras, na política, na advocacia, as esperanças despertadas. Outros seguiram caminhos diferentes.

Se tivesse de dar um conselho a meus paraninfados, lembraria o trecho de um pequeno livro, que li àquela época. Ainda hoje o possuo, numa de minhas muitas estantes, espalhadas pelo Rio, Brasília, João Pessoa, Campina Grande, Patos. Sinais de longa caminhada, que foram ficando por toda a parte.

O nome do autor do livrinho — Introdução à Ciência — não importa agora. O que importa é a lição que deixou. Advertia ele que o nosso primeiro cuidado, diante da natureza, é aceitá-la como ela é. Não adianta querer que fosse diferente.

Que coisa tão simples e ao mesmo tempo profunda. Generalizamos o conceito.

Qualquer que sejam as nossas experimentações na ciência, nossas fantasias nas artes, nossa capacidade na ação, nossa atividade na vida, partamos sempre do princípio da unidade da natureza. Não adianta desejar que as coi-

sas fossem diferentes. Qualquer que seja a nossa intervenção num fenômeno — natural, social psíquico — não nos esqueçamos, a parte maior é da natureza. Cada um de nós é apenas o operador, o manipulador, o provocador. O resto — e o resto é muito mais — pertence à natureza. Em última análise, natureza somos nós.

Não esqueçamos isto, e já teremos boa parte do êxito.

É apenas esta, meus caros afilhados, a lição que vos quero dar. Tudo o mais são desdobramentos do mesmo ensinamento. Espírito de verdade, humildade - a verdadeira e não a falsa humildade; amor ao estudo, agora mais que antes; capacidade de conviver, mas também de estar sozinho, para meditar e refazer-se; orar, quando se tem fé; orar para conquistá-la, se não se tem; duvidar sempre, algumas vezes até da própria certeza; decidir sempre, quando a indecisão é a pior das decisões; perseverar, sempre, mas também mudar, quando o rumo não estiver certo; respeitar a sociedade, a opinião dos outros, contanto que não afogue a própria personalidade; amar e perdoar; não odiar nunca, nem vingar-se, mas castigar e punir, não ter medo de desgostar, quando este for o dever. O homem ou mulher, ser fiel a si mesmo; não temer, no entanto, a própria correção, somente pelo orgulho de ser coerente. A coerência não importa — o que importa é acertar. Desconfiar sempre dos valores absolutos, exceto Deus. Tudo o mais é relativo. Mesmo para os que não forem exercer a profissão, o que aqui aprenderam, serve. Não há na ciência ensinamentos perdido, mesmo quando, pelo seu próprio progresso, ela toma novas posições. Tudo aquilo que se teve como verdade, no mundo científico, sempre tem alguma coisa de verdade. Os que pensavam de outro modo diferente não erraram totalmente. Ficará sempre muita coisa da geometria euclidiana. A lei de Newton terá sempre resquícios de eternidade.

Não se confunda isso, porém, com a ignorância e os falsos conceitos. Isso nunca foi ciência, quando se dizia que a terra era fixa e o sol móvel, não era a ciência que falava, e sim que faltava.

Estou certo de que esta Universidade muito contribuiu para a vossa preparação. Digo — contribuiu — muito de propósito, porque, em última análise, todos nós somos, em grande parte, autodidatas. O professor abre os caminhos, aponta os acidentes, previne contra as surpresas, ampara e ilumina. A contribuição maior, no entanto, em cada caso, é do próprio indivíduo. E cada ser humano é um mundo de emoções, sensações, reações, engastadas embora no contexto geral da própria espécie. Somos todos iguais e diferentes. O ponto é saber distinguir.

Se quereis um modelo de força, coragem e trabalho, para as lutas que ides

enfrentar, basta olhades para esta Cidade. Campina Grande, plantada no interior de um pequeno Estado brasileiro, é um exemplo de tenacidade e de arrojo. Ainda agora, quando fatores desfavoráveis poderiam levá-la ao desânimo ou ao desespero, ergue-se sobre si mesma, convoca energias insuspeitadas e encontra, na indústria, na vida universitária, os suportes necessários para substituir o que tinha perdido em comércio, não é que o comércio tenha desaparecido. É que, como acontece com todo problema resolvido, novos problemas decorrem dessa solução. As estradas são indispensáveis ao progresso e ao desenvolvimento do Brasil, mas as estradas prejudicaram o grande empório comercial que aqui vicejava. Desanimar? Nunca. Abriremos outras sendas. Elas já estão sendo abertas.

Esta Universidade será, se Deus quiser, uma cidade dentro de outra cidade. A Universidade é hoje a pedra de toque, em que devemos concentrar todas as nossas energias. Criminoso é quem lhe opuser qualquer resistência. Eu mesmo já evolui nessa matéria. Antes pensava que bastaria termos boas escolas superiores. Não basta. A vida universitária de Campina Grande cresceu tanto, sonhou tanto, construiu tanto, que hoje só a coroa da Universidade pode caber na cabeça da cidade-rainha.

Tenho empregado todo o meu esforço pelo ideal da federalização. Ninguém pode ser contra isto. Ninguém é contra. É justo que outras escolas, já cheias de tradições e serviços, lutem pela manutenção do seu status, pela segurança do seu prestígio, pela dignidade de sua posição. Nem outra coisa pretende a Universidade Regional. As escolas mais novas encontram nas irmãs mais velhas o exemplo da dignidade, do espírito científico, da seriedade e do saber. Este é o meu pensamento. Outros não são os propósitos do Reitor Antônio Lucena, que vem consagrando sua vida a este ideal.

Podeis, pois, confiar no êxito desta campanha.

A revolução de 1964 veio para isto. Depois de evitar o caos, a destruição, a comunização, voltou-se para o desenvolvimento intregado.

A federalização da Universidade de Campina Grande é mais uma obra de integração. De integração cultural. De integração social. De integração humana.

Por ele devemos todos lutar, com o sentimento de Pátria, que a Revolução restaurou. Com o amor à Bandeira Nacional, que a Revolução renovou. Com os lábios de todos, homens, e mulheres, e velhos, e moços, e crianças, a tremer de orgulho e emoção, ao cantar o Hino Nacional, que os nossos inimigos tentaram emudecer, mas que a Revolução torna cada dia mais vibrante e mais vigoroso, a nos convocar para a paz e o progresso, dentro da ordem.

Devia estar aqui o meu padrinho nesta cerimônia, o grande José Américo de Almeida. Não pôde vir, e eu não pedi que mandasse representante. Bastem-me as palavras da carta que foi lida, o mais que se pode esperar de sua cautela no elogio, principalmente a quem está no poder.

A madrinha, esta que nunca me faltou, que esteve sempre ao meu lado, me ajudando e suportando, esta se encontra aqui. A sua bênção é um presente dos céus, como a sua companhia tem sido uma graça de Deus.

(Discurso pronunciado na Universidade Regional de Campina Grande, em Campina Grande.)



RAIMUNDO YASBECK ASFORA

Nasceu em 26 de novembro 1930 em Fortaleza e, morreu em 06 de março 1987, na sua Granja Uirapurú, Bairro de Bodocongó em C. Grande, deixando a dúvida atroz de suicídio ou assassinato. Era filho de Elias Hissa Asfora e Orminda Yasbeck Asfora, portanto de origem Árabe por parte do pai.

Radicado em C. Grande desde a puberdade, iniciou-se na política ainda estudante secundarista e, de colegial na Rainha da Borborema, após bacharel-se em Direito pela Faculdade do Recife. É nessa Antologia, o único não paraibano de origem; admirável, porque poucos amaram Campina Grande e a Paraíba mais que ele, elevando-a a nível estadual, regional e nacional, tudo propiciado por sua condição de orador, tribuno e poeta, não se preocupando com a compilação de seus belos versos, para um livro sequer; daí dizer o igualmente poeta e seu grande admirador: “Seus poemas, publicados em jornais (em particular no DIÁRIO DA BORBOREMA), não foram reunidos em livros”. Antonio Simões, — ASFORA EM NOITE E VERSO (LANCES DE VIDA E POESIAS) (1989).

Conhecemo-nos (eu mais velho em um lustro), desde Areia, quando recebi-o a pedido dele, para o encontro do primeiro mão à mão, e inicial abraço. Acompanhava-o, o que havia de mais brilhante na juventude campinense: Naldo Dantas, Noildo Dantas, Juarez Farias, Fernando da Cunha Lima, Hélio Soares e Agnelo Amorim, sendo que o que desejávamos (eu e ele), era nos

ouvirmos mutuamente. Daí por diante nos comícios das campanhas de José Américo, Elpídio de Almeida e Plínio Lemos, o último trazendo-me para Campina Grande, como seu Secretário de Administração deixando-me no cotidiano, com ele Asfora, o Secretário Geral da Prefeitura. Nasceu entre nós amizade e estima tão imensas, que passamos a nos tratar, reciprocamente como “irmãozinho” até nosso último encontro em Brasília, no enterro de Ernani Satyro.

Secretários da municipalidade, fomos intimados pelo chefe e amigo Plínio Lemos, para irmos a Boa Vista, então distrito para os discursos de elogio. A edilidade inaugurava benefícios, e quando cheguei pela primeira vez ali, já se encontravam, autoridades e povo na fazenda, prolongamento da vila, tendo essa propriedade sido mais tarde de meu domínio e posse. Na irresponsabilidade da juventude, por ser domingo, havia participado de uma confraternização do Banco do Brasil em Campina. Ia grogue, e até tombava um pouco. Ao ver-me descer tardiamente do carro de praça, e como estivesse falando foi me saudando: “Ali vem a patativa canora que Areia nos mandou. Preparai os vossos ouvidos para ouvir seu gorgear. Se não quiserdes, preparai os vossos corações, para neles guardar a oferta de suas palavras”. Fui responder, após beliscões da prima Nina e do parente Plínio. Ao microfone, gritei a pleno pulmões: - “Povo de Bela Vista”. Outros beliscões, mormente diante de um aparte: — “Dr. Amaury não é Bela Vista, é Boa Vista”. Redargui de pronto: — “Mal sabe você digno aparteante, que de propósito, chamei de bela, a quem é tão boa. E agora vejo que ela é tão boa quanto bela, ou tão bela quanto boa”.

Raimundo Asfora é presença na Coletânea de Autores Campinenses no Centenário, elaborada por ele próprio, Elpídio de Almeida e Bezerra de Carvalho.

Salvou-se ainda pequeno, acervo da eloquência de Asfora, nos discursos parlamentares, nos de praça pública, nas saudações fúnebres, nas pronúncias de salão, nas homenagens ou comemorações culturais, sociais ou políticas.

Não fugia a uma vida de boêmia notívaga, onde a madrugada, em seu silêncio, entre nós, em Brasília ou onde houvesse noite, era o indormido de seu sono, o despertar de sua inteligência, vivendo ao embalo de sua lira, declamando versos seus ou de outrem, testemunha do desafios e do pontear de violas, distribuindo motes; seu estro, virava verve, era um apaixonado pelos encantos da noite, fascinado pelas estrelas, que iluminavam junto à lua, o lampejo da alma viva e real de um autêntico trovador, de um aedo, onde tendo mulher lhe

bastava a companhia inspiradora. Seus amigos e companheiros seriam aqueles, em derredor do copo, a seu nível intelectual ou não, e lhe eram fiéis, “conquanto gostassem de pegar o sol com a mão”. E assim foi até na noite fatídica, quando o dia surgia para nunca mais ser noite, senão no negro do mistério de sua morte, que deixou a Paraíba madrastra de seu tribuno redivivo.

Foi vereador, deputado estadual e federal, procurador fiscal, advogado militante, professor de Direito Penal da Universidade Regional do Nordeste, Secretário do Ministério de Minas e Energia. Orador festejado, dono de um estilo inconfundível como em político e parlamentar marcante, daí ser apontado por Sindulfo Santiago, “como um dos nomes mais importantes na oratória da Paraíba”.

Ninguém mais que ele (desaparecido tão cedo), encantou e se fez respeitado e decantado pelas grandes lideranças deste País, senão vejamos: “Líder político, orador vibrante e brilhante, tribuno, poeta, e ainda, advogado do povo. São alguns dos predicados que se podem seguramente atribuir ao saudoso Raymundo Asfora”. Carlos Lacerda

Disse Tarcísio Burity, ao perder seu Vice-Governador: “...Foi um político que se projetou pela força da oratória. Construtor de frases de grandes belezas plásticas, não resumia o talento de tribunos ao formalismo das imagens. Davalhes a densidade do conteúdo humano e social, enriquecendo o efeito do sentimento com o poder da razão. Não era apenas um arquiteto de sentenças bem feitas. Era, também, um engenheiro de idéias bem sedimentadas. Foi um orador que preencheu os espaços com a precisão de um vigoroso defensor das causas populares.”

Novamente Antônio Simões em “Asfora — Noite e Verso”, comenta: “A oratória brasileira teve, ao longo da sua história, participação efetiva dos oradores paraibanos. E a cidade de Campina Grande, elevou mais ainda essa participação com a presença eloqüente do Tribuno Raymundo Yasbeck Asfora. A cidade sempre se manteve como o ponto central das grandes decisões políticas da Paraíba.”

Raimundo Asfora, incluído fundador da Academia de Letras de Campina Grande, surpreendentemente, de modo algum aceitou participar do acontecimento, hoje marcante no processo cultural da cidade, e pior, em seu espírito mordaz e crítico em trocadilhos acres por vezes e até irreverentes, mofava da Academia. Interpelado por mim que, não admitindo aquilo, em nosso comum campinismo, e na fiel amizade, assegurou-me: “— Irmãozinho, não acreditei no sucesso, não desejei arriscar-me ao insucesso”. Já aceitava integrá-la. Ironia do destino; hoje

é patrono da cadeira nº 36, fundada pelo arguto, inteligente e renomado jornalista Francisco Maria Filho — Chico Maria, que entre outros belos conceitos de vida e obra, em sua posse tangenciou: “A fama do grande orador alcançou todas as alturas, sendo alvo dos elogios e admiração dos mais ilustres personagens da vida pública brasileira. “Uma voz talhada para as grandes assembléias”, José Américo. “Tem um poder verbal de encantar serpentes”, Jornalista Carlos Larceda. “Jovem êmulo de Epitácio Pessoa”, San Thiago Dantas. “Bela esperança da juventude brasileira”, Getúlio Vargas. “Nunca vi, juntos, tanto gênio e tanta modestia”, Argemiro de Figueiredo. “Talentoso líder de Campina Grande”, Jango Goulart. “A voz da Paraíba me deixou a pensar”, Jânio Quadros. “Maravilhoso talento”, Tancredo Neves. “Nunca Campina subiu tão alto. Força das asas de Asfora”, Virginius G. e Melo. “Um orador assim não pede a palavra. Ela se oferece”, Assis Chateaubriand. “Não é só uma voz de comando, mas o comando de sua voz”, Alcides Carneiro. Dizer mais o que, a respeito de Raimundo Asfora, o orador? Impossível. Juscelino Kubitschek viu nele não apenas um orador, mas um grande poeta. Sim. O construtor de Brasília tem razão. No conceito do extraordinário e sempre “Benvindo” Amaury Vasconcelos, nosso presidente a carregar nas mãos e no coração esta Casa — “Raimundo Asfora além de trocadilhista mordaz, era sonetista perfeito com uma “linguagem de fogo, lírica, com improvisos eloqüentes”. Se em “Chapéu Preto” — ele não vive o seu momento maior, como querem alguns críticos - é ponto pacífico que, no referido soneto, está seu trabalho mais famoso, enquanto Poeta era preto, tão preto como preto. Meditativo, certa vez confessou ao Professor Moacir Carneiro em entrevista para a televisão: “A minha vida tem sido vítima do destino e do acaso, mais do que de minha própria vontade”. Assim era ele, assim pelo menos eu o vi. Um homem e muitas vidas; político, professor, funcionário público, advogado e poeta. No exercício de todas essas trajetórias duas marcas salientes: o talento e a honestidade. Ele viu alturas e viu abismos. Do alto, sempre preocupado com os filhos do povo, os desvalidos e injustiçados. Na queda, um homem sozinho, firme na recusa de repartir com parentes e amigos seus momentos de dor e de angústia, que não foram poucos. Noite de 6 de março 1987. O poeta, arrodado de solidão, trazendo no peito o canto mudo, apenas consegue gemer a própria dor. “A vida que tenho tido é uma morte que se adia. Pelo menos, naquela hora maldita, e pela primeira vez em sua vida, ele consegue construir o próprio destino e marcar seu próprio caminho. Um tiro acorda a madrugada, e mesmo com as asas feridas, um pássaro voa o seu último vôo. Vôo alto, bem alto até cair nos braços da eternidade”.

Na Revista nº 2, recebe de minha parte, o seguinte perfil como patrono: “Revista da ALCG: Raimundo Asfora era cearense de nascimento. Campiense-paraibano de vida conterrânea. Revelação de orador e poeta, desde adolescente, embora arrebatado pela política desde a vida estudantil e universitária. Vereador, Deputado Estadual e Federal, Secretário Municipal e do Magistério de Minas e Energia. Sonetista perfeito, trocadilhista mordaz, nunca se publicou em livro como vate. Seus discursos políticos vão de “Assim Falei”, a “Oração de Esperança”, “A História e o Presente” e mais outros... Orador de fama nacional, tribuno imaginoso, arrebatador. Linguagem de fogo, poética, improvisador emérito, eloqüente. Frase segura, conquistador de massas”.

Como assegurou o também acadêmico Evaldo Gonçalves: “Finalmente, daquele que, visto como simples cidadão, foi irmão do povo, sendo sua expressão maior e mais fiel, um obstinado na defesa de seus princípios, jamais se deixando conduzir por interesses materiais, detentor que era de espírito público e conduta ilibada. Em qualquer circunstância, jamais deixou a verticalidade do comportamento em face do interesse público por mais forte que fosse a pressão. Para ele, vergar-se, apenas, diante de Deus. Comandante de tantas campanhas políticas, a gritar conceitos que desconheciam o medo, às vezes até agressivo, por mais que fossem acesas as lutas partidárias, mesmo assim, ninguém, nem mesmo o mais ferrenho adversário ousou a ele importar o menor desvio de natureza moral”.

Otávio Sintônio Pinto, em artigo no Correio da Paraíba, intitulado, A Palavra e o Nome, comenta: “A palavra de Raymundo é estilo sempre, a qualquer momento, seja no colóquio distraído da intimidade, seja nas rodas que formam, no passageiro das esquinas, em torno de sua presença carismática, seja na conferência das aulas de Direito, seja nas tribunas forenses ou no palanque político. Palavra que sai inflamada da fornalha e estilizada em que todo seu ser se assume ante sua interpretação do mundo própria, particular, individualíssima, confirmada a definição de Gasset: “estilo é a cosmovisão individual”.

É lícito lembrá-lo em momento hilário e sarcástico na inclemência de seus apartes parlamentares e observações tribunícias, de lampejos geniais. Registramos uma delas: “Foi durante esse discurso, denominado de Bolou Teses, Rebolou Antíteses, que Asfora viu-se longamente aparteado pelo líder do Governo, Jorge Arbage, “famoso tomador de tempo dos oradores de oposição”. Deferido pelo colega Eptácio Cafeteira (PMDB-MA) que revelou ser o único objetivo de Arbege tirar o tempo de V. Exa.”, Asfora arrancou risos do plenário: “Agradeço a V. Exa., nobre deputado Cafeteira, não apenas a generosidade, mas a vigilância. Já descobri as artes felinas do Dr.

Arbage. Ele banca o gato: fica roçando na gente, e a gente acariciando. O danado está é limpando o pelo”.

Surpreendido pelo troco de Asfora e já de costas, saindo do microfone de apartes destinado aos deputados governistas, Arbage virou-se: “V. Exa. está sendo injusto”. A réplica de Raimundo Asfora: — “Com V. Exa., ou com o gato?”.

Amado, querido pelo povo, que obedecia ao comando de sua voz, em gritos frenéticos de aplausos intensos e longos (repetindo Félix em passeatas e comícios madrugadores), onde inerte, paralisado, firme, sem cansaço, esperava a sua palavra que era a última, para segurar o comício. Por isso em um de seus momentos tão costumeiros de alacridade, brinca: — “Voto é como beijo. Só se dá a quem se gosta.”.

Imortalizou seu amor por sua amantíssima Rainha da Borborema, na letra do Hino do Centenário em verso e rima, consagrando-se na parceria com Rosil Cavalcanti e Luiz Gonzaga:

“Estala relho malvado/ embora a burrama gema, (recordar hoje é meu lema, substituiu Rosil)/ quero rever os antigos/ Tropeiros da Borborema. São tropas de burros/ que vêm do sertão,/ trazendo os seus fardos/ de peles e algodão/. O passo moroso só a fome galopa/ pois tudo atropela os passos da tropa/. Os duros chicanos/ cortando os seus lombos,/ os cascos feridos/ nas pedras aos tombos/. A sede e a poeira,/ o sol que desaba,/ oh! longo caminho/ que se acaba!/ Assim caminham/ as tropas cansadas.../ e os bravos tropeiros buscando. /Aos trancos e guardas/ dos tempos de outrora,/ saiam mais cedo/ que barra da aurora. /Riqueza da terra/ que tanto se expande,/ e hoje se chama/ de Campina Grande.../ Foi grande com eles/ que foram os primeiros./ Oh! Tropas de burros,/ Oh! Velhos Tropeiros”. É por isso sem dúvida, que sua ausência é uma eternidade de saudade.

E a viagem lhe foi aziaga, o pássaro das alvoradas, a patativa campinense, o curió brejeiro, o condor que alava, pairando em brilhantes palavras, fazendo chover prata, reflexo das estrelas que lhe acompanhavam pelos caminhos dos dias, que mal findavam já eram alvorecer para sua alma irrequieta e triste, melancólica e insatisfeita.

Naquela última noite, sua angústia era negra em seu coração, cuja fonte de suas emoções lacrimejavam, molhando o seu íntimo, onde vivia o drama de suas desditas.

Na ante manhã, levantou-se da sua cadeira, onde às suas costas, os amigos leais e fraternos do Restaurante Manoel da Carne de Sol, haviam escrito no bronze, e apostado à parede, sua inesquecível frase: “Eu sou a voz na madru-

gada para despertar vossas almas”, ao fazê-lo, partiu para o embalo do cantar do passaredo da morada bucólica. E nunca mais foi visto nem ouvido, nem se fazia mais olhado, nem cantaria mais pela cotovia, que silenciou, deixando que nós seus pósteros, nós sim, pudéssemos ainda cantar as nênias por sua eterna saudade.

Escolhemos suas palavras, às mesmas para falar de morte e lembrar a parca, em seu discurso fúnebre, no túmulo de Severino Bezerra Cabral, nosso grande líder e amigo: “Morto. As mãos inertes e frias cruzadas sobre o peito; o rosto de alma apagada, o corpo deitado pavorosamente imóvel dentro de um caixão. Oh! Cabral, o horror dessa cena que parece um pesadelo e, no entanto, é uma realidade mais cruel. Essas ondas humanas que se atropelam e imprecam ao redor dessa cova, não são as mesmas dos nossos comícios. Há esgares de dor nos semblantes, choro alto de multidão no desespero e na agonia da despedida”.

Como Raimundo Asfóra! vimos o mesmo quadro, como se você, pintor, tivesse pedido ao destino, para repetir o mesmo drama, o mesmo instante de saudade e dor. Eu vi a Paraíba orfã, na arte que Cícero imortalizou. Não tive coragem de dar-lhe o último adeus; minhas palavras não seriam dignas, no mínimo, de tantas das que você disse e soube dizer. Adeus irmãozinho. Nunca mais à maneira dos seus descendentes e ascendentes árabes, na demonstração de mútua amizade, poderemos trocar os beijos como fazíamos. Encerrarei com suas últimas palavras para mim no ajardinado cemitério de Brasília: - “Irmãozinho, preciso demais desabafar com você e Betinha.” Fui assim, também testemunha das tempestades de sua alma, do compungir-se de seu coração. Foi tudo que pude ofertar-lhe neste panegírico.

DISCURSO DE SEPULTAMENTO DE JOÃO PEDRO TEIXEIRA

Sr. Presidente na sua edição de 5 de abril de 1962, o jornal A UNIÃO de João Pessoa, publicava: “A UEEP organizou, ontem à tarde, no Ponto de Cem Réis, um comício de protesto contra o trucidamento de João Pedro, o líder camponês de Sapé. O Deputado Raymundo Asfora foi um dos oradores, especialmente convidado. Nossa reportagem esteve presente. E fez o apanhado traquigráfico do improvisado do grande tribuno, através do jornalista e historiador Hélio Zenaide.”

Passamos a divulgar, na íntegra, a sua oração.

“Um tiro franziu o azul da tarde e ensangüentou o peito de um camponês. Foi assim que João Pedro morreu. Eu o vi morto, no Hospital de Sapé. Peguei na alça do seu caixão e, ao lado de outros companheiros e de milhares de camponeses, levei-o ao cemitério.

Estava com os olhos abertos. A morte não conseguiu fechar os olhos de João Pedro. Brilhavam numa expressão misteriosa e estranha, como se tivessem sido trocados por um clarão de eternidade.

Os seus olhos, os olhos de João Pedro, estavam escancarados para a tarde e, dentro deles, eu vi — juro que eu vi — havia uma réstea verde que bem poderia ser a saudade dos campos ou o fogo da esperança que não se apagara.

Tinha sido avisado de que o perseguiram. Assistira, certa vez, ao lado da esposa, a uma ronda sinistra em torno do seu lar. Talvez soubesse de tudo, mas aprendera, na poesia revolucionária do mundo, que é melhor morrer sabendo, do que viver enganado.

Por que mataram João Pedro? Por que o trucidaram? E de emboscada? Mataram João Pedro porque ele havia sonhado com um mundo melhor para si e para seus irmãos.

Idealista, ele não compreendia nunca, na sua inteligência ágil e no seu raciocínio acertado, como todas as terras da Várzea do Paraíba pertenciam apenas a proprietários que podiam ser contados nos dedos de uma mão!

E tantos homens sem terra, e tantos homens aflitos, e tantos homens com fome!

Sonhara com a reforma agrária, mas não pensara na revisão dos estatutos das glebas empunhando uma foice ou um bacamarte, na atitude dos desesperados. Apelava, apenas, para a organização da opinião campesina,

da opinião dos campos, porque organizada a opinião do povo tudo o mais estaria organizado.

Nunca me deparei, paraibanos, com uma população rural tão penetrada e compenetrada de consciência de classe, do valor da disciplina e da coesão como os lavradores de Sapé. Foi João Pedro que os convocou, mobilizando-os, ardentemente, em cada feira e em cada roçado, argumentando sempre, com uma fé inquebrantável, sobre a necessidade de formação de seu Sindicato.

De um Sindicato igual aos vossos, trabalhadores de João Pessoa, respeitado pelos padrões, protegido e protetor.

Por que os latifundiários não querem respeitar as Ligas Camponesas? Por quê? Não se organizam elas nas cidades, nas Associações Comerciais, nas Federações das Indústrias? Não freqüentam eles o Clube Astréa, o Clube Cabo Branco, os clubes do Recife e do Rio? Por que os camponeses não têm direito a ter a sua Liga?

O campo se priva de tudo para nos prover de tudo. Sem a enxada, que fecunda o ventre da terra para a gravidez da sementeira e o parto da colheita, nada chegará às nossas mesas. A vida vem dos campos. Sem o suor, sem a fadiga dos camponeses, jamais alcançaremos a fartura do povo e a pobreza será cada vez mais infeliz e desamparada.

Os latifundiários, todavia, na sua ganância, fingem desconhecer essa verdade, e, na sua cupidez e egolatria, negam aos pobres até o direito de ter fome.

Fecham as suas propriedades ao cultivo, trazem-nas, avaramente, estagnadas, mandando matar aqueles que desejam transformá-las num instrumento de produção e de felicidade social.

São tão mesquinhos, no seu egoísmo que, na expressão de um ironista, deixariam o universo às escuras se fossem proprietários do sol.

Eu vi João Pedro morto. Os seus olhos ainda estavam abertos. Eles tinham visto muito, tinham visto quase tudo. À sombra do Sobrado, povoado de Sapé, ouvira, talvez, contar na varanda da sua casa tosca, a história de pais e de avós que cultivaram aquelas terras, sempre sob o regime do “cambão”, da “terça” e do “cambito”. Desse miserável “cambão”, dessa hedionda, “terça”, desse desumano “cambito” que devem ser varridos da nossa paisagem rural, nem que seja a golpes, nem que seja a impactos de multidões revolucionárias nas praças.

Ouvira contar que, certa vez, um pobre pai fora enxotado cruelmente pelo capataz do amo, pelo simples fato de ter discutido sobre uma cuia de feijão.

Sofria, ele próprio, as angústias daquele servilismo, doendo, agora, sobre o

seu corpo exausto, com um suor de agonia que lhe escorria pela alma, fermentando, então, no íntimo, a convicção de que a dignidade humana não poderia ser tão aviltada. Urgia uma reação e João Pedro, à sombra do Sobrado, meditava e sonhava com um mundo melhor para os seus filhos. Eles não haveriam de amargar a mesma servidão.

Sonhou. Haveria de pagar pelo crime de ter sonhado. O seu sonho era uma visão perigosa de liberdade. Os latifundiários não podem compreender que os corações dos humildes possam aninhar tão belos sonhos.

Contrataram sicários, armaram pistoleiros, puseram-nos na tocaia. João Pedro deveria ser eliminado.

Acuso, perante o Governo e a Paraíba, que há um Sindicato da Morte implantado na Várzea para ceifar a vida dos homens do campo.

Ninguém se iluda: aquilo não foi mandado de um homem só!

Todos devem se levantar em favor da luta dos camponeses, todos, principalmente vós, pessoenses, depositários da fibra indômita da raça tabajara, para que, em face da violência e da opressão, os camponeses não se sintam desamparados.

Mataram João Pedro. Nunca mais poderei esquecer os seus olhos. Os olhos dos mortos não choram. Ele nos deixou, no transe derradeiro da vida, a dignidade final da sua morte.

Sigamos o seu último exemplo. Ninguém derramará mais lágrimas. Os seus olhos queriam dizer que os camponeses, de tanto verterem suor, não tem, sequer, mais pranto para derramar outras lágrimas.

Esta cruzada é diferente das demais porque é maior do que todas as outras. Não há um candidato, não há um partido político, não há um interesse exclusivamente a ser defendido. Esta insurreição é, hoje, na História, o seu grande apostolado.

Ou defendemos os homens do campo, numa onda de solidariedade pacífica e irreprimível, pressionando as elites dirigentes para revisão da estrutura jurídica que nos depaupera e degrada, efetivando, urgentemente, a reforma das leis agrárias, ou o Brasil será a Pátria traída pelo poder econômico que já nos vem atraíndo nos Governos da República e no Parlamento Nacional.

É inútil matar camponeses. Eles sempre viverão. Antes de morrer, João Pedro era, apenas, a silhueta de um homem no asfalto, mas agora João Pedro virou zumbi, João Pedro virou assombração. É uma sombra que se alonga pelos canaviais, que bate forte na porta das casas grandes e dos engenhos, que povoa a reunião dos poderosos, que grita, na voz do vento, e

pede justiça, e clama vingança, que passeia pelas estradas de Sapé, que fala pela boca de milhares de criaturas escravizadas a mesma linguagem que, com a sua morte, não se extinguiu, porque a mensagem dos verdadeiros líderes não se esgota.

Pessoenses! Meditemos, profundamente, na destruição de João Pedro, perversa cilada que armaram contra o inesquecível líder, na carga de ódio que despedaçou sua vida. Ele sofreu, no próprio sangue, uma matança cruel que ameaça a todos nós.”

Foi isso, Sr. Presidente, que o matutino paraibano publicou, há 24 anos. Deixou o velho discurso nos Anais do Congresso Nacional em homenagem aos camponeses do Brasil, nesta continuada hora de luta pela reforma agrária e para registro do nome do autor da reportagem: jornalista Hélio Zenaide. (Palmas. Muitas palmas.)

ORAÇÃO DA ESPERANÇA

Sr. Presidente, o discurso parlamentar, não sendo capaz de flagrar os eternos instantes das multidões, não terá o frêmito da vida, nem o Parlamento a grandeza da História.

Eu deveria homenagear, hoje, o ex-Senador Drault Ernany de Mello e Silva, na véspera dos seus oitenta anos de idade. Era esse o meu compromisso com a Liderança do PMDB. Iria enaltecer sua vida e fixar um ponto culminante: a sua obstinação patriótica, à época da criação da Petrobrás.

Mas não falarei, agora, do admirável paraibano, nem do seu ato pioneiro, inaugurando a exploração e o refino do nosso petróleo, sob investidas e agressões dos trustes internacionais.

A emoção é a disciplina rebelde do meu espírito. Só sei dirigir-me por ela. Não saberia conduzir meu raciocínio abstraindo tristezas e ansiedades, moldando uma linguagem que, não sendo espontânea, não estaria em paz com os meus pensamentos. Só liberto dos lábios as palavras prisioneiras do coração.

E o meu coração, nesta hora, tem o único sentido da Pátria: a inquieta esperança de que o Presidente Tancredo Neves sobreviva ao seu leito de sofrimento.

Ele padece, no silêncio de uma sala de hospital, a angústia de uma segunda cirurgia, e o povo brasileiro, em lágrimas, sofre suas dores. Um tênue fio, esgarçado em febre, prende-o à existência. E agentes malsãos ainda turbilhonam seu débil organismo.

O poder hipnótico da televisão me liga aos seus noticiários e aos boletins médicos. Dizem que reagem as forças infinitas do instinto e da fé do Presidente. Essas vibrações ocultas poderão devolver-lhe o milagre da vida. Mas por quanto tempo resistirá seu grande coração em agonia?

Não paira no ar o trágico aviso de que podemos perdê-lo? Quem nos informará, verdadeiramente, sobre o diagnóstico do seu mal?

Oh, velho destino, qual será tua próxima trama?

Dura fatalidade. Vir de tão alto, vir dos braços das multidões e, na hora culminante, ser traído por uma enfermidade que sombreou a Nação.

E ninguém estava mais preparado do que ele para o seu comando. Pode não ser, o Presidente, um homem providencial, mas foi eleito pela Providência para restituir a este país a ordem jurídica, civil e democrática.

Ele, somente ele, em sua prudência e sabedoria, teria passos tão seguros, mãos tão firmes, para levar-nos de um lado a outro, em sua escalada sem rastros de sangue....

Ele seria o único, unicamente ele, seria ele o único — creiam todos, nessa linha de reconhecimento — a resgatar-nos, sem violência, da longa noite da ditadura militar.

Ah, não morra nunca, em tempo de travessia e libertação de um povo, quem veio para salvá-lo.

Não estaremos diante de um novo mártir da democracia e da liberdade? As circunstâncias que o impediram de tomar posse, adoecendo um dia antes da plena ascensão, não são reveladoras de algum mistério?

O Brasil inteiro está rezando pela sua saúde. Transbordam capelas e catedrais em murmúrios de preces. São lampejos da sua própria crença. Perante os médicos, no momento da nova intervenção, não confiou seu corpo, apenas, à ciência. Pediu aos cirurgiões: “Rezem por mim”.

É um autêntico cristão. Cultiva o ritual católico, mas seu culto religioso é mais profundo. Não lhe basta dobrar os joelhos na terra, nem elevar o pensamento ao céu. Vive ações e intenções, conforme ao amor do próximo. Ei-lo — tenho vontade de gritar, apontando-o — irmão brasileiro de São Francisco de Assis.

Tem uma forma humilde de ser, nos gestos e no diálogo, que nos faz lembrar o modelo de um grande homem. Bossuet esculpiu sentença comovente: “Não há nada maior no Universo do que um grande homem modesto” O mundo testemunhou essa imagem.

Nunca um político, neste País, deu lição mais exemplar e fecunda de liderança nacional. Culto e sensível, superiormente educado, de uma determinação sem arrogância, com uma penetrante visão social e histórica, conciliador de gênio, emoldura-se em efígie de verdadeiro estadista.

Não é sem predestinação que nasce um líder. Ele veio para ser o fundador de um novo tempo. E o batizou de Nova República.

O paladino foi à praça do povo e se levantou — que digo? —, e levantou o povo. Guia político e espiritual de multidões — reunindo mais de um milhão de pessoas, em múltiplas assembléias —, quantas vezes não foi inspirado por elas!

A sua mensagem era de paz, reconstrução nacional e de instalação da confiança no futuro.

No rigor da verdade, nunca chegara a ser um nome consagradoramente

popular, ídolo das massas, mas, de repente, agitou-se em bandeiras das reformas e das multidões, símbolo de um país redivivo. Com um grito de guerra convocou o Brasil para uma jornada de paz: “Vamos ao Colégio Eleitoral para destruí-lo...”.

A sua linguagem ganhou a força de um sopro messiânico, com uma tonalidade sombria, mas rajada de clarões. Teve uma visão profética do povo e dos caminhos para libertá-lo.

Definiu o desemprego:

“Onde não há trabalho não há pão, e as migalhas, acaso obtidas, Deus sabe como, são sempre molhados pelas lágrimas da vergonha.”

Fixou o quadro dos adolescente abandonados:

“São nômades das ruas, obrigados a recolher delas, e de qualquer maneira, o pão de cada dia.”

Divisionou o cenário das secas, com um juramento solidário:

“O Nordeste é a primeira, a maior e a mais importante das propriedades nacionais.”

Atingiu a síntese da consciência da dívida externa e da soberania:

“A recessão e o desemprego não são moedas de ajuste entre povos dignos.”

Equacionou os efeitos da reforma agrária:

“A força da terra e o trabalho dos homens serão alicerces para a construção de um país industrialmente desenvolvido e politicamente respeitado.”

Reacendeu na alma nacional a paixão da cidadania e o orgulho de termos uma Pátria.

“O Brasil que amamos não é entidade abstrata, feita apenas de símbolos, por mais os veneremos. O Brasil que amamos está em cada coração e em cada alma de seus filhos. Restaurar, em seus olhos, o orgulho da Pátria, é a missão que nos cabe.”

Eu ouvi dele a explicação de haver deixado os Estados Unidos para última etapa de sua viagem ao exterior.

“Para não parecer que fomos pedir a bênção ao patrão...”

Mais do que um condutor do povo, o Presidente é, hoje, prostrado em um quarto do Hospital de Base, uma relíquia da Pátria. É, mais do que uma legenda, um mito, para durar como um dos capítulos mais altos da História do Brasil.

Quantas lembranças guardo, ao estar com ele, de um fenômeno de grandeza humana e fina ironia. A um deputado que lhe disse ter a sua mesma opinião sobre relação com a Rússia, ou Cuba, ou coisa assim, desmanchou a pretensão da conversa:

“Veja você como as nossas afinidades são perigosas...”

Outra vez, fui seu interlocutor: “Qual o melhor orador que o Senhor já ouviu?” “Alcides Carneiro”, disse-me. E comentou, enternecido: “Um encanto. Parecia que estava declamando....”

Notei, um dia que seus olhos sagazes estavam cansados. Arrisquei um conselho: — “Diminua seu rojão, Presidente”. A resposta foi uma confissão: “Isso não me cansa...”

Era um homem envolvido em seu destino, e não queria largá-lo. Ou por um dever, de tanta transcendência, que não dependia de sua vontade. Estava submetido ao império de uma missão - compreendi.

Faz pouco dias — parece que estou a vê-lo — no seu escritório de trabalho, com o livro de Pablo Neruda, “Confesso que Vivi”, à sua mesa, atendia telefonemas, anotando, ele próprio, nomes e diligências para a formação do Governo.

Assim eu o vi. Emocionei-me, vendo aquele ser fisicamente frágil, reunindo todas as esperanças nacionais, como um feixe luminoso, para devolver ao seu curso as vertentes históricas deste grande e sacrificado País.

E ele chegou. Chegou das montanhas mineiras. Todas as irradiações nascem das alturas. Chegou para imprimir aos negócios da Nação a austeridade que lhe faltava; chegou a desenvolver o supremo patrimônio do homem: a esperança. E, na hora suprema, no auge, o que seria a glorificação, foi traído - já não o disse? - por uma doença que ninguém suspeitava que o acompanhasse.

O Vice-Presidente da República leu, há poucos dias, as diretrizes básicas da sua administração. Palavras de sinceridades: nada de promessas ao povo nada de antecipação de projetos. Primeiro o levantamento das disponibilidades financeiras, para, só após o balanço dessas forças, ser traçado o plano de trabalho que absorve as crises da fome, do desemprego e da insegurança que atormentam este País.

Estranhei naquele trabalho a omissão a dois pontos básicos de sua campanha nacionalista: o problema da dívida externa e da reforma agrária. Logo depois compreendi que ele não desenhara no documento uma plataforma de Governo, mas uma orientação para os seus Ministros, cuja escolha obedeceu ao difícil equilíbrio de conciliar extremos mas sob a severa advertência de que todos e cada um deveria afeiçoar-se às suas opções e idéias.

Vi o Presidente, ainda na véspera da posse a dizer-me e a outros companheiros, que a sua filosofia e seu objetivo de governo eram não só a força do poder, mas também a segurança do cidadão.

Passei a refletir sobre este binômio, que sintetiza, a meu juízo, tudo que

uma direção consciente possa dar ao povo: força pública, no sentido do prestígio do Governo, por suas ações, por suas medidas, por suas obras; e a garantia do cidadão como auto-imitação do Estado não apenas para sua liberdade mas para a sua segurança, nos seus direitos ao nascimento, à saúde, à educação ao trabalho, à realização pessoal e a tudo que é imanente ao destino humano.

Sinto Senhor Presidente, que há, neste País, um sentimento de orfandade no seio dos pobres e dos que estão à margem da vida. Martiriza-me a dúvida se não estamos tendo uma prova muito dura do que seja perder o comandante na hora crucial do último combate.

Ah! Não resta a este País, se não a espera...

Louve-se o Senhor José Sarney, Vice-Presidente da República no desempenho perfeito do seu papel: a expectativa do titular, o quase excessivo cuidado de não extrapolar atribuições que poderiam ser usurpações de quem de direito. É a postura de um homem em dia com o sentimento nacional.

O SR. DJALMA FALCÃO — Permite-me V. Ex^o um aparte?

O SR. RAYMUNDO ASFORA — Com grande prazer.

O SR. DJALMA FALCÃO — Nobre Deputado, ouvindo V. Ex^a o melhor é calar. Parafrasearia aqui São Francisco de Assis, e diria “que é ouvindo que se aprende”. Mas se intervenho na brilhante oração que V. Ex^a profere nesta tarde é para, fazer um ligeiro comentário relativo a dois pontos inicialmente mencionados no seu discurso: primeiro, quando V. Ex^a, homenageando Drault Ernany, fez lembrar grandes vultos que a Paraíba ofereceu à vida públicas brasileira, como Eptácio Pessoa e José Américo de Almeida, para citar apenas dois exemplos. Desejo acrescentar que essa tradição se perpetua com a sua presença na Câmara dos Deputados, nesta legislatura, homem por todos respeitado pelo talento, cultura, combatividade e espírito público. Segundo ponto: para me referir àquilo que V. Ex^a diz de Tancredo Neves, ou seja, que se trata de homem realmente providencial e essencial ao atual quadro da vida institucional e social deste País. Na realidade, até na adversidade o Sr. Tancredo Neves é providencial e indispensável a esta gigantesca obra de reconstrução do País, no campo social, no campo político, institucional e até no campo moral. Toda a Nação brasileira espera, aguarda com ansiedade que S. Ex^a se restabeleça, levante do seu leito de enfermo e venha ocupar o lugar para o qual foi conduzido pelo consenso da Nação brasileira: a Presidência da República. A sua enfermidade calou o grito de libertação de 130 milhões de brasileiros que queriam extravasar sua alegria, o seu contentamento, o seu civismo no dia 15 deste mês. Mas esperamos que o mais breve possível o Presidente Tancredo

Neves possa assumir suas funções de Presidente da República. E quando eu dizia que ele é providencial até na adversidade, queria significar fato da mais alta importância para a História deste País. A enfermidade do Presidente Tancredo Neves inquietou e consternou a Nação brasileira inteira. Enfim, pelo menos, quero demonstrar que na realidade teve conseqüência aquela nossa luta de vinte e um anos contra o arbítrio, no sentido de construir no Brasil um Estado de Direito democrático. Pela primeira vez, talvez, na História republicana deste País, os homens que tem responsabilidade na vida pública, no momento crucial da História do Brasil, no auge de uma crise institucional, deixaram de bater às portas dos quartéis, velha tradição das Repúblicas sul-americanas, para consultar a Constituição, consultar os juristas a respeito da melhor maneira de se conduzir a sucessão presidencial, naquele instante de enfermidade do Presidente eleito da República. De sorte que é este o fato auspicioso e que vem demonstrando que realmente estamos começando a consolidar a democracia neste País.

O SR. RAYMUNDO ASFORA — V. Ex^a, nobre Deputado Djalma Falcão, me dispensa da vaidade de ser humilde... Os elogios de V. Ex^a são tão ardentemente sinceros - eu o sei -, que me exoneram da modéstia de dizer que não os mereço. Seja tudo pelo amor fraterno que me liga a V. Ex^a porém o que me impressionou, na sua intervenção, foi o chamamento a um ponto que deve ser mais aprofundado nesta Casa: a consciência do primado da legalidade.

Na hora que parecia de ruptura, sobreveio a consciência jurídica. E todos agora testemunhamos como é fácil e tranquilo um país caminhar, democraticamente, sob o império da lei.

Louvei a postura do Sr. Vice-Presidente da República e quero estender o elogio público a todos os políticos do Brasil. Todos os partidos, sem exceção, estão se comportando à altura do desafio que estamos vivendo. Isso significa que nem a ditadura conseguiu destruir as reservas da consciência política deste País.

Há um entranhado sentimento de paixão por esta Pátria; canta-se o Hino Nacional como uma explosão de fidelidade à Terra.

Na hora decisiva, na hora que poderia tragar tudo, interveio a consciência política. Isso prova que somos dignos do nosso povo, desmentindo o insulto do General ex-Presidente de que “O Brasil não merece os políticos que tem”. Ele é que não merecia o Brasil que degradou, com permissividade ao FMI e uma esteira de escândalos públicos, em todas as esferas.

O SR. AGENOR MARIA — Nobre Deputado, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RAYMUNDO ASFORA — Não é retorsão legítima a que oponho? Tenho o aparte o nobre Deputado Agenor Maria.

O SR. AGENOR MARIA — Nobre Deputado Raimundo Asfora, toda a nação se curva, genuflexa e quase que misticamente, e aguarda, na sua piedade, na sua misericórdia, que Tancredo Neves fique bom. Homem frágil, raquítico já velho e cansado dos anos, consegue alegrar toda a Nação. Voz mansa, doce, solene, ele consegue, como em um passe de mágica sensibilizar toda uma gente, todos os seguimentos do menor para o maior. A Nação, genuflexa, pede a Deus que na sua bondade e na sua misericórdia conserve o seu Presidente. Tancredo não é Presidente de uma facção política, Tancredo é na realidade por sentimento, por convicção, realmente o Presidente do Brasil e dos brasileiros. Aproveito a oportunidade Deputado Raymundo Asfora, para dizer que desejo que este momento que a Nação brasileira vive, sirva de exemplo aos ricos, aos poderosos que não querem acreditar que a força do direito esta muito acima do direito da força.

O SR. RAYMUNDO ASFORA — A manifestação de V. Ex^a carrega o timbre do sentimento nordestino ungido de fé. Levanta uma prece pela saúde do Presidente e, ao mesmo tempo, exorta o legalismo nacional. Pois é precisamente essa ordem legal, essa ordem constitucional que estamos vivendo. Por ela, todo poder emana do povo. Portanto os direitos do povo devem se sobrepor às forças de quaisquer interesses, por mais que sejam poderosas.

Tantas coisas a refletir, Sr. Presidente, sobre esse grave e estranho episódio... A fragilidade da vida.... A queda no último degrau... os apartes me levam para outras direções.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto) - Advirto o nobre orador que falta um minuto para terminar seu tempo.

O SR. ANTONIO CÂMARA — V. Ex^a me permite...

O SR. RAYMUNDO ASFORA — Eu o divido com o ilustre Deputado Antonio Câmara. Concedo-lhe esse breve aparte...

O SR. ANTÔNIO CÂMARA — Deputado Raymundo Asfora, dizia o nosso colega Djalma Falcão que, ouvindo V. Ex^a, era melhor calar. Eu já discordo do ilustre colega: ao ouvir um poeta, é melhor plagiá-lo, para que sua obra seja imortal. Não esqueci as palavras relativas a um pensamento de V. Ex^a na tribuna: “Transbordam as catedrais em murmúrios de prece”. Murmúrios, sim Deputado, murmúrios de esperança, porque o Brasil inteiro está esperando por Tancredo Neves.

O SR. RAYMUNDO ASFORA — O aparte de V. Ex^a tem a delicadeza de seu espírito.

Acena-me o Deputado Aluizio Campos, do microfone de apartes...

O SR. ALUIZIO CAMPOS — Nobre Deputado Raymundo Asfora, quero congratular-me com V. Ex.^a O que há de mais esperançoso é que toda a Nação está sentindo que começamos a implantar uma nova ordem de poder.

O SR. RAYMUNDO ASFORA — V. Ex.^a condensa a opinião nacional.

SR. PRESIDENTE (Humberto Souto) — Peço que conclua seu discurso, nobre Deputado Raymundo Asfora.

O SR. RAYMUNDO ASFORA — Intimado a concluir, Sr. Presidente, lavro a última palavra desta oração de esperança: como pode um homem, em determinado momento histórico, ser a alma de uma Nação? Que prodígio da natureza humana, que fenômeno de alma divina pode fazê-lo, franzino e fraco, catalisar todas as forças nacionais, reunir tantos sonhos, abrir, entre nuvens espessas, raios de luz a ser o símbolo de uma ressurreição?

Será assim, em todos os tempos e em todas as nações, a volta da Democracia?

O Brasil restituído aos seus caminhos livres, a alvorada aberta sob céus ainda mais livres, e um povo cantando e chorando e esperando pelo condutor que a Providência há de nos mandar de volta. Deus salve o Presidente. (Palmas. Muitas palmas. O orador é cumprimentado.)

BIBLIOGRAFIA

Aguiar, Wellington, Coelho Lisboa - UM RADICAL REPUBLICANO CONTRA AS OLIGARQUIAS

Albuquerque, Octácilio de — CONFERÊNCIA SOBRE JOÃO PESSOA - 1934. REVISTA 8 DO IHGP.

Almeida, Elpídio de — HISTÓRIA DE CAMPINA GRANDE - 1962. Prefácio a Coletânea dos Autores Campineses — 1964. FRAGMENTO DA HISTÓRIA DE AREIA - 1944.

Almeida, Silvestre - O FÉLIX QUE EU PENSO — 1999.

Almeida, Horácio de - PEDRO AMÉRICO SUA VIDA E SUAS OBRAS — 1943. VER. 2 DA APL — PEDRO AMÉRICO LIGEIRA NOTÍCIA BIOGRÁFICA - 1943. CENTENÁRIO DE SEU NASCIMENTO — 1944. PEDRO AMÉRICO — E O DESASSOSSEGO DE SUA VIDA. BREJO DE AREIA. — 1957. PEREIRA DA SILVA — DISCURSO DE RECEPÇÃO NA CADEIRA 34, A ALCIDES CARNEIRO — PLAQUETE — 1964 — NA A UNIÃO. CONTRIBUIÇÃO PARA UMA BIBLIOGRAFIA PARAIBANA — 1972, e 2ª EDIÇÃO - VOL. 1 E 2, EM 1983 A 1990, 3ª EDIÇÃO — 1994 — VOL. 7 COLEÇÃO DE AUTORES PARAIBANOS.

Almeida, José Américo - A PARAÍBA E SEUS PROBLEMAS — 1922/ 4ª EDIÇÃO 1994. A BAGACEIRA — 1922. DISCURSOS DE SEU TEMPO-1953. A PALAVRA E O TEMPO — 1937/45/50 — 1986. RAUL MACHADO DISCURSO DE POSSE NA CADEIRA Nº 35 DA APL — PLAQUETE — 1965. DISCURSO DE POSSE NA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS.

Andrade, Joaquim Inojosa — REPÚBLICA DE PRINCESA — 1980. JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA — ALGUMAS CARTAS — 1980.

Andrade, Moacir — MARTIR DO DEVER E DA CORAGEM — EDIÇÃO — I E II — (1999/2000). VULTOS PARAIBANOS — 1998.

Araújo, Naughton Rocha França de — COL. PARAÍBA — NOMES DO SÉCULO — ARGEMIRO DE FIGUEIREDO VOL. 13 — 2000.

Asfora, Raimundo — ASSIM FALEI — 1987. A HISTÓRIA É O PRESENTE... — 1983. UMA LEGENDA IDEOLÓGICA E HUMANA. ORAÇÃO DA ESPERANÇA (1985). UM INTELCTUAL PURO (1985). DE EMBAIXADOR A GENERAL (1985).

Bittencourt, Liberato — HOMENS DO BRASIL VOL. 2 — PARAÍBA — RIO 1914.

Bezerra, José Joffily — DISCURSO DE POSSE NA CADEIRA DE PEDRO AMÉRICO ACADEMIA PARAIBANA DE LETRAS Nº 24 — 1984.

Bezerra, Maria de Fátima — ALCIDES CARNEIRO — O TRIBUNO DO AMOR — 1998.

Melo, Pedro Américo de Figueiredo e — CATÁLOGO DAS OBRAS DO GRANDE MESTRE BRASILEIRO — 1924/25. 1º CENTENÁRIO DE PEDRO AMÉRICO — 1944. PEDRO AMÉRICO — DISCURSOS ACADÊMICOS — 1870. DISCURSOS — RIO DE JANEIRO — 1892. LA RÉFORME DE L'ÉCOLE BEAUX-ARTS ET L'OPPOSITION (PAR UN ÉLÈVE) PARIS 1863. LA SCIENCE ET LES SYSTEMES (2ª EDIÇÃO EM BRUXELAS, 3ª EDIÇÃO TRADUÇÃO EM PORTUGUÊS PELA GRÁFICA UNIVERSITÁRIA 1999.

Menezes, Antônio Botto de — MINHA TERRA, RIO — 1944.

Menezes, José Rafael de — PARAIBANOS EM DISTINÇÕES NA FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE — 1974.

Milanêz, Altamir — JOSÉ AMÉRICO — O HOMEM E A OBRA — 1991.

Nóbrega, Fernando — HOMENAGEM FÚNEBRE NA CÂMARA DOS DEPUTADOS A ERNANI SÁTYRO — 1986.

Nóbrega, Humberto — REVISTA DA ACADEMIA PARAIBANA DE LETRAS — 1994.

Nóbrega, Francisco Pereira — A PALAVRA NA CONSTRUÇÃO DO HOMEM, JOÃO PESSOA 1982.

Ó, Alcides Albuquerque do — CAMPINA GRANDE — HISTÓRIA & POLÍTICA — 1945/55 - 1999.

Odilon, Marcos — PEQUENO DICIONÁRIO DE FATOS E VULTOS DA PARAÍBA — 1986.

Pessoa, Epitácio da Silva — PERFIS PARLAMENTARES /7 — 1922. DISCURSOS PARLAMENTARES — OBRAS COMPLETAS DE EPITÁCIO PESSOA — 1955.

Pereira, Joacil de Britto — ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — A ORATÓRIA DE SEU TEMPO — 1983. JOSÉ AMÉRICO — A SAGA DE UMA VIDA — INL — 1987. PEDRO AMÉRICO — O FEITICEIRO DAS ARTES — REV. IHGP — 26 — 1995.

Pereira Sobrinho, Manoel — A MORTE DA INTELIGÊNCIA VIVA — FÉLIX ARAÚJO — (CORDEL).

Pimentel, Cristino — FÉLIX ARAÚJO — PEDAÇOS DA HISTÓRIA DE CAMPINA GRANDE — 1958. ABRINDO O LIVRO DO PASSADO — 1956.

Pinto, Irineu Ferreira — DOCUMENTOS PARA BIBLIOGRAFIA DE PEDRO AMÉRICO — 1911 — VER. 3.

Pinto, João Castro — CONFERÊNCIA NO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DA PARAÍBA E SEUS 70 ANOS — REV. 8. PERFIS PARLAMENTARES /17 — . DISCURSO NA APOSIÇÃO DO RETRATO DO PRES. JOÃO PESSOA — VER 8.

Pinto, Luiz da Silva — COELHO LISBOA — CONFERÊNCIA NO IHGP — 1935. ANTOLOGIA DA PARAÍBA — 1951. OTÁCILIO DE ALBUQUERQUE ÉPOCA, OBRA — M 2ª ED. 1966. OTÁCILIO DE ALBUQUERQUE — IDEALISTA E LUTADOR. SÍNTESE HISTÓRICA DA PARAÍBA — 1960. HOMEM DO NORDESTE E OUTROS ENSAIOS — 1ª ED. 1950

— 2^a Ed. 1960. TRAÇOS DE VIDAS ILUSTRES — 1967. DISCURSO SOBRE JOÃO PESSOA. VER. 8 — 1934.

Queiroz, Evaldo Gonçalves de — ALÉM DA TRIBUNA — 1978. DISCURSO DE POSSE NA APL, CADEIRA 24. MEMÓRIA POLÍTICA (BRASÍLIA 1993). JOSÉ AMÉRICO — PROFETA EM SUA TERRA — 1978. HOMENAGEM AO MINISTRO ERNANI SÁTYRO — 1978

Rabello, Adylla Rocha — EXPOSIÇÃO DA OBRA DE JOSÉ AMÉRICO COMEMORATIVA AO CENTENÁRIO DO SEU ANIVERSÁRIO, 1887-1987. ZÉ AMÉRICO E ZÉ LINS.—1991 JOSÉ AMÉRICO NOS BASTIDORES —1994. PAREÇO-ME COMIGO —1987.

Revista da Academia de Letras de Campina Grande Vol. I e II

Revista da Academia Paraibana de Letras - 1/15.

Rego, José Lins — PEDRO AMÉRICO 1943.

Ribeiro, Domingos de Azêvedo — PEDRO AMÉRICO E A MÚSICA — JOÃO PESSOA 1982.

Ribeiro, Hortênsio — VULTOS E FATOS — 1979.

Rodrigues, José Edmilson — COL. PARAÍBA — NOMES DO SÉCULO — RAIMUNDO ASFORA —VOL. 11 - 2000.

Santos, Idellette Muzart Fonseca dos, — DICIONÁRIO LITERÁRIO DA PARAÍBA — 1994.

Sátyro, Ernani — COMO SE FOSSEM MEMÓRIA — 1985. DISCURSOS ACADÊMICOS 5/33 — 1994. DE VOLTA AOS VELHOS CAMINHOS — 1985. MAIS UM ANO DE ATIVIDADE PARLAMENTAR — 1983. FATOS E HOMENS DA VIDA PÚBLICA BRASILEIRA — 1983. DE VOLTA AOS VELHOS CAMINHOS — 1985. GRANDE É A VIDA — 1992. RETRATO A BICO DE PENA — 1992. TRADIÇÃO E RENOVAÇÃO — 1994. O CANTO DO RETARDATÁRIO — 1985. “MARIANA — 1957 E QUADRO NEGRO — 1954 (ROMANCES)”.

Silveira, Joel — HISTÓRIAS DE PRACINHAS — FÉLIX ARAÚJO

Silveira, Josué — NACIONALISMO & CORONELISMO — 1988. LUTAS DE VIDA E DE MORTE — 1982. DA REVOLUÇÃO DE TRINTA À QUEDA DO ESTADO NOVO 1985.

Silveira, Fernando — VIDAS PARAIBANAS — 1981.

SIMÕES, ANTÔNIO LIMA — ASFORA EM NOITE E VERSO —1989.

Tavares, Eurivaldo Caldas — CÔNEGO JOÃO DE DEUS — O AMIGO, O PADRE E O POETA — 1985.

Ulysséa, Pedro Paulo de — PREFÁCIO DE PERFIS PARLAMENTARES /17 — CASTRO PINTO — 1982.

Vasconcelos, Amaury — PEDRO AMÉRICO — GÊNIO NÃO SÓ DA PINTURA — VII FESTIVAL DE ARTE —1982. PEDRO AMÉRICO GÊNIO UNIVERSAL 1995. PREFÁCIO DA EDIÇÃO COMEMORATIVA DO SESQUICENTENÁRIO — ORATÓRIA PARAIBANA — RO-

César, Castro Pinto, Solon de Lucena, Generino Maciel, João Suassuna, Botto de Menezes, João da Mata, Félix Araújo, José Américo de Almeida, Alcides Carneiro, Argemiro Figueiredo e outros, formaram, no passado mais distante ou menos remoto, o elenco dos nossos maiores artistas da palavra.

Essa reputação se conserva com os tribunos que aí estão nas nossas Casas Legislativas, na Academia Paraibana de Letras, nas Instituições Culturais, nas duas Casas do Congresso, ou mesmo afastado de todas as fainas. Citarei: Fernando Nóbrega, Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Mello, Ernani Sátiro, Aluísio Afonso Campos, Raimundo Asfora, Humberto Lucena, Marcondes Gadelha, Edvaldo Gonçalves, Edme Tavares, Sindulfo Santiago, Ronaldo Cunha Lima, Amaury Vasconcelos e Eitel Santiago Pereira”.

E bem que um pesquisador do porte de Amaury de Araújo Vasconcelos poderia aumentar essa relação exemplificativa, cuja grande maioria do primeiro plantel já está morta.

João Pessoa, 18 de outubro de 2000

JOACIL DE BRITTO PEREIRA

DA ACADEMIA PARAIBANA DE LETRAS E DO INSTITUTO
HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PARAIBANO.

Produzido nas oficinas gráficas de
A UNIÃO
Superintendência de Imprensa e Editora
Br 101 - KM 03 - Distrito Industrial
João Pessoa, Paraíba, em agosto de 2001.

